



ESTUDOS E MODELAGEM JURÍDICA PARA PROJETO
DE MODELO REFERENCIAL PARA EXPLORAÇÃO
DAS MODALIDADES LOTÉRICAS SORTEIO DE
NÚMEROS, INSTANTÂNEA E APOSTAS ESPORTIVAS
NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO





LIMA & MACHADO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

APRESENTAÇÃO DO ESCRITÓRIO

Lima & Machado Advogados Associados, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.052.258/0001-06, com registro na OAB/AL sob o n.º 190/2007-RE, com sede na Av. Dom Antônio Brandão, 203 Office, sala 610, Farol, Maceió/AL, é escritório jurídico especializado no atendimento na área de gestão pública, atuando sob o aspecto jurídico e gerencial nas questões inatas ao cotidiano da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional.

Nosso principal objetivo é preocupação no atendimento com qualidade e presteza, e, para isso, conta com uma equipe de advogados capaz de responder às demandas correlatas às áreas de especialidade, de forma integral, especialmente nos assuntos e na prestação de serviços jurídicos especializados na área de gestão pública; na forma de consultoria como também em demandas contenciosas.

O Escritório está sempre em busca de constante atualização e excelência técnica, de modo a possibilitarmos aos nossos clientes, um apoio abrangente, assessoria eficaz e suporte jurídico.

Buscamos o atendimento com excelência às necessidades provenientes da atividade pública, como problemas jurídicos envolvendo questões de licitações, contratos, dispensa de licitação, inexigibilidade de licitação, orçamento público, controladoria, portal da transparência, gerenciamento de risco e suporte jurídico e operacional às decisões do gestor público, Administração Pública Direta e Indireta.

A confiança depositada na qualidade de nossos serviços tem sido retribuída com a busca permanente de soluções jurídicas inovadoras para o enfrentamento dos desafios impostos pela dinâmica da gestão pública e dos particulares que lidam com a Administração Pública, especialmente ligados nas áreas de orçamento público, controladoria, procuradoria assessoria jurídica e licitações e contratos.



LIMA & MACHADO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DOS SÓCIOS

Sócio Fundador Carlos Roberto Lima Marques da Silva



Advogado graduado em Direito pelo CESMAC, pós-graduado em direito processual pelo ESMAC/AMPAL e em Direito Tributário pela Faculdade de Alagoas, foi Procurador Chefe de Licitações, Contratos e Convênios da Procuradoria Geral do Município de Maceió, Procurador Geral do Município de Marechal Deodoro, ex-assessor jurídico dos municípios de Pilar, Belo Monte e Pão de Açúcar, Maribondo, Presidente da Comissão de Ordem da OAB/AL, Coordenador Geral Jurídico da Universidade Estadual de Alagoas. Além disso, lecionou Direito Empresarial e Direito Tributário na Universidade Federal de Alagoas nos cursos bacharelados de Administração de Empresas e Administração Pública, lecionou Direito do Trabalho I e II e Direito Administrativo I na Universidade Estadual de Alagoas, bem como em curso Pós-graduação da Faculdade Integrada Tiradentes - FITS, no curso de Gestão de Cidades. Ministrou aulas, ainda, na Faculdade Estácio-FAL, Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste - SEUNE e no Centro Universitário Maurício de Nassau. Ainda na área pública, foi assessor jurídico do município de Maceió, Atalaia, Santana do Ipanema. Desde 2015, exerce função de assessor técnico e jurídico no Tribunal de Contas do Estado de Alagoas/TCE, tendo atuado na função de Pregoeiro, e atualmente é assessor direto do Procurador Chefe, sendo responsável pela elaboração e encaminhamento de todos os pareceres dos processos administrativos envolvendo, Licitações, Contratos e Convênios. Especialista na realização de auditorias nos processos de contratação (licitações) e execução (contratos) na gestão pública, tendo realizado diversas auditorias com entrega de relatório gerencial, propositivo e contencioso. É sócio fundador do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA Diretor acadêmico do IDAA. Coautor dos livros: Covid-19 e Direito Administrativo: Impactos da Pandemia na Administração Pública. Ed. Jurua; Comentários aos Enunciados do Direito Administrativo. Ed. Jurua; Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

DOS SÓCIOS

Sócio Advogado Arykoerne Lima Barbosa



Graduado em Direito (2010) pela Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste (SEUNE), com pós-graduação em Direito Constitucional (2012), pela Universidade Anhanguera (UNIDERP), com formação para o Magistério Superior. Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Alagoas, sob nº 10.248, sendo advogado contrato pelo escritório Vaz & Torres e ex-sócio do escritório Belo & Barbosa Advogado Associados. Na área pública, foi Procurador Geral e Procurador Adjunto do Município de Branquinha/AL, Procurador Orgânico da Sec. Mun. de Educação e da Sec. Mun. de Assistência Social de Marechal Deodoro, Controlador Geral do Município de Marechal Deodoro, Junqueiro e Atalaia, Assessor Jurídico de Traipu/AL, Procurador da Câmara Municipal de Pão-de-Açúcar, Mata Grande e Atalaia, Assessor Jurídico de Anadia e já atuou como gestor no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta. É auditor público nos processos de contratação (licitações) e execução (contratos). É Sócio efetivo do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Coautor dos livros: Covid-19 e Direito Administrativo: Impactos da Pandemia na Administração Pública. Ed. Jurua; Comentários aos Enunciados do Direito Administrativo. Ed. Jurua; Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos). Foi professor de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário em curso preparatório para concurso. Foi monitor de Direito Civil pela Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste e Juiz-Conciliador da Justiça Federal, primeiro colocado no Processo Seletivo de Bolsa Científica (PIBIC). Foi coordenador de Grupos de Estudos na área de Direito Constitucional e Direito Civil. Possui formação complementar em curso de Mediação e Arbitragem proporcionado pelo Tribunal de Justiça em parceria com o CNJ. Foi coordenador do curso de Direito do Centro Universitário Maurício de Nassau atuando como presidente do Conselho de Curso e do Núcleo Docente estruturante e representante da Direção (RD) no processo de implementação e certificação da ISO 9001-2008 e no processo para transformação da Faculdade Maurício de Nassau em Centro universitário. Exerceu o cargo de Diretor Adjunto do Centro Universitário Maurício de Nassau de acordo no período de março de 2014 a junho de 2017. Possui formação em Gestão de Pessoas pelo Dale Carnegie Course e formação complementar pelo SEBRAE nos Cursos "Aprenda a compreender", MEG na Avaliação e Gestão de Negócios e Planejamento Financeiro.



LIMA & MACHADO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DOS SÓCIOS

Sócio Advogado Elmanuel de Freitas Machado



Graduado em Direito pela Universidade Federal de Alagoas e pós-graduado em direito processual pelo CESMAC. É Juiz de direito aposentado. Foi Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Pão de Açúcar-AL, professor do curso de Direito no Centro Universitário Maurício e Nassau de Direito da UNINASSAU-Maceió e na Faculdade CESMAC do Agreste, foi Controlador-Geral do Município de Branquinha, Assessor Técnico da Secretaria de Administração do Município de Traipu, e, atualmente, é Controlador Interno do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE do município de Marechal Deodoro/AL. É Sócio efetivo do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Especialista na realização de auditorias nos processos de contratação (licitações) e execução (contratos) na gestão pública, tendo realizado diversas auditorias com entrega de relatório gerencial, propositivo e contencioso. Coautor dos livros: Covid-19 e Direito Administrativo: Impactos da Pandemia na Administração Pública. Ed. Jurua; Comentários aos Enunciados do Direito Administrativo. Ed. Jurua; Novo Direito das licitações e Contratos Administrativos de acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

SUMÁRIO

1. Análise jurídica institucional, legal e regulatória pertinentes ao projeto – fundamentação legal e regulatória com proposição de formas de contratação.....	03
1.1. Competência dos entes federados para concessão de serviço público.....	13
2. Proposições acerca das modalidades de contratação com embasamento legal e avaliação jurídica da viabilidade dos modelos institucionais alternativos, ou complementares, para financiamento e implantação do projeto - arcabouço jurídico acerca da avaliação do impacto de risco para delegação e permissão nas modalidades de loterias apresentadas pelo proponente.....	18
3. As responsabilidades do consórcio (proponente), da administração pública estadual, do verificador independente, de agência reguladora e de eventuais outros agentes envolvidos.....	29
4. Identificação de eventual diferença entre os cenários previstos para as formas de delegação do serviço público conforme proposto (concessão e permissão): incertezas, problemas, riscos e incentivos.....	33
4.1. Incertezas, problemas e riscos quanto à delegação na forma de concessão do serviço público.....	36
4.2. Possíveis problemas e riscos quanto à delegação de serviço público na forma de concessão.....	40
4.3. Dos incentivos reais ao cenário da concessão do serviço público para as modalidades indicadas pelo proponente.....	41
5. Das possíveis incertezas, problemas, riscos e incentivos para a delegação de serviço público na forma de permissão.....	42
6. Dos pareceres jurídicos fundamentados com análise da viabilidade jurídica do modelo proposto (aspectos constitucionais, regulatórios, administrativos, ambientais, civis, trabalhistas e tributários), indicando legislação, doutrina e jurisprudência (inclusive de tribunais de contas) sobre o modelo.....	44
7. Da identificação e análise de todos os tributos relacionados ao projeto.....	45
7.1. Da tributação do prêmio.....	46
8. Indicação de possíveis opções regulatórias e providências no geral para viabilização da contratação – possíveis alterações legislativas.....	48
8.1. Breve estudo de direito comparado: a experiência internacional na regulação das loterias.....	50
8.1.1. A Experiência da Loteria Instantânea do Estado de Illinois, nos Estados Unidos da América (“EUA”).....	51
8.1.2. A Experiência da Loteria Instantânea na Grécia.....	52
8.1.3. A Experiência da Loteria Instantânea no Reino Unido.....	52
8.2. A experiência de regulação das loterias no Brasil.....	53
9. Identificação dos atos normativos que deverão ser criados/alterados para a viabilidade jurídica do projeto - indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado.....	55
10. Identificação dos atos normativos que devemos criar/alterar para a viabilidade jurídica do projeto - indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado.....	63
11. Do termo de cooperação técnica internacional.....	65
11.1. Proposta regulatória partindo da premissa de criação de legislação estadual própria.....	66
11.2. Proposta regulatória partindo da premissa de criação de agência reguladora.....	67
12. Mapeamento de certificações aplicáveis ao serviço de loteria, e avaliação quanto à viabilidade de sua exigência do(s) futuro(s) operador(es) dos serviços lotéricos, bem como do prazo estimado para tal obtenção e necessárias cláusulas contratuais.....	69
13. Proposta de alocação de responsabilidades entre as partes, considerados cada um dos modelos propostos.....	77
14. Avaliação da viabilidade técnica e econômica da exploração de serviços lotéricos através de instrumento jurídico precário, sem garantia de prazo mínimo de exploração – delegação por permissão.....	84
15. Segurança jurídica: responsabilidade civil e aplicação do código de defesa do consumidor.....	87
16. Da minuta do edital de licitação.....	89
16.1. Disposições Gerais do Edital.....	89
16.2. Das definições e conceitos do Edital.....	90
16.3. Dos documentos Integrantes do Edital.....	92
16.4. Do objeto do Edital.....	92
16.5. Do tipo de licitação.....	92
16.6. Do valor estimado para a contratação.....	92
16.7. Do prazo.....	93
16.8. Do acesso às informações do certame.....	93
16.9. Dos pedidos de esclarecimento do Edital.....	94
16.10. Impugnações do Edital.....	95
16.11. Das Condições de Participação.....	95
16.12. Da possibilidade de participação como consórcio.....	95
16.13. Da apresentação de documentos e propostas.....	96

16.14.	Do credenciamento e garantia da proposta.....	98
16.15.	Documentos de Habilitação.....	99
16.16.	Da proposta econômica.....	101
16.17.	Das diligências, esclarecimentos e saneamento de falhas.....	102
16.18.	Etapas da Seleção.....	102
16.19.	Da homologação e da Adjudicação.....	104
16.20.	Dos recursos administrativos.....	105
16.21.	Da sociedade de propósito específico.....	105
16.22.	Das sanções administrativas.....	106
16.23.	Das disposições finais.....	107
17.	Do memorial técnico descritivo – peça integrante do edital de definidora de critérios, conceitos e responsabilidades.....	108
17.1.	Do objeto do memorial técnico descritivo.....	109
17.2.	As premissas e encargos gerais.....	109
17.3.	Dos custos e despesas que são obrigações da cessionária.....	109
17.4.	Da necessária exposição de informações.....	110
17.5.	Dos direitos e obrigações dos apostadores.....	110
17.6.	Da outorga pecuniária mínima (plano de negócio e repasse de cota-parte pelo poder concedente).....	111
17.7.	Da necessária contratação de verificador independente.....	111
17.8.	Das condições gerais de contratação e alocação de riscos.....	111
17.9.	Da previsão de responsabilidade das partes.....	112
17.10.	Do desempenho e fiscalização – os indicadores e parâmetros de desempenho do serviço público de loterias.....	113
17.11.	Prestação de contas e da fiscalização.....	114
17.12.	Das disposições gerais de habilitação.....	118
17.13.	Da fase recursal.....	119
17.14.	Da seleção dos permissionários.....	119
17.15.	Da contratação.....	120
17.16.	Do pagamento.....	121
17.17.	Da disponibilidade orçamentária.....	121
17.18.	Das sanções administrativas.....	121
17.19.	Da fiscalização e da auditoria.....	122
17.20.	Das disposições finais.....	122
18.	Dos requisitos da garantia da proposta.....	123
18.1.	Do objeto do memorial técnico descritivo.....	123
18.2.	Das premissas e encargos gerais.....	123
18.3.	Dos custos e despesas que são obrigações da cessionária.....	125
18.4.	Da necessária exposição de informações.....	126
18.5.	Dos direitos e obrigações dos apostadores.....	127
18.6.	Da outorga pecuniária mínima (plano de negócio e repasse de cota-parte pelo poder concedente).....	129
18.7.	Da necessária contratação de verificador independente.....	129
18.8.	Das condições gerais de contratação e alocação de riscos.....	130
18.9.	Da previsão de responsabilidade das partes.....	134
18.10.	Do desempenho e fiscalização – os indicadores e parâmetros de desempenho do serviço público de loterias.....	136
18.11.	Da prestação de contas e da fiscalização.....	138
19.	Dos requisitos da garantia da proposta.....	139
20.	Dos modelos de cartas de apresentação de garantia de proposta – permissão e concessão.....	142
20.1.	Do modelo de fiança bancária.....	142
20.2.	Do seguro garantia.....	143
21.	Dos modelos que deverão integrar a minuta de edital.....	144
22.1.	Da carta de credenciamento.....	144
22.2.	Do modelo de compromisso de formação de consórcio.....	145
22.3.	Da declaração de inexistência de processo falimentar.....	145
22.4.	Do modelo de aceitação das condições do edital.....	146
22.5.	Do modelo de declaração de cumprimento dos requisitos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.....	146
22.6.	Da declaração de inexistência de ato impeditivo.....	146
22.7.	Da declaração de elaboração de proposta independente.....	147
22.8.	Da carta de apresentação de proposta econômica.....	148
23.	Da minuta de projeto básico/termo de referência.....	149
24.	Das considerações finais.....	149

1. ANÁLISE JURÍDICA INSTITUCIONAL, LEGAL E REGULATÓRIA PERTINENTES AO PROJETO – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E REGULATÓRIA COM PROPOSIÇÃO DE FORMAS DE CONTRATAÇÃO

A presente modelagem jurídica integra o relatório final apresentado pela empresa **AM & FPA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS DE COMPUTADOR LTDA** no intuito de apresentar, por sua conta e risco, estudos e estudos e modelagem jurídica para projeto de modelo referencial para exploração das modalidades lotéricas sorteio de números, instantânea e apostas esportivas no âmbito do estado de São Paulo, conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2021.

As possibilidades trazidas pelo arcabouço jurídico decorrem do recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que “Os estados-membros detêm competência administrativa para explorar loterias. Ademais, deve-se destacar que a competência exclusiva da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive loterias, não obsta a competência material para a exploração dessas atividades pelos entes estaduais”¹.

Essa decisão traz a necessária segurança jurídica para exploração direta ou indireta do serviço de loterias pelos demais entes federativos, daí a possibilidade de eventuais interessados apresentarem contribuições para a delegação do serviço.

Nesse contexto, a solução apresentada direciona a exploração do serviço de loterias no Estado de São Paulo para um novo arranjo institucional e jurídico, que permite a inserção de um novo sujeito, com profunda expertise setorial, ampla capacidade de investimento e maior agilidade operacional e comercial.

As arguições de descumprimento de preceito fundamental e de ação direta de inconstitucionalidade que discutiram a constitucionalidade de vedações a que alguns dos Estados-membros explorem loterias ou, aos que lhes são permitidos, que o façam segundo limites estipulados em normativos federais, foram analisadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Tal discussão se deu pelo fato de que o Decreto-Lei 204/67 prevê que a exploração da loteria é de competência exclusiva da União e que tal possibilidade é insuscetível de delegação. Vejamos:

¹ STF, ADPF 492/RJ, ADPF 493/DF e ADI 4986/MT, Relator: Ministro Gilmar Mendes, Órgão Julgador: Plenário, Julgado em 30/09/2020.

Decreto-Lei 204/1967

“Art 1º A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei.

(...)

Art 32. Mantida a situação atual, na forma do disposto no presente Decreto-lei, não mais será permitida a criação de loterias estaduais.

§ 1º As loterias estaduais atualmente existentes não poderão aumentar as suas emissões ficando limitadas às quantidades de bilhetes e séries em vigor na data da publicação deste Decreto-lei”.

A título de exemplo, a ADPF 492, proposta pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, demonstrou que referido direito pré-constitucional estaria a ofender o princípio federativo e, de maneira mais direta, afronta a autonomia dos Estados-membros, o comando de tratamento isonômico entre os entes federativos, e a competência político-administrativa e residual (artigos 1º, 18, 25, 37, caput, e 60, §4º). Aponta ainda incompatibilidade com o princípio da não-intervenção (art. 34), bem como da proibição de monopólio (art. 170, todos da CF/88).

Além disso, restou esclarecido que o Decreto-Lei 204/1967 não teria sido recepcionado, porquanto estabelece à União a exclusividade de serviço público concorrencial, não obstante o fato de que o ato normativo proíbe o aumento de emissões de loterias, ficando os bilhetes limitados às quantidades e às séries em vigor há mais de cinquenta anos – data da promulgação do mencionado Decreto- Lei.

É fato que o Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante 2, apenas reconheceu a competência legislativa exclusiva da União para legislar sobre loterias.

Contudo, não restou apreciado o regime de exploração das loterias e a competência político-administrativa dos Estados.

Para melhor entendermos a celeuma, prosseguirmos com a análise do histórico legislativo que envolve o tema.

A primeira legislação que consolidou o regime jurídico nacional das loterias, o Decreto 21.143, de 10 de março de 1932, assentou que “são consideradas como serviço público as loterias concedidas pela União e pelos Estados” (art. 20) (grifo nosso).

Referido dispositivo previa, portanto, não só a natureza de serviço público dessas atividades, mas também a possibilidade de exploração tanto no plano federal quanto no plano estadual.

Destaca-se que, desde essa primeira legislação geral, a exploração material da atividade pelos Estados era compatibilizada com uma moldura jurídica nacional que fixava os elementos essenciais da exploração do serviço.

O diploma, nesse aspecto, definia que “a estaduais só poderão ser concedidas sob a condição expressa de se subordinarem em tudo às disposições deste decreto, sob pena de rescisão de seus contratos, que será declarada pelo Governo Federal, independente de ação direta e de interpelação” (art. 18).

Em 1941, uma nova reforma na legislação foi realizada com a edição do Decreto-Lei 2.980, de 24 de janeiro. O diploma manteve inalterado o enquadramento do serviço de loteria como serviço público, atribuído tanto à execução da União quanto à execução dos Estados.

A novidade, no entanto, foi a expressa autorização da exploração indireta, prevendo-se que “os governos da União e dos Estados poderão atribuir a exploração das loterias serviço de loteria financeira” (art. 2o) (grifos nossos).

Ainda na década de 1940, uma nova legislação harmonizou o regime jurídico da exploração das loterias com o sistema repressivo-penal. O Decreto 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, com redação posteriormente dada pela Lei 3.346, de 17.12.1957, passou a vincular a derrogação penal à autorização direta da União ou, no caso dos Estados, à expedição de um decreto de ratificação (art. 3º).

Esse delineamento geral da exploração de loterias pelo Estado e pela União foi apenas parcialmente alterado em 1961 quando a União, por força do Decreto 50.954, de 1º de julho, optou por assumir diretamente a exploração da loteria federal, extinguindo a modalidade de concessão.

O serviço passou então a ser desempenhado pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas, em colaboração com as Caixas Econômicas Federais, por intermédio da Administração do Serviço da Loteria Federal (arts. 2º e 3º).

Logo após o fim do regime militar, foi expedido o Decreto-Lei nº 204/67. Editado sob a égide do Ato Institucional 4 representou verdadeira reversão do percurso histórico ao fixar, no seu art. 1º que “A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei”.

Editado sob a égide do Ato Institucional 4 representou verdadeira reversão do percurso histórico ao fixar, no seu art. 1º que “A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União

não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei” (art.32 e art.33).

Analisando o teor das legislações acima apresentadas, é possível concluir que sempre foi aceita juridicamente a convivência legal da exploração das loterias pela União e pelos Estados.

No âmbito de seu parecer, em 1985, o autor Caio Tácito, concluiu que “na vigência dessas sucessivas consolidações do direito federal, sobrevive sempre o princípio da convivência entre a loteria federal e as loterias estaduais, apenas prescritos, quanto a estas, a limitação da eficácia ao seu território e o requisito formal de ratificação, pela autoridade federal, em face do regime de exploração por concessionários”².

É de se notar que, mesmo quando a União optou, em 1961, por restringir a exploração de loterias à modalidade direta no âmbito federal, permaneceu lícita a exploração de loterias pelos Estados, inclusive por meio de delegação.

Percebe-se assim que, durante mais de trinta anos, ainda que a União tenha assumido a edição de leis gerais sobre o tema, a legislação federal não se furtou a reconhecer a competência material dos Estado de explorar o serviço público.

O ponto de inflexão da matéria é saber se estava ao alcance do legislador ordinário reverter a tradição de exploração concomitante federal e estadual dos serviços de loteria. O exame dessa questão perpassa invariavelmente pelo desvendamento da natureza jurídica da exploração da atividade lotérica.

Em seu voto, no julgamento da DPF nº 493/2020-DF, inferiu que “renomados publicistas brasileiros como os professores Caio Tácito, Geraldo Ataliba, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Celso Antônio Bandeira de Melo, Hely Lopes Meirelles, Carlos Ari Sundfeld e Luís Roberto Barroso há décadas insistem no enquadramento das loterias como serviço público em sentido formal”.

Restou, pois, consolidado que, o essencial no serviço público, é o regime jurídico a que obedece, a parte que tem o Estado na sua regulamentação, no seu controle, os benefícios e os privilégios de que goza, o interesse coletivo a que visa atender.

² TÁCITO, Caio. Loterias Estaduais (criação e regime jurídico). Pareceres. Revista de Direito Público, 1985, p. 76.

No contexto da Constituição Federal de 1988, a doutrina acolhe esse posicionamento ao alinhar que “nem todos os serviços públicos estão previstos na Constituição, podendo ser criados por lei novos serviços públicos que instrumentalizem a realização de finalidades cometidas pela Constituição aos Entes da federação, sendo que, no caso dos Estados-membros e Municípios esta possibilidade é ainda maior em razão da competência subsidiária daqueles (art. 25, § 1º) e da abertura da Constituição ao atribuir a estes os serviços públicos ‘de interesse local’ (art. 30, V)”³.

Assim, acertada a afirmação do Ministro Luís Roberto Barroso, em artigo doutrinário, ao confirmar que “no que se refere à natureza jurídica da atividade lotérica, legem habemus”. De acordo com Sua Excelência: “É possível afirmar, assim, em linha de coerência com a posição doutrinária prevalente, que no Brasil a atividade de exploração de loterias é qualificada desde muito tempo, e até o presente, como serviço público”⁴.

Por conseguinte, o modelo agrega eficiência à prestação do serviço, o que se reflete na ampliação da sua disponibilidade à população e no incremento de receita para a Administração Pública.

A modelagem sugerida para a inserção do parceiro privado resume-se à delegação dos serviços de loterias por intermédio de licitação para a celebração de contrato de concessão entre Estado de São Paulo, na qualidade de Poder Concedente, e o operador privado, na qualidade de concessionário ou permissionário, tal como decorre da conclusão da análise da modelagem econômica e financeira.

A concessão comum, regida pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995 (que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175, da Constituição Federal, e dá outras providências) e legislação correlata, consiste no contrato pelo qual um determinado ente da federação delega a uma pessoa jurídica, de direito público ou privado, a execução remunerada de serviço público, para que esta o explore por sua conta e risco, por prazo e condições contratualmente determinados.

O fundamento constitucional da concessão comum se encontra no artigo 175, da CF 88, o qual atribui à Administração Pública, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. O dispositivo

³ Aragão, Alexandre Santos de. Direito dos Serviços Públicos. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pág.249.

⁴ BARROSO, Luís Roberto. op. Cit., p. 264.

constitucional deixa claro que a concessão comum é uma delegação de serviço público cuja incumbência original é da Administração Pública.

Nesse sentido, será exposto o detalhamento jurídico pertinente ao processo de ajustamento do ambiente das relações e competências vigentes, especialmente em relação aos instrumentos jurídicos, com vistas à efetivação de nova e adequada disposição institucional.

Portanto, por se tratar a loteria estadual, de serviço público, cuja exploração cabe à União, viável a sua delegação por meio de concessão comum.

Feitas as considerações acima, temos o cerne da questão é sabermos se a legislação ordinária federal pode restringir a titularidade de um serviço público a tal ou qual ente federativo, na ausência de resposta constitucional expressa; tampouco a Emenda Constitucional de 1969 previu a competência privativa da União sobre a matéria.

Reservavam-se aos Estados todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes eram vedados pela Constituição.

A questão ora apresentada não surgiu com o advento da Constituição Federal de 1988, uma vez que, já sob a égide da antiga Constituição de 1946, vigente quando da edição do Decreto-Lei 204/67, o texto constitucional também não atribuía exclusivamente à União o exercício das atividades lotéricas ou a exploração de concursos de prognósticos ou sorteios (art. 5º).

De fato, quando quis o constituinte atribuir com exclusividade à União a prestação de determinados serviços públicos, isso foi feito de forma expressa. É o que se extrai, por exemplo, da literalidade dos incisos X, XI e XII do art. 21 da CF/88:

Art. 21. Compete à União:

X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;

Aqui, a propósito, abro um parêntese para aclarar uma das teses trazidas pelos autores da ADPF e pela própria União, na condição de interessada. A rigor, o que está em discussão é saber se o texto constitucional conferiu ou não à União um regime de privilégio na exploração do serviço público de loterias. Por isso, não se revela tecnicamente adequado o argumento trazido de que a União não teria direito à exploração das loterias porque ausente tal previsão no art. 177 do texto constitucional.

Como amplamente sabido da doutrina e da própria jurisprudência desta Corte, o art. 177 da Constituição Federal de 1988 trata tão somente do monopólio na exploração de atividades econômicas em sentido estrito e não do chamado regime de privilégio na exploração de serviços públicos. Logo, a rigor, a análise do rol taxativo do art. 177 é de certa maneira irrelevante para a discussão jurídica ora enfrentada.

Dentro dessa lógica, o desvendamento da controvérsia em tela perpassa somente verificar, tanto em relação ao texto constitucional pretérito quanto em relação à Carta vigente, se existe alguma vedação – implícita ou explícita – à exploração das loterias pelos Estados.

Quando da edição do Decreto-Lei 204, de 27 de fevereiro de 1967, encontrava-se ainda vigente a Constituição de 1946. Seu texto continha ainda a fórmula clássica de que “aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição” (art. 18, § 1º). Não se continha nas atribuições da União qualquer referência às atividades lotéricas.

A Constituição de 1967, posterior ao Decreto-Lei 204, também manteve a lógica, prevendo no seu art. 13, § 1º, que “cabem aos Estados todos os poderes não conferidos por esta Constituição à União ou aos Municípios”.

Outra não foi senão a fórmula adotada pela Constituição Federal de 1988 ao dispor, no seu art. 25, § 1º, que “são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição”. Sob o pálio da manutenção tradicional dessa pedra de toque do constitucionalismo republicano brasileiro, não vejo como uma lei federal possa restringir a competência material de exploração de serviço público a determinado ente, sob pena de violação dos pilares do nosso federalismo.

A partir dessas premissas, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF nº 493/DF-2020, entendeu que:

- (i) A exploração de loterias ostenta natureza jurídica de serviço público (art. 175, caput, da CF/88), dada a existência de previsão legal expressa;
- (ii) Os arts. 1º e 32 do Decreto-Lei 204/1967, ao estabelecerem a exclusividade da União sobre a prestação dos serviços de loteria, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, pois colidem frontalmente com o art. 25, § 1º, da CF/88, ao esvaziarem a competência constitucional subsidiária dos Estados-membros para a prestação de serviços públicos que não foram expressamente reservados pelo texto constitucional à exploração pela União (art. 21 da CF/88);
- (iii) A competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, inciso XX, da CF/88) não preclui a competência material dos Estados para explorar as atividades lotéricas nem a competência regulamentar dessa exploração. Por esse motivo, a Súmula Vinculante 2 não trata da competência material dos Estados de instituir loterias dentro das balizas federais, ainda que tal materialização tenha expressão através de decretos ou leis estaduais, distritais ou municipais.
- (iv) Por outro lado, as legislações estaduais instituidoras de loterias, seja via lei estadual ou por meio de decreto, devem simplesmente viabilizar o exercício de sua competência material de instituição de serviço público titularizado pelo Estado-membro, de modo que somente a União pode definir as modalidades de atividades lotéricas passíveis de exploração pelos Estados.

Um dos primeiros a defender a possibilidade de exploração dos serviços lotéricos pelos Estados Federados, foi o Prof. Carlos Ari Sundfeld⁵, que:

- (i) tanto a Constituição de 1967 (posterior ao Decreto-lei nº 204/67), quanto a de 1988, não contêm dispositivo algum em que esteja explícito — ou mesmo implícito — que o serviço público de loterias é um serviço exclusivo da União Federal;
- (ii) como a própria legislação em vigor trata a loteria como um serviço público, e não como atividade econômica, não há que se falar em monopólio da União Federal, seja pela natureza da atividade, seja por não estar enumerada no art. 177 da Constituição de 1988;
- (iii) não sendo de competência explícita da União Federal e nem dos Municípios, não havendo proibição expressa no Texto Constitucional vigente, cabe aos Estados-membros a exploração dos serviços de loteria em seus respectivos territórios, com base na sua competência residual ou remanescente (art. 25, § 1º da Carta Magna), combinado com o caput do art. 18 (autonomia dos Estados-membros);
- (iv) se a loteria for criada por lei estadual, está claro que não há como caracterizar-se a contravenção do art. 51 do Decreto-lei nº 3.688/41, pois a contravenção somente seria punível se praticada por pessoa natural, e nunca por pessoa jurídica de direito público interno, que age sempre, presumivelmente, tendo por norte o interesse público; eventuais litígios devem ser resolvidos pelo STF, com arrimo no art. 102, I, (f) da Carta de 1988; e
- (v) last but not least, o ato federal de ratificação da loteria paranaense — Decreto nº 704, de 15 de março de 62, do Conselho de Ministros — assim como outros decretos que ratificavam loterias de outros estados da Federação foram revogados pelo Decreto de 25 de abril de 1991, expedido pelo então Presidente Fernando Collor, revelando a total desconformidade dessa exigência de ratificação com o modelo federativo inaugurado pela Carta de 1988.

⁵ SUNDFELD, Carlos Ari. Loterias Estaduais na Constituição de 1988 (parecer). *Revista de Direito Público*, n. 91, p. 95-102, jul./set. 1989

Faz-se necessário destacar que a ascensão dos serviços públicos delegatários de loterias tem justificativas bastante republicanas, pois se destina a realizar uma proteção da economia popular, além da própria ordem pública, extirpando comportamentos ilícitos de pessoas que viessem tão somente a pensar em lucros exorbitantes, sem quaisquer responsabilidades para com o particular, com práticas de cobranças em valores incompatíveis com o mercado atual, como também podendo gerar prejuízos aos particulares com o não pagamento dos prêmios aos ganhadores, gerando, assim, danos irreparáveis além de vilipendiar a imagem do Estado de São Paulo junto aos cidadãos.

Noutro giro se faz importante destacar que tal exploração do respectivo serviço trará um aumento significativo de receitas públicas para a fazenda estadual, podendo, assim, fomentar as atividades assistenciais, ou seja, buscando políticas públicas que venham a beneficiar os setores da sociedade paulista mais vulneráveis.

A Colenda Corte Superior de Justiça já vinha assim se manifestando, quando em dois julgados tratou de forma pontual quanto à legalidade, vejamos:

LOTERIA ESTADUAL. VINCULAÇÃO A OUTRO ESTADO. “RASPADINHA”. DECRETO-LEI Nº 6259/44.

A denominada “raspadinha”, dos Estados de Goiás e São Paulo, proibida de circular fora do território daqueles Estados, inclui-se na definição de loteria, do Decreto-lei nº 6259/44 (STJ, Recurso de Habeas Corpus nº 1239-DF, 6a T., Rel. Min. José Cândido, DJU de 23.09.91).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR. “BONUS DA SAÚDE”.

1. A competência para legislar sobre consórcios e sorteios é da União Federal. O Estado-membro pode legislar, concorrentemente, sobre loterias. Essa competência não foi atribuída aos municípios. 2. A liminar atacada foi deferida considerando os requisitos do “fumus boni juris” e do “periculum in mora”, motivo pelo qual deve ser mantida (TRF 4ª, AG nº 0134573-RS, 5a T., Rel. Juíza Dias Cassale, DJU de 16.11.95, p. 78873, g.n.)

A autonomia estadual se expressará tanto para instituir Produtos Lotéricos estaduais lastreados nas Modalidades Lotéricas previstas em lei federal, quanto para a criação de um ente integrante da Administração Pública que exercerá funções de uma Loteria.

O funcionamento desta Loteria, bem como do serviço que ela administra, depende, necessariamente, do exercício da competência material em ordem administrativa e financeira e, deste modo, a Loteria Estadual deve se autorregulamentar,

minimamente, sobre as seguintes regras: i) a quantidade, para emissão de “bilhetes, listas, cupons” etc., por evento; ii) a periodicidade dos sorteios; iii) a comercialização dos produtos lotéricos em ambientes físicos ou não físicos (on-line); iv) a destinação das receitas da Loteria; v) regras para exploração direta e condições exigidas do operador para exploração indireta dos produtos, seja por credenciamento, autorização ou contratação de permissionários e concessionários; e vi) homologação a bem do interesse público da criação de produtos lotéricos, amparados nas modalidades loterias e seu próprio layout, forma de controle, publicidade, regras de proteção e prevenção da ludopatia, fiscalização, divulgação de resultados, padrões de segurança e de certificação, entre outros temas necessários a viabilizar o funcionamento “adequado” do serviço público.

A Constituição Federal vigente, em seu art. 37, inc. XXI, dispõe que, salvo as situações excepcionais previstas na legislação ordinária, os contratos da administração relativos às obras, serviços, compras e alienações serão precedidos, necessariamente, de licitação pública.

Ao realizar a análise da ADPF Nº 492 e ADPF Nº 493 se faz necessário transcrever alguns pontos do Voto do Exmo. Sr. Ministro Relator, Dr. Gilmar Mendes, vejamos:

No contexto da Constituição Federal de 1988, a doutrina acolhe esse posicionamento ao alinhar que “nem todos os serviços públicos estão previstos na Constituição, podendo ser criados por lei novos serviços públicos que instrumentalizem a realização de finalidades cometidas pela Constituição aos Entes da federação, sendo que, no caso dos Estados-membros e Municípios esta possibilidade é ainda maior em razão da competência subsidiária daqueles (art. 25, § 1º) e da abertura da Constituição ao atribuir a estes os serviços públicos ‘de interesse local’ (art. 30, V)” (ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Direito dos Serviços Públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 249). Transladando esse parâmetro para a discussão enfrentada nessas ações de controle abstrato é que a doutrina enquadra as loterias como típicas atividades de serviço público. Desde 1932, como visto, o legislador não hesita em atribuir um regime jurídico de Direito Público a essas atividades. A previsão consta ainda expressamente do Decreto-Lei 6.259/44 e do próprio Decreto-Lei 204/67, que é discutido nestas ações de controle abstrato. Por esse motivo, parece-nos, no todo, acertada a afirmação do Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, em artigo doutrinário, ao confirmar que “no que se refere à natureza jurídica da atividade lotérica, legem habemus”. De acordo com Sua Excelência: “É possível afirmar, assim, em linha de coerência com a posição doutrinária prevalente, que no Brasil a atividade de exploração de loterias é qualificada desde muito tempo, e até o presente, como serviço público” (BARROSO, Luís Roberto. op. Cit., p. 264). Um corolário do enquadramento da exploração lotérica enquanto serviço público é a possibilidade de o legislador autorizar a prestação deste serviço público na modalidade indireta, por meio de concessão ou permissão. Isso porque a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como cláusula genérica,

no art. 175, que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

A partir das conclusões apresentadas acima, passaremos a entender como os Estados poderiam explorar as atividades de loterias, dentro das modalidades instituídas pela Lei nº 13.756/2018.

As normas gerais, e, algumas normas específicas para licitação e contratação de concessões comuns, partem da referência da Lei Federal nº 8.987/1995, com aplicabilidade subsidiária das disposições gerais sobre licitações e contrato administrativos da Lei nº 8.666/1993 ou, alternativamente, da Lei nº 14.133/2021.

Já os serviços de loterias, em nível nacional, sujeitam-se às disposições do Decreto-Lei nº 204/1967 e, no que forem compatíveis, às disposições do Decreto-Lei nº 6.259/1944.

1.1. Competências dos entes federados para concessão de serviço público

A legislação promulgada no âmbito da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais em matéria de licitações e contratos administrativos e em matéria de sistemas de consórcios e sorteios não obstaculiza a edição de normas específicas e complementares pelos Estados e Distrito Federal, relativamente às suas respectivas competências materiais.

Como destacado, os dispositivos do Decreto-Lei nº 204/1967 que qualificavam o serviço de loteria como serviço público exclusivo da União proibiam a criação de novas loterias pelos Estados e vedavam sua delegação à iniciativa privada não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, consoante o posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADPF 492/RJ e 493/DF e da ADI 4986/MT, conforme voto:

Transladando esse parâmetro para a discussão enfrentada nessas ações de controle abstrato é que a doutrina enquadra as loterias como típicas atividades de serviço público. Desde 1932, como visto, o legislador não hesita em atribuir um regime jurídico de Direito Público a essas atividades. A previsão consta ainda expressamente do Decreto-Lei 6.259/44 e do próprio Decreto-Lei 204/67, que é discutido nestas ações de controle abstrato.

Por esse motivo, parece-nos, no todo, acertada a afirmação do Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO, em artigo doutrinário, ao confirmar que “no que se refere à natureza jurídica da atividade lotérica, legem habemus”.

De acordo com Sua Excelência: “É possível afirmar, assim, em linha de coerência com a posição doutrinária prevalente, que no Brasil a atividade de

exploração de loterias é qualificada desde muito tempo, e até o presente, como serviço público” (BARROSO, Luís Roberto. op. Cit., p.264).

Um corolário do enquadramento da exploração lotérica enquanto serviço público é a possibilidade de o legislador autorizar a prestação deste serviço público na modalidade indireta, por meio de concessão ou permissão. Isso porque a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como cláusula genérica, no art. 175, que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

Assim, desde que observado o princípio da licitação, é lícito que o legislador abra a possibilidade de exploração das loterias por meio de concessão ou permissão.

Assim, no que diz respeito à competência material e legislativa dos Estados em matéria de loteria, preceitua o acórdão mencionado que “Tais normas estaduais, sejam leis ou decretos, apenas ofenderiam a Constituição Federal caso instituíssem disciplina ou modalidade de loteria não prevista pela própria União para si mesma, haja vista que, nesta hipótese, a legislação estadual afastar-se-ia de seu caráter materializador do serviço público de que o Estado (ou Distrito Federal) é titular, isto sim incompatível com o art. 22, XX, da CF/88”.

Logo, é perfeitamente possível que os Estados editem leis e decretos para a instituição e normatização da prestação do serviço público estadual de loterias diretamente por órgão ou entidade da Administração Pública ou, indiretamente, por meio de particular contratado em regime de concessão ou permissão de serviço público. A legislação estadual só está subordinada às balizas de caráter geral definidas na legislação federal, inclusive no tocante às modalidades lotéricas concebidas para a loteria federal. De resto, sob a égide da atual Constituição, os Estados têm relativa autonomia para legislar supletivamente sobre loteria e promover, direta ou indiretamente, sua exploração econômica.

Desse modo, entre os principais pontos da decisão supracitada, pode-se citar:

i) A exploração de loterias ostenta natureza jurídica de serviço público (artigo 175, caput, da CF/88), dada a existência de previsão legal expressa;

ii) Os artigos 1º e 32 do Decreto-Lei 204/1967, ao estabelecerem a **exclusividade da União sobre a prestação dos serviços de loteria, não foram recepcionados pela Constituição, pois colidem frontalmente com o artigo 25, §1º, da CF/88**, ao esvaziarem a competência constitucional subsidiária dos estados-membros para a prestação de serviços públicos;

iii) A competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (artigo 22, inciso XX, da CF/88) **não preclui a competência material dos estados para explorar as atividades lotéricas nem a competência regulamentar dessa exploração;**

iv) As legislações estaduais instituidoras de loterias, seja via lei estadual ou por meio de decreto, devem simplesmente viabilizar o exercício de sua competência material de instituição de serviço público titularizado pelo estado-membro, **de modo que somente a União pode definir as modalidades de atividades lotéricas passíveis de exploração pelos estados.**

Ao analisarmos o cenário supracitado, os movimentos existentes e as formas possíveis de contratação aplicáveis, é possível chegarmos a três formatos aparentemente viáveis: 1) credenciamento; 2) contratos de prestação de serviços; 3) concessões públicas.

Quanto ao primeiro item, temos que a loteria estadual faculta a *players* do mercado a se credenciarem por determinado tempo, para exploração de um ou mais produtos lotéricos. Desse modo, são pontos positivos do credenciamento: a) processo mais célere e potencialmente mais barato, uma vez que, pode não ser necessário o dispêndio de valor de outorga inicial. De modo contrário, temos a elevada taxa concorrencial, uma vez que diversos *players* podem explorar as mesmas modalidades, elevando os riscos para a atividade regulatória do Estado.

No que diz respeito à segunda alternativa, ressaltamos que a loteria estadual publica Edital de concorrência para contrato de prestação de serviços que objetiva a exploração de uma ou mais modalidades de produtos lotéricos. Nesse modelo o vencedor da licitação poderá explorar o mercado por tempo determinado e com baixos índices concorrenciais. Todavia, persiste a obrigatoriedade de adaptar-se ao modelo licitatório proposto, não obstante a possibilidade de propostas financeiras predatórias.

Por fim, e, tendo em vista a conclusão apresentada pela modelagem econômica e financeira da proponente, temos a delegação do serviço público. A loteria estadual publica Edital de concorrência para concessão pública que objetiva a exploração de uma ou mais modalidades de produtos lotéricos.

Aqui, o vencedor da licitação poderá explorar o mercado por elevado período para a amortização dos investimentos e lucro, possibilitando adaptações financeiras e maiores inovações mercadológicas, trazendo maior segurança jurídica, regulatória e outras vantagens tais e quais mencionaremos a seguir.

Nessa seara, não enxergamos nenhum aspecto contrário ao Poder Concedente, exceto para o particular que terá a obrigatoriedade de adaptar-se ao modelo licitatório proposto e potencial concorrência com grandes corporações.

Tradicionalmente da titularidade e execução direta pelo próprio Estado no Brasil, assim como em outros países, as diversas atividades inseridas no gênero “jogos lotéricos” sofrem uma rigorosíssima regulação estatal. Essa regulação é traduzida não só na edição de leis e regulamentos específicos para cada modalidade lotérica tendentes à sua instituição, disciplina e tributação, mas igualmente em uma forte intervenção estatal no segmento empresarial responsável por sua operacionalização, envolvendo também autorização e credenciamento para o funcionamento dos estabelecimentos privados em que tais atividades são desenvolvidas, além da fiscalização e controle permanentes de todo o ciclo relativo ao exercício do jogos de loteria.

Já destacava Diogo Neto Moreira⁶ (2014) que não sendo a Administração Pública a prestadora de serviços públicos, esta poderá delegar ao particular alguns serviços através de atos administrativos unilaterais e bilaterais, incluindo-se a concessão. É através das Concessões que o Estado desonera a prestação de serviços públicos que são de sua titularidade e os delega para o particular, sendo a falta de recursos uma das premissas para tal delegação.

Sem prejuízo da legislação específica, em nível nacional, as concessões e permissões do serviço público promovidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios submetem-se às disposições da Lei nº 8.987/1995. O inciso II do artigo 2º desse diploma define a concessão de serviço público como “a delegação de sua prestação feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

Tradicionalmente, a concessão de serviço público costuma ser caracterizada pela transferência ao concessionário do encargo de realizar investimentos para a prestação do serviço com recursos próprios, sendo remunerado com a receita advinda da

⁶ CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

exploração da atividade ou de receita vinculada. Em se tratando de concessão comum, o concessionário realiza os investimentos e explora o serviço por sua conta e risco, conforme as condições avençadas em contrato firmado com o Poder Concedente. Daí que a sua remuneração está condicionada ao resultado da prestação e, por conseguinte, o risco do empreendimento é transferido para o concessionário.

Em regra, as concessões de serviço público envolvem a prestação de atividades diretamente relacionadas a direitos fundamentais, aos quais incumbe ao Estado prover à população em geral.

São direitos públicos subjetivos materializados no texto constitucional e titularizados pela coletividade em geral e pelos indivíduos isoladamente, que se refletem em deveres do Estado e, conseqüentemente, da concessionária.

Essas situações reclamam um controle estatal mais intenso sobre a atividade do concessionário, tanto no que diz respeito às especificidades do serviço, quanto ao valor cobrado dos usuários, com vistas a assegurar princípios como regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade retratados no § 1º do artigo 6º da Lei nº 8.987/1995.

Especificamente em relação à destinação da receita oriunda do serviço de loteria, no caso da União, o serviço é prestado diretamente por entidade da Administração indireta (Caixa Econômica Federal) e sua receita é destinada integralmente ao Fundo Especial da Loteria Federal, cujos recursos são distribuídos conforme as destinações e percentuais discriminados no artigo 28 do Decreto-Lei nº 204/1967.

Em consonância com as balizas estabelecidas pelo legislador federal, a minuta do Projeto de Lei que acompanha este relatório traz disposições semelhantes.

Já em relação ao prazo de vigência, à míngua de prazo específico na legislação sobre concessões comuns, estima-se como dez anos o prazo adequado para a exploração da atividade com a amortização dos investimentos envolvidos, resguardada expressamente a possibilidade de prorrogação por igual período, em consonância com o disposto nos incisos I e XII do artigo 23 da Lei nº 8.987/1995.

2. PROPOSIÇÕES ACERCA DAS MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO COM EMBASAMENTO LEGAL E AVALIAÇÃO JURÍDICA DA VIABILIDADE DOS MODELOS INSTITUCIONAIS ALTERNATIVOS, OU COMPLEMENTARES, PARA FINANCIAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO - ARCABOUÇO JURÍDICO ACERCA DA AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE RISCO PARA DELEGAÇÃO E PERMISSÃO NAS MODALIDADES DE LOTERIAS APRESENTADAS PELO PROPONENTE

Até o presente momento, está claro que a forma de prestação dos serviços para as modalidades de loterias ocorrerá na forma de delegação do serviço público. Assim, a modelagem jurídica sugerida para a inserção do parceiro privado resume-se à delegação dos serviços de loterias por intermédio de licitação para a celebração de contratos de concessão e de permissão entre Estado de São Paulo, na qualidade de Poder Concedente/Permitente, e o operador privado, na qualidade de concessionário/permissionário, especialmente pelos motivos alhures explicados para embasar o presente entendimento.

As normas gerais e algumas normas específicas para licitação e contratação de concessões ou permissões comuns são disciplinadas pela Lei Federal nº 8.987/1995, com aplicabilidade subsidiária das disposições gerais sobre licitações e contratos administrativos da Lei nº 8.666/1993 ou, alternativamente, da Lei nº 14.133/2021 (se o poder público já estiver se valendo de tal instrumento jurídico).

Em contrapartida serviços de loterias, em nível nacional, sujeitam-se às disposições do Decreto-Lei nº 204/1967 e, no que forem compatíveis, às disposições do Decreto-Lei nº 6.259/1944.

Já sabemos que a legislação promulgada no âmbito da competência privativa da União para legislar sobre normas gerais em matéria de licitações e contratos administrativos e em matéria de sistemas de consórcios e sorteios não obstaculiza a edição de normas específicas e complementares pelos Estados e Distrito Federal, relativamente às suas respectivas competências materiais; entendimento confirmado pelo próprio Supremo Tribunal Federal tal como veremos adiante.

Deste modo, a loteria é serviço público porque foi assim qualificado pela União no exercício de sua competência constitucional para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, na forma do inciso XX do artigo 22 da Constituição Federal.

Nos termos do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, prevaleceu o critério formal, segundo o qual a uma atividade econômica é serviço público quando for

assim qualificada pelo direito positivo, com o regime jurídico característico dessas atividades consideradas pelo legislador de especial relevância para a coletividade.

A ilação, portanto, dá-se no sentido de que possíveis normas estaduais, sejam leis ou decretos, apenas ofenderiam a Constituição Federal caso instituíssem disciplina ou modalidade de loteria não prevista pela própria União para si mesma, haja vista que, nesta hipótese, a legislação estadual afastar-se-ia de seu caráter materializador do serviço público de que o Estado (ou Distrito Federal) é titular, isto sim incompatível com o art. 22, XX, da CF/88.

Nesse diapasão, é perfeitamente possível concluirmos que os Estados devem editar leis e/ou decretos para a instituição e normatização da prestação do serviço público estadual de loterias diretamente por órgão ou entidade da Administração Pública ou, indiretamente, por meio de particular contratado em regime de concessão ou permissão de serviço público.

A legislação estadual só está subordinada às balizas de caráter geral definidas na legislação federal, inclusive no tocante às modalidades lotéricas concebidas para a loteria federal; esta é uma condicionante básica.

Tendo em vista as premissas apresentadas, sob a égide da atual Constituição, não restam dúvidas no sentido de que os Estados têm relativa autonomia para legislar supletivamente sobre loteria e promover, direta ou indiretamente, sua exploração econômica.

Há de observar, contudo, que, em nível nacional, as concessões e permissões do serviço público promovidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios submetem-se às disposições da Lei nº 8.987/1995.

O inciso II do artigo 2º da Lei nº 8.987/1995 traz o conceito de concessão de serviço público como “a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

Por conseguinte, prescreve em seu inciso IV que a “permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.”

Feitas as considerações iniciais, é possível perceber que a delegação do serviço público de loteria estadual para o particular é instrumento seguro, desde

que adotadas as medidas necessárias ao entendimento da segurança jurídica, know-how operacional, técnico, administrativo e financeiro da proponente.

As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários (art. 4º da Lei nº 8.987/95) e dever se prestada de forma adequada ao pleno atendimento do usuário, sendo entendido como serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação (art. 6º, 1º da Lei nº 8.987/95). A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Nesse ponto, vale um adendo, posto que é a primeira vez que passaremos a entender o valor da contrapartida (pagamento da outorga).

Ou seja, atente-se para o fato de que, dada a não essencialidade do serviço público das loterias (conforme veremos adiante), a concessionária pode estipular o valor de bilhete que entender pertinente para amortizar os seus investimentos e extrair a sua remuneração, sem prejudicar o administrado (que, neste passo, poderá optar por fazer ou não a aposta).

Tanto é verdade que, em se tratando de Edital de seleção de delegatário, para operação de tais serviços, não faz sentido estipular o menor valor de “tarifa” como critério de seleção da concessionária (em futuro processo licitatório). Isto é, o critério para a seleção da concessionária/delegatária deve ser o de maior valor oferecido à Administração Pública em pagamento de ônus da outorga (artigo 15, inciso II, da Lei Federal n.º 8.987/95).

Desse modo, ainda que pela venda do bilhete a concessionária receba, do comprador (administrado), determinado valor, este poderá ser fixado livremente por ela, (possivelmente) sem a necessidade de intervenção/controle estatal. O valor da aposta não é o preço do serviço!

Desse modo, à comercialização dos produtos lotéricos é paga comissão variável, conforme a modalidade (Loteria Instantânea, Loteria de Sorteio de Números, Apostas Esportivas).

Nas modalidades de Loteria Instantânea e Loteria de Sorteio de Números, a principal atratividade do negócio lotérico se dá pelo alto volume e montante de prêmios pagos. Como o valor da premiação se dá em função do número de apostadores e da estrutura do jogo (probabilidade de sucesso e esquema de divisão

do montante arrecadado), a operação lotérica somente se torna viável em larga escala.

A renda líquida é a resultante da arrecadação do concurso, deduzidos as parcelas destinadas à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador e ao pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação. Em contrapartida, a parcela de recursos do agente operador será definida com base no percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção das modalidades apresentadas na proposta, após a dedução dos valores destinados a quem de direito (apontado pela legislação estadual) e das demais despesas com os serviços lotéricos.

Nesse diapasão, é de responsabilidade dos agentes operadores da possível loteria estadual a fixação dos valores das apostas, bilhetes previamente numerados e respectivas frações cartelas raspáveis e outros produtos lotéricos a serem cobrados dos apostadores, observado, sempre, o disposto na Lei federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, em especial no artigo 39, caput e respectivo inciso X.

Por isso, a operação, desde que observados rigorosos critérios de certificação quanto à higidez e lisura de programas de computador (software) ou de equipamentos (hardware) a serem utilizados, e de certificação quanto ao comprometimento do agente operador da Loteria do Estado de São Paulo com a adoção de práticas voltadas para o jogo responsável, proteção de vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes, etc.), é essencial para viabilidade do negócio.

Apenas para fins de esclarecimento quanto ao valor da outorga, este será constituído pelo fluxo de caixa esperado e atualizado conforme produto da arrecadação total obtida por meio da captação de apostas ou da venda de bilhetes de loterias, em meio físico ou em meio virtual, nas modalidades de Loteria Instantânea, Loteria de Sorteio de Números e Aposta Esportiva em meio físico.

A partir desses conceitos, temos que os recursos provenientes da atividade lotérica, auferidos da captação de apostas e da venda de bilhetes, serão vertidos para seu custeio, pagamento dos prêmios, quitação dos tributos incidentes e custeio das atividades de fiscalização, sendo seu saldo revertido ao Estado de São Paulo

No caso de exploração indireta, para as finalidades especificadas no caput deste dispositivo, a receita bruta total do serviço de loterias será arrecadada pelo operador e fracionada nas seguintes partes: i) – Cota-parte de premiação e custeio operacional: parcela destinada ao operador para pagamento dos valores da

premiação bruta, assim compreendido os valores dos prêmios e do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente, bem como para sustentação do serviço de loterias, nesta abrangidos o custeio, amortização, remuneração do operador e manutenção de todas as atividades associadas à exploração de loterias e; ii) Cota-parte do Poder Concedente: parcela destinado ao Estado de São Paulo , constituindo recurso para o custeio das atividades de regulação, controle e fiscalização do serviço de loterias e, também, para aplicação em programas e projetos públicos.

Caberá ao operador providenciar o repasse da cota-parte do poder concedente a partir da receita bruta auferida, conforme percentuais definidos em legislação, e, por conseguinte, o resultado líquido positivo da cota-parte do Poder Concedente será prioritariamente destinado a ações de desenvolvimento do esporte, observadas as políticas e agendas definidas pelo Governo do Estado.

A legislação que trata da delegação de serviço público impõe, ainda, que toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Nota-se, com isso, que o poder público estabelecerá suas regras, em instrumento convocatório, e, portanto, poderá trabalhar a delegação em consonância com os critérios da legislação estadual e normas que regulamentam as licitações e contratos.

Conforme redação do art. 18-A da Lei nº 8.987/95, o Edital de licitação será elaborado pelo poder concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterà, especialmente:

- I - o objeto, metas e prazo da concessão;
- II - a descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
- IV - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;
- V - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- VI - as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

- VII - os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;
- VIII - os critérios de reajuste e revisão da tarifa⁷;
- IX - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;
- X - a indicação dos bens reversíveis;
- XI - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;
- XII - a expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;
- XIII - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;
- XIV - nos casos de concessão, a minuta do respectivo contrato, que contera as cláusulas essenciais referidas no art. 23 desta Lei, quando aplicáveis;
- XV - nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
- XVI - nos casos de permissão, os termos do contrato de adesão a ser firmado.

Ainda, no caso de concessão, na qual for permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- i) comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- ii) indicação da empresa responsável pelo consórcio;
- iii) apresentação dos documentos exigidos nos incisos V e XIII do artigo 18-A da Lei nº 8997/95, por parte de cada consorciada;
- iv) impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Ora, do ponto de vista jurídico os riscos e possíveis impactos podem ser totalmente mitigados com a aplicação da legislação federal e legislação estadual que será aplicada.

Tal ponto de vista é calcado no fato de que a legislação também exige que devem ser cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas (art. 23):

⁷ Dada a não essencialidade do serviço público das loterias (conforme veremos adiante), a concessionária pode estipular o valor de bilhete que entender pertinente para amortizar os seus investimentos e extrair a sua remuneração, sem prejudicar o administrado na hipótese de preço elevado (que, neste passo, poderá optar por fazer ou não a aposta); assim, não faz sentido estipular o menor valor de tarifa como critério de seleção da concessionária.

- I - ao objeto, à área e ao prazo da concessão;
- II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;
- III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;**
- V - aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- VI - aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- IX - aos casos de extinção da concessão;
- X - aos bens reversíveis;
- XI - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- II - às condições para prorrogação do contrato;
- XIII - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- XIV - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e
- XV - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Grifamos o inciso “IV” do art. 23 da legislação para que fique claro que, no caso de delegação de serviço público de loterias, por não se tratar de serviço público essencial, tarifa e preços são conceitos econômicos distintos, especialmente pelo fato de que, no presente caso, como veremos, o critério da concessão será o de maior valor de outorga e, para a permissão, conforme critérios técnicos e econômicos a serem definidos previamente entre regulação estadual, particular e Poder Concedente.

E, em contrapartida, o poder público ainda dispõe de prerrogativas, posto que incumbe ao poder concedente e à cessionária:

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

- I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;
- IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;
- V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
- VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;
- VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante

outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço. (grifo nosso)

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III - prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão; V - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis; VI - promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no Edital e no contrato;

VII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

A legislação traz, também, hipóteses de extinção da concessão quando: i) O advento do termo contratual; ii) encampação; iii) caducidade; iv) rescisão; v) anulação; e vi) falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Quanto ao advento do termo contratual, o serviço poderá ser prestado por órgão ou entidade do poder concedente, ou delegado a terceiros, mediante novo contrato.

De outra banda, no que se refere à permissão, a Lei nº 8.987/95 prescreve que “A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta Lei, das demais normas pertinentes e do Edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente”.

Para melhor entendermos o cenário de riscos e mitigação dos riscos na delegação do serviço público, temos o seguinte panorama:

RISCOS JURÍDICOS					
RISCO	DEFINIÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCACÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE

		(Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco)	(Público, privado ou compartilhado)	(Alto, Baixo, Médio)	(Frequente, ocasional, remota ou improvável)
Relacionados ao Direito do Trabalho	Risco advindo do não cumprimento da legislação trabalhista, prejudicando o exercício das atividades objeto da concessão	Previsão no contrato acerca do comportamento da Concessionária ante a política de emprego e o gerenciamento de passivo trabalhista	Privado	Baixo	Remota
Relacionado ao Usuário/agente público	Risco advindo do não cumprimento do contrato e da legislação existente, gerando prejuízo aos usuários do serviço objeto da concessão	Previsão no contrato do dever de serem atendidas a legislação e as demais normas expedidas pelos órgãos competentes	Privado	Baixo	Ocasional
Ações judiciais e medidas administrativas	Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção da concessão	1) Previsão no contrato de como se dará a indenização no caso concreto, por exemplo, acidentes com terceiros, e no caso de ação ou omissão por parte da Concessionária; e 2) Previsão no contrato da obrigação da Concessionária de fazer seguro	Privado	Médio	Remota

		de responsabilidade civil contra terceiros ou arcar com o sinistro			
Relacionados a Direito Societário	Risco advindo do não cumprimento das normas societárias ocasionando má constituição da Concessionária, para gerar restrições	Previsão no contrato do dever de cumprimento às normas societárias em vigor. Realizar exame minucioso sobre todas as obrigações societárias a serem observadas	Privado	Baixo	Remota
Risco de Força Maior, Caso Fortuito e Fato Príncipe	Risco de que a capacidade de cumprir contrato, pré ou pós conclusão, é causada por motivo de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe	O parceiro privado deverá estabelecer fundo de reserva; fazer seguro contra tais eventos, caso sejam seguráveis em valor comercialmente aceitável; o governo deverá estabelecer contingência para a prestação de serviço alternativo; permitir a recomposição do desequilíbrio econômico- financeiro do contrato	Público	Médio	Remota
Mudança de legislação ou regulamentação	Mudança de legislação ou regulamentação aplicável aos contratos de concessão e à	Reequilíbrio Econômico- Financeiro	Público	Alto	Remota

	atuação do Poder Judiciário que aumentem os custos da operação ou investimentos, impeça a execução do contrato nos moldes projetados, afete o valor das apostas, altere tributos, taxas, impostos, etc.				
Intervenção de órgãos de controle externo	Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle que possam interromper ou obstaculizar a concessão.	Previsão de cláusula de compartilhamento de risco, alocando ao privado penalidades ou intervenções decorrentes exclusivamente de sua atuação. Previsão de alocação de risco ao Poder Público em razão da decisão de modelagem, dos documentos de licitação ou do procedimento licitatório etc.	Compartilhado	Médio	Frequente
Solução de conflitos	Imparcialidade do Poder Judiciário em eventuais disputas judiciais em questões	Previsão de cláusula arbitral para a solução de controvérsias	Compartilhado	Baixo	Remota

	decorrentes da execução do contrato				
--	---	--	--	--	--

Assim, entendendo o panorama geral acerca da segurança jurídica calcada no cenário apresentado pela modelagem financeira (modalidades de loteria), não se há falar grandes riscos, incertezas e problemas, na medida em que o poder público dispõe de todas as prerrogativas legais e contratuais para gerir a delegação.

3. AS RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO (PROPONENTE), DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, DO VERIFICADOR INDEPENDENTE, DE AGÊNCIA REGULADORA E DE EVENTUAIS OUTROS AGENTES ENVOLVIDOS

Por se tratar de PMI (Procedimento de Manifestação de Interesse) é possível que empresas consorciadas ou empresas não consorciadas apresentem suas propostas e estudos para operacionalização da loteria estadual em São Paulo.

Partindo da premissa de que os serviços de loteria estadual passarão a ser operacionalizados por delegação do serviço público, as responsabilidades do Estado e do Delegatário passam pelos mesmos conceitos já apontados pelos Tribunais Superiores.

A responsabilidade civil do Estado independe de contrato e é consequência da atividade estatal, traduzindo-se na obrigação de indenizar danos causados a terceiros. Após longa evolução doutrinária e jurisprudencial, a responsabilidade do Estado está prevista constitucionalmente.

A Constituição Federal de 88 estabelece, no parágrafo 6º do artigo 37, a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos diante dos danos que seus agentes causarem a terceiros.

Mudanças na administração pública ao longo dos anos introduziram a figura da concessionária ou permissionária de serviço público, pessoas jurídicas encarregadas de exercer atividades de competência do Estado. Além disso, a responsabilidade estatal se estende às entidades da administração indireta, como as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as autarquias.

No Brasil, a delegação de serviços está regulamentada pela Lei 8.987/95, na qual fica expresso que essas empresas prestam o serviço por sua conta e risco, e em caso de danos assumem a responsabilidade objetiva de repará-los. Com base na

lei, o Estado responde por eventuais danos causados pelas concessionárias de forma subsidiária.

A título de exemplo, a ementa do Recurso Especial – REsp nº 287.599/STJ está apresentada da seguinte maneira: ainda que exerça atividade concedida pelo Estado, responde em nome próprio pelos seus atos, devendo reparar os danos ou lesões causadas a terceiros. De efeito, a existência da concessão feita pelo Estado, por si, não o aprisiona diretamente nas obrigações de direito privado, uma vez que a atividade cedida é desempenhada livremente e sob a responsabilidade da empresa concessionária”.

Não obstante essa seja a regra, em alguns casos, a responsabilidade civil do Estado em delegações de serviços públicos em que ente federado firma convênio com o particular, especialmente para operacionalização de serviços que envolvam direito difusos (meio ambiente), esta responsabilidade passará a ser solidária.

No caso das loterias estaduais, contudo, não se há falar em responsabilidade solidária, mas, sim, em responsabilidade civil subsidiária, na medida em que pode surgir quando é comprovado que a concessionária não tem como arcar com a reparação devida. Nesses casos, o poder público assume a obrigação principal de indenizar ou reparar o dano.

Por se tratar de temática nova, ainda não temos precedentes judiciais que possam entender pela aplicação da teoria do risco administrativo em se tratando de responsabilidade civil do Estado quando da delegação do serviço público de loteria estadual⁸.

Todavia, no que diz respeito ao ônus da prova, o dever de indenizar pode ser afastado quando há provas de que o incidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima/usuário. Entretanto, devido à inversão do ônus da prova, cabe à concessionária de serviço público provar que não deu causa ao acidente (REsp 896.568).

⁸ As empresas que firmam contratos para a execução de serviços como fornecimento de água ou energia, ou construção e conservação de rodovias, são responsabilizadas pelos possíveis danos na mesma proporção do poder público executando os mesmos serviços. Para o STJ, é aplicada a teoria de risco administrativo do negócio. O ministro Villas Bôas Cueva resumiu o entendimento do tribunal no julgamento do **REsp 1.330.027**: “Quanto à ré, concessionária de serviço público, é de se aplicar, em um primeiro momento, as regras da responsabilidade objetiva da pessoa prestadora de serviços públicos, independentemente da demonstração da ocorrência de culpa. Isso porque a recorrida está inserta na Teoria do Risco, pela qual se reconhece a obrigação daquele que causar danos a outrem, em razão dos perigos inerentes a sua atividade ou profissão, de reparar o prejuízo”. Ao julgar o **REsp 1.095.575**, a ministra Nancy Andrighi lembrou que, mesmo antes da introdução do Código Civil de 2002, já era reconhecida a responsabilidade objetiva da concessionária de serviços públicos, tendo em vista o risco inerente à atividade exercida. https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-11-19_08-00_A-responsabilidade-do-Estado-e-das-concessionarias-de-servicos-publicos.aspx. Acessado em 22 de setembro de 2021 às 16h51.

No que tange às responsabilidades da Agência Reguladora, as agências, autarquias da administração indireta que apresentam autonomia administrativa e financeira (decorrente especialmente das 'taxas' ou valores de outorga cobradas do setor regulado), têm como função primordial serem executoras das políticas públicas delineadas pelo Poder Executivo e, para tanto, apresentam as funções executivas, normativas e julgadoras/sancionadoras.

Para Flávio de Araújo Willemann⁹:

O papel assumido pelas agências reguladoras de implementar as políticas públicas torna-as da mesma forma responsáveis por danos que sejam causados em razão do exercício de qualquer de suas funções, tanto para o segmento regulado, como para o usuário/cidadão, cabendo, portanto à agência indenizá-los. A primeira função é a executiva, a qual se inicia reiterando a necessidade de obediência aos requisitos legais de: competência, finalidade, forma, motivo e objeto, para todo ato administrativo. O dever de indenização existirá desde que decorrente de "fiscalização, consentimento ou sanção de polícia administrativa, que se afigure ilegal — ou abuso de poder, nas modalidades de excesso de poder ou desvio de finalidade — ou mesmo lícito, desde que imponha um sacrifício irrazoável e extraordinário à pessoa que compõe o segmento regulado (empresa ou usuário/consumidor)".

No caso da delegação de serviço público, temos uma característica essencial. É que, em relação aos serviços públicos, o Estado estabelece as condições a serem preenchidas pelos agentes para que possam prestar determinadas atividades, pois os serviços públicos só podem ser prestados por particulares mediante concessão ou permissão.

Portanto, há uma mitigação à livre concorrência, regra para o exercício de qualquer atividade privada, já que limitada a liberdade de acesso, fazendo com que o Estado se torne mais responsável ainda, pela fiscalização e controle dos serviços a serem prestados pelos particulares.

Nessa seara, a proteção aos consumidores constitui interesse primário das Agências Reguladoras e, muito embora não seja o seu único interesse, dentre outros, devem tutelar e compatibilizar essa pluralidade de interesses, com a finalidade de harmonizar de forma participativa, para que cumpram sua função de controlar e sancionar condutas abusivas de forma eficiente.

O artigo 7º da Lei nº 8.987/95 confere ao Código de Defesa do Consumidor uma delegação genérica à sua aplicabilidade aos serviços públicos, quando há uma

⁹ WILLEMANN, Flávio Araújo. Responsabilidade Civil das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

delegação da prestação dos serviços públicos pelo Estado a particulares, espera-se que o usuário ou consumidor do serviço seja tratado de forma individualizada, atraindo, assim, as regras do CDC.

Se assim o particular for visto como prestador do serviço público, nos parece razoável, como regra, entendermos que ao particular caberá o dever de indenizar direta e integralmente na ocorrência de dano e nexo de causalidade com a falha na prestação do serviço público, consoante os artigos 37, § 6º da CRFB/88 e artigo 25 da Lei Federal n. 8.987/95.

As empresas prestadoras de serviços públicos estão sujeitas ao regime de Direito Público, portanto, à responsabilidade objetiva prevista no artigo 37, §6º da CRFB/88 e artigo 43 do Código Civil de 2002, como salienta o prof. Cavalieri¹⁰:

[...] empresas prestadoras de serviços públicos – Metrô, Rede Ferroviária Federal, , Transportes Aéreos, Telefonia, etc. – estão sujeitas ao regime do Direito Público, incidindo então o art. 175 da Constituição. É que o serviço público, embora prestado por entidade privada, preserva a sua natureza estatal; a titularidade continua sendo da entidade pública – União, Estado ou Município – que recebeu da Constituição competência para explorá-lo (arts. 21,XI e XII; 25, § 2º; 30, V).

A grande discussão sobre o tema está na responsabilização das Agências Reguladoras (se esse for o modelo a ser adotado pelo estado de São Paulo) por falha ou ausência na fiscalização da prestação do serviço público.

Cumpramos salientar que, nesse caso, seria hipótese de ausência de fiscalização, estaremos diante de uma conduta omissiva, sendo, nesse caso, a responsabilidade das Agências Reguladoras objetiva, exigindo que o lesado prove todos os requisitos elencados, conforme lição de Willemann, que a omissão é específica e decorrente da inércia, em que o dever de agir está previsto em lei; que o dano é direto, imediato e específico e o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

No entanto, se o dano causado foi praticado pela própria empresa prestadora do serviço público, sem que tenha ocorrido ausência na fiscalização pela Agência Reguladora, não nos resta dúvida de que a própria empresa responda objetivamente pelos danos causados. Porém, se o dano foi causado pela empresa prestadora do serviço

¹⁰ CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 10.ed. São Paulo: Atlas. 2012

público, mas houve falha ou ausência de fiscalização por parte da Agência Reguladora, parece razoável o entendimento acima esposado por Willemann que ambas respondem objetivamente, a empresa diretamente e a Agência Reguladora subsidiariamente.

Como ensina Willemann no que se refere à responsabilidade civil das Agências Reguladoras perante as empresas que compõem o segmento regulado, nos casos de omissão regulatória específica, em realizar a revisão ou reajuste do contrato de concessão, principalmente quanto à fixação de tarifas, entendimento esse em que restando provado que Agência Reguladora não procedeu ao seu dever de deliberar sobre tal reajuste do contrato de permissão ou concessão dos serviços públicos por atos imputados ao Poder Público, deste será o dever de indenizar, excluída a obrigação da Agência, por ausência de nexo causal direto e imediato.

No contexto dessa modelagem jurídica, veremos que a regulação, de fato, deve ser feita por agência reguladora ou departamento criado com essa finalidade com condições que definam as responsabilidades dos envolvidos no projeto. Além disso, por questões de know-how e experiência de décadas, apontaremos a possível necessidade de Termo de Parceria com entidade reguladora internacional para gestão das boas práticas no quesito “regulação”.

Assim, cabe ao Poder Executivo, na qualidade de também responsável pelas políticas públicas setoriais, promover junto ao Poder Legislativo o encaminhamento político sobre as leis necessárias aos setores e suas agências, incluindo recursos orçamentários, quadro de pessoal e experiência profissional de seus dirigentes na área de atuação, focando as demandas que a sociedade realmente deseja, elevando assim a equidade e a eficiência da economia nacional.

4. IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAL DIFERENÇA ENTRE OS CENÁRIOS PREVISTOS PARA AS FORMAS DE DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO CONFORME PROPOSTO (CONCESSÃO E PERMISSÃO): INCERTEZAS, PROBLEMAS, RISCOS E INCENTIVOS

Sob a ótica jurídica, os riscos, incertezas e problemas residem justamente nas seguintes possibilidades: (i) de, mesmo em um cenário de legalidade e constitucionalidade, os concorrentes como a própria Caixa Econômica Federal e Lotex lancem estratégias concorrenciais para captação de novos clientes e impactar na receita da loteria estadual; (ii) de ser editada nova legislação não permitindo a exploração de

loterias por parte dos Estados; e/ou (iii) de o STF alterar o seu entendimento, por ora, unânime, sobre a inconstitucionalidade de Loterias Estaduais.

Por isso, a importância da identificação do impacto das Loterias Estaduais para o Projeto não é essencialmente jurídica, mas, sim, econômico-financeira (principalmente em relação à demanda).

Antes de ingressarmos no mérito da celeuma indicada no presente requisito estipulado pelo Edital de chamamento público, enxerguemos o contexto dos dois cenários os quais os proponentes ofertam, de acordo com a modelagem econômica e financeira.

No que diz respeito às modalidades de sorteio de números (físico e virtual), instantânea (físico e virtual) e de apostas esportivas (nesse ponto, apenas em meio físico), temos que deve ser adotada a delegação na forma de **CONCESSÃO (o que denominamos de cenário “A”)**, posto que se adequa para a exploração dos serviços lotéricos nos quais tenham assegurada a exclusividade na prestação dos serviços, ao longo do prazo contratual, sendo a exclusividade compreendida como a ausência de contratação, pelo Estado de São Paulo, de outra pessoa física ou jurídica para a exploração da(s) mesma(s) modalidade(s) lotérica(s).

Para o caso de loteria estadual de **apostas esportivas em meio virtual**, após o estudos da modelagem econômica e financeira sugerimos a modalidade de **PERMISSÃO (o que denominamos de cenário “B”)**, vez que, nesse modelo os serviços lotéricos não têm assegurada a exclusividade na prestação dos serviços, ao longo do prazo contratual, de modo que o Estado de São Paulo possa contratar, concomitantemente, mais de uma pessoa física ou jurídica para a exploração da(s) mesma(s) modalidade(s) lotérica(s).

Continuando com a digressão teórica, dos fatos e daquilo que aponta a modelagem econômica e financeira, e, ante o teor da decisão do STF de 30 de setembro de 2020 que permite aos Estados e ao Distrito Federal implantarem e operacionalizarem suas respectivas loterias, desde que tal operação se limite às modalidades lotéricas aprovadas pelo Congresso Nacional.

A modelagem econômica sugere um único operador para os modelos de Loteria Instantânea (virtual e físico) e Sorteio de Números (virtual e físico), assim como vários operadores para Apostas Esportivas (virtual).

Restou evidenciada a sugestão de um número fixo de licenças para as Apostas Esportivas, de modo a maximizar a operação, especialmente em seu formato físico,

tomando como base a renda *per capita*, a experiência de loterias em países de primeiro mundo, custos fixos, atratividade e volume de prêmios a serem pagos.

Dentro desse contexto, um corolário do enquadramento da exploração lotérica enquanto serviço público é a possibilidade de o legislador autorizar a prestação deste serviço público na modalidade indireta, por meio de concessão ou permissão.

Isso porque a Constituição Federal de 1988 estabeleceu como cláusula genérica, no art. 175, que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos”.

Assim, desde que observado o princípio da licitação, é lícito a concessão de serviço público costuma ser caracterizada pela transferência ao concessionário do encargo de realizar investimentos para a prestação do serviço com recursos próprios, sendo remunerado com a receita advinda da exploração da atividade ou de receita vinculada.

Em se tratando de concessão comum, o concessionário realiza os investimentos e explora o serviço por sua conta e risco, conforme as condições avençadas em contrato firmado com o Poder Concedente. Daí que a sua remuneração está condicionada ao resultado da prestação e, por conseguinte, o risco do empreendimento é transferido para o concessionário.

As duas formas de delegação de serviço público (permissão e concessão) possuem pontos convergentes e pontos distintos.

São pontos convergentes entres os dois institutos:

- (i) Possuem o mesmo objeto: a prestação de serviços públicos;
- (ii) Ambos são formalizados por contratos administrativos;
- (iii) Representam a mesma forma de descentralização – ambos são resultantes de delegação negocial;
- (iv) Não dispensam licitação prévia;
- (v) Recebem, de forma idêntica, a incidência de várias particularidades desta categoria de delegação, como, por exemplo, a supremacia do Estado, mutabilidade contratual, remuneração, etc.

De modo contrário, o que distingue os institutos é que, enquanto a concessão pode ser contratada com pessoa jurídica, ou consórcio de empresas, a permissão,

somente pode ser firmada com pessoa física ou jurídica. Isto significa que não há concessão com pessoa física, bem como não haverá permissão com consórcio de empresas, residindo a distinção na natureza do delegatário.

Portanto, levando em consideração a necessidade apresentada no Edital do Chamamento Público, especialmente quanto ao cenário “A”, e, também, os conceitos jurídicos apontados acima, a melhor forma de contratação se daria por concessão.

O cenário “A”, dentro do escopo de conclusão apresentado pela modelagem econômica e financeira, adequa-se para as seguintes modalidades com um único operador monopolista no Estado de São Paulo: sorteio de números (físico e virtual), instantânea (físico e virtual) e de apostas esportivas (nesse ponto, apenas em meio físico).

Consequentemente, o conjunto de dados e cálculos de estudo de demanda, modelagem econômica e financeira e evidências empíricas sugerem que, em sua partição virtual, as apostas esportivas devem ser oferecidas em formato concorrencial (por permissão), e, em contrapartida, em sua partição física devem ser oferecidas em forma de concorrência monopolista.

Para fins de didática e para atendimento integral dos itens de um possível Edital, passaremos a analisar incertezas, problemas, riscos e incentivos.

4.1. Incertezas, problemas e riscos quanto à delegação na forma de concessão do serviço público

Considerando as modalidades sorteio de número e instantânea tanto virtual quanto física e aposta esportiva em meio físico há, ao menos, **seis argumentos econômicos e financeiros que sustentam a necessidade e existência de apenas um único operador licenciado em todo o Estado de São Paulo** e que, também, expõem possíveis incertezas:

- Argumento 1: a experiência no mundo desenvolvido evidencia que sorteio de números ou instantânea são monopólios regionais (Estados ou Conjunto de Estados) ou nacionais. Em algumas localidades, existe a

possibilidade de duopólio entre loterias locais e jogos resultantes de operação conjunta interregional por meio de um consórcio¹¹.

- Argumento 2: do ponto de vista microeconômico, as operações das modalidades lotéricas sorteio de números e instantânea caracterizam-se em um monopólio natural, em virtude de suas três seguintes características: i) custos fixos elevados (setup outorga/licença) e com alto grau de irrecuperabilidade; ii) custo marginal baixo; iii) baixos custos logísticos (armazenagem e transporte de bilhetes).

- Argumento 3: nessas duas modalidades, a atratividade do negócio lotérico se dá pelo alto volume de prêmios pagos. Como o valor da premiação se dá em função do número de apostadores e da estrutura do jogo (probabilidade de sucesso e esquema de divisão do montante arrecadado)¹², a operação lotérica somente se torna viável em larga escala¹³;

- Argumento 4: necessário ponderar sobre o efeito *cross border* no setor lotérico. Em países com operadores regionais distintos, existe a tendência de os habitantes da região “A” utilizarem os serviços de loteria da região vizinha “B” causando impactos negativos na receita do operador “A”, o que prejudica o poder concedente, que é naturalmente sócio do concessionário, por deter percentual do faturamento deste, já que é utilizado para financiar alguma política pública. Como o valor da premiação se dá em função do número de apostadores e da estrutura do jogo (probabilidade de sucesso e esquema de divisão do montante arrecadado), a operação lotérica somente se torna viável em larga escala¹⁴¹⁵¹⁶;

¹¹ World Lottery Association, WLA Compendium, WLA, 2019.

¹² P. J. Cook e C. T. Clotfelter, “The peculiar scale economies of lotto,” *American Economic Review*, nº 83, p. 634–643, 1993.

¹³ C. T. Clotfelter e P. J. Cook, “On the Economics of State Lotteries,” *Journal of Economic Perspectives*, vol. 4, nº 4, pp. 105-119, 1990.

¹⁴ R. Brown e J. Rork, “Copycat gaming: A spatial analysis of state lottery structure,” *Regional Science and Urban Economics*, vol. 35, p. 795–807, 2005.

¹⁵ D. M. Walker e J. D. Jackson, “State lotteries, isolation and economic growth in the U.S.,” *Review of Urban and Regional Development Studies*, vol. 11, nº 3, p. 187–192, 1999.

¹⁶ T. A. Garrett e T. L. Marsh, “The revenue impacts of cross-border lottery shopping in the presence of spatial autocorrelation,” *Regional Science and Urban Economics*, vol. 32, nº 4, p. 501–519, 2002.

- Argumento 5: interessante considerar o esforço regulatório adicional para efetuar os seguintes controles relativo à procedência do apostador no canal de vendas virtual lembrando que este pode amplificar o efeito cross border mencionado acima, dificultando ainda mais a sobrevivência de eventuais múltiplos operadores de loteria no Estado de São Paulo relativos aos elevados custos de fiscalização sobre vendedores que decidam comercializar loterias para mais de um operador nos canais físicos de venda¹⁷;
- Argumento 6: no Brasil, já existe um competidor em nível nacional para a modalidade sorteio de números (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) e um potencial competidor nacional para a loteria instantânea (Lotex), de modo que essa barreira pode prejudicar o ganho em escala e os custos operacionais e regulatórios para o Estado e para o particular;

Nesse diapasão, é possível notar que outra possível incerteza é a forma de canibalização e de adição de novo jogo ao portfólio do operador. Todavia, apesar de a introdução de novo jogo promover impacto negativo nas vendas dos demais, a arrecadação total aumenta.

O incremento na receita total é maior se o novo jogo for diferente em sua estrutura (probabilidades de sucesso e categorias de prêmios) em relação aos outros. Além disso, que a diversificação temporal de jogos ofertados pelo operador é necessária para manter o interesse do consumidor no setor; situação que não é usualmente feito pela monopolista federal.

Advogam em favor da concessão para as modalidades lotéricas acima mencionadas, mitigando as incertezas, a própria natureza deste instituto (concessão), enquanto forma de delegação de serviço público, na medida em que possui os seguintes atributos: a) inexistência de interesse do Estado em subsidiar o concessionário para garantia da modicidade; b) regime de liberdade de precificação, com o pagamento de outorga e/ou de uma parcela da receita ao Poder Concedente; c) eficiência do serviço público concessionado; d) o prazo adequado para a exploração da atividade com a amortização dos investimentos envolvidos, resguardada expressamente a possibilidade de prorrogação por igual período, em consonância com o disposto nos incisos I e XII do artigo 23 da Lei nº 8.987/1995; e) universalização do serviço; f) técnicas mais

atualizadas para execução dos serviços; g) geração de empregos, renda, sustentabilidade, receitas tributárias e destinação de receitas pra causas boas; h) atuação da agência reguladora estadual.

Um dos princípios do direito administrativo é o da eficiência. É isso que os gestores públicos devem ter em mente ao planejar e executar as políticas públicas e ao oferecer os serviços essenciais à população.

No entanto, dadas as dificuldades orçamentárias, fica praticamente impossível para o poder público garantir a realização de todos esses serviços de forma satisfatória.

O que se tem visto nos últimos anos, no Brasil, é um questionamento cada vez maior sobre a falha na prestação dos serviços públicos, sejam eles concessionados ou prestados diretamente pela administração pública.

No entanto, para o cidadão, o que um contrato de concessão garante são bases mais sólidas de como esse serviço será prestado. Ou seja, maior eficiência, já que a iniciativa privada tem um contrato para cumprir.

Toda concessão envolve, ao menos, três lados distintos e, para todos eles, há vantagens: a empresa privada, a administração pública e o cidadão. No caso do primeiro, a vantagem é conseguir lucrar ao prestar um serviço no qual você tem expertise com o menor recurso possível, sem deixar de lado a entrega do serviço com eficiência.

Para o gestor público, a principal vantagem é a simplificação de um processo burocrático e que vai demandar um esforço grande e, por vezes, insatisfatório.

Para realizar uma obra de infraestrutura, por exemplo, a administração pública precisa percorrer uma longa caminhada, que inclui a contratação de uma empresa para realizar o projeto de engenharia, além da fiscalização e controle desse projeto. Depois você deve fazer a licitação da obra e arcar com todos os ônus possíveis, como atraso na entrega, extrapolção do orçamento fixado, etc.

Já para o cidadão, a vantagem é que há uma garantia de que o serviço será efetivamente prestado, que a obra será entregue dentro do prazo estabelecido (porque há sanções às empresas que não cumprirem com suas obrigações) e que se há algum problema, ele poderá recorrer diretamente à empresa que presta o serviço e, possivelmente, receberá uma resposta em menos tempo.

Nota-se, portanto, que não se há falar em incertezas, especialmente pelo fato que, tanto do ponto de vista legal quanto do ponto de vista operacional, tecnológico e financeiro, a expertise do proponente mitiga tais incertezas.

4.2. Possíveis problemas e riscos quanto à delegação de serviço público na forma de concessão

Como dito acima, os possíveis problemas a serem enfrentados, do ponto de vista operacional, estão relacionados a fatores externos cujos dados nos dizem exatamente o contrário, posto que, culturalmente, o brasileiro tem o hábito de fazer sua “fezinha” em jogos lotéricos.

Além disso, a possível cogitação de riscos e incertezas decorrem da análise do atual cenário de loterias, posto que, a Caixa Econômica Federal não explora as atividades com eficiência, não investe em marketing e não possui operação com capilaridade para penetrar em todas as camadas sociais, enquanto ponto de venda.

Como as modalidades acima serão exploradas na forma de concessão, a ideia é estabelecer uma obrigação no futuro contrato de concessão determinando que, caso a criação de uma nova forma de loteria venha a impactar no respectivo equilíbrio econômico-financeiro (fato da Administração), proceder-se-á sua respectiva recomposição. Ou seja, uma matriz de riscos bem desenhada mitigará o risco em questão.

Tradicionalmente, a concessão de serviço público costuma ser caracterizada pela transferência ao concessionário do encargo de realizar investimentos para a prestação do serviço com recursos próprios, sendo remunerado com a receita advinda da exploração da atividade ou de receita vinculada.

Em se tratando de concessão comum, o concessionário realiza os investimentos e explora o serviço por sua conta e risco, conforme as condições avençadas em contrato firmado com o Poder Concedente. Daí que a sua remuneração está condicionada ao resultado da prestação e, por conseguinte, o risco do empreendimento é transferido para o concessionário¹⁸.

Outro aspecto fundamental atinente aos contratos de concessão refere-se aos riscos do concessionário e à respectiva remuneração, que deve estar vinculada à receita advinda da exploração econômica da obra ou serviço público. A questão é bem delineada por Marçal Justen Filho:

¹⁸ Em que pese a assunção do risco do empreendimento pela iniciativa privada, as partes contratantes, concedente e concessionário, fazem jus ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, baseado na teoria da imprevisão, desde que as condições contratadas sejam substancialmente alteradas por fatos supervenientes e imprevisíveis, estranhos às vontades delas, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual, consoante dicção do artigo 9º da Lei nº 8.987/95, mais precisamente dos seus parágrafos 2º, 3º e 4º.

A concessão de serviço público produz a exploração empresarial de um serviço público. Isso significa que o concessionário aplicará seus recursos e esforços para prestação do serviço público, mas visando a obtenção de lucro. Costuma-se afirmar que o concessionário assume o “risco” do empreendimento, afirmativa que deve ser bem compreendida para evitar o equívoco.

Somente seria possível atribuir o risco do empreendimento integralmente ao particular se a concessão transformasse o serviço em privado. [...]

É essencial à concessão o vínculo entre a remuneração do particular e a exploração do serviço, o que significa que a remuneração será variável em vista da eficiência organizacional e do consumo dos usuários¹⁹.

Inobstante o fato de que as loterias possuem características nitidamente comerciais, não havendo qualquer direito fundamental correlato à sua prestação, não há qualquer interesse público do Estado em subsidiar o concessionário para a garantia da modicidade. Nesse sentido, é ululante que o modelo mais adequado para a delegação desse serviço é o de concessão comum regida pela Lei nº 8.987/1995 e pelas disposições da legislação estadual específica, com o pagamento de outorga e/ou de uma parcela da receita ao Poder Concedente.

Desse modo, é possível concluir pela inexistência de riscos para a operação a ser implantada.

4.3. Dos incentivos reais ao cenário da concessão do serviço público para as modalidades indicadas pelo proponente

Os incentivos jurídicos para que as modalidades de loterias apresentadas acima sejam exploradas na forma de concessão, são vários (para o poder público e para o particular).

Antes, porém, entendamos que, de acordo com a indicação da modelagem econômica e financeira a projeção de resultados é baseada em duas premissas básicas:

- i) O *payout*, parcela do faturamento que retorna ao apostador sob a forma de prêmios, o retorno do operador e a receita para as boas causas (governo) estão alinhados com as melhores práticas ao redor do mundo;
- ii) Operador operacionalizará todas as modalidades eficientemente.

¹⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10ª ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2014, p. 762.

Ora, vimos que o recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal foi no sentido de que “Os estados-membros detêm competência administrativa para explorar loterias. A competência da União para legislar exclusivamente sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive loterias, não obsta a competência material para a exploração dessas atividades pelos entes estaduais”²⁰.

Não restam dúvidas quanto ao fato de que o posicionamento da Suprema Corte traz a necessária segurança jurídica para exploração direta ou indireta do serviço de loterias pelos demais entes federativos, daí a possibilidade de eventuais interessados apresentarem contribuições para a delegação do serviço.

A partir disso, podemos concluir que, por se tratar de delegação, esta se operacionalizaria na forma de concessão e de permissão.

Vimos, também, as vantagens do instituto da concessão, e, um dos grandes incentivos diz respeito à possibilidade de o Estado escolher um particular (por procedimento licitatório) com todo *know-how* financeiro, operacional e tecnológico para operar, com eficiência o serviço público.

Observando a possibilidade legal e os números que envolvem o negócio da loteria estadual, não nos restam dúvidas no sentido de que a presente modelagem trará bons frutos do ponto de vista financeiro (para o poder público e para o particular), com segurança jurídica, contestabilidade e atenção às normas consumeristas no Brasil, destinação de receitas para boas causas (saúde e assistência social, por exemplo) e com regulação e fiscalização.

5. DAS POSSÍVEIS INCERTEZAS, PROBLEMAS, RISCOS E INCENTIVOS PARA A DELEGAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO NA FORMA DE PERMISSÃO

Tudo quanto mencionado nas linhas anteriores se aplica para a possibilidade de delegação, por permissão.

A legislação que trata da delegação do serviço público deixa claro que as formas de delegação do serviço público podem ser por concessão de serviço público, concessão de serviço público precedida da execução de obra pública ou por permissão de serviço público.

²⁰ STF, ADPF 492/RJ, ADPF 493/DF e ADI 4986/MT, Relator: Ministro Gilmar Mendes, Órgão Julgador: Plenário Julgado em 30/09/2020.

Diz a Lei nº 8.987/95, em seu art. 2º, IV, que permissão de serviço público é “a delegação, a título precário, mediante licitação da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco”.

No caso dos serviços públicos, exige-se o contrato, que será de adesão, revogável unilateralmente, precário, não se podendo mais falar em ato unilateral para esse tipo de caso, embora a doutrina não seja pacífica nesse sentido. Assim prevê o art. 40 da mesma lei:

“A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, das demais normas pertinentes e do Edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente”.

Contrato “de adesão é aquele contrato “pronto”, em que não se discutem as cláusulas: ou se aceita como é proposto (se adere a ele), ou não se aceita.

Precário é o contrato que não dá garantias ao contratado (permissionário) de permanência do vínculo com a Administração Pública, ou seja, a qualquer momento e sem indenização a mesma poderá revogar esse contrato.

Esse é o entendimento majoritário da doutrina. Porém, alguns ainda ressaltam que em sendo a permissão condicional ou onerosa, ou seja, que impõe algum ônus ou permissionário, tal revogação deve garantir seus direitos, inclusive podendo haver indenização.

Diante desse cenário, tendo em vista que a modelagem financeira aponta para a modalidade de apostas esportivas em meio virtual para vários operadores, entendemos que este tipo de vínculo deve ser feito pelo instituto da permissão.

Para melhor corroborar com a nossa conclusão, temos as seguintes características dos permissionários:

- É delegação de serviço público ou uso de bem público, feita pelo poder concedente (União, Estado-membros, Distrito Federal ou Municípios) em cuja competência se encontra o serviço delegado;
- Não transfere a titularidade, somente a execução ou uso;
- Feita através de contrato de adesão, precedido de licitação (art. 175, CF/88);

- Tal contrato tem natureza de ato unilateral da Administração, sujeito às regras do direito público;
- Cabe à União fixar normas gerais de contratação, em todas as modalidades (art. 22, XXVII, CF/88);
- A execução do serviço pelo concessionário é por sua conta e risco, com natureza de preço público. Ressalte-se que este não se confunde com o valor da aposta;
- Concedente fixa normas de prestação do serviço ou uso do bem público, fiscaliza e impõe sanções;
- A responsabilidade civil objetiva (art. 37, § 6, CF/88) se aplica ao permissionário que causa prejuízos a terceiros, em decorrência da prestação de serviço público;

Ora, por se tratar de vários possíveis operadores, cujos problemas podem ser maiores, especialmente os relacionados à operação, rastreabilidade das informações, possíveis infrações, infratores, necessidade maior de fiscalização e prevenção aos possíveis atos de manipulação de resultados, baixo custo inicial, a permissão, por contrato de adesão **se mostra como sendo a melhor opção para operação de loteria na forma de aposta esportiva em meio virtual, na medida em que possíveis penalizações e revogação da permissão sejam rapidamente sanadas para não comprometer a operação, mormente do ponto de vista econômico e financeiro.**

6. DOS PARECERES JURÍDICOS FUNDAMENTADOS COM ANÁLISE DA VIABILIDADE JURÍDICA DO MODELO PROPOSTO (ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, REGULATÓRIOS, ADMINISTRATIVOS, AMBIENTAIS, CIVIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS), INDICANDO LEGISLAÇÃO, DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA (INCLUSIVE DE TRIBUNAIS DE CONTAS) SOBRE O MODELO

Em parecer apresentado pelo doutrinador Joel Menezes Niebuhr, o tema foi enfrentado e a conclusão sobre a possibilidade do tema se mostrou da seguinte maneira:

À título de conclusão, diante dos elementos apresentados neste relatório, afirma-se em caráter de considerações finais:

- (i) Compete à União legislar privativamente sobre loterias, resguardada a competência supletiva dos Estados para legislar sobre a matéria;

- (ii) O serviço público de loteria pode ser explorado diretamente por órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou indiretamente por particular contratado em regime de concessão ou permissão;
- (iii) Dentre as modalidades de concessão, as especificidades do serviço de loteria recomendam a adoção da concessão comum, regulamentada em âmbito nacional na Lei nº 8.987/1995;
- (iv) A formalização do contrato de concessão do serviço de loteria deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência, pelo critério de julgamento de maior oferta de pagamento pela outorga, observadas as demais disposições das Leis nº 8.987/1995 e nº 8.666/1993;
- (v) O Estado de São Paulo deverá realizar audiência e consulta públicas com antecedência mínima de 30 dias contados da data prevista para publicação do Edital;
- (vi) Em razão das especificidades inerentes a esse serviço público de caráter industrial e comercial, recomenda-se a adoção de um regime de liberdade tarifária, em que o concessionário define o preço pela prestação do serviço e transfere ao Poder Concedente uma parcela de sua remuneração, observadas as disposições específicas sobre as modalidades lotéricas estabelecidas na legislação estadual a ser editada;
- (vii) O prazo de 10 anos, passível de renovação, encontra-se em consonância com as disposições da Lei nº 8.987/1995.

Não obstante as observações necessárias quanto ao que o Autor chama de “regime de liberdade tarifária”, a possibilidade de realização da delegação de serviço público para concessão e permissão no modelo proposto, é de clareza solar.

Além disso, em outra consultoria contratada pela proponente, o consórcio Consórcio EY / Moysés & Pires / Zancan, analisando o caso do Leilão da LOTEX, se debruçou sobre o assunto e chegou à conclusão pela viabilidade jurídica do projeto.

Assim, no que tange aos aspectos administrativos, ambientais, civis e trabalhistas, estes já foram enfrentados nos pareceres acima; serão juntados os pareceres para fins de melhorar a didática da presente modelagem jurídica.

7. DA IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE TODOS OS TRIBUTOS RELACIONADOS AO PROJETO

Na identificação da carga tributária incidente no negócio de exploração de loterias instantâneas no Brasil, faz-se necessário abordar o tema em etapas distintas e em razão das atividades exercidas por cada um dos envolvidos na operação.

O objetivo da presente análise é identificar a incidência tributária em todos os níveis (federal, estadual e municipal) para cada uma das etapas da operação que envolva a exploração das loterias instantâneas, bem como a análise e identificação da carga tributária vinculada à aquisição e distribuição dos bilhetes impressos de jogo e a tributação do prêmio (concurso de prognósticos).

Com isso, a análise abrangerá:

- Tributação do prêmio pago aos apostadores;
- Tributação da operadora na condição de administradora e comercializadora de apostas;
- Tributação na produção de bilhetes, e
- Tributação das Unidades comercializadoras das apostas em função de subcontratação pela operadora (permissionários lotéricos ou outros canais de venda – pessoas jurídicas).

Importante ressaltar que atualmente não há legislação que trata especificamente da tributação das loterias instantâneas, razão pela qual necessário estabelecer, em momento futuro, os percentuais entre Estado e operador.

Em algumas jurisdições analisadas, a remuneração do Operador corresponde à diferença entre o valor arrecadado e o prêmio pago. Devemos considerar que em tais jurisdições não há repartição e direcionamento de parcela da arrecadação para outras entidades como ocorre no nosso caso.

O cenário brasileiro da repartição da arrecadação é definido em lei, ou seja, existe simples destinação do valor arrecadado, não devemos considerar para todos os fins que os repasses devam ser tratados como custo da operação (ou taxas, tributos, contribuições de qualquer espécie) o que faria com que a Receita Bruta fosse o total arrecadado menos o prêmio. Isso impactaria a base de cálculo de todos os tributos incidentes sobre a Receita Bruta (PIS/COFINS e ISS).

Entendemos que, dado o panorama legislativo, existem elementos suficientes para determinar que a Receita Bruta da Loteria Estadual de São Paulo, para fins fiscais, deve ser o valor atribuído no âmbito da Lei nº 13.155/2015, ou seja, os 18,3% do total arrecadado (sugestão que pode repensada a partir do avanço dos diálogos).

7.1. Da Tributação do Prêmio

Prêmios em dinheiro obtidos em loterias, chamados concursos de prognósticos, deverão ser tributados pelo imposto de renda, na sua forma de tributação exclusiva na fonte e com alíquota de 30%, conforme estabelece o artigo 676 do Decreto 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), a saber:

Art. 676. Estão sujeitos à incidência do imposto, à alíquota de trinta por cento, exclusivamente na fonte:

I - os lucros decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em loterias, inclusive as instantâneas, mesmo as de finalidade assistencial, ainda que exploradas diretamente pelo Estado, concursos desportivos em geral, compreendidos os de turfe e sorteios de qualquer espécie, exclusive os de antecipação nos títulos de capitalização e os de amortização e resgate das ações das sociedades anônimas (Lei nº 4.506, de 1964, art. 14);

II - os prêmios em concursos de prognósticos desportivos, seja qual for o valor do rateio atribuído a cada ganhador (Decreto-Lei nº 1.493, de 7 de dezembro de 1976, art. 10).

§ 1º O imposto de que trata o inciso I incidirá sobre o total dos prêmios lotéricos e de sweepstake superiores a onze reais e dez centavos, devendo a Secretaria da Receita Federal pronunciar-se sobre o cálculo desse imposto (Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, art. 5º, §§ 1º e 2º, Lei nº 5.971, de 11 de dezembro de 1973, art. 21, Lei nº 8.383, de 1991, art. 3º, inciso II, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 30).

§ 2º O recolhimento do imposto, seja qual for a residência ou domicílio do beneficiário do rendimento, poderá ser efetuado no agente arrecadador do local em que estiver a sede da entidade que explorar a loteria (Lei nº 4.154, de 1962, art. 19, § 1º).

§ 3º O imposto será retido na data do pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa. (não grifado no original)

Por outro lado, e considerando a possibilidade de existir premiação na loteria instantânea com entrega de bens ou serviços, cabe mencionar que a tributação será diferente.

O artigo 677 do RIR/99 determina que os prêmios pagos em bens ou serviços, através de quaisquer concursos ou sorteios, desde que não haja vinculação com avaliação do desempenho dos participantes (como ocorre em concursos culturais, artísticos, etc.), deverão ser tributados na mesma modalidade daqueles pagos em dinheiro (exclusivamente na fonte), porém sob alíquota de 20%. Veja-se:

Art. 677. Os prêmios distribuídos sob a forma de bens e serviços, através de concursos e sorteios de qualquer espécie, estão sujeitos à incidência do imposto, à alíquota de vinte por cento, exclusivamente na fonte (Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, e Lei nº 9.065, de 1995, art. 1º).

§ 1º O imposto incidirá sobre o valor de mercado do prêmio, na data da distribuição, e será pago até o terceiro dia útil da semana subsequente ao da distribuição (Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, § 1º).

§ 2º Compete à pessoa jurídica que proceder à distribuição de prêmios, efetuar o pagamento do imposto correspondente, não se aplicando o reajustamento da base de cálculo (Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, § 2º).

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos prêmios em dinheiro de que trata o artigo anterior (Lei nº 8.981, de 1995, art. 63, § 3º). (não grifado no original).

Como é sabido, no entanto, a tributação pelo imposto de renda sobre prêmios em dinheiro somente ocorrerá sobre os valores pagos acima da primeira faixa da tabela

progressiva do Imposto de Renda da pessoa física, nos termos do artigo 56 da Lei 11.941/09.

O *payout*, portanto, deverá corresponder ao percentual de entre 45,5% e 65% (no limite e com o total da premiação individualmente abaixo da faixa de isenção do IRPF), dependendo da faixa de premiação determinada.

Por fim, lembramos que a destinação de 1% como Renda líquida corresponde à receita da seguridade social, nos termos do artigo 26 da Lei 8.212/91.

A perspectiva posta acima, embora o seu núcleo seja imodificável pelas questões e natureza relacionadas ao imposto de renda e seguridade social, é uma proposta do que pode ser discutido para fins de legislação estadual.

8. INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS OPÇÕES REGULATÓRIAS E PROVIDÊNCIAS NO GERAL PARA VIABILIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – POSSÍVEIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

No início do ano, a revista eletrônica do BNLDATA trouxe a seguinte manchete: 2021, o ano das loterias estaduais²¹.

Logo no início da matéria destaca por Magno José, víamos o seguinte cenário:

O ano de 2021 traz uma esperança de novas receitas para os combalidos cofres estaduais, em meio à grave e duradoura pandemia da covid-19. Em 3 de fevereiro, transitou em julgado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que possibilitou a exploração do serviço público de loterias estaduais, seja diretamente pelos governos locais, seja por empresas privadas mediante licitação. Diante dessa abertura, vários Estados já começaram a estruturar suas loterias ou a expandi-las, no caso de alguns poucos que as mantiveram em funcionamento desde o restritivo Decreto-Lei nº 204, de 1976.

No fim de 2020, o STF julgou procedentes as arguições de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) nº 492 e nº 493, que questionavam a operação ampla de loterias estaduais, e julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) nº 4.986, que discutia se as normas do Estado de Mato Grosso que regulamentam a exploração de modalidades lotéricas invadiam a competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.

Entendeu o STF que, embora a competência legislativa sobre loterias seja exclusiva da União, os Estados têm competência administrativa para operar loterias, desde que em observância à legislação federal, pois a Constituição Federal não prevê nenhum monopólio da União nesse segmento.

Como a competência legislativa da matéria permanece da União, os Estados somente poderão operar as modalidades de loterias previstas na legislação federal, especialmente na Lei nº 13.756, de 2018. Além disso, cabe ao Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Avaliação, Planejamento,

²¹ <https://bnldata.com.br/2021-o-ano-da-sorte-nas-loterias-estaduais/>

Energia e Loteria (Secap), fiscalizar o cumprimento da legislação federal pelos Estados.

Desse modo, desde os efeitos da decisão, vários Estados têm se movimentado para a criação de suas loterias próprias e, aquelas já operacionais, poderão explorar as novas modalidades criadas por lei federal, gerando novas oportunidades de atuação no mercado.

A matéria veiculada segue ressaltando que:

Dentre as expectativas do setor, destaca-se a regulamentação das apostas esportivas (apostas de quota fixa), programada ainda para o primeiro semestre de 2021. Essa modalidade representa entre 30% e 40% de todo o mercado mundial de jogos. A possibilidade de exploração das apostas esportivas foi aprovada pela Lei nº 13.756, de 2018 e, após sua regulamentação, deverá ser explorada em ambiente concorrencial mediante autorização ou concessão, podendo seu faturamento variar bilhões ao longo de cinco anos em nível federal, de acordo com projeção do governo.

Diante da liberação das loterias estaduais, será necessário entender como a União e os Estados atuarão em harmonia.

A partir disso, tal como é o caso de São Paulo, vários Estados abriram consulta pública para discutir a contratação de prestador de serviço responsável pela exploração das modalidades lotéricas de prognósticos numéricos e de loteria instantânea e apostas esportivas.

Na experiência que enxergamos, no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o operador será responsável pela montagem de toda a rede de distribuição dos bilhetes e pelo desenvolvimento da plataforma tecnológica, sendo esta uma alternativa eficaz e com melhor custo-benefício.

Há de se pensar, porém, nos limites de operação de cada operador estadual e quais os mecanismos e critérios podem ser adotados para evitar apostadores de outros Estados.

Em termos de experiência, no mundo, a título de exemplo, as loterias dos Estados americanos de Michigan e Pennsylvania, que são vistas como referência em apostas on-line, adotam regras distintas para limitação de apostas: enquanto a loteria de Michigan requer que todos os apostadores sejam residentes do Estado, a de Pennsylvania permite que apostadores de todo o país façam apostas, contanto que estejam fisicamente no Estado, o que é verificado por meio de geolocalização.

A tecnologia de geolocalização usa uma combinação de métodos que não apenas garantem que os clientes estejam dentro dos limites do Estado, mas também que os clientes não estejam usando tecnologia de spoofing (como VPNs) para mascarar suas localizações reais.

O Estado do Maranhão editou, no fim de 2020, legislação permitindo a exploração de loterias pela Maranhão Parcerias (Mapa), sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado de Governo. A partir de janeiro, a Mapa lançou Edital de chamamento público, na forma de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado (PMIP), para coletar estudos e projetos para a implementação do serviço de loteria estadual.

O mesmo caminho foi trilhado pela Loteria do Estado de Minas Gerais, que lançou o Procedimento de Manifestação de Interesse LEMG nº 01/2021 para os interessados apresentarem o requerimento de autorização para apresentação de estudos.

Diante desse panorama, a maior preocupação se dá com a regulação de realização das loterias estaduais, na medida em que as loterias estaduais se comportam, a título de experiência mundial, como grande fonte de arrecadação para os Estados.

Nesse sentido, tal como ocorre no cenário federal, esta modelagem infere como necessário, a criação de uma agência reguladora e uma adequação legal no âmbito do Estado de São Paulo para suporte das modalidades com todo suporte de segurança jurídica, não obstante à possível observação de abertura de crédito especial ou adicional para o suporte orçamentário exigido pelo projeto.

Inicialmente, no que diz respeito à regulação das loterias, apenas a título de exemplo, temos que o contrato de concessão da loteria instantânea é regulado, administrado e controlado pelo órgão ou empresa da Administração Pública que detém a competência para a exploração do serviço, ressalvada a especificidade de cada país²².

8.1. Breve estudo de Direto Comparado: a experiência internacional na regulação das loterias

A regulação e fiscalização das loterias estaduais no mundo traz significativas experiências que podem ser replicadas no âmbito da presente modelagem para os cenários “a” (concessão) e “b” (permissão), conforme veremos a seguir.

²² Nos Estados Unidos, a concessão pública é conhecida como PMA – *Private Management Agreement*.

A criação de uma agência reguladora por convênio de cooperação técnica com entidade regulatória internacional (facilidade de idioma e aspectos socioculturais), tal como sustentado pela proponente, traduz segurança jurídica e traz a experiência de anos de um país/entidade para que a loteria estadual de São Paulo possa ser um “*case*” de sucesso, no Brasil, frente às práticas que podem ser implementadas, fiscalizadas e regulamentadas.

8.1.1. A Experiência da Loteria Instantânea do Estado de Illinois, nos Estados Unidos da América (“EUA”)²³

A Loteria de Illinois foi juridicamente constituída em 1974, sob responsabilidade do Ministério da Fazenda do Estado de Illinois e por meio do Departamento de Loteria de Illinois (IGB - Illinois Gambling Board).

Seu Comitê Diretivo é composto por membros do Departamento de Loteria e por Diretores da Illinois Lottery. Periodicamente, o Diretor da Illinois Lottery (que é nomeado pelo Ministro da Fazenda do Estado) apresenta os principais resultados da operação, assim como os pontos críticos que precisam ser endereçados pelo Comitê Diretivo.

Pois bem, com o objetivo de incrementar a receita da operação do sistema de loterias, em 2011 foi aberto um leilão público para delegar a gestão da loteria instantânea naquele Estado, por um período de 10 anos.

Nos Estados Unidos da América, o Estado de Illinois foi pioneiro na concessão da exploração da loteria instantânea para um operador privado.

A empresa North Star Lottery Group (composta pela IGT – Gtech, detentora de 80% de ações e pela Scientific Games, detentora de 20% das ações), foi a vencedora do leilão em comento.

Não obstante a concreta estruturação do negócio, o contrato de concessão sob análise foi terminado em 2014. Neste sentido, é a declaração exarada no Chicago Tribune, de setembro de 2014: “A primeira empresa privada em administrar a loteria estadual, foi demitida na sexta pela administração do Governador Bruce Rauner após não ter atingido o nível de receita prometido”.

²³ Fonte: Website Illinois State Lottery, NorthStar Press Releases.

Em 2016, foi aberto um novo leilão para a concessão pública (PMA) das operações da loteria instantânea, porém as avaliações das propostas recebidas ainda não foram publicadas.

8.1.2. A Experiência da Loteria Instantânea na Grécia²⁴

A OPAP – Greek Organization of Football Prognostics SA é o ente responsável pela gestão de loteria instantânea na Grécia, detendo licença exclusiva para organizar e administrar as loterias numéricas e os jogos de aposta de esporte no país.

A entidade foi criada como empresa pública em 1958, sendo que em 2001 abriu seu capital na Bolsa de Atenas. A empresa foi completamente privatizada em 2013. Nesta oportunidade, o fundo de investimento Emma Delta Investment Fund passou a ser o acionista majoritário da OPAP, detendo 33% do respectivo capital acionário. O acionista majoritário do Emma Delta, por sua vez, é o Szazka Group⁴⁰, um dos maiores operadores de loterias e jogos de azar na Europa.

Hellenic Lotteries SA foi o consórcio vencedor do bid relacionado à exploração de loteria instantânea na Grécia, tendo firmado, em 2014, o respectivo contrato de concessão (cuja vigência é de 12 anos). Este novo consórcio é formado pela OPAP – a qual detém 66% das ações, Intralot – a qual detém 17% das ações, e pela Scientific Games – a qual detém 17% das ações.

8.1.3. A Experiência da Loteria Instantânea no Reino Unido²⁵

A National Lottery foi constituída em 1994 e é regulada pela Comissão de Jogos de Azar (Gambling Commission), a qual está sob a alçada do Ministério da Cultura e do Esporte do Reino Unido. Referida Comissão é responsável por garantir o adequado funcionamento das operações e dos recursos.

A loteria instantânea entrou em vigor no país somente em 1995. Em 2009, o leilão para a concessão da exploração da loteria instantânea foi vencido pela Camelot UK Lotteries Limited – empresa criada pela parceria entre a ICL (que atua nos ramos de

²⁴ Fonte: sítio eletrônico da OPAP Investimento Emma Delta, *Hellenic Lotteries* e *NorthStar Press Releases*.

²⁵ Fonte: sítio eletrônico da *National Lottery UK* e da *Gambling Commission UK*.

hardware, software e sistemas), Racal (do ramo de redes de comunicação) e Cadbury (que atua no varejo).

O período de concessão inicialmente estabelecido foi de 10 anos, tendo sido postergado até 2023.

8.2. A experiência de regulação das loterias no Brasil

Entendido como alguns países regulamentam a loteria e suas modalidades, passaremos a entender como, no Brasil, tal ferramenta poderá ser implementada.

Hodiernamente, no Brasil, face ao curto espaço de tempo entre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que entendeu pela competência concorrente entre a União e Estados para regulamentação de loterias, ainda não temos nenhuma experiência concreta que nos leve a conclusões sólidas.

Todavia, analisando a experiência internacional, é possível notarmos que a regulação ajudou às autoridades a estabelecerem o objetivo de proporcionar aos cidadãos oportunidades legais de jogo, monitorizadas de perto e, acima de tudo, seguras²⁶.

Ante as peculiaridades que se vislumbram no emaranhado de normas do ordenamento jurídico brasileiro, pensamos que, a celebração de convênio de cooperação técnica com entidade regulatória internacional e o Estado de São Paulo poderá trazer vantagens incomensuráveis para a operacionalização, regulação e fiscalização das loterias, mormente pelo know-how e histórico de legalização, naquele país.

No Estado Maranhão, um dos pioneiros no processo de chamamento público para que empresas interessadas pudessem apresentar o modelo de negócios de loterias estaduais, fora instituída a MAPA.

A MAPA – Maranhão Parcerias é uma sociedade de economia mista constituída na forma de sociedade anônima, que tem por finalidade promover desenvolvimento econômico e social do estado do Maranhão, por meio da gestão, execução de projetos e prestação de serviços em parceria com a iniciativa privada.

²⁶ <https://www.noticiasdeaveiro.pt/como-funciona-a-regulacao-dos-jogos-de-azar-em-portugal/>. Acesso em 17 de setembro de 2021, às 15h10.

Em agosto de 2021, a Maranhão Parcerias realizou um *Roadshow* para apresentar a empresários e interessados no mercado de jogos, a modelagem para implementação da Loteria Estadual do Maranhão.

O evento aconteceu no formato online e, na ocasião, os participantes também puderam conhecer em primeira mão o nome e logotipo da loteria.

Nesse sentido, é possível percebermos que a regulamentação da modelagem pode acontecer de três maneiras: a) criação de agência reguladora; b) criação de agência reguladora em convênio de cooperação técnica com entidade regulatória internacional e; c) regulamentação das obrigações e fiscalização dos delegatários, conforme previsão legal em lei estadual.

Como é de conhecimento, a figura da agência reguladora surgiu em razão da descentralização de serviços públicos, ou seja, é resultante de uma menor intervenção do Estado na Economia.

No Brasil, as agências reguladoras são criadas por meio de lei e integram a Administração Pública indireta, posto que geralmente são constituídas sob a forma de autarquia.

Com o Programa Nacional de Desestatização, consequentemente houve a criação das agências reguladoras. A sua criação tinha como finalidade fiscalizar, regular e normatizar a prestação de serviços públicos por particulares.

Tais atuações visavam evitar o interesse sem medidas pelo lucro excessivo por meio do serviço público.

As agências reguladoras regulam e normatizam atividades de interesse público. Essas funções alocam o controle de prestação de serviços públicos e a exploração de atividades econômicas de interesse coletivo.

As agências que regulam a prestação de serviços públicos funcionam na fiscalização de serviços públicos propriamente ditos.

Prosseguindo, cabe asseverar que o trabalho das agências reguladoras é fiscalizar determinado setor de serviços, e não somente um segmento específico (englobado naquele setor).

Portanto, dada a estrutura que uma agência reguladora exige, bem assim os trâmites legais envolvidos, faz sentido criar um ente para regular todo o setor de loterias no Estado de São Paulo.

A conclusão se apresenta como mais adequada, na medida em que a realização de Termo de Convênio de Cooperação Técnica com entidade internacional traz

credibilidade, segurança jurídica, experiência operacional, legal, fiscalizatória e de regulamentação (entre países com culturas muito parecidas).

9. IDENTIFICAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS QUE DEVERÃO SER CRIADOS/ALTERADOS PARA A VIABILIDADE JURÍDICA DO PROJETO - INDICAÇÃO DAS FERRAMENTAS JURÍDICAS NECESSÁRIAS AO ARRANJO INDICADO

Como escopo do estudo do Marco Jurídico-Regulatório, entende-se pertinente pontuar algumas questões relacionadas às Loterias Estaduais, de forma que se possa subsidiar a elaboração do Plano de Negócios e os estudos econômico-financeiros.

Preliminarmente, cabe destacar que a presente avaliação foi realizada estritamente sob a ótica jurídica. Consoante asseverado neste Relatório, o Decreto-Lei Federal n.º 6.259/44 assim previu em seus artigos 2.º e 4.º, respectivamente:

“Art. 2.º Os Governos da União e dos Estados poderão atribuir a exploração do serviço de loteria a concessionários de comprovada idoneidade moral e financeira.

(...)” (Destacado)

“Art. 4.º Somente a União e os Estados poderão explorar ou conceder serviço de loteria, vedada àquela e a estes mais de uma exploração ou concessão lotérica.” (Destacado)

Como se vê, o normativo em questão atribuiu originariamente aos Estados e à União a possibilidade de exploração do serviço de loteria.

Posteriormente, com a publicação do Decreto-Lei Federal n.º 204/67, o serviço público de loteria passou a ser de competência exclusiva da União, nos seguintes termos:

“Art 1.º - A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei.

Não obstante, o mencionado diploma legal consignou, em seu artigo 32, que:

“Art. 32. Mantida a situação atual, na forma do disposto no presente Decreto-lei, não mais será permitida a criação de loterias estaduais.

§ 1.º As loterias estaduais atualmente existentes não poderão aumentar as suas emissões ficando limitadas às quantidades de bilhetes e séries em vigor na data da publicação deste Decreto-lei.

§ 2.º A soma das despesas administrativas de execução de todos os serviços de cada loteria estadual não poderá ultrapassar de 5% da receita bruta dos planos executados.” (Destacado)

Ou seja, a nova legislação, em respeito ao direito adquirido, viabilizou que as Loterias Estaduais criadas anteriormente a sua publicação permanecessem explorando o serviço, observadas as ressalvas do artigo 32, supra.

Prosseguindo, seguindo a linha de que somente a União é a titular do serviço público de loteria, a CF 88 estabeleceu:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:
(...)
XX - sistemas de consórcios e sorteios;
(...).”

Portanto, após a CF 88, certo é que qualquer legislação estadual que vier a ser publicada para prever novas modalidades de sorteios, consórcios, bingos, etc., ou, então, o aumento do limite previsto no artigo 32, do Decreto-Lei Federal n.º 204/67, será reputada inconstitucional.

Assim, em conclusão, caso as Loterias Estaduais atualmente ativas embasem-se em normativos que, posteriormente à CF 88, tenham criados novas modalidades lotéricas e/ou aumentado a emissão de bilhetes (por exemplo), não parece razoável defender a respectiva legalidade.

O Edital nº 001/2021 de chamamento Público de São Paulo traz a necessidade de indicação de protocolo de intenção, no caso de criação de consórcio público. Todavia, este item fora devidamente esclarecido nesta modelagem.

Prosseguindo, é no sentido de atendermos as exigências da alínea “i” do item “f” do mencionado Edital, que podemos até sugerir algumas minutas do que viria a ser a lei estadual para fins de operacionalização, divisão e destinação de receitas, regulamentação e fiscalização das loterias estaduais (Anexo I):

MENSAGEM

No /2021-GAG

XXXX, de XXXX de 2021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA,

Dirijo-me à Vossa Excelência e aos demais Deputados Estaduais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que “cria a Loteria do XXXXX, e dá outras providências”.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário da Fazenda.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no artigo nº XXX da Lei XXX, que a presente Proposição seja apreciada em Regime de Urgência.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX
Governador

A sua Excelência o Senhor
XXXXXXXXXX
Presidente da Assembleia Legislativa do XXXXXXXXX
NESTA

EM nº /2021

XXXXXXXXXX, de XXXXXX de 2021.
Excelentíssimo Senhor Governador,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de Lei que cria a Loteria do XXXXXXXX, serviço público a ser prestado pela governadoria à população do XXXXXXXX, com base no entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental 492 e 493.

2. Em seu pronunciamento, a Corte Constitucional assevera que natureza jurídica da exploração de loterias no País é de serviço público e, ressalte-se, que essa exploração deve ser consumada com estrita observância dos princípios que regem uma Federação de Estados e Distrito Federal independentes entre si e do Governo Federal, compondo a União, ou seja, a República Federativa do Brasil.

3. Isso, como bem posto pelo tribunal constitucional brasileiro, esclarece, em definitivo, que a competência da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, discriminada no artigo 22, caput e respectivo inciso XX, da Constituição Federal, não elimina, impede ou compromete o direito detido por Estados e Distrito Federal de prestar às respectivas populações locais o serviço público “loteria”. Nesse sentido, é possível — e lícito — a Estados e Distrito Federal legislar sobre a matéria “loterias”, desde que a legislação estadual ou distrital federal, exatamente o caso da presente proposta, atenha-se a viabilizar o exercício da competência material do ente federativo, ou seja, do Estado do XXXXXXXX.

4. A decisão judicial havida em nada prejudica a prestação do serviço público loteria pelo Governo Federal. Sequer há de se argumentar sobre eventual hipótese de concorrência desleal entre, de um lado, a loteria estadual ou distrital federal e as loterias federais, administradas pela Caixa Econômica Federal, pois, cumpre lembrar, por se tratar de prestação de serviço público, não é possível haver concorrência desleal. As possibilidades factíveis são as de complementaridade entre os serviços públicos prestados ou, ainda, de independência dos serviços públicos prestados.

5. Uma vez compreendida essa peculiaridade, o País evolui, em relação à exploração de loterias, para situações absolutamente distintas entre União, isto é, Governo Federal, e o grupo de entes federativos de nível estadual de esfera de governo, ou seja, Estados e Distrito Federal, sem qualquer subordinação ou vinculação, não importa a espécie, de parte de Estados e Distrito Federal em relação, por exemplo, ao Governo Federal. Ressalvada, no entanto, a necessidade de os entes federativos, Estados e

Distrito Federal, observarem leis, decretos-lei ou medidas provisórias que tratem de loterias.

6. Cumpre, todavia, enfatizar a respeito que, ainda assim, essa sujeição existe apenas até o limite de surgimento e, portanto, prevalência do direito de Estados e Distrito Federal de adotarem iniciativas, como a do Projeto de Lei ora apresentado, para viabilizar sua respectiva prestação de serviços lotéricos mediante critério próprio, eventualmente diverso do adotado na esfera federal de operação de loterias. Estados e Distrito Federal devem, de fato, restringir sua operação de produtos lotéricos àqueles previstos na legislação federal vigente, Lei 13.756, de 18 de dezembro de 2018. Não obstante, os índices percentuais de distribuição de recursos apurados na captação de apostas ou venda de produtos lotéricos, como bilhetes previamente impressos e numerados ou cartelas raspáveis, podem, por exemplo, ser redefinidos, nos níveis estadual e distrital federal, por lei ordinária própria. A medida visa, tão-somente, a viabilizar a operação da loteria estadual ou distrital federal. A rigor, os índices estabelecidos na legislação federal vigente consubstanciam apenas uma peculiaridade inerente às modalidades lotéricas e aos produtos lotéricos a serem explorados pelo Governo Federal.

7. Desnecessário é dizer que há limite, sem dúvida, para essa liberdade. Estados e Distrito Federal permanecem obrigados a cumprir desígnios da Lei federal que trata da comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Banco Central do Brasil, acerca de apostadores com objetivo de combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. É inequívoca a obrigação de fazer imposta pela Lei federal 9.613, de 3 de março de 1998.

8. Feitas essas considerações dedicadas ao esclarecimento do horizonte advindo da decisão judicial havida, proferida pelo STF, em relação à perspectiva de exploração de loterias por Estado e pelo Distrito Federal, vale chamar atenção para a conformação dada ao Projeto de Lei de que se trata. A minuta é estritamente dedicada a viabilizar a exploração de loterias por esta Unidade da Federação, o XXXXXX, sem confrontação com norma federal vigente.

9. Compreende medida de declaração sobre quais serão as modalidades e o produto lotérico passíveis de operação pela Loteria do XXXXXXXX. Admite a operação de modo direto, por órgão ou entidade públicos integrantes das administrações direta ou indireta do Governo do XXXXXX, ou, alternativamente, por organização privada, neste caso, via simples credenciamento, desde que observados rigorosos critérios de certificação quanto à higidez e lisura de programas de computador (software) ou de equipamentos (hardware) a serem utilizados, e de certificação quanto ao comprometimento do agente operador da Loteria do XXXXXX com a adoção de práticas voltadas para o jogo responsável, proteção de vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes, etc.).

10. Por fim, considerando, essencialmente, a necessidade de atuação do Poder Público na inibição da expansão da economia informal, com objetivo de assegurar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social local, e tendo em vista que a criação e exploração da Loteria Estadual do Governo do XXXXXX poderá vir a se revelar considerável fonte de recursos para financiamento de políticas públicas sob responsabilidade do Poder Executivo do XXXXXX, tomo a liberdade, Senhor Governador, de submeter à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, com sugestão de encaminhamento à Assembleia Legislativa do XXXXXX, de maneira a permitir sua discussão no âmbito do Poder Legislativo e, portanto, da sociedade e, eventualmente, conversão em

lei.

Respeitosamente,
XXXXXXXXXXXX

PROJETO DE LEI N.º , DE DE 2021 .

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Disciplina a operação
de loterias no Estado
de XXXXX, e dá
outras providências.

O **Governador do Estado do XXXXXXX**, considerando o entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental 492 e 493, no sentido de que a natureza jurídica da exploração de loterias é de serviço público, de que a competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, dentre os quais as loterias, não preclui a competência material do Estados e do Distrito Federal para explorar loterias, e, ainda, de que a legislação estadual ou distrital federal deve tão-somente viabilizar o exercício da respectiva competência material, faz saber que a Assembleia Legislativa do XXXXXX decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a exploração, no XXXXXX, do serviço público de loterias, sob a denominação XXXXXXX do XXXXXXXXXXXXXXX, observado o disposto na legislação federal vigente acerca do assunto quanto às modalidades lotéricas passíveis de operação, em especial os desígnios contidos nos incisos I (modalidade passiva), II (modalidade de prognósticos numéricos) e V (modalidade instantânea) do §1º do art. 14 e, ainda, no caput do art. 29 (modalidade de quota fixa) da Lei Federal 13.756, de 18 de dezembro de 2018.

§1º A exploração das modalidades lotéricas do XXXXXX -XXXXXX será consumada diretamente por órgão público ou entidade pública para tanto competente do XXXXXX ou, alternativamente, por empresa particular, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, na condição de concessão, permissão ou organização credenciada.

§2º Somente poderá ser credenciada para exploração de modalidades lotéricas da XXXX do XXXXXX -XXXXXX pessoa jurídica regularmente constituída segundo as leis brasileiras vigentes, com sede e administração no País, que, visando à obtenção do credenciamento, apresentar documentação hígida acerca da respectiva habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômica de que tratam os artigos 28, 29 e 31 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo considerar também certificações acerca da adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável e à proteção de vulneráveis e, ainda, quanto à certificação da hígidez e lisura de programas de computador e equipamentos a serem utilizados na operação das modalidades lotéricas da XXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX.

§3º O processo de credenciamento se inicia com a divulgação de edital de chamamento público, em meio físico, mediante publicação no Diário Oficial do XXXXXX, ou em meio virtual, no sítio, na Internet, da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do XXXXXX.

§4º O credenciamento se materializará na forma de ato ou portaria publicado no Diário Oficial do XXXXXX, de responsabilidade, conforme o caso, da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do XXXXXX, o qual também fica, nos termos desta Lei, encarregado pelo recebimento de pedidos de credenciamento, pela abertura, instrução, análise e conclusão de processo administrativo formal prévio à expedição e publicação do ato ou portaria de credenciamento, para cada pedido de credenciamento recebido.

§5º Alternativamente à sistemática de credenciamento instituída neste artigo, o Governo do XXXXXX poderá adotar o modelo de concessão ou permissão, de que trata a Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para seleção de agente operador ou de agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX, com discriminação, no edital de licitação, dentre outras peculiaridades, das condições a serem atendidas por eventuais interessados, inclusive quanto a certificações acerca da adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável e à proteção de vulneráveis e, ainda, quanto à certificação da higidez e lisura de programas de computador e equipamentos a serem utilizados na operação das modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX.

Art. 2º O produto da arrecadação total surgida da captação de apostas ou da venda de bilhetes, tanto em meio físico, ou impresso; quanto em meio virtual ou eletrônico, será assim distribuído:

I — no caso das modalidades lotéricas passiva, constante de bilhetes previamente numerados, e de prognósticos numéricos e instantâneo:

- a) 10% (dez por cento) destinados ao Governo do Estado do XXXXXX, decompostos na forma de regulamento, para aplicação prioritária em ações de saúde, observados critérios de conveniência e oportunidade definidos pela administração pública, e, ainda, para custeio dos serviços de regulação e fiscalização das atividades inerentes à exploração das modalidades lotéricas da XXXXXX;
- b) 2,5% (dois vírgula cinco por cento) destinados às XXXXXXXXXX;
- c) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) destinados ao agente operador de modalidade lotérica da XXXXXX, para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias; e
- d) 65% (sessenta e cinco por cento) destinados à premiação bruta, ou seja, para o pagamento de prêmios e, quando for o caso, recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a premiação; e

II — no caso da modalidade lotérica apostas de quota fixa:

- a) 1% (um por cento) destinados ao Governo do Estado do XXXXXX, decomposto na forma de regulamento, para aplicação prioritária em ações de saúde, observados critérios de conveniência e oportunidade definidos pela administração pública, e, ainda, para custeio dos serviços de regulação e fiscalização das atividades inerentes à exploração das modalidades lotéricas da XXXXXX;
- b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) destinados às XXXXXXXXXX, obrigatoriamente destinados ao atendimento do sistema de saúde de XXXXXXXX;

c) 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento) destinados à premiação bruta, ou seja, para o pagamento de prêmios e, quando for o caso, recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a premiação, e, ainda, ao agente operador de modalidade lotérica da XXXXXX, para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias.

§1º Os recursos destinados às XXXXXXXXXXXX, na forma prevista pela alínea b, do inciso I, deste artigo serão repassados à ordem de 50% (cinquenta por cento) relativos ao efetivamente arrecadado em cada município; e 50% (cinquenta por cento) relativos ao arrecadado distribuídos de acordo com XXXXXXXXXXXX, considerada em 31 de dezembro de cada ano, atualizada quinquenalmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§2º Os repasses referidos no parágrafo 1º serão depositados em conta própria, quinzenalmente, com prazo de 10 dias do fechamento de cada quinzena; e serão fiscalizados pelo Tribunais de Contas do Estado, sem prejuízo dos demais órgãos fiscalizadores Municipais.

§3º O percentual de 98,5 % (noventa e oito vírgula cinco por cento), discriminado na alínea “b” do inciso II do caput deste artigo, será objeto de decomposição entre a premiação bruta e as despesas de custeio a manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias, a critério do agente operador credenciado para exploração da modalidade lotérica apostas de quota fixa.

§4º O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidirá sobre os valores relativos aos prêmios obtidos pelos apostadores na forma prevista no artigo 14 da Lei Federal 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado, para cada prêmio, o disposto no artigo 56 da Lei federal 11.941, de 27 de maio de 2009, e demais regulamentos de iniciativa da Receita Federal.

§5º A modalidade lotérica instantânea envolverá motes, lemas ou temáticas de livre escolha dos agentes operadores credenciados, conforme previsto no art. 28 da Lei Federal 13.155, de 4 de agosto de 2015, e no art. 2º da Lei federal 13.262, de 22 de março de 2016.

§6º A modalidade lotérica apostas de quota fixa envolverá motes, lemas ou temáticas esportivas, relacionados, sempre, a eventos reais, conforme previsto no §1º do art. 29 da Lei Federal 13.756, de 2018.

Art. 3º Quando o prêmio a que o apostador faça jus for igual ou superior ao valor mínimo previsto na legislação tributária que impõe a incidência de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre os rendimentos da pessoa física, para habilitar-se a receber a premiação, o apostador deverá apresentar documento oficial de identidade e o documento comprobatório de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), neste caso, se, e somente se, o documento oficial de identidade apresentado não contiver a indicação do referido número de inscrição no CPF, vedada a imposição ao apostador de qualquer outra exigência documental, como, por exemplo, comprovante de residência, declaração de endereço, número de linha telefônica de rede fixa, telefonia móvel ou similar.

§1º Os valores devidos a apostadores contemplados com premiação em modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX serão entregues líquidos dos tributos devidos, devendo o agente operador recolher os tributos junto ao fisco competente, por quaisquer das formas, sistemáticas ou meios admitidos no âmbito dos Sistemas Financeiro Nacional (SFN) ou de Pagamentos Brasileiro (SPB).

§2º Os agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX entregarão, a apostadores contemplados, os valores, bens ou mercadorias devidos a título de premiação de maneira tal que haja, sempre, vinculação entre a importância, o bem ou a mercadoria recebida pelos apostadores e seus respectivos números de inscrição no CPF, mantido e administrado pela Receita Federal.

Art. 4º Os apostadores perdem o direito de receber os prêmios obtidos se o pagamento não for reclamado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados:

I — no caso das modalidades lotéricas passiva, de bilhete previamente numerado, e de prognósticos numéricos, a partir da data da respectiva extração ou sorteio;

II — no caso da modalidade lotérica instantânea, a partir da data de divulgação, mediante publicação, de comunicado informando a data de encerramento de cada série do produto lotérico emitida;

III — no caso da modalidade lotérica apostas de quota fixa, a partir da data da primeira divulgação do resultado do último evento objeto de cada aposta realizada.

§1º Interrompem a prescrição:

a) citação válida, no caso de procedimento judicial para tanto específico, em se tratando de furto, roubo ou extravio de bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, de recibo de aposta captada ou de cartela raspável; e

b) entrega (apresentação), pelo apostador, do bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, do recibo de aposta captada ou da cartela raspável, visando ao recebimento de prêmio, no período de até 90 (noventa) dias da data de realização de alguma das datas discriminadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo na unidade competente do agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX ou, alternativamente, em unidade física operacional para tanto credenciada pelo agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX bem como, no caso da exploração em meio virtual ou eletrônico, procedimento tornado público, pelo agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX, aos apostadores em geral que substitua a entrega física do bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, do recibo de aposta captada ou da cartela virtual raspável.

§2º Os valores de prêmios prescritos reverterem à Fazenda Pública do Estado do XXXXXX para aplicação em ações prioritárias de Saúde; ou de assistência social e de previdência social e, ainda, de outros programas de trabalho a cargo do Poder Executivo do XXXXXX eventualmente objeto de indicação de execução prioritária ou preferencial na lei anual de diretrizes orçamentárias.

Art. 5º É de responsabilidade exclusiva dos agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX a fixação dos valores das apostas, bilhetes previamente numerados e respectivas frações cartelas raspáveis e outros produtos lotéricos a serem cobrados dos apostadores, observado, sempre, o disposto na Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, em especial no artigo 39, caput e respectivo inciso X.

Parágrafo único. Os novos preços a serem praticados, de que trata o caput deste artigo, somente poderão começar a ser cobrados dos apostadores após divulgação ostensiva, para o público em geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de início da cobrança pretendida, dos novos preços nos meios de comunicação televisivo, radiofônico, impresso, neste caso, em jornais e revistas de grande circulação no XXXXXX, e, ainda, na Internet,

em sítios dedicados à divulgação da operação da XXXXXXXX do XXXXXXX - XXXXXXX.

Art. 6º Em atendimento ao disposto na Lei Federal 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica operadora de modalidade lotérica da XXXXXXXX do XXXXXXX -XXXXXXX encaminhará ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Banco Central do Brasil, na forma estabelecida em normas expedidas pelo colegiado ou pela Autarquia, informações sobre apostadores relativas à prevenção tanto da lavagem de dinheiro, quanto do financiamento do terrorismo.

Art. 7º Ações de comunicação, divulgação, propaganda e publicidade relativas às modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXXX -XXXXXXX deverão guardar harmonia com as melhores práticas de responsabilidade social corporativa relacionadas à exploração de loterias com pagamento de prêmios.

Art. 8º O disposto nesta Lei poderá ser objeto de regulamento, de iniciativa da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do Estado do XXXXXXX, nos casos omissos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

XXXXX, XX de XXXXXXXXXXXX de 2021, XXXº da República e
XXº do XXXXXXX
XXXXXX

Portanto, em consonância com as conclusões apresentadas, a partir da modelagem econômica e financeira, bem como a partir da modelagem jurídica, experiência da prática regulatória no mundo e no Brasil, **as minutas dos projetos de Leis acima podem ser utilizadas e adequadas aos interesses do poder público, particular e com os interesses do ordenamento jurídico brasileiro.**

Ressalte-se que, a depender do conteúdo de um possível Termo de Cooperação Técnica que poderá ser celebrado entre o Estado de São Paulo e entidade regulatória internacional, no que tange à possível regulação ou criação de agência reguladora, a legislação pode ser complementada e mais bem estruturada para contemplar os interesses de ambos.

10. DA POSSIBILIDADE DE PACTUAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL PARA REGULAÇÃO

A modelagem jurídica, técnica e operacional apresentadas pelo proponente, indicam a necessidade de criação de uma agência reguladora. Entretanto, com o fito de fortalecer a fiscalização e regulação no setor das loterias estaduais, recomendamos seja realizado convênio de cooperação técnica com governo/entidade internacional que já

disponha de experiência, tal com já citado na experiência de regulação, no mundo, para fortalecer as atividades da Agência reguladora no Estado de São Paulo.

O Convênio cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento para o Brasil, auxiliando o País a promover mudanças estruturais nos campos social e econômico brasileiro, com capacitação de instituições nacionais dos três níveis da federação, via compartilhamento de tecnologia e conhecimento.

O Brasil vem trabalhando em parceria com diversos países e organismos internacionais há décadas. Os programas e projetos de cooperação técnica do exterior para o Brasil geraram benefícios em importantes setores como desenvolvimento social, gestão pública, meio ambiente, energia, agricultura, educação e saúde, o que permitiu construir instituições nacionais mais sólidas, aptas a desempenhar suas funções em nível superior de excelência.

O site do Ministério das Relações Exteriores²⁷ esclarece, ainda, sobre o Termo de Cooperação Técnica:

O estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, entre diversos países que vinham se beneficiando intensamente da cooperação internacional nas últimas décadas, fez com que algumas instituições brasileiras fossem demandadas com crescente intensidade tanto por países interessados na sua experiência quanto por organismos internacionais. Dessa forma, o governo brasileiro, reconhecendo a importância que a cooperação técnica internacional havia representado para o desenvolvimento nacional, passou a prestar cooperação ao exterior por meio do compartilhamento das suas experiências e boas práticas acumuladas tendo como base os princípios da chamada cooperação Sul-Sul (CSS).

A estratégia da cooperação técnica implementada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve-se exclusivamente em resposta a demandas oficialmente recebidas, por meio dos postos diplomáticos brasileiros, ou das representações estrangeiras em Brasília. O Brasil não voluntaria cooperação. A decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira

Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a Agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas ao longo das mais de três décadas de sua existência. Acima de tudo, mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos.

²⁷ <http://www.abc.gov.br/cooperacaotecnica/obrasileacooperacao>. Acessado em 23 de setembro de 2021, às 17h23

[...]

A cooperação internacional tem-se revelado valioso instrumento da política externa do Brasil. Além dos ganhos de experiência para instituições brasileiras, apoia objetivos e ações de nossa diplomacia junto a países parceiros e organismos internacionais. Na esteira dos projetos de cooperação, tem gerado visibilidade para o Brasil no mundo, sobretudo entre países em desenvolvimento, e aberto oportunidades de exportação de bens e serviços brasileiros, criando emprego e renda no Brasil, entre outros ganhos para o País.

Nesse momento, ainda não é possível dispormos de um modelo de Termo de Convênio Cooperação Técnica Internacional, uma vez que critérios e alocação de riscos e responsabilidades, devem ser previamente discutidos com a gestão estadual para fins de sua formatação, especialmente pelo fato de que, na maioria dos casos, necessário atuação do próprio Ministério das Relações Exteriores.

11. ANÁLISE (SWOT), CONSIDERANDO AS ALTERNATIVAS DE ESTRUTURA REGULATÓRIA APRESENTADAS NO PRODUTO

A análise SWOT é uma das ferramentas consagradas da administração, utilizadas por empresas de todos os ramos e tamanhos. Com este exame, torna-se muito simples visualizar as forças e fraquezas (do ambiente interno) e oportunidades e ameaças (do ambiente externo) da nossa empresa.

As questões internas são aquelas que você pode agir para melhorar e que podem ser alteradas por meio da gestão: são os seus processos, sua equipe, seus recursos, sua imagem etc. Já os elementos externos são aqueles que não é possível controlar, mas que por meio da gestão é possível aproveitar ou proteger-se deles. São questões de concorrência, legislação, cultura, mercado, dentre outros.

No que diz respeito às alternativas regulatórias e, tendo em vista a nossa conclusão no sentido de que a Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo, poderá adotar as medidas necessárias para, por legislação própria, fiscalizar a regulamentar a loteria estadual.

Portanto, partindo dessas premissas, temos o seguinte cenário, para a propostas regulatórias (SWOT).

11.1. Proposta regulatória partindo da premissa de criação de legislação estadual própria

Como ressaltado alhures, existem três propostas regulatórias para o projeto apresentado pelo proponente: a) criação de agência reguladora estadual; b) criação de agência reguladora estadual em parceria (Termo de Convênio) com a entidade regulatória internacional; b) regulamentação e fiscalização por lei estadual própria que destina a competência para a Secretaria Estadual da Fazenda.

Nesse primeiro tópico, entenderemos a matriz SWOT da regulamentação e fiscalização por lei estadual própria que destina a competência para a Secretaria Estadual da Fazenda.

Nesse sentido, temos o seguinte cenário:

FORÇAS (Strenghts) - São as vantagens oferecidas em relação à modelagem. O diferencial da regulamentação e fiscalização sem que não seja por criação e agência reguladora, se dá no sentido de que a finalização do projeto poderia ser mais célere.

OPORTUNIDADES (Opportunities) - Após identificadas as forças do modelo regulatório sugerido, o processo de amadurecimento legislativo e a utilização de parâmetros de legislação local pode atender às exigências do poder público, privado/operador e cliente. Outra grande oportunidade diz respeito ao fato de que as receitas podem ser destinadas para as ações da saúde estadual ou da própria assistência social, diretamente.

FRAQUEZAS (Weaknesses) - Quanto às possíveis fraquezas do modelo proposto, diz respeito ao histórico-cultural e político. Ou seja, nada obsta que interesses políticos sejam utilizados como barganha para intervenção do Estado na relação com o particular. Além disso, é possível que, um projeto de lei que não se coadune com a legislação federal, se sujeito ao crivo da constitucionalidade em âmbito federal e estadual, e, ainda, seja objeto de troca de favores ou perseguições políticas.

AMEAÇAS (Threats) – A regulamentação por legislação própria tem suas fraquezas e ameaças, especialmente pelo fato de que a agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público interno, geralmente constituída sob a forma de autarquia especial ou outro ente da administração indireta, cuja finalidade é regular e/ou fiscalizar a atividade de determinado setor da economia de um país, tal como acontece nos setores de energia elétrica,

telecomunicações, produção e comercialização de petróleo, recursos hídricos, mercado audiovisual, planos e seguros de saúde suplementar, mercado de fármacos e vigilância sanitária, aviação civil, transportes terrestres ou aquaviários etc. As agências reguladoras são normalmente criadas através de leis e têm natureza de autarquia com regime jurídico especial, nesse contexto são autarquias com poderes especiais, integrantes da administração pública indireta, que se dispõe a fiscalizar e regular as atividades de serviços públicos executados por empresas privadas, mediante prévia concessão, permissão ou autorização. Ou seja, é fundamental na moderna regulação que o ente regulador estatal dialogue e interaja com os agentes sujeitos à atividade regulatória, buscando não apenas legitimar a sua atividade, como tornar a regulação mais qualificada porquanto mais aderentes às necessidades e perspectivas da sociedade. Esse modelo detém as seguintes vantagens: a) equilíbrio no setor regulado; b) competência técnica; b) especialização das agências e seus servidores; c) neutralidade política; d) autoridade e capacidade técnica das agências; e) independência das agências; f) controle exercido pelo Tribunal de Contas.

11.2. Proposta regulatória partindo da premissa de criação de agência reguladora

Tendo em vista a análise SWOT quanto à criação de legislação que regulamenta e fiscaliza possíveis operadores de loteria estadual, passaremos, agora, a entender a matriz SWOT para possível criação de agência reguladora:

FORÇAS (Strenghts) - Através da atualização de processos e da busca constante pela eficiência, verifica-se cada vez mais presente nas instituições públicas a preocupação desta geração para com a qualidade da gestão. A criação de uma agência reguladora traria copor técnico especializado, foco das atividades voltado ao cumprimento das metas econômicas, financeiras e operacionais do projeto, pois, com uma gestão baseada no planejamento estratégico, acredita-se que as atividades fins da regulação consequentemente são conferidas com um rumo a seguir, uma orientação metódica que garanta o resultado esperado da Regulação, intervindo na vida de todos que dos serviços públicos dependem. Desempenho papel fundamental na moderna regulação que o ente regulador estatal dialogue e interaja com os agentes sujeitos à atividade regulatória, buscando não apenas legitimar a sua atividade, como tornar a

regulação mais qualificada porquanto mais aderentes às necessidades e perspectivas da sociedade. Esse modelo detém as seguintes vantagens: a) equilíbrio no setor regulado; b) competência técnica; b) especialização das agências e seus servidores; c) neutralidade política; d) autoridade e capacidade técnica das agências; e) independência das agências; f) controle exercido pelo Tribunal de Contas.

OPORTUNIDADES (Opportunities) - Preconiza a Constituição Federal do Brasil, a Carta Magna elenca seus princípios constitucionais: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O referido texto determina que estão vinculados ao cumprimento desses princípios todos os agentes públicos relacionados a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diante disto, prover os gestores da Administração Pública com ferramentas que permitam a realização do cumprimento dos princípios constitucionais, torna-se de grande valia na Administração Pública moderna. Assim, pode-se destacar que o Planejamento Estratégico para criação de uma agência reguladora surge como uma excelente ferramenta de gestão, permitindo a previsão de ações de longo prazo que orientem o caminho a ser percorrido ao desenvolvimento da instituição e dos particulares.

FRAQUEZAS (Weaknesses) – Quase não existem. Mas, partindo da premissa estabelecida pela modelagem econômica e financeira, temos como possíveis fraquezas: a) distanciamento entre o órgão regulador e o órgão encarregado da função central de política gerando possível negligência da autoridade do regulador com outros fortes atores políticos; b) a força de uma agência reguladora pode fazer com que se torne quase como um poder independente dentro da estrutura do Estado; embora a experiência brasileira não desponte nesse sentido.

AMEAÇAS (Threats) - A agência reguladora é uma pessoa jurídica de direito público interno, geralmente constituída sob a forma de autarquia especial ou outro ente da administração indireta, cuja finalidade é regular e/ou fiscalizar a atividade de determinado setor da economia. Compete enfatizar que uma das principais características que norteiam o bom funcionamento de uma Agência e garante uma saúde decisória e tecnicista, é a independência. Assim, entendemos independência como um conjunto destas propriedades: financeira,

estrutural e a funcional, como fundamentais para a tomada de decisões em bases técnicas. E, portanto, essa independência pode ser entendida como ameaça (o que pode ser mitigado pela atuação do Tribunal de Contas). Outra ameaça pode ser atribuída à não agilidade ou com

Portanto, analisando os dois cenários, temos que o melhor modelo ainda persiste como sendo o da criação de uma agência reguladora, especialmente se o procedimento de criação se der em parceria (Termo de Convênio) com alguma entidade internacional; a que se sugere que seja feito com Portugal, tendo em vista a facilidade da língua e características culturais.

12. MAPEAMENTO DE CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS AO SERVIÇO DE LOTERIA E AVALIAÇÃO QUANTO À VIABILIDADE DE SUA EXIGÊNCIA DO(S) FUTURO(S) OPERADOR(ES) DOS SERVIÇOS LOTÉRICOS, BEM COMO DO PRAZO ESTIMADO PARA TAL OBTENÇÃO E NECESSÁRIAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Partindo do contexto de tudo quanto foi estudo até o presente momento, a fim de trazer segurança técnica, operacional, financeira e jurídica, o delegatário (concessionário e/ou permissionário) deverá obter, nos termos e prazos estabelecidos pelo poder público, as seguintes certificações, ou outras que vierem a lhes atualizar e/ou substituir:

- (i) Certificação pela Norma de Controle de Segurança exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Security Control Standard WLA-SCS);
- (ii) Certificação de Jogo Responsável exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Responsible Gaming Framework, WLARFG) – nível 4;
- (iii) Certificação relativa à padrão para sistema de gestão da segurança da informação (ISMS - Information Security Management System) emitida pelo International Organization for Standardization e pelo International Electrotechnical Commission.

Como a Caixa Econômica Federal é detentora desses certificados relativamente ao serviço público de loteria sob a sua administração/execução, entende-se pertinente exigir os mesmos critérios da futuro operador.

A ideia é que as certificações sejam tratadas como uma obrigação contratual (montando-se um cronograma de certificação viável), e/ou então, na medida em que aplicável, como condição de assinatura do contrato de concessão/permissão.

Além disso, o Projeto de Lei apresentado acima, indica que o serviço seja explorado sob as exigências de certificações pertinentes à adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável, de proteção de vulneráveis e de segurança da informação, bem como que o prazo da concessão será compatível com a amortização dos custos de outorga e investimentos realizados pelo operador, observadas as condições de viabilidade econômico-financeira, operacional e técnica determinadas nos estudos de modelagem.

Por fim, cumpre mencionar que não foi encontrada, no material analisado, nenhuma distinção entre loteria física e virtual no que tange à aplicação dessas certificações. Corroborando tal entendimento, o manual da WLA sobre loterias (World Lottery Association Security Control Standard – WLA-SCS:2016) consigna, em seu Item 1.2, que os requerimentos nele previstos são genéricos e se aplicam a todos os tipos de loterias e jogos organizados, independentemente do tipo, tamanho e natureza.

Por fim, para efeitos das exigências acima apontadas, sugerimos que o plano de certificação elaborado pela Concessionária/Permissionária deverá ser iniciado em, no máximo, 6 (seis) meses após o início da comercialização dos bilhetes e/ou apostas do serviço de loteria, mitigando riscos de possíveis fraudes e ingerência.

A WLA é uma organização internacional voltada exclusivamente ao desenvolvimento de padrões de segurança para jogos de loteria. A referida organização foi criada em 1999, após a fusão entre a International Association of State Lotteries (AILE) e a Internacional Association of Toto and Lotto Organizations (INTERTOTO)²⁸.

²⁸ World Lottery Association. The WLA Responsible Gaming Framework Submission Guide. Ed. 2016. P. 1. Disponível em <https://www.world-lotteries.org/services/responsiblegaming/framework>, acessado em 15 de setembro de 2021, às 08:48min.

Atualmente, a WLA representa os interesses de cerca de 151 (cento e cinquenta e uma) loterias controladas pelos governos de mais de 82 (oitenta e dois) países espalhados nos 5 (cinco) continentes, e tem como principal missão difundir a responsabilidade social corporativa nas operações de loterias, melhorar a compreensão do público sobre o papel das loterias na sociedade e a questão do jogo responsável.

Para obter a Certificação de Jogo Responsável emitida pela WLA, as loterias (ou gaming organizations) precisam atender a uma série de exigências de segurança. Tais exigências estão especificadas na norma WLA-SCS:2016, criada pela própria WLA. A WLA-SCS:2016 combina as orientações e diretrizes constantes das normas ISO/IEC 2700:2013 (cujo objetivo é a criação, manutenção, melhoria, revisão, funcionamento e análise de Sistema de Gestão de Segurança da Informação – SGSI), bem como ISO:9001 (cujo objetivo é melhorar a gestão de determinada empresa, sendo esta aplicada em conjunto com outras normas), ambas desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO), com controles adicionais de segurança específicos para loterias, os quais representam as melhores práticas atuais²⁹.

A WLA possui (i) 4 (quatro) níveis de Certificação de Jogo Responsável, por meio dos quais as loterias podem demonstrar seu nível de comprometimento com a realização dos jogos de maneira responsável, e (ii) 10 (dez) Elementos de Programa que estão introduzidos em cada um dos 4 (quatro) níveis de certificação. Esses Elementos de Programa são utilizados como um parâmetro de avaliação de cada nível de certificação, de modo que, quando atendido tal parâmetro, a loteria avança para o nível seguinte.

Nesse sentido, temos os o grau de comprometimento exigido das loterias para cada nível de certificação:

- (i) Nível 1 (denominado Commitment): nesse nível de certificação, a loteria torna-se membro da WLA, concordando em adotar os princípios e diretrizes da WLA (conforme norma WLA-SCS:2016), bem como se comprometendo a progredir para os níveis seguintes;
- (ii) Nível 2 (denominado Self-Assessment and Gap Analysis): a loteria faz uma autoavaliação e determina qual(is) o(s) programa(s) de Jogo Responsável

²⁹ Disponível em: <https://www.world-lotteries.org/services/security/security-control-standard-scs>, acessado em 15 de setembro de 2021, às 09h17min.

deve(m) ser desenvolvido(s) na sua estrutura, a fim de garantir o atendimento aos princípios e diretrizes da WLA;

(iii) Nível 3 (denominado Planning and Implementation): nesse nível, a loteria precisa desenvolver um plano, um cronograma e um orçamento para implementar o Programa de Jogo Responsável adequado a sua estrutura;

(iv) Nível 4 (denominado Continuous Improvement): nesse nível, a loteria deve implementar, no seu dia a dia, o Programa de Jogo Responsável específico para a sua estrutura, bem assim melhorar constantemente o seu Programa. Especificamente para esse nível, a loteria deve envolver no processo um assessor externo independente qualificado e, preferencialmente, indicado pela WLA, para rever o Programa de Jogo Responsável implementado na sua estrutura.

O processo para a obtenção das referidas certificações é composto por 6 (seis) fases³⁰. A primeira fase está relacionada à obtenção e leitura do material atinente aos níveis de certificações disponibilizado pela WLA, de modo que tal material auxilie no preenchimento do formulário de inscrição.

A segunda fase consiste no envio eletrônico, pela loteria à WLA, dos formulários de inscrição preenchidos, de forma que esta possa avaliá-los. Nesta fase, há duas datas limite para o envio dos formulários, a saber, 1.º de maio e 1.º de outubro.

A terceira fase trata justamente da análise, pela WLA, do material enviado pela loteria, oportunidade em que se verifica se a loteria atende aos requisitos necessários à obtenção dos níveis de certificação. Nesse caso, se o resultado dessa avaliação for positivo, os documentos seguirão para conhecimento do Independent Assessment Panel (IAP), órgão interno da WLA responsável pela análise do atendimento (ou não) dos requisitos para certificação.

Na quarta fase, o IAP terá 6 (seis) semanas para avaliar a documentação enviada pela loteria e emitir um relatório de avaliação, indicando os pontos atendidos e os pontos a melhorar por parte da loteria. Nessa ocasião, será facultado ao IAP contatar diretamente a loteria para esclarecer eventual dúvida. Ao final da avaliação, o IAP fará

³⁰ World Lottery Association. The WLA Responsible Gaming Framework Submission Guide. Ed. 2016. P. 2. Disponível em: <https://www.world-lotteries.org/services/responsiblegaming/framework>, acessado em 15 de setembro de 2021, às 11:33min.

uma recomendação à WLA no sentido de se a loteria atende ou não às exigências de segurança, bem como indicará o nível de certificação no qual a loteria se enquadra.

Na quinta fase, a loteria terá 15 (quinze) dias para rever a documentação, de acordo com as recomendações da IAP, e reenviar à WLA para validação final.

Na sexta fase, por fim, em sendo as recomendações da IAP atendidas pela loteria, e não havendo quaisquer questões acerca da documentação da loteria, a WLA emitirá, no prazo de 15 (quinze) dias, o nível de certificação recomendado pela IAP à loteria.

As certificações para todos os níveis terão validade por 3 (três) anos, a contar da data de sua emissão pela WLA, e poderão ser renovadas por igual período.

Entretanto, importante destacar que tanto o processo para a obtenção da primeira certificação quanto para a renovação é o mesmo exposto acima.

Por derradeiro, cumpre observar que o custo médio para a obtenção da certificação emitida pela WLA é de US\$ 15,000.00 (quinze mil Dólares)³¹.

Outrossim, no que tange à norma ISO/IEC 27001:2013 (Information Technology – Security Techniques – Information Security Management Systems – Requirements), tal foi criada pela International Organization for Standardization (ISO), e tem como objetivo estabelecer padrões de segurança para o gerenciamento de sistema da informação.

As diretrizes e orientações dispostas na ISO/IEC 27001:2013 são genéricas e aplicáveis a todas as organizações, públicas ou privadas, relacionadas ou não à atividade de loteria. O custo médio para obtenção dessa certificação é de US\$ 118,16 (cento e dezoito Dólares e dezesseis centavos)³².

Desta forma, ante a notável importância dessas certificações, não só pelo seu reconhecimento internacional, mas, também, por abarcar diversas outras normas, entende-se pertinente que a operador busque obter, pelo menos, os níveis de Certificação de Jogo Responsável emitidos pela WLA.

Além da problemática das certificações, importante mencionarmos exigências que entendemos como necessárias para que constem nos contratos de concessão/permissão, por força do que estabelece a legislação brasileira.

³¹ Disponível em: <https://www.world-lotteries.org/services/security/security-control-standard-scs/2052-certification-faq>, acessado em 15 de setembro de 2021, às 14:05min.

³² Disponível em: <https://www.iso.org/standard/54534.html>, acessado em 15 de setembro de 2021, às 14:03min.

A Lei Federal n.º 12.846/13, de 1.º de agosto de 2013 (conhecida como “Lei Anticorrupção” ou “Lei da Empresa Limpa”), regulamentada pelo Decreto Federal n.º 8.420, de 18 de março de 2015, instituiu, no Brasil, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

A Lei Federal n.º 12.846/13 é a primeira lei especial brasileira que trata da prevenção, combate e repressão à corrupção, determinando, inclusive, a responsabilização de pessoas jurídicas por atos ilícitos praticados com o fim de obter vantagens financeiras ou econômicas.

O diploma legal em questão foi inspirado em exemplos estrangeiros, tais como a Foreign Corrupt Practices Act – FCPA, dos Estados Unidos³³, e a UK Bribery Act – UKBA, da Grã-Bretanha³⁴, as quais, do mesmo modo, foram criadas para combater à corrupção.

Com o advento da Lei Federal n.º 12.846/13 e do Decreto n.º 8.420/15, houve um incremento no Brasil no interesse das empresas pela elaboração de Programas de Integridade, internacionalmente conhecidos como Programas de Compliance.

Nos termos do artigo 41, do Decreto Federal n.º 8.420/15, o Programa e Integridade consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

De acordo com a legislação brasileira, a existência de um Programa de Integridade estruturado e efetivo não só serve para evitar o cometimento de irregularidades, como, também, para atenuar eventual processo administrativo de imposição de sanção.

Assim, o Programa de Integridade deve ser estruturado de acordo com as características e riscos relacionados à atividade de cada empresa, e deve observar a legislação pertinente, em especial o artigo 42, do Decreto Federal n.º

³³ <https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act>, acessado em 14 de setembro de 2021, às 13h30min.

³⁴ <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/23/contents>, acessado em 14 de setembro de 2021, às 13h44min.

8.420/15, e a Portaria CGU n.º 909, de 7 de abril de 2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas.

É importante que o Programa de Integridade da empresa contemple regras, limites e orientações de conduta aos colaboradores, tanto internamente quanto perante terceiros. Por essa razão, é cada vez mais frequente verificar em contratos, cláusulas de adesão ao Programa de Integridade da empresa como condição para a contratação.

Relativamente a este assunto, cabe destacar, também, a existência da Lei Federal n.º 9.613, de 03 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF e dá outras providências.

Além de conceituar os crimes supramencionados, referida legislação prevê as pessoas jurídicas sujeitas às determinações dela constantes, os procedimentos a serem adotados para assegurar o seu cumprimento, os trâmites do processo para a averiguação de condutas supostamente delituosas, bem assim as respectivas penas.

Em vista do exposto, como instrumentos de compliance aplicáveis ao Projeto, recomendamos a exigência de:

- (i) Incluir cláusula contratual (isto é, no futuro contrato de concessão/permissão consignando a subjugação do privado à legislação anticorrupção brasileira, prevendo, inclusive, penalidades específicas;
- (ii) Exigir do privado a elaboração de Programa de Integridade, o qual deveria ser apresentado como condição de eficácia da assinatura do futuro contrato de concessão e/ou de compra e venda de ações;
- (iii) Exigir do privado, em âmbito contratual, a contratação de auditoria externa para, de tempos em tempos (em periodicidade a ser definida), avaliar a respectiva atuação frente à operacionalização da loteria estadual;
- (iv) Exigir do privado, em âmbito contratual, a expressa observância à Lei Federal n.º 9.613/98, em especial às disposições dos artigos 10 e

11³⁵ (a despeito da autoaplicabilidade da norma na hipótese de condutas delituosas), podendo-se prever no instrumento, inclusive, penalidade específica (a título indenizatório/compensatório) no caso de restar comprovado o cometimento de crime;

(v) Exigir do privado a implementação de políticas contra a lavagem de dinheiro e contra o financiamento do terrorismo, nos termos das normas vigentes sobre a matéria, podendo tais políticas, se pertinente, constar como anexo do Programa de que trata o item (ii), acima;

³⁵ “Art. 10. As pessoas referidas no art. 9º:

I - identificarão seus clientes e manterão cadastro atualizado, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes;

II - manterão registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, que ultrapassar limite fixado pela autoridade competente e nos termos de instruções por esta expedidas;

III - deverão adotar políticas, procedimentos e controles internos, compatíveis com seu porte e volume de operações, que lhes permitam atender ao disposto neste artigo e no art. 11, na forma disciplinada pelos órgãos competentes;

IV - deverão cadastrar-se e manter seu cadastro atualizado no órgão regulador ou fiscalizador e, na falta deste, no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), na forma e condições por eles estabelecidas;

V - deverão atender às requisições formuladas pelo Coaf na periodicidade, forma e condições por ele estabelecidas, cabendo-lhe preservar, nos termos da lei, o sigilo das informações prestadas.

§ 1º Na hipótese de o cliente constituir-se em pessoa jurídica, a identificação referida no inciso I deste artigo deverá abranger as pessoas físicas autorizadas a representá-la, bem como seus proprietários.

§ 2º Os cadastros e registros referidos nos incisos I e II deste artigo deverão ser conservados durante o período mínimo de cinco anos a partir do encerramento da conta ou da conclusão da transação, prazo este que poderá ser ampliado pela autoridade competente.

§ 3º O registro referido no inciso II deste artigo será efetuado também quando a pessoa física ou jurídica, seus entes ligados, houver realizado, em um mesmo mês-calendário, operações com uma mesma pessoa, conglomerado ou grupo que, em seu conjunto, ultrapassem o limite fixado pela autoridade competente.

Art. 10A. O Banco Central manterá registro centralizado formando o cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, bem como de seus procuradores.”

“Art. 11. As pessoas referidas no art. 9º:

I - dispensarão especial atenção às operações que, nos termos de instruções emanadas das autoridades competentes, possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei, ou com eles relacionar-se;

II - deverão comunicar ao Coaf, abstendo-se de dar ciência de tal ato a qualquer pessoa, inclusive àquela à qual se refira a informação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a proposta ou realização:

a) de todas as transações referidas no inciso II do art. 10, acompanhadas da identificação de que trata o inciso I do mencionado artigo; e b) das operações referidas no inciso I;

III - deverão comunicar ao órgão regulador ou fiscalizador da sua atividade ou, na sua falta, ao Coaf, na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, a não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas nos termos do inciso II. § 1º As autoridades competentes, nas instruções referidas no inciso I deste artigo, elaborarão relação de operações que, por suas características, no que se refere às partes envolvidas, valores, forma de realização, instrumentos utilizados, ou pela falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a hipótese nele prevista.

§ 2º As comunicações de boa-fé, feitas na forma prevista neste artigo, não acarretarão responsabilidade civil ou administrativa.

- (vi) Se pertinente, incluir como anexo do futuro Edital de desestatização minuta de acordo de acionistas que já consigne obrigações/penalidades relacionadas a práticas anticorrupção e contra a lavagem de dinheiro;
- (vii) Exigir do privado, em âmbito contratual, a adoção de práticas de governança corporativa e contábil efetivas, nos termos da legislação vigente, sob pena de aplicação de sanções (inclusive, o instrumento contratual pode previamente definir regras neste sentido).

13. PROPOSTA DE ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES ENTRE AS PARTES, CONSIDERADOS CADA UM DOS MODELOS PROPOSTOS

Segundo as lições de Daniel Carvalho³⁶, na grande instabilidade econômica e política pela qual atravessa o país, não se pode olvidar que práticas que minimizem os riscos de investidores são essenciais ao restabelecimento do crescimento econômico, assim como os investimentos em expansão e modernização de infraestrutura e serviços públicos eficientes e de qualidade são necessários para a devida sustentabilidade desse crescimento.

Para o cenário “A”, para o qual sugerimos a concessão como forma de delegação de serviço público e para o cenário “B”, em que se sugere a permissão como forma de delegação do serviço público, passaremos a apresentar o panorama acerca da alocação de riscos.

O conceito clássico de concessão de serviço público tinha como um de seus pilares a ideia segundo a qual a concessão seria um contrato e que todos os riscos ficariam a cargo do concessionário. Desse fato advém a máxima de que o concessionário executa os serviços públicos “por conta e risco”, termo adotado inclusive na Lei Federal 8.987/95, ao definir concessão de serviço público.

Entretanto, atualmente já é possível constatar na prática, assim como já foi objeto de questionamentos teóricos, que essa definição clássica de que ao concessionário cabe suportar, exclusivamente, todos os riscos da concessão vem sendo contrariada gradativamente, seja em função das diversas concessões subsidiadas pelo

³⁶ <https://www.conjur.com.br/2018-mai-18/daniel-bulha-alocacao-riscos-concessao-servicos-publicos>, acessado em 16 de setembro de 2021, às 17h32.

poder público, seja por incentivos fiscais ou assunção de concessões por entidades da própria administração indireta.

Majoritariamente, a doutrina nacional ainda utiliza o conceito clássico do risco da concessão, como contrato “por conta e risco do concessionário”. Ora, se o serviço permanece público após concedido à iniciativa privada, é inconcebível imaginar que o concessionário tenha relevância principal no acordo, eis que tais serviços são também relevantes para o poder concedente e para a sociedade. A frustração do empreendimento prejudicará igualmente poder concedente, concessionário e a sociedade.

Além das contradições técnicas existentes no próprio conceito clássico replicado majoritariamente pela doutrina e contradições com alguns princípios inerentes aos serviços públicos concedidos, citados a seguir, há de se considerar que o sistema atual de concessões vigentes no país ainda não satisfaz os objetivos basilares de sua existência: há dispêndios vultuosos de recursos públicos, serviços ineficazes, altos valores cobrados e má qualidade na execução dos serviços.

Sob o ponto de vista técnico, a definição clássica do risco da concessão é ambígua quando também caracteriza o contrato de concessão de serviço público como um contrato comutativo, ou seja, um contrato com justa equivalência das prestações de cada uma das partes.

Em sendo o contrato comutativo — e, portanto, não aleatório —, a ideia de equivalência entre os encargos das partes, com conhecimento prévio destes, é paradoxal à ideia de transferência de todos os riscos da concessão para uma única parte, o concessionário.

Nas lições do autor acima mencionado, persiste uma visão equivocada acerca da alocação dos riscos nas concessões de serviços públicos:

Como visto, são diversas as contradições existentes na doutrina tradicional do risco nas concessões de serviços públicos. Entendimentos doutrinários, legais e jurisprudenciais nos conduzem à máxima de que, diferentemente da interpretação rígida dada ao termo “por sua conta e risco”, há uma certa divisão dos riscos da contratação entre poder concedente e concessionário. Assim, parece-nos evidente que a Lei 8.987/95, ao estabelecer que a concessão se dá “por conta e risco” do concessionário, transfere normativamente ao concessionário os riscos que o contrato estabelecer, ou seja, tão somente os riscos contratuais. Os riscos extracontratuais estariam abarcados no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

Mas, o que se entende por “risco”? O que é o gerenciamento de risco? Como acontece na Administração Pública? Como proceder com alocação de riscos na delegação do serviço público.

Podemos entender risco como um evento ou circunstância que deve ser ponderado antes do início da execução de qualquer objetivo e ligado à fase de planejamento.

Segundo a ABNT NBR ISO 31000³⁷ (norma técnica que trata de gestão de riscos), risco é o efeito da incerteza nos objetivos.

No âmbito da IN MP/CGU nº 1/2016³⁸, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal, risco é a possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter impacto no cumprimento dos objetivos; o risco é medido em termos de impacto e de probabilidade.

Continua o professor Eduardo Montes, explicando que o risco pode ocorrer devido a uma ou mais causas e pode ocasionar um ou mais impactos positivos ou negativos, de modo que os riscos estão relacionados com as demais áreas de conhecimento e devem ser tratados de forma integrada considerando as melhores práticas de cada área de conhecimento³⁹.

Para o cenário “A”, ficou claro que a modelagem econômica e financeira entende que o projeto é viável para a modalidade sorteio de números (virtual e físico), loteria instantânea (virtual e físico), modalidade lotérica de apostas esportivas (físico). Aqui, portanto, o ideal é a CONESSÃO do serviço público.

Ainda sobre os critérios apontados pela modelagem econômica e financeira para a modalidade de apostas esportivas (apenas virtual), restou concluso que basta que a empresa consiga mostrar/justificar que atende aos requisitos técnicos e financeiros. Nesse caso, a forma de delegação se dará por PERMISSÃO.

³⁷ BRASIL, ABNT NBR ISO 31000:2018. Fornece orientações para gerenciar riscos enfrentados por organizações de todos os tipos e tamanhos, com um guia claro e conciso que auxilia na melhoria do planejamento e na tomada das melhores decisões em todos os níveis. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/imprensa/releases/25-certificacao/noticias/6242-uso-de-normas-abnt-sobre-gestao-de-riscos-pode-evitar-tragedias>. Acesso em 28 de março de 2021.

³⁸ BRASIL, Instrução normativa conjunta nº 1 de 10 de maio de 2016. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519355/do1-2016-05-11-instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-10-de-maio-de-2016-21519197. Acesso em 28 de março de 2021.

³⁹ MONTES, Eduardo. Introdução ao Gerenciamento de Projetos, 1ª Ed. São Paulo; 2017.

É que, no caso das apostas esportivas a experiência no mundo é inequívoca no sentido de apontar mercado concorrencial e competitivo, em seu formato virtual (20 licenças).

Pois, bem!

Já vimos que podemos caracterizar o risco, em síntese, como a ocorrência de um evento desfavorável, imprevisto ou de difícil previsão, que onera demasiadamente os encargos contratuais de uma ou de ambas as partes, afetando a rentabilidade do projeto, no caso da parte privada, e a eficiência na realização dos objetivos, no caso da parte pública.

A experiência internacional e nacional, nos mostra o seguinte cenário para os riscos financiamento, na delegação de serviços públicos:

Categoria do Risco	Descrição	Consequencia	Medidas Mitigadoras	Alocação Preferencial
Risco de Financiamento	Risco de que não esteja disponível financiamento, nos montantes e nas condições previstas, quando a dívida e / ou o capital é exigido da entidade privada.	Não haverá recursos para o progresso ou complemento do projeto.	Exigência de que todas as propostas contenham garantias quanto aos compromissos financeiros com condições mínimas e facilmente realizáveis.	Parceiro Privado
Risco de alteração do projeto original	Risco de que o projeto seja alterado pela administração após a assinatura do contrato.	A alteração no projeto pode aumentar em demasia os custos da parte privada.	A administração deve minimizar a chance de mudar as especificações do projeto e, para o caso de mudança, deve incluir cláusulas claras no contrato que garantam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro inicial.	Parceiro Público

Em contrapartida, temos a seguinte alocação de riscos para a parte financeira e operacional:

ALOCÇÃO DOS RISCOS			
Etapa	Poder Público	Iniciativa Privada	
		Riscos Explícitos	Riscos implícitos
Primeira	a) O risco do projeto ser inadequado para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e custo definidos; b) Risco de que o parceiro privado não consiga título legal adequado para	a) Aumento dos custos de implantação e operação dos serviços, inadequação dos serviços; b) Causas	O Poder Concedente tem obrigação de disponibilizar os “elementos do projeto básico” com estimativas de custo

	iniciar a implantação do projeto;	extraordinárias que impeçam a obtenção dos certificados de operações e suas renovações;	
Segunda	a) modificação unilateral; b) alteração tributária, exceto IR; c) força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração; d) modificações estruturais nos preços relativos dos fatores de produção; e) alteração legislativa de caráter específico;	a) erros na determinação de quantitativos; c) danos seguráveis; d) variação nos custos; e) passivo trabalhista; f) Possíveis indenizações judiciais;	Todos os riscos inerentes a concessão, exceto nos casos em que o risco seja explicitamente assumido pela parte pública e não sejam passíveis de seguro.
Terceira	a) manifestações sociais contrárias; b) decisão arbitral, judicial ou administrativa; c) descumprimento, pelo Poder Concedente, de suas obrigações contratuais ou regulamentares; d) caso fortuito ou força maior; e) alteração unilateral; f) alteração tributária, exceto IR; g) Decisão judicial que impeça a cobrança do valor das apostas	a) não criação da cultura de negócio no âmago do consumidor brasileiro; c) obtenção de licenças, permissões e autorizações; d) aumento de custos; f) aumento excessivo do dólar para obtenção das licenças g) tecnologia; h) perecimento, destruição, roubo, furto e perda dos bens da concessão; j) defeitos ocultos nos bens da concessão; k) aumento do custo de capital; l) variação das taxas de câmbio; m) modificações na legislação (exceto tributária);	Todos os riscos relacionados à Concessão, a exceção dos riscos assumidos pela parte Pública que não sejam passíveis de seguro. Alocação definida exclusivamente no contrato

		n) inflação superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste dos valores; p) responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos aos direitos individuais e coletivos; q) responsabilidade civil; r) diferença de arrecadação; s) Risco de decisão judicial que impeça a cobrança aos usuários; Redução de receitas, e possível inviabilidade da prestação do serviço na qualidade adequada	
--	--	--	--

Ora, tendo em vista o cenário de alocação de riscos acima apresentado, recomendamos, ainda, algumas condições gerais e de alocação de riscos.

Dessa maneira, Antes da assinatura do Contrato, a delegatária deve apresentar:

- i) Prova de constituição da SPE, acompanhada da correspondente certidão do registro empresarial e inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- ii) Garantia de Execução do Contrato, nos termos da Minuta do Contrato;
- iii) Descrição da estrutura acionária e de gestão para a SPE, contendo: (a) tipos de ações, acionistas e suas respectivas participações por tipo; (b) composição societária da delegatária e de suas Controladoras, conforme o caso; (c) acordos de acionistas da SPE, quando aplicável; (d) principais administradores,

incluindo seus respectivos currículos; e; (e) identificação de partes relacionadas.

Não obstante tais requisitos, para comprovação da constituição da SPE, a Adjudicatária deverá apresentar a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial da Sede da sociedade e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.

Sendo a Adjudicatária uma empresa individual, esta deverá alterar os seus estatutos ou contrato social ou poderá criar subsidiária integral, mantendo o mesmo controle acionário preexistente à constituição da empresa.

A denominação da SPE será livre, mas deverá refletir sua qualidade de empresa Concessionária do serviço público da loterias do Estado de São Paulo.

Além disso, a delegatária assumirá compromisso de integralização do capital nos termos estabelecidos pelo Contrato, sendo condição prévia à celebração do contrato a integralização de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital subscrito, de modo que o restante do capital social, correspondente a 100% (cem por cento) do capital subscrito, deverá ser integralizado no prazo prescrito pelo Contrato e observadas as diretrizes do Plano de Negócios apresentado.

Por fim, necessário mencionar que as partes terão direito à revisão deste Contrato, a qualquer tempo, de acordo com a alocação de riscos e quando se verificar a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extracontratual, em especial:

- i) Modificação unilateral deste Contrato que importe variação dos custos ou das receitas da Concessionária, tanto para mais quanto para menos;
- ii) Alteração legislativa que implique a criação, a modificação ou a extinção de tributos após a data de publicação do Edital; 14.2.3. Alteração legislativa, em qualquer esfera federativa, que implique ônus a ser suportado pela Concessionária;
- iii) Ocorrência de fato do príncipe ou de fato da administração de que resultem, comprovadamente, variações nos custos ou nas receitas da Concessionária incluindo determinações de autoridades administrativas ou judiciárias, inclusive por termos de ajustamento de conduta, que alterem os encargos da

Concessão, dentre eles, a modificação ou a antecipação dos objetivos e metas da Concessão;

iv) Ocorrência de caso fortuito, força maior ou sujeições imprevistas que acarretem alteração dos custos ou das receitas da Concessionária e cuja responsabilidade não seja a ela atribuível;

A revisão pode ocorrer das seguintes formas: (a) adequação do valor da Outorga Pecuniária; (b) alteração do prazo deste Contrato; (c) atribuição de compensação direta à Concessionária; (d) combinação das alternativas anteriores; ou, (e) outras formas autorizadas por Lei.

Sempre que se efetivar a revisão, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo da ocorrência de outras situações fáticas ou jurídicas não contempladas e que venham a ensejar nova revisão.

14. AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS LOTÉRICOS ATRAVÉS DE INSTRUMENTO JURÍDICO PRECÁRIO, SEM GARANTIA DE PRAZO MÍNIMO DE EXPLORAÇÃO – DELEGAÇÃO POR PERMISSÃO

Como já visto, a modelagem econômica sugere um único operador para loteria instantânea (virtual e físico) e outro único operador (talvez o mesmo) para Sorteio de Números (virtual e físico), assim como vários operadores para Apostas Esportivas (virtual).

Restou evidenciada a sugestão de um número fixo de licenças para as Apostas Esportivas, de modo a maximizar a operação, especialmente em seu formato físico, tomando como base a renda per capita, a experiência de loterias em países de primeiro mundo, custos fixos, atratividade e volume de prêmios a serem pagos.

Consequentemente, o conjunto de dados e cálculos de estudo de demanda, modelagem econômica e financeira e evidências empíricas, sugerem que em sua partição virtual, as apostas esportivas devem ser oferecidas em formato concorrencial, e, em contrapartida, em sua partição física devem ser oferecidas em forma de concorrência monopolista.

Diante desse cenário, tendo em vista que a modelagem financeira aponta para a modalidade de apostas esportivas em meio virtual para vários operadores, entendemos que este tipo de vínculo deve ser feito pelo instituto da permissão.

Para melhor corroborar com a nossa conclusão, temos as seguintes características dos contratos de permissionários de serviços públicos:

- (i) É delegação de serviço público ou uso de bem público, feita pelo poder concedente (União, Estado-membros, Distrito Federal ou Municípios) em cuja competência se encontra o serviço delegado;
- (ii) Não transfere a titularidade, somente a execução ou uso;
- (iii) Feita através de contrato de adesão, precedido de licitação (art. 175, CF/88);
- (iv) Tal contrato tem natureza de ato unilateral da Administração, sujeito às regras do direito público;
- (v) Cabe à União fixar normas gerais de contratação, em todas as modalidades (art. 22, XXVII, CF/88);
- (vi) A execução do serviço pelo concessionário é por sua conta e risco;
- (vii) Concedente fixa normas de prestação do serviço ou uso do bem público, fiscaliza e impõe sanções;
- (viii) A responsabilidade civil objetiva (art. 37, § 6, CF/88) se aplica ao permissionário que causa prejuízos a terceiros, em decorrência da prestação de serviço público;

Ora, por se tratar de vários possíveis operadores, cujos problemas podem ser maiores, especialmente os relacionados à operação, rastreabilidade das informações, possíveis infrações, infratores, necessidade maior de fiscalização e prevenção aos possíveis atos de manipulação de resultados, baixo custo inicial, a permissão, por contrato de adesão se mostra como sendo a melhor opção para o cenário “B”.

Ainda sobre os critérios apontados pela modelagem econômica e financeira para a modalidade de apostas esportivas (apenas virtual), restou concluso que basta que a empresa consiga mostrar/justificar que atende aos requisitos técnicos e financeiros. Nesse caso, a forma de delegação se dará por **PERMISSÃO**.

É que, no caso das apostas esportivas a experiência no mundo quanto ao fato de apontarmos como ideal o mercado concorrencial e competitivo, em seu formato virtual (20 licenças).

Apenas a título de exemplo, a modalidade lotérica aqui citada consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no

momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

Todavia, a mencionada definição dá margem a diversas interpretações das atividades que se encaixariam nesse perfil ou não. A ausência de uma definição clara certamente trará incerteza ao mercado brasileiro, vez que existem atividades exploradas internacionalmente que são consideradas “apostas esportivas”, mas no Brasil podem não ser.

Assim, mesmo que o operador tenha que preencher todos os requisitos técnicos e operacionais para que possa obter a licença para a operação da aposta esportiva em canal virtual, ainda é possível que aventureiros se lancem na proposta e estraguem o cenário da loteria estadual para essa modalidade.

É nesse sentido que entendemos que, com base nas informações apresentadas pela modelagem econômico e financeira, entendemos pela formalização de um contrato de adesão, na forma de permissão de serviço público (apenas para o cenário “B”).

No âmbito administrativo, a proposta de regulamentação em curso contempla o órgão regulador com o devido poder de polícia. Entre as possíveis medidas passíveis de adoção, em relação a operador flagrado em exploração clandestina de apostas esportivas, estão iniciativas punitivas assemelhadas à “cláusula do mau-ator”. Por exemplo, o operador irregular pode ter suas atividades suspensas total ou parcialmente, assim como ficar proibido de obter nova autorização por período de até 10 (dez) anos. Em relação à quarentena, também está previsto interstício punitivo de 730 dias, imposto a qualquer operador flagrado em exploração irregular de apostas esportivas, a partir do início da operação legal da modalidade no País.

Existem muitos agentes operadores que hoje atuam de maneira ilegal no país. Ademais, as empresas que se legalizarem se juntarão ao governo federal para modernizar a lei e, ao mesmo tempo, atuarão vigilantemente para denunciar quem estiver operando ilegalmente no Brasil.

Mas, nada obsta que, ainda sob a cultura da clandestinidade, esses operadores possam praticar irregularidades, até que a cultura da legalidade do vínculo, na forma de delegação e regida pelas normas Editalícias e legislação, seja consolidada.

Dessa forma, espera-se consolidar, no Brasil, a indução à procura, pelo apostador, de sites legalmente autorizados e, de outro modo, o desestímulo, também do apostador, à procura de sites legalmente baseados no exterior, mas ilegais no Brasil. O conjunto normativo contempla o estímulo à denúncia, por parte dos operadores

legalmente autorizados a operarem as apostas esportivas de quota fixa no Brasil, tanto em relação à atuação clandestina de operadores não autorizados pelo poder público quanto em relação à procura por apostadores brasileiros por sites ilegais (no País) de captação de apostas.

Por isso que, para o cenário “B”, sob o ponto de vista jurídico, resta mais do que claro que a permissão é a melhor forma de legalizar o vínculo entre o poder público e o operador.

15.SEGURANÇA JURÍDICA: RESPONSABILIDADE CIVIL E APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

No que tange a segurança jurídica do projeto, ficou mais do que evidenciado que o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento as Ações Constitucionais (ADPF e ADIN), se solidificou no sentido de que os Estados possuem a prerrogativa da União Federal de legislar sobre a matéria de loterias não afasta a competência material dos entes subnacionais.

Portanto, na vigência da atual Carta Constitucional, os entes federados não estão na condição de subordinados ou administrados da União, sendo vedada qualquer pretensão de submeter os Estados à condição hierarquicamente inferior, dependentes e sem autonomia.

A autonomia é fundamental no reconhecimento e promoção de diversidade regional e o estabelecimento de modificações institucionais em menor nível que, em caso de sucesso regional, podem ser adotadas pelo governo central ou outros entes subnacionais.

A autonomia estadual se expressará tanto para instituir Produtos Lotéricos estaduais lastreados nas Modalidades Lotéricas previstas em lei federal, quanto para a criação de um ente integrante da Administração Pública que exercerá funções de uma Loteria.

O funcionamento desta Loteria, bem como do serviço que ela administra, depende necessariamente do exercício da competência material em ordem administrativa e financeira e, deste modo, a Loteria Estadual deve se autorregulamentar, minimamente, sobre as seguintes regras:

- i) a quantidade, para emissão de “bilhetes, listas, cupons” etc., por evento;
- ii) a periodicidade dos sorteios;

iii) a comercialização dos produtos lotéricos em ambientes físicos ou não físicos (on-line);

iv) a destinação das receitas da Loteria;

v) regras para exploração direta e condições exigidas do operador para exploração indireta dos produtos, seja por credenciamento, autorização ou contratação de permissionários e concessionários; e

vi) homologação a bem do interesse público da criação de produtos lotéricos, amparados nas modalidades lotéricas e seu próprio layout, forma de controle, publicidade, regras de proteção e prevenção da ludopatia, fiscalização, divulgação de resultados, padrões de segurança e de certificação, entre outros temas necessários a viabilizar o funcionamento “adequado” do serviço público.

Quanto aos riscos, apesar dos cenários de locações de riscos já apontados, necessário trazermos à baila que, no tocante aos riscos existentes na formatação proposta, através do instituto da responsabilidade civil, observa-se que, consoante art. 37, §6º da CF, aplica-se ao delegatário de serviços públicos a teoria da responsabilidade civil objetiva.

Logo, responderá diretamente perante o usuário e o não usuário pelos danos que causarem, independentemente da existência de culpa.

No entanto, em caso de sua impossibilidade, o Estado de São Paulo é chamado para responder subsidiariamente, exceto se o mencionado ente fizer a utilização da regulação dos serviços públicos delegados a particulares através de uma agência reguladora específica ou com edição de normas de fiscalização e regulação dos serviços.

Por fim, quanto à proteção do apostador/consumidor, não restam dúvidas quanto ao mencionado enquadramento, na medida que deve haver a aplicação da Lei 8.078/90 (CDC), pois as agências lotéricas praticam serviços públicos mediante concessão, os quais se caracterizam como fornecimento em relação de consumo, tal como o previsto no artigo 22, da mencionada norma.

O art. 22 do CDC (Código de Defesa do Consumidor) dispõe que: “Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos”.

Assim, o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica existente entre o concessionário de serviço público e o usuário final - fornecedor e

consumidor, respectivamente, nos termos dos artigos 3º e 2º do CDC - independentemente da garantia constitucional que assegura a responsabilização objetiva daquele por danos causados a este, em virtude de falhas em suas atividades de rotina.

Dessa forma, a implantação das loterias estaduais no âmbito do Estado de São Paulo, nas modalidades sugeridas pela modelagem financeira, é opção mais do que segura para o mencionado ente federado, sob o ponto de vista jurídico.

16. DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA FORMA DE CONCESSÃO PARA AS MODALIDADES DE LOTERIA DE SORTEIO DE NÚMEROS, LOTERIA INSTANTÂNEA E LOTERIA DE APOSTAS ESPORTIVAS – MEIO FÍSICO

A lei nº 8.987/95, em seu art. 14, preconiza que “Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório”.

Contudo, para o caso das loterias estaduais, a delegação do serviço público, demanda critérios e definições de obrigações, diferenciados, e, portanto, tracemos o Edital de Concorrência para fins da delegação do serviço público, na forma de concessão (**cenário “a”**).

16.1. Disposições Gerais do Edital

Levando em conta as especificidades, o Edital disporá de um item de “considerações iniciais”. Dessa maneira:

1. O ESTADO DE SÃO PAULO , por intermédio da XX, torna público pelo presente Edital da Concorrência nº XX/2021, que fará realizar a Licitação acima identificada, sob a modalidade de concorrência, para a seleção de proposta mais vantajosa destinada à concessão do serviço público de loterias no Estado de São Paulo , abrangendo o desenvolvimento e exploração das modalidades lotéricas autorizadas, em meios digital e físico, nomeadamente Loteria Tradicional, Loteria de Prognósticos, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa.

A presente Licitação e atos dela derivados são regidos pelas regras previstas neste Edital e nos seus Anexos, bem como pela Lei Federal nº 8.987, de 13

de fevereiro de 1995, seus regulamentos e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O Edital e seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre a exploração do serviço público de loteria poderão ser obtidos (a) em mídia eletrônica, na sede da XX e/ou (b) no endereço eletrônico www.XX.pe.gov.br, incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste Edital.

O certame será conduzido por Comissão de Outorga e as sessões públicas serão realizadas na sede da XX, local no qual os interessados deverão entregar o Envelope 1 (Credenciamento e Garantias de Proposta), Envelope 2 (Documentos de Habilitação) e Envelope 3 (Proposta Econômica) até a data fixada.

As referências às normas aplicáveis no Brasil e às aplicáveis especialmente a este Edital deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as modifiquem ou substituam.

A presente licitação foi precedida de consulta pública ocorrida entre XX a XX e, também, audiência pública realizada em XX, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Os envelopes contendo a documentação necessária à participação na Licitação deverão ser entregues pelos interessados, impreterivelmente, até o dia XX, às XX, na sede da XX, situada no XXXXXXXXXX, onde será realizada a Sessão Pública de abertura dos envelopes.

16.2. Das definições e conceitos do Edital

Com o objetivo de atrair participantes qualificados, o Edital apontará alguns conceitos iniciais:

1.1. Para os fins do presente Edital e seus Anexos, sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

- (i) Adjudicatário: Licitante ao qual seja adjudicado o Objeto da Licitação.
- (ii) Anexos: todos os documentos integrantes deste Edital.
- (iii) Comissão de Outorga: comissão instituída pela XX, que será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à Licitação.
- (iv) Concessão: espécie de delegação da exploração de serviço público, outorgada à Concessionária pelo prazo previsto no Contrato.
- (v) Concessionária: Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída de acordo com as leis brasileiras, com a finalidade exclusiva de executar o Objeto da Concessão.
- (vi) Consorciado: sociedade, fundo de investimento ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, integrante de Consórcio Licitante.
- (vii) Consórcio: grupo de empresas, solidariamente responsáveis, que se unem para agregar capacitação econômico-financeira e técnica-operacional para participação na Licitação e, sendo vencedor, constituir-se em SPE.
- (viii) Contratante/Poder Concedente: o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria da Fazenda celebrado entre o Estado de São Paulo, representado pela XX, e a Licitante vencedora, para a concessão da exploração dos serviços de loterias, nos termos da Minuta do Contrato de Concessão.
- (x) Controlada: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento cujo Controle é exercido por outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.
- (xi) Controladora: qualquer pessoa jurídica ou fundo de investimento que exerça Controle sobre outra pessoa jurídica ou fundo de investimento.

(xii) Controle: o poder, detido por pessoa ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto ou sob controle comum, direta ou indiretamente, isolada ou conjuntamente, para:

1) exercer, de modo permanente, direitos que lhe assegurem a maioria dos votos nas deliberações sociais e eleger a maioria dos administradores ou gestores de outra pessoa, fundo de investimento ou entidades de previdência complementar, conforme os órgãos de outra pessoa, fundo de investimento ou entidade de previdência complementar.

(xiii) Data de Eficácia: data do efetivo início de contagem do prazo de execução contratual, que se operará mediante a publicação do extrato do Contrato.

(xiv) Documentos de Habilitação: conjunto de documentos arrolados no presente Edital, destinados a comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, a habilitação econômico-financeira e a capacidade técnica das Licitantes.

(xv) Edital: o presente instrumento que contém o conjunto de instruções, regras e condições necessárias à orientação da Licitação.

(xvi) Encargos: conjunto de atividades e responsabilidades a cargo da Concessionária no âmbito da concessão.

(xvii) Garantia da Proposta: garantia fornecida pelas Licitantes como condição para participação na Licitação, destinada a assegurar a manutenção da Proposta Econômica apresentada, em todos os seus termos, conforme o disposto neste Edital.

(xviii) Garantia de Execução do Contrato: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão, a ser mantida pela Concessionária em favor do Estado de São Paulo, nos montantes e nos termos definidos na Minuta do Contrato de Concessão.

(xix) Licitação: esta Concorrência nº XX/2021 conduzida pela Comissão de Outorga, para selecionar, dentre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse da Administração Pública, com base nos critérios previstos neste Edital.

(xx) Licitante: qualquer pessoa jurídica, fundo de investimento ou Consórcio participante da Licitação.

(xxii) Outorga: valor da outorga ofertada pela Concessionária, pela consecução do Objeto desta Licitação, em sua Proposta Econômica.

(xxiii) Partes: Poder Concedente e Concessionária.

(xxiv) Prazo da Concessão: o prazo de exploração do Objeto definido na Minuta do Contrato de Concessão.

(xxv) Proposta Econômica: proposta a ser ofertada pela Licitante, contemplando o valor da Outorga Pecuniária global para a execução do Objeto da Concessão.

(xxvi) Sessão Pública: Reuniões entre os representantes do Poder Concedente, as Licitantes e demais interessados, aberta ao público.

(xxvii) Valor Estimado do Contrato: Valor estimado para o Contrato de Concessão, consubstanciado no valor bruto de arrecadação estimado ao longo de todo Prazo da Concessão.

1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

(i) as definições do Edital serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;

(ii) no caso de divergência entre os Anexos e o Edital, prevalecerá o disposto no Edital;

(iii) no caso de divergência entre o Contrato e os Anexos, prevalecerá o disposto no Contrato de Concessão;

(iv) no caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles emitidos pelo Contratante; e

(v) no caso de divergência entre os Anexos emitidos pelo Contratante, prevalecerá aquele de data mais recente.

16.3. Dos documentos Integrantes do Edital

Além do Edital, outros documentos se fazem importantes:

2. DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO EDITAL

2.1. Integram o presente Edital, como partes indissociáveis, os seguintes Anexos:

ANEXO I – MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

ANEXO II – REQUISITOS DA GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO III – MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

16.4. Do objeto do Edital

A definição do objeto do Edital será:

3.1. O Objeto da Licitação é a concessão do serviço público de loterias no Estado de São Paulo , abrangendo o desenvolvimento e exploração das modalidades lotéricas autorizadas, em meios digital e físico, nomeadamente Loteria Tradicional, Loteria de Prognósticos, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa, no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. A execução do Objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável, no presente Edital

16.5. Do tipo de licitação

Sobre o tipo de licitação, tendo em vista tudo quanto exposto até aqui, sugere-se:

4. DO TIPO DE LICITAÇÃO

4.1. A presente Licitação adotará como critério de julgamento a maior oferta de valor de outorga global a ser paga ao Poder Concedente, conforme disposto no inciso II do artigo 15 da Lei Federal nº 8.987/1995.

16.6. Do valor estimado para a contratação

Para fins de apresentação do valor estimado, o Edital prevê que:

5. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE CONCESSÃO 5.1. O Valor Estimado do Contrato de Concessão é de R\$ XX (XX), correspondente valor bruto de arrecadação estimado ao longo de todo Prazo da Concessão.

16.7. Do prazo

A presente cláusula prevê o prazo de execução e contempla o período necessário à amortização e ao lucro do vencedor/operador

6. PRAZO

6.1. O Prazo de vigência do Contrato de Concessão é de 10 (dez) anos, contados da Data da Eficácia, podendo ser prorrogado de forma a assegurar a efetiva e adequada gestão pela concessionária, guardado o respectivo interesse público, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

6.2. A eventual prorrogação da vigência do contrato estará subordinada, além do interesse público, à revisão das condições nele estipuladas.

6.3. Em caso de atraso decorrente de atos imputáveis exclusivamente ao Poder Concedente, o contrato poderá ser prorrogado por prazo igual ao transcorrido em razão do atraso, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

16.8. Do acesso às informações do certame

Será permitido o acesso às informações do certame, da seguinte maneira:

7.1. O Edital poderá ser obtido a partir de XX de XX de 2021, das XX às XX horas no endereço XX, ou por meio da página eletrônica XX. Os Anexos do Edital poderão ser retirados junto à Comissão de Outorga mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprodução dos documentos.

Edital e Anexos obtidos ou conhecidos de forma ou locais distintos daqueles previstos no item anterior. 7.1.2. A documentação fornecida pelo Concedente às Licitantes não poderá ser reproduzida, divulgada e utilizada, de forma total ou parcial, para quaisquer outros fins que não os expressos no Edital.

7.2. A obtenção do Edital não é condição para participação no certame, sendo certo que a participação das Licitantes pressupõe sua aceitação a todos os termos e condições do Edital.

7.3. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados relacionados à Concessão e disponibilizados pelo Poder Concedente têm caráter meramente indicativo, cabendo aos interessados o exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à Concessão, responsabilizando-se, ainda, pelos custos e despesas referentes às providências necessárias à elaboração de suas Propostas e à participação na Licitação.

7.4. Os interessados são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis ao processo concorrencial e à Concessão.

16.9. Dos pedidos de esclarecimento do Edital

A cláusula de previsão de solicitação de esclarecimentos é condição que traz a possibilidade de mitigação de futuras impugnações

8.1. É facultado a qualquer cidadão ou pessoa jurídica interessada solicitar esclarecimentos complementares acerca do Edital. A solicitação deverá ser apresentada à Comissão de Outorga, até 5 (cinco) dias antes da data fixada para a Sessão Pública de abertura do certame, sempre com regular identificação do solicitante, em uma das seguintes formas:

(i) Por meio de correspondência dirigida ao endereço eletrônico XX, acompanhada do arquivo contendo as questões formuladas, em formato editável —.doc; ou (ii) Por meio de correspondência protocolada no endereço XX, no horário das XX às XX, contendo as questões em meio impresso e magnético, com o respectivo arquivo gravado em formato editável —.doc.

8.1.1. A Comissão de Outorga não se responsabilizará por eventuais problemas ou falhas no envio ou recebimento dos pedidos de esclarecimentos, bem como pela nitidez e qualidade visual daqueles realizados por correio eletrônico.

8.2. A Comissão de Outorga não responderá questões que tenham sido formuladas em desconformidade com o disposto no item precedente, bem como não serão considerados pedidos de esclarecimentos recebidos via fax ou por telefone.

8.3. As respostas da Comissão de Outorga a pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico XX sem identificação da fonte do questionamento, e enviadas para o e-mail, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para Sessão Pública de abertura da Licitação ou, se a Comissão de Outorga entender conveniente, em data anterior.

8.4. Todas as correspondências referentes ao Edital enviadas à Comissão de Outorga serão consideradas como entregues na data de seu recebimento pelo destinatário.

8.5. Não sendo formulados pedidos de informações e esclarecimentos sobre a Licitação, pressupõe-se que os elementos fornecidos no Edital são suficientemente claros e precisos para todos os atos a se cumprirem no âmbito da Licitação, não restando direito às Licitantes para qualquer reclamação ulterior, dado que a participação na Licitação implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital.

16.10. Impugnações do Edital

Em obediência a preceito legal, o Edital da licitação traz a previsão da possibilidade de impugnações. Vejamos:

9.1. Sob pena de decadência deste direito, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo a impugnação ser protocolada na sede da XX, em até 5 (cinco) dias úteis antes da Data de Entrega das Propostas e, por aqueles que irão participar da Licitação, até 2 (dois) dias úteis antes da Data de Entrega das Propostas.

9.2. As impugnações ao Edital deverão ser exclusivamente escritas, no suporte físico em papel, dirigidas ao Presidente da Comissão de Outorga e entregues no endereço e nos prazos mencionados acima.

9.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá a participação do interessado na Licitação até a decisão da Comissão de Outorga.

9.4. O parecer da Comissão de Outorga favorável à impugnação somente alterará o Período de Recebimento dos envelopes quando a alteração promovida no Edital afetar as condições de elaboração das Propostas Econômica ou os Documentos de Habilitação exigidos, hipótese na qual o Edital será republicado, reiniciando os prazos nele previstos.

9.5. A Comissão de Outorga terá o prazo de 03 (três) dias úteis para responder e julgar a impugnação.

16.11. Das Condições de Participação

A presente cláusula Editalícia é de suma importância para impedir formas transversas de participação de pessoas jurídicas suspeitas, de modo que a previsão segue da seguinte maneira:

10.1. Poderão participar desta Licitação as pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras, isoladamente ou reunidas em Consórcio, que demonstrem cumprir com todos os requisitos previstos neste Edital e seus Anexos.

10.2. Os consórcios poderão ser formados com, no máximo, 4 (quatro) empresas.

10.3. Não poderão participar da Licitação, isoladamente ou em Consórcio, direta ou indiretamente, os interessados:

(i) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

(ii) Que não atendam às condições deste Edital e seu Anexo;

(iii) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

(iv) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

(v) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nesta condição.

10.4. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item precedente, a existência de vínculos de natureza jurídica, técnica, comercial ou empresarial entre as pessoas físicas ou jurídicas mencionadas e a Licitante ou qualquer empresa do(s) grupo(s) econômico(s) da Licitante.

10.5. A participação na Licitação implica integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do Edital, da minuta do Contrato de Concessão e seus Anexos, bem como das demais normas aplicáveis a esta Licitação.

16.12. Da possibilidade de participação como consórcio

A lei nº 8.987/95 estabelece que as delegações de serviço público na forma de concessão podem acontecer para consórcio de empresas. Nesse sentido, o Edital trará a seguinte previsão:

11.1. A participação nesta Licitação por meio de Consórcio dependerá da observância das seguintes regras, sem prejuízo de outras existentes no restante do Edital:

(i) Juntamente com seus documentos de habilitação, os Consórcios deverão apresentar Compromisso de Constituição de Consórcio, em instrumento público ou particular, subscrito por todas as empresas integrantes do consórcio, de acordo com os artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404/1976 e artigos 18, inciso XII, e 19 da Lei Federal nº 8.987/1995, que deverão contemplar:

a) Qualificação dos integrantes e do próprio Consórcio, indicando a líder que deverá ser, obrigatoriamente, empresa nacional;

b) Indicação expressa, dos consorciados à líder, de poderes de representação em todos os atos do certame;

- c) O objeto social e prazo de duração que não poderá ser inferior ao Prazo da Concessão;
 - d) A participação de cada consorciado nos direitos e obrigações do contrato a ser firmado;
 - e) Declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo Consórcio, em relação à presente Licitação e ao Contrato decorrente e como corresponsáveis por todas as obrigações do consórcio;
 - f) Compromisso das empresas signatárias de que não alterarão a constituição e/ou a composição do consórcio até o esgotamento desta Licitação, salvo com autorização prévia do Poder Concedente;
 - g) Compromisso expresso de que apresentarão, antes da assinatura do contrato, o instrumento de constituição e registro da Sociedade de Propósito Específico (SPE).
- (ii) Cada Consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, ressalvada a possibilidade de somatório do patrimônio líquido conforme especificado oportunamente neste Edital.
- (iii) As exigências de qualificação técnica deverão ser totalmente atendidas pelo Consórcio, por intermédio de qualquer dos Consorciados isoladamente ou pela soma das qualificações técnicas apresentadas pelos seus Consorciados;
- (iv) A desclassificação de qualquer Consorciado acarretará a automática desclassificação do Consórcio;
- (v) Nenhuma Licitante poderá participar de mais de um Consórcio, ainda que por intermédio de suas afiliadas, nem mesmo participar isoladamente caso já integre algum Consórcio;
- (vi) Somente se admitirá a participação de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum de uma mesma Licitante quando no mesmo Consórcio;
- (vii) A líder do Consórcio é a sua representante perante o Poder Concedente durante o processo de licitação e até a constituição da SPE, sendo que todas as comunicações, quando for o caso, lhe serão dirigidas e todas as comunicações do Consórcio para o Poder Concedente devem ser firmadas por ela.

16.13. Da apresentação de documentos e propostas

A padronização dos documentos é condição essencial para verificação das condições de habilitação:

12. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Para participarem da presente Licitação, os interessados deverão apresentar, até a data e horário estabelecidos, seu Credenciamento e Garantia da Proposta, Documentos Habilitação e Proposta Econômica, que deverão ser apresentados em envelopes distintos, lacrados, e contendo as seguintes identificações, conforme o caso:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº XX/2021 – Concessão do serviço público de loterias no Estado de São Paulo [RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO] [QUALIFICAÇÃO E CONTATOS DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

ENVELOPE 1 – CREDENCIAMENTO E GARANTIA DE PROPOSTA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº XX/2021 – Concessão do serviço público de loterias no Estado de São Paulo [RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO] [QUALIFICAÇÃO E CONTATOS DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº XX/2021 – Concessão do serviço público de loterias no Estado de São Paulo
[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE OU DENOMINAÇÃO DO CONSÓRCIO] [QUALIFICAÇÃO E CONTATOS DO(S) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]

ENVELOPE 3 – PROPOSTA ECONÔMICA

12.2. Somente serão aceitos envelopes apresentados de acordo com as especificações deste Edital e entregues pessoalmente, não sendo admitido o envio dos envelopes por via postal ou por qualquer outra forma de entrega que não a pessoal.

12.3. Toda a documentação apresentada deverá ser encadernada, contendo termos de abertura e encerramento, numerada sequencialmente da primeira à última folha – inclusive as folhas de separação, catálogos, desenhos ou similares.

12.4. A documentação não poderá conter emendas, rasuras, entrelinhas ou obscuridades.

12.5. Todos os documentos a serem apresentados deverão ser fornecidos em suas vias originais ou em cópias autenticadas, na forma da lei, não sendo permitida a apresentação de documentos para autenticação pelo Poder Concedente ou qualquer outra pessoa ou entidade.

12.6. Todos os documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa ou, no caso de documentos estrangeiros, serem acompanhados de tradução. Para a licitação serão inicialmente aceitas traduções livres e, caso se sagre vencedora, a Licitante deverá providenciar via do documento devidamente apostilado ou consularizado e sua respectiva tradução juramentada como condição de celebração do Contrato.

12.7. Todos os documentos que contiverem montantes expressos em moeda estrangeira terão os valores convertidos em moeda nacional (R\$) pela taxa de câmbio (PTAX) do dia imediatamente anterior à abertura do Envelope que contiver a documentação com valores a serem convertidos.

12.8. Eventuais falhas quanto a aspectos formais da documentação solicitada neste Edital, incluindo a Garantia de Proposta, os Documentos de Habilitação e a Proposta Econômica, poderão ser sanadas pela Comissão de Outorga, por ato motivado, ou pelas próprias Licitantes, quando pertinente, vedada a inclusão de informações novas que deveriam constar originalmente.

12.8.1. Para fins desta Licitação, considera-se falha ou defeito formal aquele que não desnature o conteúdo ou o objeto do documento apresentados e que, cumulativamente, permita verificar, com segurança, o teor da informação e veracidade do documento apresentado.

12.8.2. A ausência de documento obrigatório ou sua apresentação de maneira parcial ou equivocada não será considerada falha ou defeito formal.

12.9. Todos os documentos e certidões que forem apresentados nesta Licitação deverão ser apresentados dentro de seus respectivos prazos de validade, seja o prazo constante do próprio documento ou estabelecido por lei.

12.9.1. Qualquer documento apresentado fora do prazo de validade será

considerado não entregue, arcando a Licitante com as consequências da ausência da documentação.

12.9.2. Todos os documentos que não tiverem prazo definido em seu próprio corpo, em lei ou neste Edital, serão considerados válidos se expedidos em até 90 (noventa) dias de antecedência à data de efetiva entrega dos documentos e propostas.

12.10. Todas as faculdades ou prerrogativas previstas neste Edital deverão ser exercidas dentro do respectivo prazo ou até o encerramento da respectiva etapa desta Licitação, conforme o caso. O não exercício ou o exercício fora do prazo previsto neste Edital de qualquer faculdade ou prerrogativa não será considerado para fins desta Licitação, restando preclusa a respectiva faculdade ou prerrogativa.

16.14. Do credenciamento e garantia da proposta

Nos termos do inciso III do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93, deve ser apresentada garantia através de caução em moeda corrente, título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme parâmetros abaixo indicados.

13. CREDENCIAMENTO E GARANTIA DA PROPOSTA 13.1. O ENVELOPE 1 – CREDENCIAMENTO E GARANTIA DE PROPOSTA deverá conter os documentos de indicação do(s) representante(s) indicado(s) e a documentação comprobatória da prestação da garantia de proposta.

13.2. Cada Licitante poderá ter até 2 (dois) representantes credenciados, detendo os poderes necessários e suficientes para representação durante todo o processo licitatório, a serem credenciados nos termos do Anexo III deste Edital (MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO).

13.2.1. A comprovação dos poderes de representação dos Representantes Credenciados será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(i) Instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da Licitante, todos os atos referentes à Licitação, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração ou atas de assembleia arquivada no registro empresarial ou cartório competente);

(ii) No caso de Consórcio, o instrumento de procuração mencionado acima deverá ser outorgado pela empresa líder, com firma reconhecida, e será acompanhado de: (a) procurações outorgadas pelos Consorciados à empresa líder, com firma reconhecida, e (b) documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme últimas alterações arquivadas ou atas de assembleia nos registros empresariais ou cartórios competentes);

13.2.2. É resguardado aos Representantes Credenciados o direito de se manifestarem formalmente, por escrito, para solicitar esclarecimentos ou registrarem protesto em ata.

13.2.3. Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Licitante.

13.3. Os Licitantes deverão apresentar, como condição de participação, Garantia de Proposta no valor de XXXXXX (treze mil reais), através de caução em moeda corrente, título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.3.1. É de integral responsabilidade das Licitantes a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.

13.3.2. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente deverá ser depositada no Banco XX, Agência XX, Conta XX, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data marcada para recebimento dos documentos e propostas, sob pena de ineficácia da prestação da garantia.

13.3.3. As Licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta ou que prestarem em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital serão inabilitados e terão sua documentação e proposta devolvidas pela Comissão de Outorga.

13.3.4. Encerrada esta Licitação, as Garantias de Proposta serão devolvidas em até 15 (quinze) dias após a data de assinatura do Contrato de Concessão ou a contar da data em que formalizado o término da Licitação, caso o Contrato de Concessão não venha a ser assinado.

13.3.5. A Garantia de Proposta poderá ser executada:

(i) Caso a Licitante não mantenha sua proposta durante o período de validade estabelecido;

(ii) Caso a Licitante incorra em alguma conduta passível de penalização, nos termos da legislação aplicável, deste Edital e Anexos; ou (iii) Caso a Adjudicatária deixe de assinar o Contrato de Concessão por qualquer motivo a ela imputado.

13.3.6. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela Licitante quanto à participação nesta Licitação.

16.15. Documentos de Habilitação

A inserção do presente item no Edital da concorrência, além de ser requisito legal, foi adaptado para acolher o(s) licitante com a melhor condição técnica de execução do objeto, nesses termos:

14.1. No ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e sem prejuízo dos documentos indicados nos itens subsequentes, a Licitante deverá apresentar documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

14.2. Para habilitação jurídica a Licitante deverá apresentar:

14.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com a última alteração registrada no registro empresarial que consolidou as disposições do estatuto, contrato social ou ato constitutivo. Caso o contrato social não esteja consolidado, deve ser apresentado o último instrumento consolidado acompanhado das posteriores alterações.

14.2.2. Prova de eleição dos administradores da Licitante, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente.

14.2.3. Além dos documentos referidos acima, a Licitante deverá apresentar, conforme sugerido no Anexo III deste Edital (MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO), os seguintes documentos, devidamente acompanhados da comprovação dos poderes de seus signatários:

(i) Compromisso de constituição de Consórcio, se for o caso.

(ii) Declaração da Licitante de inexistência de processo falimentar, atestando que a mesma não se encontra em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente (iii) Declaração da Licitante de que concorda com todos os termos e condições do presente Edital e dos seus Anexos, obtendo para si, sob sua própria responsabilidade, os riscos e ônus de todas as informações que possam ser relevantes e necessárias para a elaboração da proposta e adjudicação do serviço, se vencedora da Licitação.

(iv) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com

menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

(v) Declaração da Licitante da inexistência de superveniência de fato impeditivo de habilitação, nos termos do § 2º do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/1993, de que não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal.

(vi) Declaração de elaboração independente da Proposta Econômica.

14.3. Para habilitação econômico-financeira a Licitante deverá apresentar:

14.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índice oficial (IPCA/IBGE), quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. No caso de empresas constituídas no exercício social, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima a abertura das propostas.

14.3.2. A situação financeira da Licitante será comprovada através dos seguintes índices:

ÍNDICES FINANCEIROS	
LG = LIQUIDEZ GERAL: $\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	$\geq 1,0$
LC = LIQUIDEZ CORRENTE: $\frac{AC}{PC}$	$\geq 1,0$
EG = ENDIVIDAMENTO GERAL: $\frac{PC + PNC}{AT}$	$\leq 0,50$

Onde:

AC: Ativo Circulante

RLP: Realizável a longo prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a longo prazo

AT: Ativo Total

PNC: Passivo não circulante

14.3.2.1. Os índices acima deverão ser cumpridos individualmente por todos os membros do Consórcio.

14.3.2.2. Para comprovação dos índices acima a Licitante deverá apresentar os cálculos, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador.

14.3.3. Certidão Negativa de Falência, Concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica.

14.3.4. O licitante deverá comprovar deter na forma da lei, na data da apresentação da proposta, capital social ou patrimônio líquido superior a R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX).

14.4. Para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista a Licitante deverá apresentar:

14.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

14.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante;

14.4.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.4.4. Certidão negativa conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB e à dívida ativa da União

administrada pela PGFN; e 14.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal da sede da Licitante, por meio de certidões;

14.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (conforme Lei Federal nº 12.440/2011, que veio dar nova redação aos artigos 27, inciso IV e 29, inciso V da Lei Federal nº 8.663/93).

14.5. Para comprovação de habilitação técnica a Licitante deve apresentar:

14.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional, que comprove(m) que a Licitante tenha executado, para pessoas jurídicas de direito público ou privado:

(i) Operação de serviços lotéricos regulares com arrecadação bruta anual, decorrente da captação de apostas e comercialização de bilhetes, em montantes superiores a R\$ XXXX (XXXXXXX). Somente será admitido, para efeitos de comprovação da qualificação, experiência na qual o Licitante figure como responsável direto pela prestação dos serviços, na condição de sócio individual ou como consorciado, hipótese em que será considerado o respectivo percentual na composição do consórcio.

14.5.1.1. Não será admitido o somatório de quantitativos de atestados para comprovação, dado que a experiência qualitativa exigida é diretamente afetada pelos quantitativos especificados.

14.5.1.2. Caso os atestados contenham montantes expressos em moeda estrangeira, para efeitos de habilitação, os valores serão convertidos em moeda nacional (R\$) pela taxa de câmbio (PTAX) da data da respectiva emissão do atestado.

14.6. De acordo com a legislação brasileira, os participantes estrangeiros interessados, que ainda não funcionam no país, deverão instituir representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e/ou judicialmente, juntando referida nomeação em sua documentação.

14.7. As Empresas estrangeiras deverão apresentar documentos emitidos no seu país equivalentes aos exigidos neste Edital para habilitação, ou declaração afirmando eventual impossibilidade.

14.8. A apresentação por parte da Licitante de qualquer Documento de Habilitação falso ou inválido ensejará sua inhabilitação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

16.16. Da proposta econômica

Nesse ponto, a proposta deverá abranger o valor da Outorga Pecuniária global ofertados para a execução do Objeto da Concessão, a estimativa de arrecadação bruta no Prazo do Contrato e a declaração de compromisso de repasse da cota-parte do Poder Concedente oriundo da arrecadação bruta, conforme abaixo:

15.1. O ENVELOPE 3 – PROPOSTA ECONÔMICA deverá conter: (i) Carta de Apresentação da Proposta Econômica devidamente assinada, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital (MODELOS DE DOCUMENTOS PADRÃO), contemplando: (a) o valor da Outorga Pecuniária global ofertados para a execução do Objeto da Concessão; (b) estimativa de arrecadação bruta no Prazo do Contrato; (c) declaração de compromisso de repasse da cota-parte do Poder Concedente oriundo da arrecadação bruta, nos termos do § 2º do artigo 3º da Lei Estadual nº XX/2021; e, (d) prazo de validade não inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

(ii) Plano de Negócios desenvolvido pela Licitante compatível com o prazo da concessão e com as diretrizes do Anexo I deste Edital (MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO), contendo no mínimo as seguintes informações: (a) estratégia de jogos dentre as modalidades lotéricas do Objeto, com suas respectivas regulações e metodologias; (b) táticas operacionais para o desenvolvimento, implantação e exploração do serviço público; (c) projeções de investimentos e arrecadação para o período da concessão; e, (d) cronograma físico-financeiro detalhado.

15.2. A Licitante deverá considerar:

(i) Que a Proposta Econômica é vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;

(ii) Que a Proposta Econômica deverá considerar o limite de Outorga Pecuniária Mínima estabelecido no presente Edital, bem como os respectivos repasses da cotaparte do Poder Concedente, sob pena de desclassificação;

(iii) Que a Proposta Econômica terá validade de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação da documentação e propostas;

(iv) Que a Proposta Econômica deverá considerar todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários ao pleno cumprimento do Contrato de Concessão;

(v) Que a Proposta Econômica levará em consideração todos os riscos assumidos pelo Concessionário no Contrato de Concessão;

(vi) Que a Proposta Econômica considerará o prazo de 10 (dez) anos da Concessão a partir da Data de Eficácia;

16.17. Das diligências, esclarecimentos e saneamento de falhas

Com a finalidade e selecionarmos a proposta mais vantajosa, será possível a adoção de critérios que facilitem a mencionada seleção, especialmente:

16.1. A Licitação será processada e julgada pela Comissão de Outorga, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização do certame.

16.2. A Comissão de Outorga poderá solicitar auxílio a outros servidores da XX que não integrem a Comissão de Outorga.

16.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão de Outorga poderá:

(i) Solicitar às Licitantes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados;

(ii) Promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução da Licitação, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pela Licitante;

(iii) Prorrogar os prazos de que trata este Edital, em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior;

16.4. A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos e em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão de Outorga, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste Edital, poderá ensejar a desclassificação da Licitante.

16.18. Etapas da Seleção

Os participantes da licitação deverão observar as seguintes etapas:

17.1. No dia e horário designados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão Pública da Licitação cujo procedimento obedecerá às seguintes etapas: (a) Entrega dos envelopes; (b) Abertura dos envelopes no 1 com o credenciamento dos Representantes das Licitantes e verificação da Garantia de Proposta; (c) Abertura dos envelopes no 2 e verificação dos Documentos de Habilitação; (d) Abertura dos envelopes no 3 e análise das Propostas Econômicas; (e) Classificação final das Licitantes; e, (f) Publicação do resultado da Licitação.

17.2. Entrega dos Envelopes: Os envelopes 1, 2 e 3 referidos neste Edital, contendo o Credenciamento e Garantia de Proposta, os Documentos de Habilitação e a Proposta Econômica, respectivamente, deverão ser entregues, pessoalmente, na data, hora, local e forma estipulados neste Edital, na sessão de abertura da licitação.

17.2.1. Após declarado o encerramento do recebimento dos envelopes pela Comissão de Outorga, nenhum outro documento será recebido para os fins da Licitação, não cabendo qualquer direito de reclamação por Licitantes ou interessados.

17.3. Abertura e Análise do Envelope nº 1: Após o recebimento dos envelopes, serão

abertos os envelopes contendo o CREDENCIAMENTO E GARANTIA DE PROPOSTA

(ENVELOPE 1) de cada Licitante.

17.3.1. A Comissão de Outorga fará o credenciamento dos representantes das Licitantes, conforme regramento e requisitos deste Edital. As Licitantes que não cumprirem com os requisitos mínimos para credenciamento de seus Representantes não serão desclassificados, porém, estarão impedidas de exercer as faculdades e direitos inerentes ao Representante da Licitante.

17.3.2. Feito o Credenciamento, a Comissão de Outorga verificará a Garantia de Proposta apresentada por cada Licitante, podendo diligenciar para confirmar a efetividade das garantias prestadas. As Licitantes que não cumprirem com os requisitos mínimos para prestação da Garantia de Proposta serão inabilitadas.

17.4. Abertura e Análise do Envelope nº 2: Encerrada a fase de verificação das Garantias de Proposta, serão abertos os envelopes contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 2) de cada Licitante.

17.4.1. Os Documentos de Habilitação serão rubricados pelos membros da Comissão de Outorga, facultada a rubrica aos Representantes das Licitantes que estiverem presentes, sendo em seguida juntados ao respectivo processo, verificada a adequação quanto à forma e condições estabelecidas neste Edital.

17.4.2. A habilitação obedecerá aos critérios objetivos estabelecidos neste Edital, sendo considerada inabilitada a Licitante que apresentar os Documentos de Habilitação em desconformidade com o disposto no presente Edital e na legislação vigente.

17.4.3. Proferida a decisão quanto aos Documentos de Habilitação, as Licitantes terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso.

17.4.4. Caso todas as Licitantes declinem expressamente o direito de recorrer, serão abertos na mesma Sessão Pública os envelopes correspondentes às Propostas Econômicas.

17.5. Abertura e Análise do Envelope nº 3: Encerrada a fase de habilitação, inclusive com decisão sobre eventuais recursos, serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS ECONÔMICAS (ENVELOPE 3) das Licitantes habilitadas.

17.5.1. As Propostas Econômicas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Outorga, facultada a rubrica aos Representantes das Licitantes que estiverem presentes, sendo em seguida, juntada ao processo respectivo.

17.5.2. A Comissão de Outorga fará a análise da efetividade e exequibilidade das Propostas Econômicas, podendo ser auxiliada pelas áreas técnicas da XX, desclassificando aquelas que:

- (i) Não atendam a totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no Edital ou representem oferta submetida a condição ou termo não previsto neste Edital;
 - (ii) Não tenha demonstrada sua viabilidade econômico-financeira através do Plano de Negócios;
 - (iii) Não prevejam, no Plano de Negócio, condições viáveis de operacionalização do serviço público de loterias no Estado de São Paulo ;
 - (iv) Sejam consideradas inexequíveis.
- 17.5.3. As Propostas Econômicas regulares serão reputadas aceitas e, então, classificadas em ordem decrescente em relação ao valor da Outorga Pecuniária global, sendo, portanto, a primeira colocada a proposta econômica com a maior oferta de valor de Outorga Pecuniária global.
- 17.5.4. Proferida a decisão quanto ao julgamento das propostas, as Licitantes terão direito de vista da respectiva documentação e será aberto prazo para eventual recurso contra o julgamento.
- 17.5.5. Caso todas as Licitantes declinem expressamente o direito de recorrer, o processo será encaminhado para a homologação e adjudicação.

16.19. Da homologação e da Adjudicação

Transcorrendo em sua normalidade processual, o objeto será adjudicado e homologado para o vencedor:

- 18.1. O resultado da Licitação será submetido pela Comissão de Outorga à Autoridade Superior para homologação e posterior expedição do ato de outorga.
- 18.2. A divulgação da Licitante vencedora será realizada através de aviso a ser publicado nos termos da lei, através do sítio eletrônico do Estado de São Paulo (www.XX.to.gov.br) e afixado no quadro de avisos existente.
- 18.3. O Poder Concedente adjudicará o Objeto da Licitação e convocará, mediante publicação no Diário Oficial, a Adjudicatária para assinatura do Contrato de Concessão, no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- 18.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias, desde que solicitado com antecedência mínima de 06 (seis) dias do seu transcurso pela Adjudicatária e decorra de motivo devidamente justificado e aceito pelo Poder Concedente.
- 18.4. Em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para assinatura do Contrato de Concessão, a Adjudicatária deverá apresentar ao Poder Concedente:
- (i) Prova de constituição da SPE, acompanhada da correspondente certidão do registro empresarial e inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
 - (ii) Garantia de Execução do Contrato, nos termos da Minuta do Contrato;
 - (iii) Descrição da estrutura acionária e de gestão para a SPE, contendo: (a) tipos de ações, acionistas e suas respectivas participações por tipo; (b) composição societária da Concessionária e de suas Controladoras, conforme o caso; (c) acordos de acionistas da SPE, quando aplicável; (d) principais administradores, incluindo seus respectivos currículos; e; (e) identificação de partes relacionadas.
- 18.5. Deixando a Adjudicatária de assinar o Contrato de Concessão no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital ao faltoso e da execução da Garantia da Proposta, poderá o Poder Concedente convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de sua respectiva proposta.
- 18.6. Na hipótese do item anterior e em virtude de fatos supervenientes, o Poder Concedente poderá revogar a licitação, mediante decisão devidamente justificada em prol do interesse público.

16.20. Dos recursos administrativos

A fim de cumprir com os ditames do devido processo legal e da ampla defesa, o Edital trará a previsão de recursos administrativos face às possíveis decisões:

19.1. As Licitantes que participarem da Licitação poderão recorrer das decisões da Comissão de Outorga após cada etapa de habilitação e de julgamento da Proposta Econômica.

19.2. O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, seja durante a Sessão Pública, seja, conforme o caso, após a publicação da decisão no Diário Oficial ou outro meio de intimação.

19.3. Para todo recurso será considerado, para contagem do prazo, o primeiro dia útil seguinte da intimação em qualquer das formas mencionadas acima, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

19.4. O recurso interposto será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de notificação.

19.5. A Comissão de Outorga poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Em caso de a Comissão de Outorga não reconsiderar sua decisão anterior, submeterá seu parecer à autoridade superior, que decidirá os recursos em última instância, observado também para esse caso o prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.6. Os recursos deverão apresentar fundamentação coerente e clara, estarem assinados e serem protocolados por escrito, no original, junto à Comissão de Outorga no endereço indicado neste Edital, nos dias úteis, entre o horário de XX horas até XX horas.

19.7. Os recursos interpostos fora do prazo ou em local diferente do indicado não serão conhecidos.

19.8. O acolhimento do recurso interposto importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.9. Concluídos o julgamento dos eventuais recursos, será dada publicidade nos termos da lei bem como o resultado será divulgado no sítio eletrônico www.XX.pe.gov.br.

16.21. Da sociedade de propósito específico

Essa cláusula do Edital é de suma importância para a manutenção das condições e exequibilidade do contrato:

20.1. A Licitante vencedora obrigar-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, anteriormente à celebração do Contrato de Concessão, a constituir Sociedade de Propósito Específico (SPE) com o exclusivo objetivo de prestação dos serviços, observadas as exigências contempladas no presente Edital.

20.2. A SPE não poderá ser desconstituída até a extinção do Contrato de Concessão e até que todas as suas obrigações perante o Poder Concedente tenham sido cumpridas, incluídos os pagamentos de eventuais indenizações.

20.3. A SPE a ser constituída possuirá a forma de sociedade anônima e terá sede na cidade de Recife/PE.

20.4. Sem prejuízo dos requisitos legais, a SPE deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976), em

regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

20.5. A SPE constituída pela Licitante vencedora poderá fazer jus a qualquer benefício tributário, ou de qualquer natureza, conferido pelo Poder Concedente.

20.6. A transferência do controle acionário da SPE será admitida, desde que obtida a prévia e expressa anuência Poder Concedente, após aferição e comprovação de manutenção de todos os requisitos para a prestação dos serviços, conforme previstos neste Edital e aplicáveis ao tempo da efetiva transferência de controle, na forma do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/95, podendo a prévia autorização ser dispensada no caso de transferência do controle da SPE aos financiadores da implementação dos serviços.

20.7. O capital mínimo de constituição da SPE deverá ser equivalente ao valor definido na minuta do Contrato de Concessão, o qual deverá estar integralmente subscrito pela Licitante vencedora no prazo máximo de 12 (doze) meses após a assinatura do instrumento.

20.8. Os atos constitutivos da SPE deverão prever declaração expressa de responsabilidade solidária entre seus acionistas pela integralização do seu capital social.

20.9. A SPE não poderá, durante todo o Prazo da Concessão, reduzir o seu capital mínimo de constituição, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

20.10. Em se tratando de Consórcio Licitante, a SPE deverá apresentar a mesma participação do Consórcio Licitante observadas as condições firmadas no Compromisso de Constituição de Consórcio apresentado na fase de habilitação.

20.11. A SPE poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

20.12. A SPE estará vinculada, durante todo o Prazo da Concessão, ao disposto no Contrato de Concessão, no Edital, na documentação por ela apresentada, em especial a Proposta Econômica, e aos respectivos documentos contratuais, bem como à legislação municipal, estadual e federal. A SPE deverá observar as diretrizes estabelecidas no Contrato de Concessão e obriga-se a manter, durante toda a sua execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Licitação.

16.22. Das sanções administrativas

Não menos importante o Edital faz a previsão das sanções pelo não cumprimento das obrigações:

21.1. A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido pelo Poder Concedente permitirá a aplicação das seguintes sanções:

(i) Multa correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato de Concessão, que poderá ser executada por meio da Garantia da Proposta; e
(ii) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses;

21.2. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração, assegurado o contraditório e ampla defesa à Adjudicatária, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

21.3. A Licitante que no curso da licitação tenha praticado atos ilícitos com má-fé estará sujeito à aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da execução da Garantia da Proposta.

16.23. Das disposições finais

Seguindo para a parte final do Edital, temos as últimas disposições:

22.1. As Licitantes interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as condições gerais e peculiares do Objeto a ser contratado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de sua Proposta Econômica ou do perfeito cumprimento do Contrato de Concessão.

22.2. O Poder Concedente poderá revogar ou anular esta Licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22.3. A anulação referida no item precedente somente deve ocorrer se os vícios apontados não puderem ser convalidados e se causarem efetivo prejuízo à competitividade.

22.4. A Licitante arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua documentação e Propostas Comerciais, não se responsabilizando o Poder Concedente, em nenhuma hipótese, por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na Licitação ou os resultados desta.

22.5. Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e apresentação da documentação de que trata o presente Edital.

22.6. A apresentação da Proposta Econômica implica aceitação plena e total das condições deste Edital, ficando automaticamente prejudicada a Proposta Econômica que contrarie suas normas.

22.7. Os prazos estabelecidos em dias, neste Edital e seus Anexos, contar-se-ão em dias corridos, salvo se expressamente feita referência a dias úteis, devendo-se excluir o primeiro dia e contar-se o último.

22.8. Salvo disposição em contrário, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Poder Concedente, prorrogando-se para o próximo dia útil nos casos em que a data de início ou vencimento coincidir com dia em que não houver expediente.

22.9. A Comissão de Outorga dará ciência às Licitantes das decisões pertinentes a esta licitação através de publicação no Diário Oficial, conforme indicado no preâmbulo deste Edital.

22.10. A Comissão de Outorga poderá proceder a inspeções, auditorias e realizar ou determinar diligências a qualquer tempo, bem como valer-se de assessoramento técnico, para se for o caso, esclarecer dúvidas e conferir informações e registros oferecidos pelas Licitantes

Dessa maneira, temos estruturada a minuta de Edital que poderá ser utilizada para fins de contratação e seleção da proposta mais vantajosa quanto ao delegatário do serviço público.

Para fins de complementação do Edital, ainda disporemos de dois outros instrumentos: **a) memorial descritivo e; b) instrumento e condições de apresentação da garantia e proposta**

17. DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO NA FORMA DE PERMISSÃO PARA A MODALIDADE DE LOTERIA DE APOSTAS ESPORTIVAS – MEIO VIRTUAL

Para a modalidade de loteria de apostas esportivas em meio virtual, o Edital para o permissionário deverá obedecer aos requisitos legais e, ainda, os mencionados no caderno V da presente proposta.

Qual é a modalidade de licitação cabível para a permissão de serviço público? Em resposta ao questionamento proposto, é oportuno, em um primeiro momento esclarecer que as figuras da permissão de uso e da permissão de serviço público não se confundem.

A primeira, destina-se à viabilização da utilização de determinado bem público por terceiro, sendo regida pela própria Lei 8.666/93; ao passo que a segunda se constitui na “delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco” (art. 2º, inc. IV, da Lei 8.987/95).

A Lei nº 8.987/95 especifica que, para realização de procedimento de delegação de serviço público, na forma de concessão, a modalidade de licitação deve ser de concorrência. Todavia, não faz menção à modalidade no que diz respeito à permissão a título precário.

Na doutrina ainda persistem divergências quanto à modalidade a ser adotada para a permissão de serviço público; alguns doutrinadores (a exemplo de Noemia Naomi⁴⁰) entendem que, como a legislação não especifica a modalidade, outras podem ser utilizadas (Tomada de Preços e Pregão).

Contudo, tendo em vista as características da execução do objeto aqui posto, bem como o possível número de interessados, requisitos técnicos, operacionais e financeiros, optamos pelo uso da modalidade da concorrência, também.

Assim, passaremos a estruturar a minuta de Edital que será proposta.

⁴⁰<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A255187E5F0155268E6C293B4E>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

17.1. Dos conceitos iniciais

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. XXX/20XX – CONCORRÊNCIA
PÚBLICA N. XXX/XXXX

O Estado de XXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, torna público a realização do processo licitatório PRC.XXXX/20XX – Concorrência Pública XXX/20XX, para seleção de interessados, visando à outorga de permissão do serviço de operação de loteria de apostas esportivas em meio virtual.

A licitação será regida pelas Leis Federais n. 8.666/93 e n. 8.987/92, pela Lei Municipal n. XXXXXXXX e pelas demais normas aplicáveis e pelas cláusulas deste edital.

1 CONCEITOS

1.1 OUTORGANTE DE SERVIÇOS LOTÉRICOS - é o Estado de XXX, na forma da Lei n.º XXX, de XX de XXXX de 2021.

1.2 PERMISSÃO LOTÉRICA - é a outorga, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos feita pelo Estado de XXXX, na qualidade de poder outorgante à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, para comercializar todas as loterias federais e os produtos autorizados, bem como para atuar na prestação de serviços delegados pela outorgante, nos termos e condições definidos pela legislação e normas reguladoras vigentes.

1.3 PERMISSÃO (O) - Pessoa física ou jurídica que firma Contrato de PERMISSÃO Lotérica com o Estado de São Paulo .

17.2. Dos limites da Permissão

2 LIMITE DA PERMISSÃO

2.1 O Estado de XXXX traça as diretrizes para as permissões, a distribuição de bilhetes necessários à execução das atividades outorgadas à Rede.

2.2 As permissões lotéricas são outorgadas considerando os seguintes critérios: potencial de mercado, de acordo com os critérios definidos pelo Estado de XXXXX; disponibilidade de pontos de venda e/ou terminais para a captação de apostas das loterias administradas pelo Estado de XXXXX e para a prestação de serviços solicitados, bem como a possibilidade de eficiência na execução dos serviços outorgados.

2.3 Na licitação para a seleção de permissionário lotérico não será admitido que o mesmo licitante, pessoa física ou jurídica, seja declarado vencedor em mais de um Item por Edital.

2.3.1 O licitante que participar em mais de um Item da licitação, caso seja mais bem classificado em 2 (dois) ou mais, deverá assumir, necessariamente, aquele para o qual ofertou maior valor, sendo desclassificado para os demais Itens.

2.4 O licitante pessoa jurídica deverá participar com o CNPJ da matriz, sendo vedado a participação de filiais.

17.3. Das modalidades da loteria

3 MODALIDADES DE LOTERIAS

3.1 Os produtos lotéricos a que se refere este edital podem ser classificados nas seguintes modalidades:

3.1.2 Loteria de prognósticos esportivos em meio virtual - modalidade de loteria na qual o apostador indica seus prognósticos sobre resultados de competições esportivas.

17.4. Da prestação dos serviços

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 A permissionária atua na prestação de serviços, na forma da regulamentação em vigor, de serviços delegados e na comercialização de produtos autorizados, sendo vedado assumir obrigações similares e/ou idênticas.

4.2 o estado, a seu critério, pode determinar que a permissionária deixe de comercializar quaisquer produtos ou serviços não autortizados pelo Estado.

4.3 da atuação do permissionário

4.3.1 a permissionária atua com os produtos do portfólio, seguindo as diretrizes, padrões e especificações previamente estabelecidos.

4.3.2 pela prestação de serviços, poderá ocorrer a classificação periódica da permissionária em grupos, de acordo com a produtividade nos negócios realizados, para fins de gestão.

4.3.2.1 os parâmetros, os critérios de enquadramento e demais regras aplicáveis são determinados e disponibilizados pelo Estado.

4.4 produtos e serviços delegados

4.4.1 a critério do estado, a permissionária poderá comercializar produtos e prestar serviços delegados.

17.5. Do licitante vencedor

6 LICITANTE VENCEDOR

6.1 LICITANTE VENCEDOR PESSOA FÍSICA

6.1.1 para os efeitos deste edital, o licitante vencedor, pessoa física, deverá constituir uma sociedade empresária ou uma empresa individual de responsabilidade limitada - eireli, até a data da assinatura do contrato.

6.1.1 ao constituir uma sociedade empresária ou eireli, o licitante vencedor deverá necessariamente integrar o contrato social na qualidade de sócio majoritário ou ser titular da totalidade do capital social da pessoa jurídica constituída, respectivamente ao tipo de pessoa jurídica escolhida.

6.1.2 o licitante vencedor deverá manter-se na condição de sócio majoritário em período não inferior à três anos.

6.1.3 entende-se por sócio majoritário aquele que detém o maior número de cotas ou percentual do capital.

6.2 licitante vencedor pessoa jurídica

6.2.1 o cnpj do licitante vencedor é o cnpj com o qual serão formalizados todos os instrumentos relativos à contratação da permissionária, sendo vedada, ainda, toda e qualquer alteração que implique na troca do cnpj da unidade lotérica durante a vigência do contrato.

6.2.2 se o licitante vencedor for pessoa jurídica que já atue como unidade lotérica, é permitida a assinatura do contrato com o mesmo cnpj da unidade lotérica já constituída, desde que haja concomitância entre o desligamento da unidade lotérica atual e a abertura da nova.

6.3 É vedada a constituição de filial para o exercício da atividade Lotérica, sob pena de rescisão contratual e consequente revogação da PERMISSÃO.

17.6. Do local e horário para entrega dos documentos

9 LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

9.1 O envio dos documentos deverá ser formalizado e protocolado junto à XXXXXda XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXX.XXXXX, presencialmente ou por via postal, com AR (Aviso de Recebimento), nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Protocolo da XXXXX, localizado na XXXXXXXX.

17.7. Da impugnação ao Edital

10.1. A qualquer tempo durante a vigência deste Credenciamento, qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital;

10.2. As impugnações ao Edital deverão ser formalizadas e protocoladas junto a XXXXXda XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXX.XXXXX, ou presencialmente, na Sede da XXXXXXXXXXXX, XXXXX, Centro (XXXXX), XXXXX.

10.3. As respostas aos respectivos pedidos de impugnação ao Edital serão disponibilizadas na página eletrônica da XXXXX (<http://XXXXX.XXXXX>), no prazo de até 10 (dez) dias úteis, e, sendo acolhida, será publicada nova versão do Edital com a alteração.

17.8. Da participação

11.1 Poderão participar dessa seleção, as pessoas jurídicas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto contratado e que atendam a todas as exigências deste edital e seus anexos.

11.2 Não poderá participar direta ou indiretamente deste processo a Pessoa Física e a Pessoa Jurídica que se enquadrar em alguma das vedações estabelecidas pelo art. 38, da Lei Federal nº 13.303/2016:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa XXXXX Parcerias;
- b) que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela XXXXX Parcerias;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa XXXXX Parcerias, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

11.3. Aplica-se a vedação prevista no subitem anterior:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- 1. dirigente da XXXXX;
- 2. empregado da XXXXX cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 3. autoridade do ente público a que a XXXXX esteja vinculada;
- 4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a XXXXX há menos de 6 (seis) meses.

11.4. Caso constatado o enquadramento em qualquer das hipóteses descritas no item anterior não será recebida a documentação da respectiva empresa e, se verificada a posteriori, a pessoa jurídica interessada e seus representantes ficam incursos nas sanções previstas no RILC/XXXXX, além de outras previstas na legislação pátria de natureza administrativa, cível ou penal.

11.5. A participação no presente implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

11.6. As empresas participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação da documentação deste Credenciamento.

17.9. Do requerimento de credenciamento

12.1 Dentro do período de vigência deste Edital, o Requerimento de Credenciamento (Anexo XX) poderá ser efetuado a qualquer tempo pelas empresas interessadas.

12.2. O Requerimento de Credenciamento deverá ser entregue acompanhado de toda a Documentação exigida.

12.3. O Requerimento de Credenciamento e a documentação exigida deverão ser acondicionados em envelope lacrado e identificado com os termos abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPANTE (INFORMAR CNPJ E RAZÃO SOCIAL) EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021 – XXXXX/XXXXX XXXXX PARCEIRIAS - XXXXX DIRETORIA DE LOTERIA-XXXXX RUA XXXXX, XXXXX.

12.4. O envio dos documentos de credenciamento deverá ser formalizado e protocolado junto à XXXXXXXX da XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXX.XXXXXX, presencialmente ou por via postal, com AR (Aviso de Recebimento), nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Protocolo da XXXXX, localizado na XXXXXXXX.

12.5. A XXXXX da XXXXX não se responsabiliza por envelope que não for entregue pessoalmente no endereço previsto neste Edital.

12.6. O encaminhamento do Requerimento de Credenciamento pressupõe o conhecimento e atendimento a todas as exigências previstas neste Edital.

12.7. O Envelope deverá conter os documentos exigidos em 01 (uma) via original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada em cartório ou por empregado da XXXXX, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

12.8. Caberá ao interessado acompanhar os avisos emitidos pela

XXXXXXX da XXXXX na página eletrônica da XXXXX (XXXXXX), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens ali emitidas.

17.10. Do Procedimento

13.1. As empresas interessadas deverão apresentar todos os documentos exigidos neste edital, para análise de forma objetiva e vinculada da XXXXX.

13.2. Apresentados os documentos citados no item anterior, a XXXXX, através da XXXXXXXXX, procederá à análise do Requerimento de Credenciamento e de seus anexos.

13.3. Os documentos apresentados pela PARTICIPANTE serão analisados de forma objetiva, para avaliar sua qualificação e capacitação para executar os serviços a que se propõe, segundo a natureza e os objetivos sociais da empresa, podendo, quando necessário, ser realizada vistoria às instalações da empresa interessada e/ou aos locais de prestação dos serviços, bem como quaisquer diligências no intuito de verificar a validade e regularidade dos documentos apresentados.

13.4. O resultado da análise da documentação para fins de Credenciamento será comunicado à PARTICIPANTE, através do endereço eletrônico indicado no Requerimento de Credenciamento, quando será emitido, em caso de deferimento, TERMO DE HABILITAÇÃO.

13.5. A XXXXX poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar a revalidação dos documentos fornecidos.

13.6. Após emitido TERMO DE HABILITAÇÃO, a empresa terá 30 (trinta) dias para apresentação do seu primeiro de Plano de Jogo(s) Lotérico(s);

13.7. Aprovado seu primeiro Plano de Jogo(s) Lotérico(s) a empresa interessada deverá efetuar o pagamento da outorga, conforme o regramento do item XX e Anexo XX (Termo de Referência) deste edital no prazo de 10(dez) dias úteis;

13.8. A participante deverá apresentar garantia contratual em até 5(cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme item 11 do Anexo I (Termo de Referência) deste edital;

13.9. Não serão credenciados os INTERESSADOS que não atenderem a todas as exigências deste Edital e/ou não forem aprovados seu(s) Plano(s) de Jogo(s) Lotérico(s);

13.10. Para todas as fases do procedimento de credenciamento das concessionárias, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia subsequente ao recebimento do e-mail que comunicou o indeferimento, para complementar a documentação apresentada, de forma a sanear todas as pendências apontadas pela XXXX da XXXXX, sem prejuízo do disposto no Item XX e seguintes deste edital.

13.1. Caso não atendido o prazo de saneamento previsto no subitem anterior, a empresainteressada deverá requisitar motivadamente a dilação do prazo, justificando o não atendimento ao pleito solicitado pela XXXXXda XXXXX.

13.2. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da XXXXXda XXXXX, pelo período de 30 (trinta) dias, após o prazo os documentos serão destruídos.

13.3. O indeferimento do pedido de credenciamento não impede que as empresas interessadas apresentem novos requerimentos, devidamente instruídos, enquanto perdurar a vigência deste edital.

13.4. Atendidas as condições do Edital e uma vez considerado(s) credenciado(s), o(s) interessado(s) assinará(ão) contratado(s) ou fará(ão) jus ao contrato(s) com XXXXX, observado o disposto no Item 12 deste

Edital.

13.5. A relação de empresas CREDENCIADAS será disponibilizada na página eletrônica da XXXXX, no endereço: XXXXX, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do XXXXX, periodicamente, quando houver atualizações.

13.6. A empresa credenciada deverá manter, durante toda a vigência da sua concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital e seus anexos, sob pena de descredenciamento e extinção da permissão.

17.11. Da Habilitação Jurídica

14. DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Os interessados deverão apresentar a seguinte documentação para fins de credenciamento:

14.1.1. Requerimento de Credenciamento conforme modelo constante no Anexo XX deste edital.

14.2. habilitação jurídica deverá ser comprovada por meio da apresentação da seguinte documentação:

14.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

14.2.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente atualizado e registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou de documentos consolidados, se houver, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente;

14.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da eleição da diretoria em exercício;

14.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.2.5. Instrumento público ou particular de mandato (procuração), com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para se manifestar pela interessada, dar declarações, interpor e renunciar recurso, contrair obrigações, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao credenciamento, quando a interessada for representada pelo procurador.

14.2.6. Cédula de identidade do representante da empresa.

14.2.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

14.2.8. No caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

14.2.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.2.10. As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil atenderão às exigências dos itens anteriores, mediante documentos equivalentes autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor público juramentado acrescido de procuração.

14.2.11. Os Consórcios deverão apresentar Instrumento Público ou particular de Constituição do Consórcio, observada as condições de liderança da empresa brasileira.

14.3. regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

14.3.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), incluindo os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91 (INSS), nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014.

14.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação das seguintes certidões:

14.3.2.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais (não inscritos na Dívida Ativa), e;

14.3.2.2. Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

14.3.2.3. Quando a prova de regularidade de que trata este subitem for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

14.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante apresentação das seguintes certidões:

14.3.3.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais (não inscritos na Dívida Ativa), e;

14.3.3.2. Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

14.3.4. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

14.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440/2011.

14.3.6. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.4. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

14.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprove a boa situação financeira da empresa baseada nas condições seguintes:

a) Entenda-se como “último exercício social já exigível” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ano 2020, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1999/2014 – Plenário – TCU);

b.1) Comprovação de Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$ILG = (AC + RLP) - (PC + ELP)$ aonde ILG deve ser igual ou maior de um

ILG: Índice de Liquidez Geral

AC: Ativo Circulante, excluídos os títulos descontados e provisão para devedores duvidosos

RLP: Realizável a Longo Prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

b.2) Comprovação de Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

$ISG = AT - (PC + ELP)$ aonde ISG deve ser igual ou maior de um

Em que: ISG: Índice de Solvência Geral; AT: Ativo Total; PC: Passivo Circulante; e ELP: Exigível a Longo Prazo.

b.3) Comprovação de Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

ILC= AC-PC aonde ILC deve ser igual ou maior de um Em que: ILC: Índice de Liquidez Corrente; AC: Ativo Circulante; e PC: Passivo Circulante.

c) Os índices contábeis calculados pela interessada para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade da empresa interessada, que deverá apor a sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

d) As empresas que apresentarem quaisquer dos índices relativos à boa situação financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Os índices contábeis apurados na análise do balanço patrimonial deverão ser informados pela empresa, conforme as fórmulas acima indicadas, expressando os valores em Reais dos grupos de contas envolvidos. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se no direito de efetuar os cálculos.

14.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação do Balanço de Abertura, o qual deverá constar elementos que comprovem a boa situação financeira dela.

10.4.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial ou

b) Publicados em jornal de grande circulação ou;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração-DREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

10.4.1.3 Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta Comercial, incluindo, no caso de empresas estabelecidas no Estado do XXXXX, apresentação de Certidão atualizada da.

10.4.1.4 A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido, somente a que distribuem lucro, deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTABIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, 1.422/2013, IN RFB 1.486/2014, IN RFB 1.510/2014, IN RFB 1.594/2015 e IN RFB 1.660/2016.

10.4.1.5 O Balanço Patrimonial deverá ser apresentado, preferencialmente, de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards).

14.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, quando não vier expresso o prazo de validade.

10.4.2.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o INTERESSADO deverá apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi

acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação; O INTERESSADO em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação previstos neste Edital.

10.4.3. Empresas estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes aos discriminados nos subitens anteriores emitidos no seu país de origem,

ou declaração afirmando eventual impossibilidade.

14.5. **A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

14.5.1. ATESTADOS de CAPACIDADE TÉCNICA em nome do INTERESSADO individual ou, no caso de CONSÓRCIO, em nome de pelo menos um dos consorciados onde conste comercialização de jogos, no Brasil ou no exterior, dentre as modalidades permitidas nesse edital, com as seguintes características:

14.5.1.1. Abranjam mais de um município com população total superior a 2 milhões de habitantes

14.5.1.2. No mínimo de 100 (cem) pontos de venda

14.5.1.3. A responsabilidade do operador em pagar todos os prêmios

14.5.1.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do INTERESSADO, assinado pelo representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, devendo conter:

a) A razão social e dados de identificação da instituição emitente, incluindo, pelo menos, o CNPJ;

b) Descrição dos serviços prestados, contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos;

c) Período de vigência das respectivas contratações;

d) Afirmação de que o INTERESSADO prestou com qualidade os serviços prestados;

e) Data de emissão, nome, cargo e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

14.5.2. A PROPONENTE deverá apresentar, juntamente com o Requerimento de Credenciamento, PLANO DE NEGÓCIO compatível com o prazo do contrato de concessão e de acordo com as exigências específicas de cada modalidade de jogo lotérico contendo no mínimo:

14.5.2.1. A(s) modalidade(s) inicial(is) de jogos que pretende explorar;

14.5.2.2. Investimento inicial e o programado para todo o período da concessão e seu detalhamento;

14.5.2.3. Cronograma físico-financeiro detalhado inclusive com previsão de arrecadação ano a ano;

14.5.2.4. Plano operacional.

14.5.3. A qualquer tempo e desde que devidamente fundamentado, a Concessionária poderá submeter à aprovação da XXXXX, alteração ao Plano de Negócio que se mostrarem necessárias, nos termos especificados em normativo interno da Diretoria de Loterias da XXXXX.

14.5.4. A qualquer tempo a XXXXX poderá solicitar alteração do Plano de Negócio da Concessionária se o mesmo não corresponder à realidade da prestação dos serviços, nesta hipótese, caberá ao concessionário a readequação imediata do Plano de Negócio, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

14.5.5. Comprovação de que adota política de Compliance, nos moldes das normas aplicáveis – ISO 37.3001, ou similar, conforme Item 14.24 do Termo de Referência.

14.5.6. Comprovação de que adota sistema de proteção de dados, nos moldes das normas aplicáveis - **ISO 27.001- ISMS – Information Security Management System**, ou similar, conforme Item 14.25 do Termo de Referência.

14.5.7. Comprovação de que adota ações direcionadas ao cumprimento das políticas de jogos responsáveis nos moldes das normas aplicáveis - **WLA-RFG - World Lottery Association Responsible Gaming Framework - nível 4**, ou similar, conforme Item 14.26 do Termo de Referência.

14.5.8. Comprovação de que seu sistema operativo assegura a capacidade de atender aos requisitos mais rigorosos, com monitoramento de 24 horas por dia, 7 dias por semana, para ajudar a garantir a confidencialidade, a

integridade e a disponibilidade dos dados, de acordo com a **LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)**, **ISO27000:2018** e **WLA – SCS:2020**, ou similares.

14.5.9. Comprovação que possui centro de processamento de dados (Data Center), certificado

ISO9001 e Tier III e IV, ou similares, conforme Item 23.1 do Termo de Referência;

14.5.10. Comprovação de que opera com no mínimo 2 (dois) Data Centers, distintos, sendo o segundo para guardar cópia de segurança dos dados, mantidas para ambos as mesmas medidas de segurança e controle, conforme Item XXXXX do Termo de Referência.

14.5.11. Comprovação de que possui tecnologia capaz de limitar as atividades de comercialização dos bilhetes de loteria, físico ou virtual, ao território, como *IP Block*, *GPS* ou similares.

14.5.12. Declaração de que se submeterá anualmente à auditoria externa realizada por empresa independente, escolhida por meio de sorteio aleatório realizado pela Diretoria de Loterias, dentre aquelas que se credenciarem junto a XXXXX, conforme Item 13.1 do Termo de Referência.

14.6. OUTROS DOCUMENTOS

14.6.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da pessoa jurídica da proponente. em caso de consórcio, cada consorciada deverá apresentar a referida certidão individualizada.

14.6.2. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

14.6.3. Compromisso de constituição do consórcio, conforme indicado no item 06 deste edital, se for o caso.

14.6.4. A apresentação do certificado de Registro Cadastral – CRC ou documento compatível ao de outro órgão da Administração Pública Federal (SICAF) ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nos itens 9.3.1. a 9.4.

17.12. Das disposições gerais de habilitação

15.7.1. É de exclusiva responsabilidade das PARTICIPANTES a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

15.7.2. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à PARTICIPANTE.

15.7.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou por empregado da XXXXX, ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial.

15.7.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.7.5. Tratando-se de consórcio, a comprovação da habilitação deverá ser feita por cada consorciado, observadas as ressalvas presentes no edital quanto à comprovação de qualificação técnica e a econômico-financeira.

15.7.6. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pela própria licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

15.7.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

- 15.7.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 15.7.9. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 15.7.10. A XXXXX se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 15.7.11. Conforme disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela interessada, mediante apresentação de justificativa.
- 15.7.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da participante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.13. Da fase recursal

- 16.1. O resultado da análise da documentação para fins de Credenciamento será comunicado à Interessada, via correio eletrônico remetido ao endereço de e-mail indicado no Requerimento de Credenciamento, bem como publicado no sítio eletrônico da XXXXX.
- 16.2. A Interessada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento do e-mail que comunicou o indeferimento do requerimento para interpor recursos contra a decisão.
- 16.3. Os recursos deverão ser dirigidos à XXXXX da XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXX.XXXXXX, ou presencialmente, na Sede da XXXXXXXXXXXX, XXXXX, Centro (XXXXX), XXXXX.
- 16.4. Caberá à XXXXX da XXXXX receber, examinar e decidir a respeito dos recursos interpostos contra suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, caso mantenha sua decisão, encaminhá-los nesse mesmo prazo à Instância Superior para a decisão final.
- 16.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Interessado.
- 16.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.14. Da seleção dos permissionários

SELEÇÃO DAS PERMISSIONÁRIAS

- 17.1. A seleção para a outorga da permissão para a operação da loteria em meio virtual dar-se-á por meio do presente procedimento.
- 17.2. Na definição dos interessados, observa-se o potencial para a venda e a demanda para atendimento da população local, por meio de estudos técnicos.
- 17.3. O candidato selecionado deve efetuar em favor do Estado de São Paulo o pagamento do valor do lance ofertado ou do lance mínimo, estabelecido no Anexo I, no prazo definido no Edital de licitação.
- 17.4. Somente após a confirmação do pagamento poderá ser assinado o Pré-Contrato, conforme sua categoria de permissão.
- 17.5. 13.3 o pré-contrato tem a finalidade de estabelecer prazos para atendimento das exigências condicionais à formalização do Contrato de Adesão.
- 17.6. A identificação superveniente de qualquer impedimento cadastral ou a não apresentação de qualquer um dos documentos dentro dos prazos

estabelecidos ensejará a desclassificação do candidato, sem ressarcimento de qualquer despesa.

17.7. Atendidas todas as condições para o início das atividades, a outorga de permissão é formalizada mediante assinatura do contrato de adesão, de acordo com a categoria da permissão.

17.8. Em qualquer categoria de permissão, é vedada a seleção e a participação, de pessoa física e/ou de pessoa jurídica cujo(s) sócio(s)/titular, dirigente(s) ou administrador(es) seja(m):

17.9. I Empregado ou Dirigente empresas contratadas pelo Estado de São Paulo ; II Cônjuge ou companheiro de empregado ou Dirigente do citado no item I com atuação em qualquer área da empresa; III Possua vínculo familiar (parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil) com: (a) Empregado(s) detentor(es) de Função Gratificada/Cargo em Comissão com participação em quaisquer das fases do processo de contratação, gestão da Rede Lotérica e/ou administração das Loterias Federais, em maior ou menor grau; (b) Empregado(s) detentor(es) de Função Gratificada de Gerente Geral, Gerente Regional ou Superintendente Regional no âmbito da Superintendência Regional de vinculação do Parceiro;

17.12. As vedações também devem ser observadas durante a vigência da PERMISSÃO.

17.10. A empresa selecionada receberá permissão em caráter precário para explorar todas a modalidade lotérica autorizada em meio virtual, Apostas Esportivas, objeto deste Edital, obedecidas as especificações e regras contidas no XXXXXX (Termo de Referência).

17.11. A empresa permissionária assumirá toda a responsabilidade pelos custos decorrentes de implantação, manutenção e exploração de seus jogos lotéricos.

17.12. A exploração e comercialização dos jogos lotéricos não poderão ultrapassar os limites territoriais do Estado do XXXXX, inclusive os jogos operados em ambiente virtual.

17.13. A permissão terá duração de XX anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, já computado, nesse prazo, o período necessário para a implantação e organização da operação.

17.14. Será devido pelo PROPONENTE a título de outorga, após decisão que o habilita e aprova o seu primeiro plano de jogo(s) lotérico(s), o valor de XXXXX (XXXXXXXXXX).

17.15. O PROPOENTE poderá quitar o valor à vista ou dividi-lo em até 20 (vinte) parcelas iguais, conforme as regras dispostas no item 06 do Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

17.16. É condição necessária para o início das operações o pagamento e/ou contratação da Garantia de Execução do Contrato, conforme previsto Anexo XX deste Edital.

17.15. Da Contratação

18.1. Este Credenciamento não gera direito à efetiva contratação.

18.2. A Pessoa Jurídica que tiver a sua documentação de credenciamento aprovada pela XXXXX terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação de seu primeiro Plano de Jogo(s) Lotérico(s).

18.3. O prazo de vigência do contrato decorrente deste Edital de credenciamento será de XX (vinte) anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

18.4. O presente Contrato poderá ser prorrogado a exclusivo critério do Poder Concedente, nos termos da lei, nas seguintes hipóteses:

- a) por interesse público, devidamente justificado;
- b) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive

quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços não previstos no Contrato.

18.5. Os atos administrativos pertinentes à prorrogação do Contrato deverão ser adequadamente motivados pelo Poder Concedente, inclusive quanto ao prazo fixado, observada a legislação que rege a matéria.

18.6. O instrumento contratual de prorrogação deverá explicitar o respectivo prazo e os serviços a serem executados.

18.7. O contrato de credenciamento decorrente deste Edital poderá ser rescindido, de pleno direito, mediante infração de quaisquer das suas condições e, em especial, se o(a) CREDENCIADA(O):

18.7.1. Transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e/ou obrigações ajustadas no instrumento contratual;

18.7.2. Deixar de prestar, com eficiência, os serviços objeto do contrato;

18.7.3. Utilizar mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

18.8. Poderá ocorrer o descredenciamento, sempre resguardado o direito de contraditório e ampla defesa, diante das seguintes situações:

18.8.1. Paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;

18.8.2. Alteração do contrato social que prejudique a execução do objeto contratual;

18.8.3. Liquidação extrajudicial, decretação de concordata ou falência;

18.8.4. Fraude ou dolo praticados e devidamente comprovados;

18.8.5. Impedimento, obstrução ou embaraço para fins de realização de qualquer serviço necessário aos direitos das partes.

17.16. Do pagamento

19.1. As receitas a serem auferidas pela permissionária decorrerão da Concessão dos serviços de implantação e operação dos jogos lotéricos;

19.2. A remuneração da permissionária é definida pelo percentual definido na Lei XXXXXX para cada modalidade lotérica, rubricado como cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria estadual.

17.17. Da disponibilidade orçamentária

20.1. A XXXXX não disponibilizará recursos orçamentários para a execução objeto deste credenciamento. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Credenciamento correrão por conta de recursos próprios da permissionária.

17.18. Das sanções administrativas

20.2. O não cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Credenciamento, no Contrato de Concessão ou em normativos posteriores ensejará a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

17.19. Da fiscalização e da auditoria

21.1. A XXXXX será responsável pela fiscalização e auditoria do cumprimento de todas as obrigações dos concessionários constantes deste edital e seus anexos, do Contrato de Concessão e de cada Plano de Jogo aprovado, sem prejuízo das demais normas aplicáveis, conforme regras estabelecidas no do Anexo XX deste edital (Termo de Referência).

21.2. A XXXXX anotará em termo próprio o registro de ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados.

21.3. A Concessionária será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as atividades executadas no âmbito da Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

21.4. A XXXXX poderá editar ato normativo disciplinando novos procedimentos de controle, fiscalização e auditoria dos Operadores a qualquer tempo, desde que fundamentado e objetivando o aprimoramento da prestação do serviço lotérico Estadual.

17.20. Das disposições finais

22.1. O presente Edital e seus Anexos farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

22.2. As interessadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

22.3. É facultado ao Representante da XXXXX, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa, integrante ou não do quadro da Administração Pública, para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.4. Às interessadas não cabe ressarcimento de qualquer valor, mesmo que a título de compensação de despesas, pela submissão de documentos, respostas, demonstrações, discussões ou por qualquer outro motivo decorrente do processamento deste Credenciamento.

22.5. A XXXXX compromete-se em manter sigilo de todas as informações enviadas pelas interessadas.

22.6. A XXXXX, através da XXXXX, funcionará como agente regulador dos serviços prestados pelos concessionários, podendo expedir a qualquer tempo, atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público objeto deste Edital, tais atos serão observados, obrigatoriamente, pelos permissionários.

22.7. É vedada a exclusividade na relação contratual, sendo as partes contratantes independentes para firmar outros instrumentos jurídicos com terceiros para a mesma finalidade.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na XXXXX.

22.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Diretoria de Loteria da XXXXX.

22.10. A participação no presente Credenciamento implica aceitação em todos os termos deste Edital.

22.11. Fica eleito o foro da Comarca de XXXXX para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

22.12. O presente Edital é acompanhado pelos seguintes anexos:

22.12.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

22.12.2. ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

18. O MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO – PEÇA INTEGRANTE DO EDITAL E DEFINIDORA DE CRITÉRIOS, CONCEITOS E RESPONSABILIDADES – PARA CONCESSÃO E PERMISSÃO

Memorial Descritivo tem como objeto estabelecer os parâmetros negocial, financeiro jurídico para a Concessão dos jogos lotéricos no Estado de São Paulo, estabelecendo, enfim, os principais encargos e diretrizes de desenho e qualidade a serem observados pela futura Concessionária.

18.1. Do objeto do memorial técnico descritivo

Nesse contexto, a contratação em mira tem como escopo a concessão da exploração do serviço público de loterias no Estado de São Paulo, abrangendo o desenvolvimento, implantação e operação das seguintes modalidades lotéricas:

- (i) Loteria tradicional (espécie passiva): modalidade realizada por bilhete ou fração de bilhete previamente numerado para sorteio em data e horário prefixados;
- (ii) Loteria de prognósticos: modalidade em que o apostador tenta prever o resultado de sorteio em concurso específico;
- (iii) Loteria instantânea: modalidade realizada por bilhetes contendo motes, lemas e temáticas variadas e que revelam, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação; e,
- (iv) Loteria de quota fixa: modalidade de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.

18.2. Das premissas e encargos gerais

Considera-se jogo lotérico toda operação, jogo ou aposta nas modalidades previstas em lei, para obtenção de prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza, independentemente da denominação ou processo de extração.

Nenhuma modalidade lotérica poderá ser explorada no território do Estado de São Paulo sem a devida autorização pública.

A exploração de jogo lotérico pelo Estado de São Paulo por meio de Concessionária adotará regras, princípios, programas e as melhores práticas relativas ao jogo responsável visando consolidar o entendimento, entre outros, de que:

- (i) O jogo é uma opção de entretenimento e deve ser percebido com responsabilidade, de modo que o jogador deve dispor financeiramente da prática até o limite que não comprometa seus compromissos cotidianos;
- (ii) O jogo não deve ser visto como meio de recuperar perdas, nem como medida para resolução de problemas emocionais ou de qualquer outra ordem;
- (iii) Não se deve jogar sob o efeito de substâncias que impeçam ou de alguma forma prejudiquem a livre autodeterminação, enfraqueçam a vontade e a responsabilização pelos atos do jogador;
- (iv) Não se deve adotar comportamentos tendentes ao endividamento pessoal e ao jogo compulsivo.

Considera-se jogo responsável aquele em que o jogador, plenamente consciente das regras a que está submetido no momento da escolha do jogo, decide livremente despendar seu tempo e dinheiro de forma a não pôr em risco as relações familiares, sociais e profissionais. Direitos sobre propriedade intelectual como marcas e patentes, registradas em nome do concessionário e incorporadas no serviço lotérico serão, ao final do contrato, devolvidas ao patrimônio da ex-Concessionária.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo poderá atuar atuará como agente regulador, controlador e fiscalizador dos serviços prestados pela Concessionária, podendo expedir a qualquer tempo, atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público de loterias no Estado de São Paulo, vinculando à Concessionária.

O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, manifestar-se expressamente no sentido de que sejam providenciados ajustes e adequações necessários na exploração do serviço público de loterias.

A Concessionária será responsável por providenciar todas as autorizações, alvarás e licenças necessárias junto aos respectivos órgãos e entidades da Administração Pública com vistas à execução das atividades relacionadas à Concessão, sendo todas as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade, nos termos do Contrato.

A Concessionária deverá assegurar que todos os bilhetes emitidos sejam identificados via código de barras e disponham de mecanismos de segurança similares aos empregados em papel moeda a fim de coibir fraudes.

A Concessionária deverá assegurar que todos os recibos de aposta emitidos para os apostadores sejam emitidos em papel térmico e com códigos de barras de forma a assegurar a respectiva integridade e a identificação inequívoca dos apostadores.

O sítio eletrónico a ser criado para informações e/ou comercialização dos produtos a serem oferecidos pela Concessionária deve conter uma seção voltada para a promoção da conscientização sobre jogos e compulsividade, informando, inclusive, associações voltadas ao auxílio a jogadores compulsivos.

A Concessionária deverá incluir, em todo material de promoção e venda, informação alertando sobre jogo compulsivo.

A Concessionária é responsável por estabelecer contratos com os pontos de venda.

Caso considere necessário construir estruturas físicas, a Concessionária deverá providenciar as licenças e as autorizações necessárias junto dos órgãos públicos competentes.

Durante o Prazo da Concessão, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor a apólice de seguro indicada no Contrato, nas condições estabelecidas naquele instrumento.

A Concessionária deve empenhar-se em contar, na rede cadastrada de pontos venda, com infraestrutura adequada ao acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais.

18.3. Dos custos e despesas que são obrigações da cessionária

Além de responsabilizar-se pelos encargos diretamente relacionados aos serviços lotéricos, a Concessionária deverá arcar com todos os custos associados à sua operação, tais como:

- (i) Salários dos profissionais contratados pela Concessionária;
- (ii) Despesas com serviços terceirizados contratados pela Concessionária;
- (iii) Impostos diretos e indiretos incorridos pela Concessionária;
- (iv) Despesas relativas ao consumo de energia elétrica incorridos pela Concessionária;
- (v) Despesas relativas ao consumo ou tratamento de água e esgoto incorridos pela Concessionária;
- (vi) Despesas relativas à telefonia fixa e móvel contratados pela Concessionária;
- (vii) Despesas relativas à aquisição de materiais de manutenção e reposição adquiridos pela Concessionária;
- (viii) Despesas relativas à aquisição de material de limpeza adquiridos pela Concessionária; e

- (ix) Outras despesas incorridas na aquisição de materiais ou serviços contratados pela Concessionária.

18.4. Da necessária exposição de informações

A fim de comprovar a conformidade das operações de Serviço Público de Loterias, caberá à Concessionária apresentar, anualmente, ao Poder Concedente, os certificados e relatórios, conforme os requisitos especificados no Contrato, além de:

- (i) Apresentar ao Contratante, anual e previamente a sua comercialização, o plano de distribuição da loteria passiva e da loteria Instantânea, nos termos da legislação vigente.
 - (ii) Franquear ao Contratante, durante todo o Prazo da Concessão, acesso eletrônico a sua plataforma operacional, quanto a informações que permitam o monitoramento do desempenho comercial, financeiro e contábil dos produtos lotéricos concessionados.
 - (iii) Divulgar em seus canais de comunicação, especialmente nos sítios de apostas digitais, informações sempre atualizadas quanto a (a) preço vigente de apostas e bilhetes; (b) advertências previstas na regulamentação vigente; (c) comunicado sobre o encerramento da comercialização de determinada série de loteria; (d) informações sobre os volumes de apostas captadas e bilhetes vendidos, os montantes pagos aos apostadores a título de premiação; (e) informação clara de que qualquer aposta somente pode ser realizada por pessoa maior de 18 anos; e (f) informações gerais sobre os produtos lotéricos concessionados.
 - (iv) Inserir nos bilhetes e canais digitais as informações e advertências exigidas pelo Contratante e em regulamentações específicas;
 - (i) Dar conhecimento imediato ao Contratante de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, ou que, de algum modo comprometa a correta prestação do serviço público.
 - (ii) (vi) Apresentar ao Contratante, no prazo por ele razoavelmente estabelecido, informações adicionais ou complementares que o Contratante venha formalmente a solicitar.
 - (vii) Apresentar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, relatórios mensais com informações relacionadas à arrecadação bruta proveniente da exploração do serviço público de loterias, especificando os valores de captação de apostas e de comercialização de bilhetes, bem como eventuais receitas extraordinárias.
 - (viii) Apresentar ao Contratante, anualmente, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4.2. Os relatórios, documentos e informações previstos nesta cláusula deverão integrar banco de dados, em base eletrônica, conforme padrão mínimo determinado pelo Poder Concedente.
- 4.3. Ao Poder Concedente será assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido nesta subcláusula.
- 4.4. A Concessionária deverá obedecer às regras constantes da Cartilha de Governança Corporativa da CVM, bem assim adotar Elenco de Contas e Demonstrações Financeiras padronizadas para o registro da escrituração contábil de suas operações.
- 5.1. Os prêmios em dinheiro de valor menor ou igual a R\$ XXXX (XXXXXXX) deverão ser pagos no próprio ponto de venda, mediante apresentação do Bilhete premiado.

5.2. Prêmios em dinheiro de valor superior a R\$ XXXX (XXXXXXX) deverão ser pagos através de transferência bancária ou em agências bancárias ou dos Correios credenciadas, mediante apresentação do Bilhete premiado.

5.3. Caso haja prêmios não monetários, estes deverão ser resgatados em estabelecimentos conveniados à Concessionária para essa finalidade.

5.4. O valor limite para pagamento de prêmio no próprio ponto de venda poderá ser atualizado a cada 5 (cinco) anos pelo IPCA.

18.5. Dos direitos e obrigações dos apostadores

Concessionária deverá assegurar o pleno respeito aos direitos e obrigações dos apostadores, que, sem prejuízo de outras previsões legais aplicáveis, são os seguintes:

- (i) Adquirir Bilhete ou realizar Aposta, desde que cumpridos os requisitos normativos e contratuais para tanto;
- (ii) Receber a premiação a que fizer jus;
- (iii) Levar ao conhecimento do Poder Concedente e da Concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- (iv) Comunicar às autoridades competentes eventuais atos ilícitos praticados pela Concessionária na prestação do serviço; e
- (v) Pagar o Preço.

18.6. Da outorga pecuniária mínima (plano de negócio e repasse de cota-parte pelo poder concedente)

O direito de outorga constitui um ativo intangível da Concessão, indispensável durante todo o prazo de exploração do serviço público de loterias e que está diretamente associado à viabilidade do empreendimento.

Assim, o valor mínimo de Outorga Pecuniária global, referencial para o dimensionamento da proposta econômica na licitação, deve ser pautado, conforme estudo de viabilidade econômico-financeira da concessão; as propostas econômicas deverão respeitar o valor global mínimo estabelecidos acima.

Esclareça-se que, juntamente com sua proposta econômica, cada licitante deverá apresentar seu Plano de Negócio para a exploração do serviço público de loterias, o qual deve ser compatível com o prazo do Contrato e com os encargos da Concessão, contendo no mínimo:

- (i) A estratégia de jogos dentre as modalidades lotéricas do objeto da concessão, com suas respectivas regulações e metodologias;
- (ii) As táticas operacionais para o desenvolvimento, implantação e exploração do serviço público;

- (iii) As projeções de investimentos e arrecadação para o período da concessão;
- e, (iv) Cronograma físico-financeiro detalhado.

A estratégia de jogos desenvolvimento pelo licitante deverá observar as seguintes premissas de conteúdo mínimo:

- (i) Especificação das modalidades lotéricas que serão exploradas, com seus detalhes e definições;
- (ii) Canais e formas de apostas e aquisição de bilhetes, com vedação expressa de comercialização de jogos para menores;
- (iii) Canais de atendimento do apostador;
- (iv) Adequação de todos os elementos da estratégia ao jogo responsável;
- (v) Os regulamentos de cada modalidade lotérica e, se cabível, de cada jogo definido, a ser divulgado ao apostador;
- (vi) Metodologia de sorteio, permitida a adoção dos resultados da Loteria Federal;
- (vii) Para jogos virtuais, deverá demonstrar, de forma inequívoca, o atendimento da territorialidade;
- (viii) Tecnologia de impressão segura de bilhetes e de emissão dos recibos de apostas, quando cabível;
- (ix) Regras claras sobre os sorteios, sobre as periodicidades dos sorteios e sobre as condições para premiação do ganhador;
- (x) Regras claras sobre pagamento do prêmio e Imposto de Renda incidente;
- (xi) Plano de marketing;
- (xii) Repartição da arrecadação bruta em prêmios, repasse da cota-parte do Poder Concedente e custeio do serviço, neste especificada a remuneração do operador.
- (xiii) Disponibilização de sítio eletrônico para publicidade das informações sobre a exploração dos jogos lotéricos.

Além disso, o plano de negócio deverá observar critérios de segurança e idoneidade confiáveis para a operacionalização dos jogos, recomendando-se ao licitante explicitar padrões certificados.

No ato de celebração do Contrato de Concessão, o Estado expedirá ato de aprovação e homologação do Plano de Negócio atrelado à proposta vencedora, firmando os respectivos regulamentos de jogos.

Na vigência da Concessão, a qualquer tempo, a Concessionária poderá submeter à aprovação, alteração ao Plano de Negócio que se mostrarem necessárias ou proveitosas ao desenvolvimento do serviço lotérico.

Na vigência da concessão, mediante circunstanciada justificativa, poderá propor alteração do Plano de Negócio da Concessionária se ele não corresponder à realidade da prestação dos serviços. As proposições serão tratadas pela Concessionária e, se consideradas pertinentes, implicarão a adequação do Plano de Negócio.

Como condição de manutenção do direito de exploração do serviço público de loterias, além da Outorga Pecuniária, a Concessionária obriga-se a honrar junto ao Poder Concedente o Repasse da Cota-Parte do Poder Concedente conforme especificado pelo § 2º do artigo 3º da Lei Estadual nº XX/2021, correspondente aos percentuais legalmente destinados ao Estado de São Paulo para o custeio das atividades de regulação e fiscalização e para a aplicação prioritariamente em ações de saúde, observadas as condições especificadas no Contrato.

18.7. Da necessária contratação de verificador independente

A Concessionária deverá promover a contratação, às suas expensas, de Verificador Independente para exercer fiscalização sobre a exploração do serviço público de loterias, promovendo o alinhamento das atividades com as melhores práticas. Portanto:

- Considera-se verificador independente a pessoa jurídica de direito privado que comprove total independência e imparcialidade frente às partes.
- O Verificador Independente não substitui o Poder Concedente na função de fiscalização, devendo desenvolver sua atuação em colaboração com a o Estado de São Paulo e a Concessionária. O Verificador Independente auxiliará o Poder Concedente nas atividades de fiscalização, proporcionando a segurança necessária à Concessionária por se tratar de avaliação de desempenho independente.
- O Verificador Independente exercerá sua atividade fiscalizadora por meio de auditorias e visitas técnicas, podendo solicitar ao Poder Concedente ou à Concessionária quaisquer informações referentes ao âmbito do Contrato de Concessão.

8.1.4. A atuação do Verificador Independente contribui para o controle e garantia da consistência das informações, possibilitando a manutenção de serviços públicos de qualidade e assegurando o retorno financeiro adequado.

A Concessionária deverá exigir as seguintes comprovações indispensáveis para contratação de Verificador Independente: (i) experiência de pelo menos 5 (cinco) anos em atividades compatíveis; e, (ii) contar com profissionais especialistas em verificação independente de contratos de concessão.

Não poderá ser contratado, como Verificador Independente, a pessoa jurídica:

- (i) Impedida ou suspensão de contratar com a Administração Pública;
- (ii) Cujos sócios tenham participação direta ou indireta na Administração Pública do Estado de São Paulo ou no quadro societário da Concessionária ou suas integrantes;
- (iii) Controladora, controlada, coligada ou sob o controle comum da Concessionária, seus acionistas ou eventual empresa subcontratada para realizar os serviços objeto deste contrato;
- (iv) Que tenha em seu corpo técnico pessoa que seja ou tenha sido, nos últimos 6 (seis) meses, dirigente, gerente, empregado, contratado terceirizado ou sócio dos acionistas da Concessionária ou de eventual empresa subcontratada para realizar os serviços objeto deste contrato;
- (v) Que possuam outro contrato vigente com a Concessionária, ainda que com objeto diverso;
- (vi) Que, de alguma forma, possam ter sua independência e imparcialidade comprometidas.

O Verificador Independente deverá apresentar os seguintes produtos durante o prazo da concessão: (i) Plano de Trabalho, a ser apresentado antes do início dos serviços; (ii) Relatório de Avaliação de Desempenho e de Apuração da Cota-Parte do Poder Concedente, com periodicidade trimestral; (iii) Relatório técnico consolidando as atividades realizadas pela Concessionária e apurando os indicadores de desempenho na exploração do serviço público de loterias, com periodicidade semestral.

18.8. Das condições gerais de contratação e alocação de riscos

Antes da assinatura do Contrato, a Concessionária deverá apresentar: (i) Prova de constituição da SPE, acompanhada da correspondente certidão do registro

empresarial e inscrição perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; (ii) Garantia de Execução do Contrato, nos termos da Minuta do Contrato; (iii) Descrição da estrutura acionária e de gestão para a SPE, contendo: (a) tipos de ações, acionistas e suas respectivas participações por tipo; (b) composição societária da Concessionária e de suas Controladoras, conforme o caso; (c) acordos de acionista da SPE, quando aplicável; (d) principais administradores, incluindo seus respectivos currículos; e; (e) identificação de partes relacionadas.

Para comprovação da constituição da SPE, a Adjudicatária deverá apresentar a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial da Sede da sociedade e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.

Sendo a Adjudicatária uma empresa individual, esta deverá alterar os seus estatutos ou contrato social ou poderá criar subsidiária integral, mantendo o controle acionário preexistente à constituição da empresa.

A denominação da SPE será livre, mas deverá refletir sua qualidade de empresa Concessionária do serviço público das loterias do Estado de São Paulo.

A Concessionária assumirá compromisso de integralização do capital nos termos estabelecidos pelo Contrato, sendo condição prévia à celebração do contrato a integralização de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital subscrito.

O restante do capital social, correspondente a 100% (cem por cento) do capital subscrito, deverá ser integralizado no prazo prescrito pelo Contrato e observadas as diretrizes do Plano de Negócios apresentado.

Concessionária não poderá, durante todo o prazo da concessão, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

A Concessionária estará sempre vinculada ao estabelecido no Edital, seus Anexos, na Proposta Econômica e em seu Plano de Negócios, aos respectivos documentos contratuais, aos normativos internos editados pelo Estado e Reguladoras, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que se refere à execução dos serviços, objeto da exploração da concessão.

A Concessionária deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas e obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, as condições exigidas no Edital e seus Anexos.

A lei aplicável ao Contrato de Concessão será a brasileira, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.

A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer. No caso de Consórcio, as empresas que o integram assinarão o Contrato como intervenientes-anuentes, em conjunto com a Concessionária, de modo a ficar plenamente formalizada a solidariedade destas.

Poder Concedente deverá providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial.

Excepcionadas as circunstâncias explicitadas neste memorial descritivo, a Concessionária é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem a eles se limitar, pelos seguintes riscos:

- (i) Não atingimento da demanda projetada para a comercialização de apostas e bilhetes do serviço público de loterias;
- (ii) Operação do serviço público de loterias no canal virtual e nos pontos de venda;
- (iii) Cancelamento da Emissão e/ou da Série da Loteria Passiva ou da Loteria Instantânea por culpa da Concessionária;
- (iv) Custos excedentes relacionados ao objeto da Concessão;
- (v) Estimativa incorreta do custo dos investimentos;
- (vi) Aumentos ou redução de preço nos insumos principais para a execução do serviço;
- (vii) Prejuízos decorrentes de riscos inerentes à atividade empresarial;
- (viii) Greves realizadas por empregados contratados pela Concessionária;
- (ix) Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros ou variação das taxas de câmbio;
- (x) Erro/equívoco na operacionalização do pagamento da premiação ao Apostador, incluindo pagamentos realizados a maior;
- (xi) Caso fortuito e força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos à época de sua ocorrência;
- (xii) Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da Concessionária;

- (xiii) Criação e/ou existência de qualquer modalidade de jogos ou loterias que não as concessionadas, incluindo a prática de jogos ilegais;
- (xiv) Prejuízos causados a terceiros, pela Concessionária ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão;

As regras de que tratam a presente condição não será afastada em razão da impossibilidade de a Concessionária contratar, ainda que temporariamente, seguro para determinado ativo e/ou em determinada localidade.

Ressalte-se, ainda, que a Concessionária não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é do Poder Concedente:

- (i) Descumprimento, pelo Poder Concedente, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao Poder Concedente previstos no Contrato e/ou na legislação vigente, mormente aqueles relacionados à homologação das emissões e séries lotéricas;
- (ii) Caso fortuito ou força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;
- (iii) Alterações na legislação e na regulamentação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS para, especificamente, aumentar a respectiva alíquota para mais de 5% (cinco por cento), bem como alterações na legislação e na regulamentação relacionada à criação, alteração ou extinção de outros tributos ou encargos que altere a composição econômico-financeira da Concessão, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;
- (iv) Criação de nova modalidade de loteria que venha a concorrer com o serviço público de loterias no Estado de São Paulo;
- (v) Cancelamento da emissão e/ou da série da lotaria por culpa do Poder Concedente;
- (vi) Alteração na regulação/regulamentação da tecnologia empregada na Concessão que, por sua vez, cause impacto na composição econômico-financeira do Contrato;

(vii) Alteração do percentual da cota-parte do Poder Concedente estabelecido pelo anexo único da Lei Estadual nº XX/2021, que impacte nos percentuais estabelecidos para premiação e custeio da operação;

(viii) Alteração unilateral do Contrato, por iniciativa do Poder Concedente, por inclusão e modificação de serviços que afete o equilíbrio econômico-financeiro.

A Concessionária deve ter pleno conhecimento sobre a natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no Contrato, considerando tais riscos na formulação de sua Proposta Econômica e seu Plano de Negócio.

18.9. Da previsão de responsabilidade das partes

Além dos encargos diretamente relacionados à exploração do serviço público de loterias, conforme previsto no Edital e seus Anexos, também são obrigações da Concessionária, durante todo o Prazo da Concessão:

- Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Desenvolver, implantar e manter o plano de certificação de que trata este Contrato;
- Receber, apurar, resolver e comunicar ao Poder Concedente eventuais queixas e reclamações dos Apostadores;
- Cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e ainda as determinações do Poder Concedente editadas a qualquer tempo;
- Responder, perante o Poder Concedente e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;
- Ressarcir o Poder Concedente de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Concessionária, bem como a danos a Apostadores e órgãos de controle e fiscalização;

- Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados;
- Cumprir a legislação e regulamentação aplicáveis ao serviço público de loterias;
- Apresentar ao Poder Concedente as informações, documentos relatórios indicados no Contrato;
- Observar as melhores práticas de governança corporativa e gestão, bem como adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas;
- Executar o serviço em estrita observância à legislação anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro, em especial à Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998;
- Informar às autoridades quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto da Concessão;
- Manter serviço de atendimento com estrutura mínima para suportar as demandas dos Apostadores;
- Responsabilizar-se pelos encargos tributários, trabalhistas previdenciários e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- Dar conhecimento ao Poder Concedente das condições do financiamento e dos instrumentos jurídicos que assegurem a execução do objeto da Concessão;
- Dar conhecimento ao Poder Concedente das alterações das condições do financiamento referido no item anterior, assim como da contratação de qualquer novo financiamento ou dívida;
- Elaborar o Programa de Integridade;
- Informar imediatamente ao Poder Concedente quando for citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade do Poder Concedente, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado ao Poder Concedente valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.

Em contrapartida, são atribuições do Poder Concedente: (i) Aprovar e homologar, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, o Plano de Negócio apresentado pela Concessionária, bem como eventuais alterações futuras; (ii) Homologar, em observância aos prazos aplicáveis as emissões e séries lotéricas; (iii) Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando aplicável.

Além do cumprimento das disposições expressas do Contrato e nos limites de sua atuação institucional, o Poder Concedente colaborará com as entidades financiadoras da Concessionária, para contribuir com a viabilidade do financiamento, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da Concessão.

Por fim, a Concessionária terá ampla liberdade para selecionar e contratar os pontos de venda para a comercialização dos produtos lotéricos, assim como para estabelecer, por qualquer meio, a estrutura necessária para o pagamento de prêmios aos Apostadores.

18.10. Do desempenho e fiscalização – os indicadores e parâmetros de desempenho do serviço público de loterias

A definição dos indicadores e parâmetros de qualidade permite ao Poder Concedente controlar e assegurar, de maneira sistematizada, o atendimento à finalidade do serviço concedido.

O desempenho e qualidade dos serviços prestados serão avaliados por três indicadores e seus respectivos parâmetros, conforme seguem:

A) Indicadores de integridade e qualidade operacionais que serão aferidos pelos seguintes parâmetros:

- (i) Implantação e manutenção de programa de integridade;
- (ii) Adesão e manutenção contínua de certificações pertinentes à adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável, de proteção de vulneráveis e de segurança da informação.

B) Indicadores de controle e governança operacional que serão apurados pelos seguintes parâmetros:

- (i) Implantação e manutenção de programa de integridade;

- (ii) Adesão e manutenção contínua de certificações pertinentes à adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável, de proteção de vulneráveis e de segurança da informação.

C) Indicadores de controle e governança operacional que serão apurados pelos seguintes parâmetros:

- (i) Auditoria trimestral nas arrecadações oriundas da captação de apostas e venda de bilhetes;
- (ii) Auditoria anual dos pagamentos de prêmios aos Apostadores referentes às emissões a fim de atestar o cumprimento da Lei.
- (iii) Acompanhamento, por comissão ou auditor, sobre a conformidade as apostas, eventos, sorteios, planos de prêmios e pagamentos de prêmios.
- (iv) Tratamento célere de eventuais reclamações de apostadores ou usuários em geral, sobretudo aquelas relacionadas a sorteios e prêmios, assim considerado o prazo de até 72 (setenta e duas) horas a contar do registro da reclamação.
- (v) Adoção de práticas aderentes às instruções e regulações expedidas.
- (vi)

D) Indicadores de qualificação dos serviços que serão apurados pelos seguintes parâmetros:

- (i) Resolução adequada e satisfatória da totalidade de eventuais reclamações de apostadores e usuários em geral;
- (ii) Tratamento célere e adequado a eventuais reclamações de representantes dos pontos de vendas em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.
- (iii) Pagamento célere no resgate dos prêmios inferiores a R\$ XXXX (XXXXXXX), considerando o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação por parte do apostador.
- (iv) Pagamento célere no resgate dos prêmios superiores a R\$ XXXX (XXXXXXX), considerando o prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação de pagamento do apostador;
- (v) Pontualidade no pagamento da Outorga Pecuniária e do Repasse da Cota-Parte do Poder Concedente.

Os indicadores e parâmetros de desempenho, especificados acima, serão verificados semestralmente, admitindo-se, em relação aos parâmetros quantitativos, desvios de até 5% (cinco por cento) no cumprimento das metas.

18.11. Da prestação de contas e da fiscalização

O serviço lotérico prestado pela Concessionária será submetido a contínua avaliação e fiscalização por parte do Poder Concedente. A Concessionária deverá apresentar ao Poder Concedente, anualmente, a Prestação de Contas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, contendo, no mínimo:

- (i) Detalhamento das transações com Partes Relacionadas, exceção feita a eventuais informações restritas/confidenciais, nos termos das normas regulamentações vigentes, cabendo à Concessionária comprovar tal restrição/confidencialidade;
- (ii) Provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, previdenciárias, tributárias ou administrativas);
- (iii) Relatório da administração;
- (iv) Relatório dos auditores externos e, se houver, do conselho fiscal;
- (v) Declaração da Concessionária contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária
- (vi) O desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros assuntos, a programação e execução financeira.

A não apresentação da Prestação de Contas anual ou a sua prestação intempestiva, sujeitará a Concessionária, respeitado o devido processo legal, às penalidades previstas no Contrato.

O resultado da análise da prestação de contas será comunicado à Concessionária por meio de ofício do Poder Concedente, que poderá exigir, ainda, complementações ou esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta dias) e o processo de prestação de contas será considerado concluído com sua homologação ou arquivamento.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo será responsável pela fiscalização do cumprimento de todas as obrigações da Concessionária constantes do

Edital e seus Anexos, da Proposta Econômica e do Plano de Negócio aprovado, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo designará preposto e respectivos auxiliares encarregados de fiscalizar a Concessionária durante o período da Concessão, em nome do Poder Concedente, os quais serão incumbidos de fiscalizar a execução do Contrato, e terão, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros pertinentes à Concessão.

Após a assinatura do contrato será promovida reunião inicial e, posteriormente, reuniões de acompanhamento obrigatoriamente registradas em ata, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes representantes da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e da Concessionária.

A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo anotará em termo próprio o registro de ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados.

Recebidos os termos próprios/notificações expedidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a Concessionária poderá exercer o seu direito de defesa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

A não regularização das faltas ou defeitos, nos prazos estabelecidos no termo próprio, configurará infração contratual e ensejará a instauração dos procedimentos cabíveis, conforme estabelecido no Contrato.

A Concessionária será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as atividades executadas no âmbito da Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, nos prazos que forem fixados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

19. DOS REQUISITOS DA GARANTIA DA PROPOSTA

Outro requisito e anexo da minuta do Edital, diz respeito à garantia da proposta. Assim, para o caso em epígrafe, temos que nos debruçarmos sobre os requisitos, condições gerais e demais obrigações e critérios.

Essencialmente o grande objetivo da garantia da proposta é evitar propostas irresponsáveis. A finalidade reside no fato de induzir responsabilidade na hora da

empresa elaborar a proposta. A previsão legal da garantia da proposta está no artigo 31, inciso III da Lei 8.666/93.

A garantia da proposta deverá ser apresentada no valor de R\$ XXXX (XXXXXXX), como condição de participação nos termos do inciso III do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93, através de caução em moeda corrente, título da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A garantia da proposta deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data para recebimento dos envelopes, cabendo à proponente comprovar sua renovação, por iguais e sucessivos períodos, à Comissão de Outorga quando notificada para tanto, sob pena de desclassificação.

Acaso a renovação ocorra após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da sua emissão original, os valores das Garantias de Proposta deverão ser reajustados pela IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, entre o mês da data do recebimento dos envelopes e o mês imediatamente anterior à renovação.

As proponentes deverão, ainda, observar as seguintes condições quando do oferecimento da garantia da proposta:

- A garantia da proposta, apresentada nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ser precedida por carta de apresentação da garantia, conforme modelos constantes no Capítulo 2 deste Anexo, devidamente assinada pelos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação.
- No caso de seguro-garantia, será admitida a apresentação da apólice emitida por meio eletrônico, conforme a regulamentação vigente da SUSEP.
- A apólice de seguro-garantia deverá conter: (i) declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do Edital; (ii) declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes aqui previstos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos necessários à caracterização e à regulação do sinistro; (iii) declaração de que, confirmado o descumprimento, pela proponente, das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Poder Concedente terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, caso não seja sanado o descumprimento pela proponente, pós notificação escrita.

- Na hipótese de a garantia da proposta ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á, apenas, Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Notas do Tesouro Nacional – Série C (NTN-C) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).
- Em se tratando de Consórcio, a garantia da proposta poderá ser apresentada por qualquer uma das consorciadas, independentemente da proporção de sua participação no Consórcio ou ainda ser apresentada por todas as consorciadas conjuntamente.
- No caso de oferecimento de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a proponente deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido ao Poder Concedente, datado e assinado por Instituição Financeira, da qual conste claramente: a) o valor pecuniário da caução; b) a identificação dos títulos caucionados esclarecendo tratar-se dos títulos regulados pela Lei Federal nº 10.179/2001; e, c) cláusula segundo a qual o poder concedente poderá executar a caução nas condições previstas neste Edital.

As proponentes que não apresentarem a garantia da proposta nas condições estabelecidas neste Edital serão inabilitadas e estarão impedidas de participar das demais fases da licitação.

Encerrada a concorrência, as garantias das propostas de cada proponente que dela participou serão devolvidas em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato de Concessão.

Independentemente da modalidade escolhida, deverá ser expresso no instrumento de garantia da proposta que: a) o inadimplemento comprovado total ou parcial das obrigações assumidas pela proponente em decorrência de sua participação na concorrência dará causa à execução da garantia da proposta, mediante notificação pela Comissão de Licitação à proponente inadimplente, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital ou na legislação aplicável; b) a garantia da proposta responderá pelas penalidades e indenizações devidas pelas proponentes durante a concorrência, até a assinatura do contrato de concessão ou até a data de eficácia, no caso da adjudicatária, até o limite do seu valor; c) na hipótese de recusa injustificada em assinar o contrato de concessão ou não apresentação da documentação exigida, a garantia da proposta será executada em seu valor integral.

20. DOS MODELOS DE CARTAS DE APRESENTAÇÃO DE GARANTIA DE PROPOSTA – PERMISSÃO E CONCESSÃO

20.1. Do modelo de fiança bancária

À

Comissão de Outorga do Estado de São Paulo

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº XX/2021. Carta de Apresentação da Fiança

Bancária nº XX (“Carta de Fiança”)

Pela presente Carta de Fiança, o Banco XX, com sede em XX, inscrito no CNPJ/MF sob nº XX (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante o Estado de São Paulo como fiador solidário da PROPONENTE XX, com sede em XX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XX (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos 336, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil Brasileiro”), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no procedimento licitatório descrito no Edital de Concorrência Pública nº XX/2021, cujos termos, disposições e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

Obriga-se o Banco Fiador a pagar ao Estado de São Paulo o valor total de R\$ XX (XX)

(“Fiança”) no caso de a Afiançada:

(i) inadimplir total ou parcialmente as obrigações assumidas em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA em epígrafe mediante notificação pela COMISSÃO DE OUTORGA à Afiançada, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável;

(ii) recusar injustificadamente a assinar o CONTRATO ou não apresentar a documentação exigida no EDITAL;

(iii) serem aplicadas penalidades ou devidas indenizações devidas pela Afiançada durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a DATA DE EFICÁCIA, no caso da ADJUDICATÁRIA, até o limite do seu valor.

Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pelo Estado de São Paulo, relacionadas ao certame licitatório, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes prejuízos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pelo Estado.

O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do

cumprimento da obrigação assumida perante o Estado de São Paulo, nos termos desta Carta de Fiança.

Na hipótese de o Estado de São Paulo ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado a pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais

A Fiança vigorará pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do último dia do Período para Recebimento dos Envelopes, renovável nas hipóteses previstas no Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

Declara o Banco Fiador que:

(i) A presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da Legislação Bancária aplicável;

(ii) Os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade;

(iii) Está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir cartas de fiança, e que o valor da presente Carta de Fiança, no montante de R\$ XX (XX reais), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta de Fiança terão os significados a eles atribuídos no Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

[assinatura do(s) representante(s) legal(is), com firma(s) reconhecida(s)]

20.2. Do seguro garantia

À

Comissão de Outorga do Estado de São Paulo

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

Carta de Apresentação da Fiança Bancária nº XX (“Carta de Fiança”)

Prezados Senhores,

Atendendo ao Edital, (“PROPONENTE”), [QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE], por meio de seu(s) bastante(s) representante(s), apresenta a presente Apólice de Seguro Garantia, emitida conforme Circular SUSEP nº 477, de 20 de setembro de 2013, e demais normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contratado junto à (“SEGURADORA”), [QUALIFICAÇÃO DA SEGURADORA], de acordo com os Termos e Condições a seguir apresentados:

(i) Tomador: PROPONENTE

(ii) Segurado: Estado de São Paulo.

(iii) Objeto do Seguro: Garantir a indenização, no montante de R\$ XX (XX), caso o TOMADOR:

a) Descumpra total ou parcial as obrigações assumidas em decorrência de sua participação na CONCORRÊNCIA em epígrafe, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital de Concorrência Pública nº XX/2021 ou na legislação aplicável.

b) Se recusar injustificadamente a assinar o CONTRATO ou não apresentar a documentação comprobatória de constituição da SPE;

c) Sofrer a aplicação de penalidades ou serem devidas indenizações pelo TOMADOR durante a CONCORRÊNCIA, até a assinatura do CONTRATO ou até a DATA DE EFICÁCIA, no caso da ADJUDICATÁRIA, até o limite do seu valor.

Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Carta terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.

[assinatura do(s) representante(s) legal(is), com firma(s) reconhecida(s)]

21. DOS MODELOS QUE DEVERÃO INTEGRAR A MINUTA DE EDITAL

21.1. Da carta de credenciamento

À

Comissão de Outorga do Estado de São Paulo

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

Ilustríssimo Presidente da Comissão de Outorga, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, em atendimento ao disposto no Edital de Licitação referente à Concorrência em epígrafe, solicita o credenciamento dos seguintes Representantes da Licitante perante esta Comissão de Outorga:

Sr(a).[NOME], [QUALIFICAÇÃO]; e,

Sr(a).[NOME], [QUALIFICAÇÃO].

Com o Credenciamento a [LICITANTE] tem ciência de que seus Representantes da Licitante serão os responsáveis pela integral representação da Licitante na Concorrência em epígrafe, detendo os poderes necessários e suficientes para representação durante todo o processo licitatório.

XX, XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.2. Do modelo de compromisso de formação de consórcio

COMPROMISSO DE FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO CONCORRÊNCIA Nº XX/2021

Pelo presente instrumento, as signatárias, com vistas à participação na Concorrência nº XX/2021, assumem o compromisso de efetivamente formalizarem a constituição de consórcio, caso vençam a licitação em apreço, pelo que declaram desde já que:

XX (Indicação clara do nome e qualificação das consorciadas e participação de cada qual no consórcio, sem prejuízo de sua responsabilidade solidária);

A empresa XX, será a líder do consórcio;

Conferem ao líder amplos poderes para representar os consorciados na licitação, em especial: transigir, acordar, renunciar ao direito de recorrer, desistir, responder administrativa e judicialmente em qualquer grau de jurisdição, receber notificação, intimação e citação.

Os Consorciados são responsáveis solidariamente, perante o poder público, pelos atos praticados em Consórcio durante a Licitação.

O prazo de duração do consórcio, será de XX (XX) anos ou até o cumprimento de todas as obrigações contratuais;

As consorciadas serão responsáveis solidariamente pela execução total do Contrato, em todos os seus termos.

XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.3. Da declaração de inexistência de processo falimentar

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCESSO FALIMENTAR CONCORRÊNCIA Nº XX/2021

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, sob as penas da legislação aplicável, que não se encontra em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, insolvência, administração especial temporária ou sob intervenção do órgão fiscalizador competente.

XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.4. Do modelo de aceitação das condições do Edital

TERMO DE ACEITAÇÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL CONCORRÊNCIA Nº XX/2021

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, sob as penas da legislação aplicável, que se sujeita a todas as condições do Edital e seus Anexos, tendo pleno conhecimento do objeto da Concessão, dos locais e respectivas condições nas quais será explorado o serviço público de loterias no Estado de São Paulo .

Declara, ainda, que responde pela veracidade de todas as informações constantes da documentação e da proposta apresentadas e declara que recebeu todos os elementos componentes do presente Edital e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da Licitação, tendo considerado suficientes as informações recebidas para a elaboração da sua proposta.

XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.5. Do modelo de declaração de cumprimento dos requisitos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL CONCORRÊNCIA Nº XX/2021

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.6. Da declaração de inexistência de ato impeditivo

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO CONCORRÊNCIA Nº XX/2021

Prezados Senhores,

Pelo presente, [LICITANTE], [QUALIFICAÇÃO], por seu representante legal, declara, sob as penas da legislação aplicável, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na Concorrência em epígrafe; que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com a Administração Pública; que não está em cumprimento de pena de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública; e que se compromete a comunicar ocorrência de quaisquer fatos supervenientes relacionados com o objeto dessa Declaração.
XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.7. Da declaração de elaboração de proposta independente

À

Comissão de Outorga do Estado de São Paulo

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

Prezados Senhores,

XX (Identificação do Representante Credenciado), como representante devidamente constituído de XX(Licitante) doravante denominada (“Proponente”), declara, sob as penas da lei, em especial o artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A Proposta Econômica apresentada para participar na Concorrência foi elaborada de maneira independente pela Proponente, e o conteúdo da Proposta Econômica não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) A intenção de apresentar a Proposta Econômica elaborada para participar da Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência quanto a participar ou não da Concorrência;

(d) Que o conteúdo da Proposta Econômica apresentada para participar da Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência antes da adjudicação de seu objeto;

(e) Que o conteúdo da Proposta Econômica apresentada para participar da Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Estado de São Paulo antes da abertura oficial das Propostas Econômicas; e

(f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
XX,XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

21.8. Da carta de apresentação de proposta econômica

À

Comissão de Outorga do Estado de São Paulo

Ref.: Edital de Concorrência Pública nº XX/2021.

Nos termos do Edital e seus Anexos, bem como das demais informações disponibilizadas no processo licitatório em epígrafe, com os quais esta Licitante concorda integralmente, apresentamos nossa Proposta Econômica para a exploração do serviço público de loterias no Estado de São Paulo .

CONSIDERANDO QUE:

(i) Esta Proposta Econômica reflete a intenção desta Licitante e é vinculante, irrevogável, irretratável e incondicional;

(ii) Para a elaboração desta Proposta Econômica a Licitante considerou todos os investimentos, tributos, custos e despesas necessários à execução do Contrato de Concessão;

(iii) Na elaboração da Proposta Econômica esta Licitante tomou ciência, anuiu e considerou todos os riscos associados ao Contrato de Concessão;

(iv) A Proposta Econômica considerou o prazo de 10 (dez) anos da Concessão;

(v) Todos os investimentos necessários, serviços e demais características da Concessão foram considerados, bem como as informações divulgadas foram suficientes para a apresentação desta Proposta Econômica;

PROPOSTA DE OUTORGA PECUNIÁRIA:

Propomos, a título de Outorga Pecuniária Global, conforme definido no Edital Concorrência Pública nº XX/2021, o valor de R\$ XX (XX), referenciado à data-base de XX de 2021.

ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO BRUTA:

Nos termos prospectados pelo Plano de Negócio, considerando as variadas modalidades de exploração dos serviços lotéricos, projeta-se o seguinte valor de arrecadação bruta com captação de apostas e venda de bilhetes durante o Prazo de Concessão: R\$ XX (XX)

DECLARAÇÃO DE REPASSE DA COTA-PARTE DO PODER CONCEDENTE:

Esta Licitante declara que, além dos valores de outorga explicitados nesta proposta, compromete-se a repassar ao Estado de São Paulo, mensalmente, os valores da cotaparte do Poder

Concedente a partir da receita bruta auferida, conforme estabelecido pelo artigo 3º da Lei Estadual nº XX/2021.

VALIDADE:

Esta Proposta Econômica terá validade de XX (XX) dias.

DADOS DA LICITANTE:

Razão Social / Denominação do Consórcio: XX

CNPJ/MF (em caso de Consórcio, utilizar CNPJ/MF da empresa líder): XX Composição Acionária / Participação Consorcial: XX

Empresa líder (quando aplicável): XX Endereço: XX Telefones de contato: XX Fax: XX Representante da Licitante: XX E-mail: XX XX, XX de XX de 2021.

(Nome da empresa e de seu representante legal)

22. DA MINUTA DE PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA

Para melhor atender às expectativas do ente público e às exigências do Edital, disponibilizaremos minuta de instrumento de contrato e de Projeto Básico/Termo de Referência conforme anexos.

Além disso, uma segunda alternativa de minuta de Edital e de Projeto Básico, acompanham os anexos da presente modelagem.

23. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

À título de conclusão, ante tudo quanto fora explicitado até o presente momento neste relatório, é possível considerarmos as seguintes conclusões:

A primeira delas é que compete à União legislar privativamente sobre loterias, resguardada a competência supletiva dos Estados para legislar sobre a matéria.

A segunda conclusão decorre do fato de que o serviço público de loteria pode ser explorado diretamente por órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou indiretamente por particular contratado em regime de concessão ou permissão.

Seguindo, recomendamos que, entre as modalidades de concessão, as especificidades do serviço de loteria recomendam a adoção da concessão comum, regulamentada em âmbito nacional na Lei nº 8.987/1995.

Para isso, a formalização do contrato de concessão do serviço de loteria deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência, pelo critério de julgamento de maior oferta de pagamento pela outorga, observadas as demais disposições das Leis nº 8.987/1995 e nº 8.666/1993 e o Estado de São Paulo deverá realizar audiência e

consulta públicas com antecedência mínima de 30 dias contados da data prevista para publicação do Edital.

Atente-se, ainda, para o fato de que, em razão das especificidades inerentes a esse serviço público de caráter industrial e comercial, recomenda-se a adoção de um regime de liberdade de precificação, em que o concessionário define o preço pela prestação do serviço e transfere ao Poder Concedente uma parcela de sua remuneração, observadas as disposições específicas sobre as modalidades lotéricas estabelecidas na legislação estadual a ser editada.

Para tanto, o prazo de 10 anos, passível de renovação, encontra-se em consonância com as disposições da Lei nº 8.987/1995 e atende aos interesses das partes (particular/operador e poder público).

Por fim, a regulação e fiscalização dever ser realizada por lei própria, tendo em vista os estudos para regulação das loterias, no mundo e no Brasil.

Assinam a presente modelagem jurídica econômica e financeira:

ADVOGADOS		
Arykoerne Lima Barbosa OAB/AL nº 10.248	Carlos Roberto Lima Marques OAB/AL nº 5.820	Elmanuel de F. Machado OAB/AL nº 13.806

ANEXOS



No /2021-GAG

XXXX, de junho de 2021.

Dirijo-me à Vossa Excelência e aos demais Deputados Estaduais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que “cria a Loteria do XXXXX, e dá outras providências”.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário da Fazenda.

Dado que a matéria necessita de apreciação com relativa brevidade, solicito, com base no artigo nº XXX da Lei XXX, que a presente Proposição seja apreciada em Regime de Urgência.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX
Governador

A sua Excelência o Senhor
XXXXXXXXXX
Presidente da Assembleia Legislativa do XXXXXXXXXX
NESTA

EM nº /2021

XXXXXXXXXre, de de 2021.

Excelentíssimo Senhor Governador,

1. Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência Projeto de Lei que cria a Loteria do XXXXXXXX, serviço público a ser prestado pela governadoria à população do XXXXXXXX, com base no entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Arguições de

Descumprimento de Preceito Fundamental 492 e 493.

2. Em seu pronunciamento, a Corte Constitucional assevera que natureza jurídica da exploração de loterias no País é de serviço público e, ressalte-se, que essa exploração deve ser consumada com estrita observância dos princípios que regem uma Federação de Estados e Distrito Federal independentes entre si e do Governo Federal, compondo a União, ou seja, a República Federativa do Brasil.

3. Isso, como bem posto pelo tribunal constitucional brasileiro, esclarece, em definitivo, que a competência da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, discriminada no artigo 22, **caput** e respectivo inciso XX, da Constituição Federal, não elimina, impede ou compromete o direito detido por Estados e Distrito Federal de prestar às respectivas populações locais o serviço público “loteria”. Nesse sentido, é possível — e lícito — a Estados e Distrito Federal legislar sobre a matéria “loterias”, desde que a legislação estadual ou distrital federal, exatamente o caso da presente proposta, atenha-se a viabilizar o exercício da competência material do ente federativo, ou seja, do Estado do XXXXXXXX.

4. A decisão judicial havida em nada prejudica a prestação do serviço público loteria pelo Governo Federal. Sequer há de se argumentar sobre eventual hipótese de concorrência desleal entre, de um lado, a loteria estadual ou distrital federal e as loterias federais, administradas pela Caixa Econômica Federal, pois, cumpre lembrar, por se tratar de prestação de serviço público, não é possível haver concorrência desleal. As possibilidades factíveis são as de complementaridade entre os serviços públicos prestados ou, ainda, de independência dos serviços públicos prestados.

5. Uma vez compreendida essa peculiaridade, o País evolui, em relação à exploração de loterias, para situações absolutamente distintas entre União, isto é, Governo Federal, e o grupo de entes federativos de nível estadual de esfera de governo, ou seja, Estados e Distrito Federal, sem qualquer subordinação ou vinculação, não importa a espécie, de parte de Estados e Distrito Federal em relação, por exemplo, ao Governo Federal. Ressalvada, no entanto, a necessidade de os entes federativos, Estados e Distrito Federal, observarem leis, decretos-lei ou medidas provisórias que tratem de loterias.

6. Cumpre, todavia, enfatizar a respeito que, ainda assim, essa sujeição existe apenas até o limite de surgimento e, portanto, prevalência do direito de Estados e Distrito Federal de adotarem iniciativas, como a do Projeto de Lei ora apresentado, para viabilizar sua respectiva prestação de serviços lotéricos mediante critério próprio, eventualmente diverso do adotado na esfera federal de operação de loterias. Estados e Distrito Federal devem, de fato, restringir sua operação de produtos lotéricos àqueles previstos na legislação federal vigente, Lei 13.756, de 18 de dezembro de 2018. Não obstante, os índices percentuais de distribuição de recursos apurados na captação de apostas ou venda de produtos lotéricos, como bilhetes previamente impressos e numerados ou cartelas raspáveis, podem, por exemplo, ser redefinidos, nos níveis estadual e distrital federal, por lei ordinária própria. A medida visa, tão-somente, a viabilizar a operação da loteria estadual ou distrital federal. A rigor, os índices estabelecidos na legislação federal vigente consubstanciam apenas uma peculiaridade inerente às modalidades lotéricas e aos produtos lotéricos a serem explorados pelo Governo Federal.

7. Desnecessário é dizer que há limite, sem dúvida, para essa liberdade. Estados e Distrito Federal permanecem obrigados a cumprir designios da Lei federal que trata da comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), do Banco Central do Brasil, acerca de apostadores com objetivo de combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. É inequívoca a obrigação de fazer imposta pela Lei federal 9.613, de 3 de março de 1998.

8. Feitas essas considerações dedicadas ao esclarecimento do horizonte advindo da decisão judicial havida, proferida pelo STF, em relação à perspectiva de exploração de loterias por Estado e pelo Distrito Federal, vale chamar atenção para a conformação dada ao Projeto de Lei de que se trata. A minuta é estritamente dedicada a viabilizar a exploração de loterias por esta Unidade da Federação, o XXXXXX, sem confrontação com norma federal vigente.

9. Compreende medida de declaração sobre quais serão as modalidades e o produto lotérico passíveis de operação pela Loteria do XXXXXXXX. Admite a operação de modo direto, por órgão ou entidade públicos integrantes das administrações direta ou indireta do Governo do XXXXXX, ou, alternativamente, por organização privada, neste caso, via simples credenciamento, desde que observados rigorosos critérios de certificação quanto à higidez e lisura de programas de computador (software) ou de equipamentos (hardware) a serem utilizados, e de certificação quanto ao comprometimento do agente operador da Loteria do XXXXXX com a adoção de práticas voltadas para o jogo responsável, proteção de vulneráveis (idosos, crianças, adolescentes, etc.).

10. Por fim, considerando, essencialmente, a necessidade de atuação do Poder Público na inibição da expansão da economia informal, com objetivo de assegurar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico e social local, e tendo em vista que a criação e exploração da Loteria Estadual do Governo do XXXXXX poderá vir a se revelar considerável fonte de recursos para financiamento de políticas públicas sob responsabilidade do Poder Executivo do XXXXXX, tomo a liberdade, Senhor Governador, de submeter à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, com sugestão de encaminhamento à Assembleia Legislativa do XXXXXX, de maneira a permitir sua discussão no âmbito do Poder Legislativo e, portanto, da sociedade e, eventualmente, conversão em lei.

Respeitosamente,
XXXXXXXXXXXX

PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2021 .

(Autoria do Projeto: Poder Executivo)

Disciplina a operação de loterias no Estado de XXXXX, e dá outras providências.

O **Governador do Estado do xxxxxxxx**, considerando o entendimento jurisprudencial firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental 492 e 493, no sentido de que a natureza jurídica da exploração de loterias é de serviço público, de que a competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios, dentre os quais as loterias, não preclui a competência material do Estados e do Distrito Federal para explorar loterias, e, ainda, de que a legislação estadual ou distrital federal deve tão-somente viabilizar o

exercício da respectiva competência material, faz saber que a Assembleia Legislativa do XXXXXX decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a exploração, no XXXXXX, do serviço público de loterias, sob a denominação XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX, observado o disposto na legislação federal vigente acerca do assunto quanto às modalidades lotéricas passíveis de operação, em especial os desígnios contidos nos incisos I (modalidade passiva), II (modalidade de prognósticos numéricos) e V (modalidade instantânea) do §1 o do art. 14 e, ainda, no caput do art. 29 (modalidade de quota fixa) da Lei Federal 13.756, de 18 de dezembro de 2018.

§1º A exploração das modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX será consumada diretamente por órgão público ou entidade pública para tanto competente do XXXXXX ou, alternativamente, por empresa particular, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, na condição de concessão, permissão ou organização credenciada.

§2º Somente poderá ser credenciada para exploração de modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX pessoa jurídica regularmente constituída segundo as leis brasileiras vigentes, com sede e administração no País, que, visando à obtenção do credenciamento, apresentar documentação hígida acerca da respectiva habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômica de que tratam os artigos 28, 29 e 31 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo considerar também certificações acerca da adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável e à proteção de vulneráveis e, ainda, quanto à certificação da higidez e lisura de programas de computador e equipamentos a serem utilizados na operação das modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX.

§3º O processo de credenciamento se inicia com a divulgação de edital de chamamento público, em meio físico, mediante publicação no Diário Oficial do XXXXXX, ou em meio virtual, no sítio, na Internet, da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do XXXXXX.

§4º O credenciamento se materializará na forma de ato ou portaria publicado no Diário Oficial do XXXXXX, de responsabilidade, conforme o caso, da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do XXXXXX, o qual também fica, nos termos desta Lei, encarregado pelo recebimento de pedidos de credenciamento, pela abertura, instrução, análise e conclusão de processo administrativo formal prévio à expedição e publicação do ato ou portaria de credenciamento, para cada pedido de credenciamento recebido.

§5º Alternativamente à sistemática de credenciamento instituída neste artigo, o Governo do XXXXXX poderá adotar o modelo de concessão ou permissão, de que trata a Lei Federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para seleção de agente operador ou de agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX, com discriminação, no edital de licitação, dentre outras peculiaridades, das condições a serem atendidas por eventuais interessados, inclusive quanto a certificações acerca da adoção de práticas dedicadas ao fomento do jogo responsável e à proteção de vulneráveis e, ainda, quanto à certificação da higidez e lisura de programas de computador e equipamentos a serem utilizados na operação das modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX -XXXXXX.

Art. 2º O produto da arrecadação total surgida da captação de apostas ou da venda de bilhetes, tanto em meio físico, ou impresso; quanto em meio virtual ou eletrônico, será assim distribuído:

I — no caso das modalidades lotéricas passiva, constante de bilhetes previamente numerados, e de prognósticos numéricos e instantâneo:

- a) 10% (dez por cento) destinados ao Governo do Estado do XXXXXX, decompostos na forma de regulamento, para aplicação prioritária em ações de saúde, observados critérios de conveniência e oportunidade definidos pela administração pública, e, ainda, para custeio dos serviços de regulação e fiscalização das atividades inerentes à exploração das modalidades lotéricas da XXXXXX;
- b) 2,5% (dois vírgula cinco por cento) destinados às XXXXXXXXXX, obrigatoriamente destinados ao atendimento do XXXXXXXXX;
- c) 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento) destinados ao agente operador de modalidade lotérica da XXXXXX, para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias; e
- d) 65% (sessenta e cinco por cento) destinados à premiação bruta, ou seja, para o pagamento de prêmios e, quando for o caso, recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a premiação; e

II — no caso da modalidade lotérica apostas de quota fixa:

- a) 1% (um por cento) destinados ao Governo do Estado do XXXXXX, decomposto na forma de regulamento, para aplicação prioritária em ações de saúde, observados critérios de conveniência e oportunidade definidos pela administração pública, e, ainda, para custeio dos serviços de regulação e fiscalização das atividades inerentes à exploração das modalidades lotéricas da XXXXXX;
- b) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) destinados às XXXXXXXXXX, obrigatoriamente destinados ao atendimento do XXXXXXXXXX;
- c) 98,5% (noventa e oito vírgula cinco por cento) destinados à premiação bruta, ou seja, para o pagamento de prêmios e, quando for o caso, recolhimento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidente sobre a premiação, e, ainda, ao agente operador de modalidade lotérica da XXXXXX, para cobertura das despesas de custeio e manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias.

§1º Os recursos destinados às Prefeituras Municipais, na forma prevista pela alínea b, do inciso I, deste artigo serão repassados à ordem de 50% (cinquenta por cento) relativos ao efetivamente arrecadado; e 50% (cinquenta por cento) relativos ao arrecadado distribuídos de acordo com a população, considerada em 31 de dezembro de cada ano, atualizada quinquenalmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§2º Os repasses referidos no parágrafo 1º serão depositados em conta própria, quinzenalmente, com prazo de 10 dias do fechamento de cada quinzena; e serão fiscalizados pelo Tribunais de Contas do Estado, sem prejuízo dos demais órgãos fiscalizadores Municipais.

§3º O percentual de 98,5 % (noventa e oito vírgula cinco por cento), discriminado na alínea “b” do inciso II do caput deste artigo, será objeto de decomposição entre a premiação bruta e as despesas de

custeio a manutenção dos serviços inerentes à exploração de loterias, a critério do agente operador credenciado para exploração da modalidade lotérica apostas de quota fixa.

§4º O Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) incidirá sobre os valores relativos aos prêmios obtidos pelos apostadores na forma prevista no artigo 14 da Lei Federal 4.506, de 30 de novembro de 1964, observado, para cada prêmio, o disposto no artigo 56 da Lei federal 11.941, de 27 de maio de 2009, e demais regulamentos de iniciativa da Receita Federal.

§5º A modalidade lotérica instantânea envolverá motes, lemas ou temáticas de livre escolha dos agentes operadores credenciados, conforme previsto no art. 28 da Lei Federal 13.155, de 4 de agosto de 2015, e no art. 2º da Lei federal 13.262, de 22 de março de 2016.

§6º A modalidade lotérica apostas de quota fixa envolverá motes, lemas ou temáticas esportivas, relacionados, sempre, a eventos reais, conforme previsto no §1º do art. 29 da Lei Federal 13.756, de 2018.

Art. 3º Quando o prêmio a que o apostador faça jus for igual ou superior ao valor mínimo previsto na legislação tributária que impõe a incidência de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre os rendimentos da pessoa física, para habilitar-se a receber a premiação, o apostador deverá apresentar documento oficial de identidade e o documento comprobatório de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), neste caso, se, e somente se, o documento oficial de identidade apresentado não contiver a indicação do referido número de inscrição no CPF, vedada a imposição ao apostador de qualquer outra exigência documental, como, por exemplo, comprovante de residência, declaração de endereço, número de linha telefônica de rede fixa, telefonia móvel ou similar.

§1º Os valores devidos a apostadores contemplados com premiação em modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXXXX -XXXXXXX serão entregues líquidos dos tributos devidos, devendo o agente operador recolher os tributos junto ao fisco competente, por quaisquer das formas, sistemáticas ou meios admitidos no âmbito dos Sistemas Financeiro Nacional (SFN) ou de Pagamentos Brasileiro (SPB).

§2º Os agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXXXX -XXXXXXX entregarão, a apostadores contemplados, os valores, bens ou mercadorias devidos a título de premiação de maneira tal que haja, sempre, vinculação entre a importância, o bem ou a mercadoria recebida pelos apostadores e seus respectivos números de inscrição no CPF, mantido e administrado pela Receita Federal.

Art. 4º Os apostadores perdem o direito de receber os prêmios obtidos se o pagamento não for reclamado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados:

I — no caso das modalidades lotéricas passiva, de bilhete previamente numerado, e de prognósticos numéricos, a partir da data da respectiva extração ou sorteio;

II — no caso da modalidade lotérica instantânea, a partir da data de divulgação, mediante publicação, de comunicado informando a data de encerramento de cada série do produto lotérico emitida;

III — no caso da modalidade lotérica apostas de quota fixa, a partir da data da primeira divulgação do resultado do último evento objeto de cada aposta realizada.

§1º Interrompem a prescrição:

a) citação válida, no caso de procedimento judicial para tanto específico, em se tratando de furto, roubo ou extravio de bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, de recibo de aposta captada ou de cartela raspável; e

b) entrega (apresentação), pelo apostador, do bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, do recibo de aposta captada ou da cartela raspável, visando ao recebimento de prêmio, no período de até 90 (noventa) dias da data de realização de alguma das datas discriminadas nos incisos I, II e III do caput deste artigo na unidade competente do agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX ou, alternativamente, em unidade física operacional para tanto credenciada pelo agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX bem como, no caso da exploração em meio virtual ou eletrônico, procedimento tornado público, pelo agente operador da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX, aos apostadores em geral que substitua a entrega física do bilhete previamente numerado ou de alguma sua fração, do recibo de aposta captada ou da cartela virtual raspável.

§2º Os valores de prêmios prescritos reverterem à Fazenda Pública do Estado do XXXXXX para aplicação em ações prioritárias de Saúde; ou de assistência social e de previdência social e, ainda, de outros programas de trabalho a cargo do Poder Executivo do XXXXXX eventualmente objeto de indicação de execução prioritária ou preferencial na lei anual de diretrizes orçamentárias.

Art. 5º É de responsabilidade exclusiva dos agentes operadores da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX a fixação dos valores das apostas, bilhetes previamente numerados e respectivas frações cartelas raspáveis e outros produtos lotéricos a serem cobrados dos apostadores, observado, sempre, o disposto na Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990, em especial no artigo 39, caput e respectivo inciso X.

Parágrafo único. Os novos preços a serem praticados, de que trata o caput deste artigo, somente poderão começar a ser cobrados dos apostadores após divulgação ostensiva, para o público em geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de início da cobrança pretendida, dos novos preços nos meios de comunicação televisivo, radiofônico, impresso, neste caso, em jornais e revistas de grande circulação no XXXXXX, e, ainda, na Internet, em sítios dedicados à divulgação da operação da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX.

Art. 6º Em atendimento ao disposto na Lei Federal 9.613, de 3 de março de 1998, a pessoa jurídica operadora de modalidade lotérica da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX encaminhará ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Banco Central do Brasil, na forma estabelecida em normas expedidas pelo colegiado ou pela Autarquia, informações sobre apostadores relativas à prevenção tanto da lavagem de dinheiro, quanto do financiamento do terrorismo.

Art. 7º Ações de comunicação, divulgação, propaganda e publicidade relativas às modalidades lotéricas da XXXXXXXX do XXXXXX - XXXXXX deverão guardar harmonia com as melhores práticas de responsabilidade social corporativa relacionadas à exploração de loterias com pagamento de prêmios.

Art. 8º O disposto nesta Lei poderá ser objeto de regulamento, de iniciativa da secretaria de Estado, de outro órgão da administração direta ou, ainda, de entidade da administração indireta responsável pela administração tributária do Governo do Estado do XXXXXX, nos casos omissos.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

XXXXXX, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2021, XXXº da República e XXº do XXXXXXXX

XXXXXX

TERMO DE REFERÊNCIA
LOTERIA DO ESTADO DO XXXXX- XXXXX

1. OBJETO

1.1. Credenciamento de Concessionários para implantação e operação de jogos da Loteria do Estado XXXXXXXXXXXX

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. O atual momento da economia mundial é desafiante, além da escassez de recursos públicos que assola os estados, ainda enfrentamos uma das maiores crises epidemiológicas da história da humanidade com a pandemia do novo coronavírus. Diante disto, os Estados estão tendo que se reinventar na tentativa de equilibrar suas economias, adotando medidas legais para gerar recursos adicionais sem aumento da carga tributária.
 - 2.2. Assim é que após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nas Ações de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 492 e n. 493, datada de 30/09/2020, foi reconhecido o direito dos Estados de explorar os serviços públicos de loterias.
 - 2.3. Neste cenário, foi reinstituído o serviço público de loteria do Estado do XXXXX por meio da Lei Estadual nº 11.389, de 21 de dezembro de 2020, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 36.453, de 30 de dezembro de 2020, com intuito de **gerar recursos para financiar atividades socialmente relevantes relacionadas à promoção do direito à educação e foi atribuída a XXXXX a exploração desse serviço.**
 - 2.4. A exploração de loteria estadual, será nova fonte de receita para os cofres públicos e fomentará setores sociais imprescindíveis para o desenvolvimento do Estado, bem como, será instrumento de geração de empregos diretos e indiretos.
 - 2.5. Uma vez que a exploração dos serviços lotéricos ficou sob a responsabilidade da XXXXXParcerias-XXXXX, no dia 12 de janeiro de 2021 foi publicado o Edital de Chamamento Público nº 01/2021 – DLML/XXXXX/MA (Processo Administrativo 0190160/2020), destinado a apresentação de estudos/projetos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica que propusessem formas de instrumentalizar, de operacionalizar e de manter a Loteria do Estado do XXXXX, como também, de explorar seus jogos lotéricos.
 - 2.6. Da análise dos estudos, ficou claro que a implantação do serviço de loteria estadual é viável e, mais do que isso: estima-se um repasse anual para o Estado de R\$ XXXXXXXXXX destinados à seguridade social, à educação e às entidades desportivas, perfazendo em um importante incremento à receita estadual.
 - 2.7. Após a análise dos estudos, a Comissão de Seleção, instituída pela XXXXX por meio da Portaria nº 18/2021, estabeleceu a melhor modelagem para implementação da loteria do Estado, a qual é descrita a seguir:
 - 2.7.1. **Credenciamento de múltiplos operadores em livre concorrência.** Foram enumeradas as seguintes vantagens frente ao modelo tradicional de outorga exclusiva:
-

- a) Ao contrário da formatação de um único operador que tende à estagnação econômico-financeira do negócio, o modelo de múltiplos operadores garante a livre concorrência entre os mesmos, elevando a arrecadação, a rentabilidade econômica e qualidade do serviço de loteria;
 - b) A adoção do credenciamento, que é um procedimento mais simples que o licitatório, permite a operacionalização mais célere e eficaz dos serviços, bem como a escolha dos operadores se torna mais transparente e isonômica;
 - c) Maior possibilidade de exploração de todas as modalidades lotéricas, tendo em vista que existem grandes players no mercado de loterias que não exploram todas as modalidades;
 - d) Não haverá “loteamento” do Estado, ou seja, todos os operadores poderão exercer suas atividades em todo o território maranhense, concretizando a livre concorrência;
 - e) Possibilita maior capilaridade, isto é, permite que um maior número de municípios seja contemplado com o serviço público de loteria;
 - f) Assegura a celeridade na implantação dos serviços, na medida em que as empresas estarão atentas em ganhar e/ou perder mercado para as concorrentes;
 - g) Gera maior número de empregos diretos e indiretos, o que acarreta em positivo impacto socioeconômico, visto que provoca necessidade de capacitação de mão-de-obra, disputa por recursos humanos e aumento da remuneração da população do Estado; e,
 - h) Permite que diversas operações que atuam de forma ilícita, muitas das vezes com o apoio do crime organizado, passem para a legalidade.
- 2.7.2. **Desembolso de recursos para investimento somente pelas Concessionárias**, que serão remunerados com parcela dos recursos arrecadados com a exploração da atividade, não havendo risco de impacto negativo aos cofres públicos.
- 2.7.3. **Serviço lotérico concedido de forma unitária**, ou seja, será repassado aos operadores a possibilidade de operação de todas as modalidades lotéricas previstas no decreto estadual, cabendo a eles a escolha de quais das modalidades serão exploradas.
- 2.7.4. **Pagamento de outorga global em parcelas anuais**, com correção monetária através de índice oficial preestabelecido. Objetivos:
- a) Implementação e manutenção da estrutura necessária na XXXXX para acompanhamento dos serviços de loteria, em especial, para as atividades de autorização, credenciamento, controle e fiscalização;
 - b) Seleção de operadores mais qualificados econômica e tecnicamente; e,
- 2.7.5. **Concessão de longo prazo (20 anos)**, em razão das projeções elevadas de investimento, uma vez que os Concessionários arcarão com toda estrutura para exploração dos serviços de loteria.
- 2.8. Diante de todo o exposto e visando, principalmente, o aumento da arrecadação do Estado para distribuição de recursos nas áreas da educação e da seguridade social, sem aumento da carga tributária, justifica-se a adoção do procedimento de credenciamento de concessionários para implantação e operação de jogos da Loteria do Estado XXXXX.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE EXPLORACAO DA XXXXX

- 3.1. Considera-se “jogo lotérico” toda operação, jogo ou aposta na modalidade de concurso de prognóstico, para obtenção de prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza, independentemente da denominação ou processo de extração.
-

- 3.2. Nenhuma modalidade lotérica poderá ser explorada no território do Estado do XXXXX sem a devida autorização da XXXXX.
- 3.3. A exploração de jogo lotérico pelo Estado do XXXXX seja por meio da XXXXX ou dos concessionários, adotará regras, princípios, programas e as melhores práticas relativas ao jogo responsável visando consolidar o entendimento, entre outros, de que:
- 3.3.1. O jogo é uma opção de entretenimento e não representa meio de vida;
 - 3.3.2. O jogador deve dispor financeiramente até o limite que não comprometa seus compromissos cotidianos;
 - 3.3.3. O jogo não deve ser visto como meio de recuperar perdas;
 - 3.3.4. O jogo não resolve problemas emocionais ou de qualquer outra ordem;
 - 3.3.5. Não se deve jogar sob o efeito de substâncias que impeçam ou de alguma forma prejudiquem a livre autodeterminação, enfraqueçam a vontade e a responsabilização pelos atos do jogador
 - 3.3.6. Não se deve adotar comportamentos tendentes ao endividamento pessoal e ao jogo compulsivo.
- 3.4. As Concessionárias poderão exercer o serviço público de loteria em todo o território maranhense, em livre concorrência.
- 3.5. As Concessionárias deverão limitar as atividades de comercialização dos bilhetes de loteria, físico ou virtual, ao território maranhense, utilizando para tanto tecnologia de IP Block, GPS, ou outras que se fizerem necessárias para o cumprimento do disposto neste item, sob pena de incorrer nas sanções estabelecidas no contrato.
- 3.6. Considera-se jogo responsável aquele em que o jogador, plenamente consciente das regras a que está submetido no momento da escolha do jogo, decide livremente despende seu tempo e dinheiro de forma a não pôr em risco as relações familiares, sociais e profissionais.
- 3.7. Não há, no âmbito deste Termo, bens reversíveis e/ou bens vinculados à Concessão, cabendo à Concessionária adquirir/gerir/alienar livremente os ativos que entender necessários à execução do respectivo escopo. Sendo assim, quando do término do prazo contratual, não haverá reversão de bens ao Poder Concedente.
- 3.8. Quando do término do Contrato, a Concessionária cederá ao Poder Concedente, gratuitamente e em regime de exclusividade, todos os projetos, planos, documentos, base de dados, base de clientes e histórico de Emissões que se revelem necessários à execução do escopo do Contrato, e que tenham sido especificamente adquiridos ou elaborados no desenvolvimento das atividades integradas na Concessão, seja diretamente pela Concessionária, seja por terceiros por ela contratados, competindo à Concessionária adotar todas as medidas necessárias para este fim.
- 3.9. Direitos sobre propriedade intelectual como marcas e patentes, registradas em nome do concessionário e incorporadas nos serviços da XXXXX serão, ao final do contrato, devolvidas a patrimônio do ex-concessionário.
- 3.10. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, funcionará como agente regulador dos serviços prestados pelos concessionários, podendo expedir a qualquer tempo, atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público objeto deste Termo, tais atos serão observados, obrigatoriamente, pelos concessionários.

4. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS RELATIVAS À REALIZAÇÃO DE ESTUDOS

- 4.1. O presente processo de credenciamento foi antecedido de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, por meio do Edital de Chamamento Público nº
-

01/2021-XXXXXX/XXXXXX, destinado a apresentação de estudos/projetos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica que propusessem formas de instrumentalizar, de operacionalizar e de manter a Loteria do Estado do XXXXX, como também, de explorar seus jogos lotéricos, através do qual a Comissão de Seleção, instituída pela XXXXX, por meio da Portaria nº 18/2021, **aprovou XXXXXX % do estudo apresentado pela XXXXXXXXXXXX.**

4.2. De acordo com o item 6 do Edital de Chamamento Público nº 01/2021-XXXXXX/XXXXXX o autor do projeto poderá ser ressarcido em até 2,5% do valor total estimado para os investimentos necessários à implantação da Loteria do Estado do XXXXX, conforme apontado nos estudos, pela(s) Concessionária(s), desde que não se credencie junto à XXXXX para implantação e operação de jogos lotéricos.

4.2.1. Se não for credenciada, a empresa, XXXXXXXXXXXX poderá receber o ressarcimento pela apresentação do projeto de que se refere o item 4.1, pelas Concessionárias credenciadas junto a XXXXX depois de decorridos 2 (dois) anos do início das operações da XXXXX, nos termos a seguir:

4.2.1.1. Valor do ressarcimento de R\$ XXXXXXXXXXXX, correspondentes a 0,9% (nove décimos por cento) do valor total estimado para a implantação da Loteria do Estado do XXXXX XXXXXXXX, segundo o estudo apresentado pela empresa XXXXXXXXXXXX.

4.2.1.2. Por ocasião do efetivo ressarcimento, o valor de que trata o item anterior será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, entre a data de apresentação dos estudos em sua versão final até a data de ressarcimento.

4.2.1.3. O valor total do ressarcimento será dividido proporcionalmente dentre os credenciados.

4.2.1.4. O autor do estudo escolhido deverá formalizar pedido de ressarcimento junto à XXXXX, depois de decorridos 2 (dois) anos do início das operações da XXXXX e no prazo máximo de 6 meses, contados da data da percepção do direito ao ressarcimento.

4.2.1.5. Os credenciados terão prazo de 30 (trinta) dias para efetivação do pagamento, sob pena de incorrer nas sanções estabelecidas neste termo, podendo até ser cassada a respectiva outorga.

5. PRAZO DA CONCESSÃO

5.1. A concessão terá duração de 20 anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, já computado, nesse prazo, o período necessário para a implantação e organização da operação.

5.2. É condição necessária para o início das operações o pagamento e/ou contratação da Garantia de Execução do Contrato de que trata a Cláusula 9.

5.3. O presente Contrato poderá ser prorrogado a exclusivo critério do Poder Concedente, nos termos da lei, nas seguintes hipóteses:

5.3.1. por interesse público, devidamente justificado;

5.3.2. para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços não previstos no Contrato.

- 5.4. Os atos administrativos pertinentes à prorrogação do Contrato deverão ser adequadamente motivados pelo Poder Concedente, inclusive quanto ao prazo fixado, observada a legislação que rege a matéria.
- 5.5. O instrumento contratual de prorrogação deverá explicitar o respectivo prazo e os serviços a serem executados.

6. PLANO DE NEGÓCIO

- 6.1. A PROPONENTE deverá apresentar, juntamente com o Requerimento de Credenciamento, PLANO DE NEGÓCIO compatível com o prazo do contrato de concessão e de acordo com as exigências específicas de cada modalidade de jogo lotérico contendo no mínimo:
 - 6.1.1. A(s) modalidade(s) inicial(is) de jogos que pretende explorar;
 - 6.1.2. Investimento inicial e o programado para todo o período da concessão e seu detalhamento;
 - 6.1.3. Cronograma físico-financeiro detalhado;
 - 6.1.4. Plano operacional.
- 6.2. A qualquer tempo e desde que devidamente fundamentado, a Concessionária poderá submeter à aprovação da XXXXX, alteração ao Plano de Negócio que se mostrarem necessárias, nos termos especificados em normativo interno da Diretoria de Loterias da XXXXX.
- 6.3. A qualquer tempo a XXXXX poderá solicitar alteração do Plano de Negócio da Concessionária se o mesmo não corresponder à realidade da prestação dos serviços, nesta hipótese, caberá ao concessionário a readequação imediata do Plano de Negócio, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 6.4. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar o procedimento de apresentação de Plano de Negócio.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Segundo o estudo vencedor apresentado no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 01/2021-XXXXX/XXXXX para Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, o valor total estimado da Receita Bruta da Concessionária para a exploração de todas as modalidades lotéricas permitidas, no prazo de 20 anos, é de R\$ XXXXXXXX.
- 7.2. O valor estimado do contrato será aquele dimensionado no Plano de Negócio apresentado juntamente com a documentação de credenciamento.
 - 7.2.1. O valor do contrato deverá ser reajustado conforme as alterações posteriores do Plano de Negócio aprovadas pela XXXXX.

8. PLANO DE JOGO

- 8.1. O Concessionário lotérico submeterá à aprovação da Diretoria de Loterias da XXXXX, a qualquer tempo, durante o prazo da concessão, o plano lotérico de jogo elaborado para cada modalidade a ser executada.
 - 8.1.1. Os Planos de Jogos serão analisados, rigorosamente, na ordem cronológica de apresentação.
 - 8.2. São requisitos mínimos do Plano de Jogo:
 - 8.2.1. Definição da modalidade lotérica;
 - 8.2.2. Metodologia de sorteio, podendo adotar os resultados da Loteria Federal;
-

- 8.2.3. Para jogos virtuais deverá demonstrar, de forma inequívoca, o atendimento da territorialidade, podendo ser exigido certificação idônea do método;
- 8.2.4. Periodicidade dos sorteios;
- 8.2.5. Tecnologia de impressão segura de bilhetes, quando cabível;
- 8.2.6. Regras claras sobre condição para premiação do ganhador;
- 8.2.7. Regras claras sobre pagamento do prêmio e Imposto de Renda sobre ele;
- 8.2.8. Plano de marketing incluindo abordagem à ludopatia;
 - 8.2.8.1. Fica vedado o uso de material publicitário, por qualquer meio de divulgação, que contenha informação falsa ou enganosa ou que inclua, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, ou que a eles seja dirigida;
- 8.2.9. Layouts, croquis, gramatura (quando cabível), dentre outros
- 8.2.10. Validade do Plano de jogo Lotérico e prescrição dos prêmios;
- 8.2.11. Formas de apostar;
- 8.2.12. Canal de atendimento do apostador
- 8.2.13. Vedação expressa de comercialização de jogo para menores;
- 8.2.14. Repartição da Receita em prêmios, remuneração do operador, participação do Estado e da XXXXX
- 8.2.15. Adequação de todos os elementos do Plano de Jogo ao Jogo Responsável.
- 8.2.16. Regulamento a ser divulgado ao apostador;
- 8.2.17. Disponibilização de sítio eletrônico para publicidade das informações sobre a exploração dos jogos lotéricos.
- 8.3. Juntamente com o Plano de jogo apresentado para Loteria de Prognóstico Numérico a Proponente/Concessionária deverá observar critérios de segurança com a apresentação de certificação GLI-15- Electronic Bingo and Keno Systems e GLI- 19- Interactive Gaming Systems, ou similares.
- 8.4. Juntamente com o Plano de jogo apresentado para loteria instantânea, quando explorada em meio virtual, a Proponente/Concessionária deverá adotar critérios de segurança do sistema com a apresentação de certificação- GLI 14- Finite Scratch Ticket and Pull-Tab Systems e GLI-23- Video Lottery Terminals, ou similares.
- 8.5. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar o procedimento de apresentação de Plano de Jogo.

9. OUTORGA

- 9.1. Após ser declarado habilitado no procedimento de credenciamento de concessionários para implantação e operação de jogos da XXXXX, o PROPONENTE terá o prazo máximo de trinta dias para entregar o seu primeiro plano de jogo.
 - 9.2. Será devido pelo PROPONENTE, a título de outorga, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da aprovação do primeiro plano de jogo, o valor de XXXXXXXXXXXX cuja quitação será condição necessária para assinatura do respectivo contrato de concessão.
 - 9.3. O valor devido pela outorga independe do desempenho do concessionário bem como das modalidades por ele exploradas.
 - 9.4. O PROPONENTE poderá quitar o valor da outorga à vista ou dividi-lo em até 20 (vinte) parcelas iguais, vencíveis na data de cada aniversário do contrato, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou por outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, a partir da data de assinatura do contrato até a data de vencimento de cada parcela.
-

- 9.5. Caso o Concessionário não pague as parcelas da Outorga, total ou parcialmente, incorrerá em multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor devido por dia de atraso, limitado a 20% (vinte por cento), acrescido de juros moratórios equivalentes à Taxa Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), aplicáveis até o recebimento integral do valor devido.
- 9.5.1. Verificado o não pagamento na data de vencimento, a XXXXX poderá, até a regularização da mora pelo concessionário impedi-lo de comercializar os jogos em nome do Estado do XXXXX.
- 9.5.2. Caso a inadimplência em questão supere o prazo de 60 (sessenta) dias, poderá a XXXXX reconhecer a caducidade do Contrato, tomando as medidas cabíveis para tanto.

10. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

10.1. Da Concessionária:

- 10.1.1. Antes da assinatura do contrato a Concessionária deverá apresentar prova de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, sob a forma de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, cujo objeto social deve restringir-se, exclusivamente, ao objeto da CONCESSÃO, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas extraordinárias, de modo a viabilizar o cumprimento do contrato;
- 10.1.1.1. Para comprovação da constituição da SPE, a Credenciada deverá apresentar a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial da Sede da sociedade e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF.
- 10.1.1.2. Sendo a Credenciada uma empresa individual, esta deverá alterar os seus estatutos ou contrato social ou poderá criar subsidiária integral, mantendo o mesmo controle acionário preexistente à constituição da empresa.
- 10.1.2. A denominação da SPE será livre, mas deverá refletir sua qualidade de empresa Concessionária dos serviços públicos da XXXXX.
- 10.1.3. A Concessionária assumirá compromisso de integralização do capital ao longo de toda a concessão.
- 10.1.3.1. O capital mínimo integralizado da SPE pela Concessionária, ao longo do prazo da concessão, deverá ser igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total da concessão estimado no Plano de Negócios.
- 10.1.3.1.1. Como condição prévia a celebração do contrato, a Concessionária deverá comprovar a integralização, no mínimo, de 10% (dez por cento) do capital subscrito.
- 10.1.3.1.2. O restante do capital social, correspondente a 100% (cem por cento) do capital subscrito, deverá ser integralizado até a conclusão da implantação do serviço previsto no Plano de Negócios apresentado.
- 10.1.3.1.3. A Concessionária deverá manter a proporção estabelecida no item 10.1.3.1 mesmo havendo alteração do valor total da concessão estimado no Plano de Negócios.
- 10.1.3.2. A Concessionária não poderá, durante todo o prazo da concessão, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do Poder Concedente.
-

- 10.1.4. O prazo de duração da SPE deverá corresponder ao prazo necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações previstas no contrato, podendo o referido prazo ser prorrogado na mesma proporção de eventual prorrogação da Concessão.
- 10.1.5. A Concessionária estará sempre vinculada ao estabelecido neste Termo, ao Edital de Credenciamento, ao proposto em seu Plano de Negócios, aos respectivos documentos contratuais, aos normativos internos editados pela XXXXX, bem como à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que se refere à execução dos serviços, objeto da exploração da concessão.
- 10.1.6. A Concessionária deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.
- 10.1.7. A Concessionária obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, as condições de qualificação exigidas no Edital de Credenciamento.
- 10.2. Do Contrato
 - 10.2.1. A lei aplicável ao Contrato será a brasileira, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.
 - 10.2.2. A legislação brasileira aplicável será aquela em vigor na data dos atos ou fatos que vierem a ocorrer.
 - 10.2.3. No caso de Consórcio, as empresas que o integram assinarão o Contrato como intervenientes-anuentes, em conjunto com a Concessionária, de modo a ficar plenamente formalizada a solidariedade destas.
 - 10.2.4. Os contratos que vierem a ser firmados pela Concessionária com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à Concessão, deverão ser enviados ao Poder Concedente, e serão formalizados segundo as regras de Direito Privado, não tendo aqueles qualquer relação com o Poder Concedente.
 - 10.2.5. Não obstante seja o Poder Concedente comunicado acerca da formalização de contratos pela Concessionária com terceiros, por força do estabelecido neste Termo, a Concessionária não poderá alegar fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
 - 10.2.6. O Poder Concedente deverá providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do XXXXX.

11. GARANTIA

- 11.1. A Concessionária deverá manter em favor do Poder Concedente, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais e durante todo o Prazo da Concessão, Garantia de Execução do Contrato correspondente a 1% (um por cento) do VALOR DO CONTRATO.
 - 11.2. A Concessionária deverá prestar a garantia contratual em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, não sendo concedido, em nenhuma hipótese, prazo para apresentação da garantia após esse prazo.
 - 11.3. O valor da garantia poderá ser alterado de acordo com as modificações posteriores do Plano de Negócio e do Termo de Contrato, para manter a proporcionalidade indicada no item 11.1 deste Termo.
 - 11.4. A Garantia de Execução do Contrato poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:
-

- 11.4.1. Caução em dinheiro.
- 11.4.2. Títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 11.4.3. Fiança bancária, fornecida por instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil.
- 11.4.4. seguro-garantia a ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, sendo requisitos obrigatórios das apólices: I – vigência mínima de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações do Concessionária; II – estar acompanhada de expressa autorização à seguradora para contratar resseguro diretamente no exterior, bem como resseguro junto às resseguradoras internacionais; III – conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar à XXXXX e ao concessionário, em até 90 (noventa) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.
- 11.5. Caso opte por caução em dinheiro, deverá depositar o valor correspondente na seguinte conta corrente bancária:
- XXXXXParcerias S/A
CNPJ: [●]
Banco: [●]
Agência: [●]
Conta: [●]
- 11.6. Na hipótese da escolha de seguro-garantia, deverá ser apresentado o original da apólice em favor da XXXXX, fornecido pela companhia seguradora, com firma reconhecida do segurador ou com assinatura digital.
- 11.7. No caso de oferecimento, em garantia, de títulos da dívida pública, a Concessionária deverá constituir caução bancária, expressa em documento original, dirigido à XXXXX, datado e assinado por instituição bancária idônea, de escolha da Concessionária, onde estejam depositados os títulos a serem oferecidos em garantia, e da qual conste que:
- 11.7.1. Os referidos títulos, claramente identificados, ficarão caucionados em favor da XXXXX como Garantia de Execução do Contrato da Concessionária.
- 11.7.2. O Concessionária poderá executar a caução nas condições previstas neste Contrato.
- 11.8. A Garantia de Execução do Contrato será liberada, tão somente, após a extinção do Contrato.
- 11.8.1. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada anualmente pelo IPCA e apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, tendo como data-base a Data de Publicação do Extrato do Contrato.
- 11.8.2. Em caso de extinção do índice de reajuste previsto neste Contrato, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir. Caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as Partes deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser utilizado. Caso as Partes não cheguem a um acordo em até 45 (quarenta e cinco) dias após a extinção do referido índice de reajuste, o Poder Concedente deverá determinar o novo índice de reajuste.
- 11.9. A Concessionária permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da execução da Garantia de Execução do Contrato.
-

- 11.10. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Contrato, a Garantia de Execução do Contrato poderá ser executada nos seguintes casos:
- 11.10.1. Quando a Concessionária não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma e no prazo previstos no Contrato; ou
- 11.10.2. Quando a Concessionária não efetuar, no prazo devido, o pagamento de prêmios, de quaisquer indenizações, ou ainda, outras obrigações pecuniárias de responsabilidade da Concessionária, relacionadas à Concessão.
- 11.11. Sempre que o Poder Concedente utilizar a Garantia de Execução do Contrato, a Concessionária deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a contar da data de sua execução, sendo que, durante este prazo, a Concessionária não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo Contrato.

12. CRONOGRAMA

- 12.1. A Proponente poderá apresentar o Requerimento de Credenciamento durante a vigência do Edital, acompanhado de toda a documentação de habilitação exigida no mesmo.
- 12.2. A Diretoria de Loterias realizará a análise dos documentos apresentados, na ordem cronológica de apresentação, e estando os mesmo de acordo com os requisitos do Edital, a Proponente será considerada habilitada, iniciando-se o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do seu primeiro Plano de Jogo.
- 12.2.1. Caso seja identificado, pela Diretoria de Loterias, qualquer inconformidade com as exigências do Edital, será oportunizado prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização de documentação.
- 12.3. O citado Plano de Jogo será analisado pela Diretoria de Loterias e caso seja homologado se iniciará o prazo de 10 (dez) dias para a realização do pagamento da outorga.
- 12.4. Uma vez realizado o pagamento da outorga, o Credenciado será convocado para a assinatura do contrato, a partir de quando se iniciará o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da garantia contratual.
- 12.5. Concluídas todas as etapas acima mencionadas estará, a Concessionária, autorizada a iniciar sua operação.

13. RESPONSABILIDADE DA CONCEDENTE

São atribuições da XXXXX:

- 13.1. Publicar atos que se fizerem necessários para a consecução do objeto deste Termo, incluindo as outorgas, portarias e regulamentos para disciplinar a exploração da XXXXX;
- 13.2. Cabe exclusivamente à XXXXX as atividades de autorização, credenciamento, controle e fiscalização;
- 13.3. Analisar e aprovar os planos de jogos pretendidos pelas Concessionárias;
- 13.4. Destinar os recursos advindos da exploração de Loterias conforme determinação legal;
- 13.5. Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, quando aplicável.

14. RESPONSABILIDADES DO CONCESSIONARIO

São obrigações do Concessionário, durante todo o Prazo da Concessão:

- 14.1. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, podendo, a XXXXX, a qualquer tempo, exigir a apresentação de tais documentos;
 - 14.2. Observar e cumprir os atos e normas publicados pela Concedente, incluindo as portarias e regulamentos, que disciplinem a exploração da XXXXX, em especial, os atos normativos concernentes à fiscalização, auditoria, controle e operacionalização dos serviços prestados pela(s) Concessionária(s);
 - 14.3. Obter e manter o plano de certificação de que trata este Termo.
 - 14.4. Cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, e ainda com as determinações do Poder Concedente editadas a qualquer tempo.
 - 14.5. Receber, apurar e resolver queixas e reclamações, devidamente fundamentadas, dos apostadores/jogadores;
 - 14.6. Receber, apurar e resolver os problemas registrados por representantes dos pontos de vendas;
 - 14.7. Efetuar o pagamento dos prêmios sem incidência de Imposto de Renda em até 24 (vinte e quatro) horas após apresentação da documentação devida, pelo apostador;
 - 14.8. Efetuar o pagamento dos prêmios com incidência de Imposto de Renda em até 5 (cinco) dias úteis após apresentação da documentação devida, pelo apostador;
 - 14.9. Possibilitar a XXXXX, durante todo o Prazo da Concessão, acesso eletrônico irrestrito a sua plataforma operacional de jogos, disponibilizando neste canal, relatórios gerenciais atualizados, com no máximo 24h de atraso, que permitam o monitoramento do desempenho comercial, financeiro e contábil dos jogos explorados em especial:
 - 14.9.1. Arrecadação bruta total e individual por jogo/modalidade e canal de venda;
 - 14.9.2. Quantidade de apostas por jogo/modalidades
 - 14.9.3. Total de prêmios sorteados por jogo e pay out médio;
 - 14.9.4. Total de prêmios pagos por jogo;
 - 14.9.5. Total de prêmios prescritos por jogo;
 - 14.9.6. Total de prêmios com incidência de Imposto de Renda e seu respectivo recolhimento;
 - 14.9.7. Relação atualizada do quantitativo de pontos de venda e sua localização
 - 14.9.8. Relação de pontos de venda inativos, excluídos e novos pontos no período
 - 14.9.9. Relatório de execução do Plano de Negócio;
 - 14.9.10. Total de bilhetes cancelados e não cancelados, mediante escolha de período por parte do gestor
 - 14.9.11. Quantidade de registros de reclamações por ponto de venda/jogo/modalidades
 - 14.9.12. Relatório de disponibilidade do sistema de jogo
 - 14.9.13. Consulta de bilhete individual contendo: sua autenticidade, se o mesmo é premiado ou não, os dados do revendedor, data, hora e minuto da aposta, status de pagamento do prêmio, usuário que realizou o pagamento.
 - 14.10. Responder, perante o Poder Concedente e terceiros, por todos os atos e eventos sob sua competência;
 - 14.11. Ressarcir o Poder Concedente de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais, de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à Concessionária, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à Concessionária, bem como a danos a Apostadores e órgãos de controle e fiscalização;
-

- 14.12. Cumprir determinações legais quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, quanto aos seus empregados;
 - 14.13. Informar às autoridades quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto da Concessão;
 - 14.14. Manter um serviço de atendimento ao consumidor-SAC com estrutura suficiente para suportar as demandas dos Apostadores, nos termos da legislação aplicável à defesa do consumidor;
 - 14.15. Assegurar a privacidade dos dados pessoais dos Apostadores, assim entendidos como todos aqueles dados fornecidos física ou virtualmente à Concessionária para viabilizar a compra da Aposta Física e/ou da Aposta Virtual;
 - 14.16. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Termo, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável;
 - 14.17. Tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir que seus administradores ou de suas Controladas, seus empregados, mandatários ou representantes, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados, pratiquem os atos descritos no subitem anterior. Para os fins da obrigação de que trata esse item, são consideradas medidas destinadas a impedir a prática de condutas corruptas, entre outras, a implementação, a manutenção e/ou o aprimoramento de práticas e/ou sistemas de controle interno, incluindo padrões de conduta e políticas visando a garantir o fiel cumprimento da legislação aplicável à Concessionária.
 - 14.18. Informar imediatamente ao Poder Concedente quando for citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade do Poder Concedente, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado ao Poder Concedente valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.
 - 14.19. Realizar os repasses devidos ao Poder Concedente de forma pontual;
 - 14.20. Informar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF os dados dos apostadores premiados conforme legislação vigente.
 - 14.21. Fornecer, mensalmente, relatório, por jogo operado, de acompanhamento financeiro contendo o valor de arrecadação bruta, prêmios pagos, prêmios prescritos, valores devidos ao Estado do XXXXXe a XXXXX.
 - 14.22. Apresentar ao Poder Concedente, trimestralmente, suas demonstrações financeiras completas correspondentes ao trimestre anterior.
 - 14.23. Manter continuamente o plano de integridade exigido no contrato de Concessão até o fim do prazo contratual;
 - 14.24. Comprovar o funcionamento de política de Compliance nos moldes das normas aplicáveis - ISO37.3001, ou similar.
 - 14.25. Comprovar o funcionamento de sistema de proteção de dados nos moldes das normas aplicáveis - ISO 27.001- ISMS – Information Security Management System, ou similar.
 - 14.26. Comprovar ações direcionadas ao cumprimento das políticas de jogos responsáveis nos moldes das normas aplicáveis - WLA-RFG - World Lottery Association Responsible Gaming Framework - nível 4, ou similar.
-

- 14.27. Dar conhecimento imediato ao Poder Concedente de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da ocorrência, relatório detalhado sobre esse fato, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos, com as medidas tomadas para sanar o problema.
- 14.28. Apresentar ao Poder Concedente, no prazo por ele estabelecido, informações adicionais ou complementares que este venha formalmente a solicitar.
- 14.29. Inserir no bilhete de loteria e nas cartelas para registro das apostas, incluindo os meios de comercialização, as informações e advertências exigidas na legislação de regência.
- 14.30. Manter cadastro atualizado do quadro de funcionários da Concessionária.
- 14.31. Divulgar em seu sítio eletrônico e, quando aplicável, no canal de Aposta Virtual, as seguintes informações durante todo o Prazo da Concessão:
- 14.31.1. preços vigentes;
 - 14.31.2. advertências previstas na legislação de regência;
 - 14.31.3. comunicado sobre o encerramento da comercialização de determinado produto, incluindo, também, informações sobre o número de Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais vendidas, o montante pago aos Apostadores a título de premiação, bem como o montante repassado ao Poder Concedente na Conta Única do Tesouro;
 - 14.31.4. informação clara de que os jogos de loteria somente podem ser realizados por pessoa maior de 18 (dezoito) anos; e
 - 14.31.5. informações gerais, observadas as regras previstas na legislação de regência.
- 14.32. Os relatórios, documentos e informações previstos neste Termo de Referência deverão integrar banco de dados, em base eletrônica, conforme padrão mínimo determinado pelo Poder Concedente.
- 14.32.1. Ao Poder Concedente será assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido no item 14.32.
 - 14.32.2. A Concessionária deverá manter, por período mínimo de 12 (doze) meses após o encerramento do contrato de concessão, acesso aos dados de que trata o item 14.32.
- 14.33. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar as responsabilidades da Concessionária.

15. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 15.1. Além dos relatórios mensais e trimestrais, a Concessionária deverá apresentar ao Poder Concedente, anualmente, no prazo máximo estabelecido pela legislação vigente, a Prestação de Contas anual e as Demonstrações Financeiras Anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente escolhida por meio de sorteio aleatório realizado pela Diretoria de Loterias da XXXXX, dentre aquelas que se credenciarem junto a XXXXX para este fim, contendo, no mínimo:
- 15.1.1. detalhamento das transações com Partes Relacionadas, exceção feita a eventuais informações restritas/confidenciais, nos termos das normas e regulamentações vigentes, cabendo à Concessionária comprovar tal restrição/confidencialidade;
 - 15.1.2. depreciação e amortização de ativos;
 - 15.1.3. provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, previdenciárias, tributárias ou administrativas);
-

- 15.1.4. relatório da administração;
- 15.1.5. relatório dos auditores externos e, se houver, do conselho fiscal;
- 15.1.6. declaração da Concessionária contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária; e
- 15.1.7. operações com derivativos ou outro instrumento financeiro lastreado em índices ou taxas.
- 15.1.8. o desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros assuntos, a programação e execução financeira.
- 15.2. Todos os custos advindos da auditoria prestada por empresa independente de que trata o item anterior serão suportados pela Concessionária.
- 15.3. A não apresentação da Prestação de Contas anual e das Demonstrações Financeiras Anuais completas, de que trata o item anterior, ou a sua prestação intempestiva, sujeitará a Concessionária, respeitado o devido processo legal, às penalidades previstas no Contrato.
- 15.4. O resultado da análise da prestação de contas será comunicado à Concessionária por meio de ofício do Poder Concedente, que poderá exigir, ainda, complementações ou esclarecimentos, no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 15.5. O processo de prestação de contas será considerado concluído com sua homologação ou arquivamento.
- 15.6. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar o procedimento de prestação de contas das Concessionárias.

16. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A XXXXX será responsável pela fiscalização do cumprimento de todas as obrigações dos concessionários constantes do Edital de Credenciamento, do Contrato de Concessão e de cada Plano de Jogo aprovado, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.
 - 16.2. A XXXXX designará preposto e respectivos auxiliares encarregados de fiscalizar a Concessionária durante o período da Concessão, em nome do Poder Concedente, os quais serão incumbidos de fiscalizar a execução do Contrato, e terão, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros pertinentes à Concessão;
 - 16.2.1. Para fins de fiscalização, a XXXXX receberá, de forma complementar, relatório periódico de empresa de auditoria independente, às expensas do concessionário interessado.
 - 16.3. Após a assinatura do contrato será promovida reunião inicial e, posteriormente, reuniões de acompanhamento obrigatoriamente registradas em ata, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes representantes da XXXXX e da Concessionária.
 - 16.4. A XXXXX anotarà em termo próprio o registro de ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados.
 - 16.5. A não regularização das faltas ou defeitos, nos prazos estabelecidos no termo próprio, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de auto de infração, sem prejuízo da imposição de penalidades em razão do descumprimento do contrato de Concessão.
-

- 16.6. Recebidos os termos próprios/notificações expedidos pela XXXXX a Concessionária poderá exercer o seu direito de defesa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
- 16.7. A Concessionária será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as atividades executadas no âmbito da Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, nos prazos que forem fixados pela XXXXX.
- 16.8. A concessionária, para fins de fiscalização, deverá manter as seguintes contas correntes separadas:
- 16.8.1. Premiação;
- 16.8.2. Prêmios prescritos.

17. PENALIDADES

- 17.1. O não cumprimento das obrigações estabelecidas nessa Portaria e no contrato de Concessão ensejará a aplicação das penalidades previstas nesses instrumentos e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.
- 17.2. Pela inexecução parcial ou total das suas obrigações, o Concessionário estará sujeito às seguintes sanções, garantida a defesa previa:
- 17.2.1. Advertência;
- 17.2.2. Multa;
- 17.2.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a XXXXX;
- 17.2.3.1. Se não se caracterizar má-fé, a suspensão deve ser de 6 (seis) meses;
- 17.2.3.2. Caracterizada a má-fé, a suspensão deve ser de 1 (um) ano e, no mínimo, de 6 (seis) meses, mesmo que aplicadas todas as atenuantes cabíveis.
- 17.2.3.3. As suspensões podem ser qualificadas nos seguintes casos:
- a) em ½ (um meio), se o sancionado for reincidente;
- b) em ½ (um meio), se a falta do sancionado tiver produzido prejuízos relevantes para a XXXXX.
- 17.2.3.4. As suspensões podem ser atenuadas nos seguintes casos:
- a) em ¼ (um quarto), se o sancionado não for reincidente;
- b) em ¼ (um quarto) se a falta do sancionado não tiver produzido prejuízos relevantes para a XXXXX;
- c) em ¼ (um quarto) se o sancionado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;
- d) em ¼ (um quarto), se o sancionado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do Decreto Estadual nº 31.251, de 28 de outubro de 2015.
- 17.2.3.5. Nas hipóteses do item 17.2.3.4, se caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se o sancionado contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 17.2.3.4, a suspensão deve ser substituída pela advertência.
- 17.2.4. Caducidade do Contrato de concessão.
- 17.3. A Concessionária que descumprir as obrigações estabelecidas no âmbito deste Termo, do Edital de Credenciamento ou do Contrato de Concessão estará sujeita às multas abaixo descritas, todas com base de cálculo sobre o valor do respectivo contrato de concessão.

ORD	INFRAÇÃO	MULTA
1	Agir com fraude na comercialização de Aposta Física ou Aposta Virtual.	1%

2	Utilizar artifícios para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas, e/ou para reduzir valores a serem repassados ao Poder Concedente ou pagos como premiação aos Apostadores.	1%
3	Proceder à alteração de controle acionário e/ou de participação do acionista da Concessionária que forneceu o atestado de qualificação técnica para menos de 15% (quinze por cento), sem a prévia e expressa anuência do Poder Concedente.	2%
4	Comercializar Plano de Jogo sem a homologação do Poder Concedente.	5%
5	Efetuar mensagens publicitárias em violação às melhores práticas exaradas pelas entidades certificadoras de loterias.	1%
6	Não inserir, na Aposta Física e/ou no canal de Aposta Virtual, as informações e advertências sobre jogo responsável.	0,5%
7	Deixar de adotar práticas de governança corporativa e contábil efetivas, nos termos da legislação vigente	1%
8	Impedir a fiscalização do Poder Concedente	2%
9	Não corrigir irregularidades indicadas pelo Poder Concedente, quando de sua fiscalização, no prazo de 30 (trinta) dias ou no prazo anotado pela fiscalização no próprio termo.	0,3% por dia de atraso
10	Não apresentar os relatórios, documentos e informações quando devidamente solicitado.	0,1% por relatório/informação
11	Não renovar ou atualizar a Garantia	2%
12	Ensejar a declaração de caducidade da Concessão	20%

17.4. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo que se dará da seguinte forma:

- 17.4.1. O processo administrativo deve ser instaurado por decisão da Superintendência de Loterias, por meio de documento intitulado “ato de instauração de processo administrativo”, que deve: i. descrever os fatos e as faltas imputadas ao concessionário; ii. indicar as penas a que ele está sujeito e, se for o caso, a rescisão contratual e demais cominações legais; iii. designar empregado ou comissão formada por empregados da XXXXX para realizar o processo administrativo; iv. determinar a notificação do concessionário para apresentar defesa, no prazo de até 10 (dez) dias.
- 17.4.2. A intimação deve ser realizada por meio eletrônico, desde que haja a confirmação de recibo por parte do concessionário;
- 17.4.3. A defesa deve ser apresentada eletronicamente, por meio de e-mail;
- 17.4.4. O empregado ou comissão deve analisar eventual pedido de produção de prova realizado pelo concessionário, podendo, mediante decisão fundamentada, recusar as provas quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias;
- 17.4.5. O licitante ou contratado tem o direito de acompanhar e participar da produção da prova, sendo comunicado de quaisquer diligências, vistorias, avaliações ou oitivas de testemunhas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, que devem ser levadas a termo, reduzidas em ata e, se possível, filmadas;

- 17.4.6. Produzida a prova, o licitante ou contratado dispõe de 10 (dez) dias para a apresentação de alegações finais;
- 17.4.7. O processo, devidamente instruído, deve ser enviado à autoridade que firmou o contrato ou outra definida em regra de alçada da XXXXX, para que tome a decisão final, devidamente motivada, podendo-se utilizar como motivação o parecer da assessoria jurídica;
- 17.4.8. A decisão deve ser publicada no sítio eletrônico da XXXXX, informada ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pelo Executivo Federal, e outros sistemas de cadastro e controle que sejam pertinentes, e comunicada diretamente ao concessionário;
- 17.4.9. O concessionário pode interpor recurso, em até 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo, salvo se concedido excepcionalmente pela autoridade referida na alínea “g” deste artigo;
- 17.4.10. O recurso deve ser objeto de decisão motivada, que deve ser publicada nos mesmos meios previstos na alínea “h” deste tópico.
- 17.5. Nos casos em que a falta imputada ao concessionário seja qualificada como atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme o art. 5º da Lei nº 12.846/2013, o processo administrativo deve seguir as regras da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual 31.251, de 28 de outubro de 2015.

18. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

- 18.1. A Concessão extinguir-se-á por:
 - 18.1.1. Advento do termo contratual;
 - 18.1.2. Encampação;
 - 18.1.3. Caducidade;
 - 18.1.4. Rescisão;
 - 18.1.5. Anulação;
 - 18.1.6. Falência ou extinção da Concessionária; ou
 - 18.1.7. Não prestação da Garantia Contratual no prazo estabelecido neste Termo.
 - 18.2. Extinta a Concessão, cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.
 - 18.3. Na extinção da Concessão, haverá imediata assunção do serviço objeto da Concessão pelo Poder Concedente.
 - 18.4. Advento do Termo Contratual
 - 18.4.1. Encerrado o Prazo da Concessão, a Concessionária será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à Concessão celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.
 - 18.4.2. A Concessionária não fará jus a qualquer indenização em decorrência do término do Prazo da Concessão.
 - 18.5. Encampação
 - 18.5.1. O Poder Concedente, poderá, a qualquer tempo, encampar a Concessão, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos do item 18.5.2, abaixo.
 - 18.5.2. A indenização devida à Concessionária em caso de encampação cobrirá:
 - 18.5.2.1. A Outorga paga pela Concessionária corrigida pelo IPCA de forma proporcional ao período restante entre o momento da encampação e a data de encerramento do Contrato; e
 - 18.5.2.2. O lucro cessante da Concessionária, calculado mediante a seguinte fórmula:
-

$$VPL = \sum_i^n \frac{LC}{(1+r)^{t_i}}$$

Onde:

LC é o i-ésimo Lucro Líquido deixado de ser auferido no período

t_i é o i-ésimo período, correspondente ao Lucro Líquido estimado

r é a taxa de desconto a ser utilizada para desconto do fluxo, conforme fórmula a seguir:

$r = \text{Tesouro IPCA} +$

- 18.5.2.3. A desoneração da Concessionária em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídas com vistas ao cumprimento do Contrato, mediante, conforme o caso:
 - 18.5.2.3.1. prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da Concessionária; ou
 - 18.5.2.3.2. prévia indenização à Concessionária da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras;
 - 18.5.2.4. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais celebrados em função deste Contrato.
 - 18.5.3. A parte da indenização devida à Concessionária que corresponder ao saldo devedor dos financiamentos poderá ser paga diretamente aos Financiadores. O remanescente será pago diretamente à Concessionária.
 - 18.5.4. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela Concessionária serão descontados da indenização prevista para o caso de encampação, para cumprir as obrigações de investimento previstas no Contrato.
 - 18.6. Caducidade
 - 18.6.1. O Poder Concedente poderá declarar a caducidade da Concessão na hipótese de inexecução total ou parcial do Contrato, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a Concessionária:
 - 18.6.1.1. prestar o serviço objeto deste Contrato de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os Parâmetros de Desempenho;
 - 18.6.1.2. descumprir o prazo máximo para a obtenção das certificações de que trata este Contrato;
 - 18.6.1.3. descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à Concessão;
 - 18.6.1.4. perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;
 - 18.6.1.5. não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
 - 18.6.1.6. não atender à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou
 - 18.6.1.7. for condenada em sentença criminal transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.
 - 18.6.2. O Poder Concedente não poderá declarar a caducidade da Concessão na hipótese de os eventos indicados no item anterior decorrerem de caso fortuito ou força maior.
-

- 18.6.3. A declaração de caducidade da Concessão deverá ser precedida da verificação do inadimplemento contratual da Concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.
 - 18.6.4. Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à Concessionária, sendo-lhe dado, em cada caso, prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.
 - 18.6.5. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo Poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com o item 18.6.7, abaixo.
 - 18.6.6. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.
 - 18.6.7. Indenização
 - 18.6.7.1. A indenização devida à Concessionária em caso de caducidade se restringirá à Outorga paga pela Concessionária corrigida pelo IPCA de forma proporcional ao período restante entre o momento da caducidade e a data de encerramento do Contrato
 - 18.6.7.2. Do montante previsto na cláusula anterior, serão descontados:
 - 18.6.7.2.1. os prejuízos causados pela Concessionária ao Poder Concedente;
 - 18.6.7.2.2. as multas contratuais aplicadas à Concessionária que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na cláusula 29.7.1; e
 - 18.6.7.2.3. quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.
 - 18.6.7.3. A parte da indenização devida à Concessionária que corresponder ao saldo devedor dos financiamentos efetivamente aplicados em investimentos poderá ser paga diretamente aos Financiadores, a critério do Poder Concedente. O remanescente será pago diretamente à Concessionária.
 - 18.6.7.4. A declaração de caducidade poderá acarretar, ainda:
 - 18.6.7.4.1. a execução da Garantia de Execução do Contrato, para ressarcimento de multas e eventuais prejuízos causados ao Poder Concedente; e
 - 18.6.7.4.2. a retenção de eventuais créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Poder Concedente.
 - 18.7. Rescisão
 - 18.7.1. A Concessionária deverá notificar o Poder Concedente de sua intenção de rescindir o Contrato no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, sendo que a rescisão somente se operará por meio de ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos previstos na legislação aplicável.
 - 18.7.2. O serviço prestado pela Concessionária somente poderá ser interrompido ou paralisado após o trânsito em julgado da sentença judicial que decretar a rescisão do Contrato.
 - 18.7.3. Indenização
 - 18.7.3.1. A indenização devida à Concessionária em caso de rescisão se restringirá à Outorga paga pela Concessionária corrigida pelo IPCA de forma
-

- proporcional ao período restante entre o momento da rescisão e a data de encerramento do Contrato.
- 18.7.3.2. Para fins do cálculo indicado subitem anterior serão descontados da indenização prevista os valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.
- 18.7.3.3. O pagamento da indenização deverá ser efetuado no prazo determinado pelo juízo, ou, então, em até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado da ação que determinou a rescisão.
- 18.8. Anulação
- 18.8.1. O Poder Concedente deverá declarar a nulidade do Contrato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização.
- 18.8.2. Indenização
- 18.8.2.1. A indenização devida à Concessionária em caso de anulação se restringirá à Outorga paga pela Concessionária corrigida pelo IPCA de forma proporcional ao período restante entre o momento da anulação e a data de encerramento do Contrato.
- 18.8.2.2. Para fins do cálculo indicado no item anterior serão descontados da indenização prevista os valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de nulidade.
- 18.8.2.3. O pagamento da indenização de que trata a presente cláusula deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o trânsito em julgado da decisão que determinou a anulação.

19. SORTEIOS

- 19.1. Para fins deste Termo considera-se sorteios lotéricos toda operação realizada com a finalidade de se distribuir prêmios de forma aleatória. O sorteio poderá ser feito de forma física ou automática.
- 19.2. **Sorteios físicos:** Os sorteios realizados de forma física serão sempre ao vivo e deverão garantir a imparcialidade, legitimidade e transparência e atenderão aos seguintes requisitos mínimos:
- 19.2.1. Utilizar equipamentos automatizados, para sorteio de jogos lotéricos (globos), de última geração e dentro de padrões internacionais de qualidade e segurança;
- 19.2.2. Os sorteios, a serem realizados pelos equipamentos de sorteio de jogos lotéricos, deverão ser realizados de forma automática e sem a interferência humana, em horários pré-estabelecidos nos respectivos planos de jogo;
- 19.2.3. Os equipamentos e toda a infraestrutura necessários aos sorteios ao vivo deverão ser implantados em imóvel de responsabilidade do concessionário e por sua conta e risco; O local do sorteio deverá ser franqueado ao público e possuir, climatização, iluminação adequada, com gerador para backup de energia, relógio digital em dimensões adequadas e visíveis, para informação do horário de Brasília (GMT - 3);
- 19.2.4. Os sorteios deverão ser filmados em tempo integral com transmissão ao vivo em canal digital. As filmagens dos sorteios deverão ser gravadas e arquivadas por, no mínimo, cinco anos, para auditoria futura.
- 19.3. **Sorteios Automáticos:** Os sorteios realizados de forma automática deverão fornecer mecanismo ou ferramenta capaz de gerar, com imparcialidade e legitimidade,
-

resultados automáticos pelo padrão RNG (Random Number Generator) certificados com padrões internacionais e constantemente auditados.

19.4. A certificação de que trata o item anterior deverá contemplar:

- 19.4.1. Aleatoriedade Estatística;
- 19.4.2. Integridade do Código Interno RNG;
- 19.4.3. Imprevisibilidade;
- 19.4.4. A não repetitividade;
- 19.4.5. Geração e Ciclagem.

19.5. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar o procedimento de sorteios na prestação do serviço público lotérico.

20. BILHETES FÍSICOS

20.1. O layout dos bilhetes será apresentado pela Concessionária e deverá ser desenvolvido de acordo com as demandas de mercado, e dos padrões internacionalmente adotados.

20.2. A gramatura e demais características serão apresentadas no plano do jogo lotérico. O papel utilizado poderá ser reciclável, desde que preservada a durabilidade e segurança dos bilhetes.

20.3. A Concessionária será responsável pela arte final, pela seleção das cores da referida arte e pela apresentação de todo o material.

20.4. A impressão dos bilhetes deverá utilizar técnicas que garantam a reprodução fiel das especificações constantes no layout apresentado.

20.5. Serão impressos códigos de barras e/ou QR Code que contenham as informações relativas ao jogo, tais como: número do jogo, lote e número sequencial do bilhete dentro do lote e/ou série.

20.6. A loteria instantânea quando explorada em meio físico deverá observar os seguintes critérios mínimos de informações nos bilhetes:

- 20.6.1. Número de identificação de plano de jogo;
 - 20.6.2. Número de identificação de série de plano de jogo, se for o caso;
 - 20.6.3. Mecânica de jogo;
 - 20.6.4. Pannel de jogo, área raspável;
 - 20.6.5. Número de validação do cartão, que deve estar oculto dentro de pannel de jogo;
 - 20.6.6. Arte do cartão
 - 20.6.7. Identificação do concessionário;
 - 20.6.8. Identificação do Concedente e sua assinatura;
 - 20.6.9. Preço de venda de cartão a apostador.
 - 20.6.10. Número de identificação de cartão;
 - 20.6.11. Plano de jogo, incluindo grade de premiação;
 - 20.6.12. Informações de resgate de premiação;
 - 20.6.13. Campo para identificação manual de ganhador;
 - 20.6.14. Logomarca do concessionário;
 - 20.6.15. Hipóteses de invalidade do cartão, por violação do segredo, perda, extravio, adulteração, falsificação ou qualquer modalidade de quebra de sigilo ou segurança respectiva;
 - 20.6.16. Prazo de validade de cada cartão ou a decadência ou a prescrição de direito a prêmio.
 - 20.6.17. limitação de acesso a menor de 18 anos
-

- 20.7. A área onde serão impressos os dados variáveis do bilhete da loteria instantânea deverá conter painel coberto por tinta raspável em cores opacas, onde:
- 20.7.1. serão gravadas as combinações de valores, símbolos ou caracteres que indicam o prêmio;
 - 20.7.2. serão gravadas letras validadoras, número de validação aleatório e nunca repetido com seu correspondente em código de barras;
 - 20.7.3. serão impressas linhas de segurança do tipo “BENDAY”;
 - 20.7.4. deverá ter o fundo com impressão colorida e ser coberto por camada de verniz para otimizar as exigências técnicas do produto;
 - 20.7.5. Os cartões deverão ser impressos em policromia, com tintas que não manchem com suor, água ou outras condições normais do meio ambiente.
 - 20.7.6. todos os símbolos e caracteres de premiação deverão ser legendados por palavras que os identifiquem, impressas simultaneamente com os mesmos, em tamanho e formato legíveis e que não sejam removíveis na raspagem.
- 20.8. As instalações onde os bilhetes físicos de loteria instantânea serão produzidos deverão:
- 20.8.1. ter sistemas de segurança própria ou terceirizada com a utilização de guardas que sejam funcionários da fabricante ou da Concessionária;
 - 20.8.2. estar especialmente protegidas em sua segurança física de forma a impossibilitar o acesso de qualquer pessoa não autorizada;
 - 20.8.3. áreas de produção e de estoque de produtos acabados devem ser restritas e controladas por meio de trancas eletrônicas por senhas de acesso e sistema de circuito fechado de TV com gravação de trânsito, no mínimo, por 48 horas; e
 - 20.8.4. Qualquer violação ao sistema de segurança ou qualquer outro evento que possa comprometer a sigilo dos bilhetes deverá ser imediatamente informado à Concedente.
- 20.9. No processo de confecção dos bilhetes físicos de loteria instantânea deverão ser observadas, dentre outras que se fizerem necessárias, as seguintes medidas de segurança:
- 20.9.1. Todos os equipamentos destinados à fabricação dos bilhetes deverão ser configurados para que o processo industrial seja automatizado, de forma que não ocorra o manuseio de bilhetes durante a impressão dos dados variáveis e suas respectivas coberturas de segurança.
 - 20.9.2. Nenhum bilhete poderá conter qualquer identificação que permita, através de suas características físicas ou visuais, a escolha de bilhetes premiados ou apresente qualquer tendência ou deficiência na distribuição dos prêmios dentro do universo de bilhetes, que possibilite o conhecimento ou suposição da ocorrência de prêmios antes da remoção da área raspável e/ou de sua abertura.
 - 20.9.3. Os bilhetes deverão oferecer total segurança contra técnicas de fraudes, tais como: Transparência/Fosforescência; Processo Magnético; Processos Químicos; Raios-X; Delaminação; Sobreposição de Caracteres e/ou qualquer outra técnica do conhecimento da Concessionária, que possa ser utilizada para quebrar a sigilo dos bilhetes ou permita sua adulteração.
 - 20.9.4. A Concessionária deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Poder Concedente, laudo técnico fornecido por instituição idônea, atestando a segurança e inviolabilidade dos bilhetes. Todo o papel de acerto de máquina e quaisquer excedentes de produção deverão ser destruídos em fragmentadora de papel localizada no recinto da produção. Os registros de destruição devem ser mantidos.
-

- 20.9.5. Os equipamentos envolvidos na fabricação dos bilhetes devem seguir normas e controles rígidos a fim de evitar visualização ou marcação dos bilhetes.
- 20.9.6. Nenhum bilhete poderá conter qualquer identificação que permita a localização de bilhetes premiados antes da raspagem/abertura do mesmo pelo consumidor.
- 20.9.7. A totalidade de bilhetes impressos deverá obedecer fielmente aos parâmetros estabelecidos para a programação, não devendo apresentar qualquer deficiência na distribuição dos prêmios estabelecidos no plano de premiação, obrigando-se a Concessionária a permitir, a qualquer tempo, a realização de auditoria pela Concedente na distribuição dos prêmios.
- 20.9.8. A Concessionária deverá possuir em suas dependências, ou na dependência dos seus fornecedores, laboratório de análises químicas e de qualidade, o qual monitora e atesta toda a produção, possuindo apontamentos que possam comprovar e rastrear problemas durante o processo produtivo.
- 20.10. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar a emissão, manuseio, armazenamento e correlatos, dos bilhetes físicos comercializados pelos Concessionários da XXXXX.

21. BILHETES VIRTUAIS

- 21.1. As modalidades de loteria que forem exploradas de forma virtual deverão observar os seguintes requisitos na geração do bilhete de aposta:
 - 21.1.1. Deverão ser apresentados os dados de geração do bilhete virtual ao usuário em uma área de pré-visualização, possibilitando sua alteração ou confirmação;
 - 21.1.2. As informações que deverão estar presentes na área de pré-visualização bilhete são:
 - 21.1.2.1. Informações do concessionário (Nome, Logomarca);
 - 21.1.2.2. Data e hora da geração do bilhete;
 - 21.1.2.3. Identificação do Revendedor
 - 21.1.2.4. Modalidade ou produto escolhido;
 - 21.1.2.5. Prêmio, quando já fixado;
 - 21.1.2.6. Prognóstico/aposta;
 - 21.1.2.7. Valor individual do prognóstico, quando comportar mais de um;
 - 21.1.2.8. Valor total da aposta;
 - 21.1.2.9. Códigos de segurança.
 - 21.1.3. Deverá permitir que após a conferência e confirmação dos dados por parte do usuário na área de pré-visualização, aconteça, a consolidação da transação e armazenando dos dados da plataforma de jogos do concessionário
 - 21.1.4. Deverá gerar um número de segurança impresso no bilhete juntamente com um código QR Code para sua identificação;
 - 21.1.5. Deverá permitir que o bilhete gerado possa ser impresso diretamente em impressoras térmicas Bluetooth, através de uma opção imprimir, ou seja, enviado por e-mail ou WhatsApp através de uma opção envio.
 - 21.2. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar a emissão, manuseio e correlatos, dos bilhetes virtuais comercializados pelos Concessionários da XXXXX.
-

22. SEGURANCA DAS TRANSAÇÕES

- 22.1. O Concessionário é responsável por oferecer meios de pagamento de prêmios e recebimento de apostas nas mais variadas formas visando a comodidade do consumidor/apostador
- 22.2. Todas as transações eletrônicas efetivadas entre o ambiente do concessionário e o consumidor/apostador deverá guardar o maior nível de segurança sendo de responsabilidade única e exclusiva do concessionário a ocorrência de todas as possíveis falhas pela quebra das regras de segurança.
- 22.3. O sistema operativo deve assegurar a capacidade de atender aos requisitos mais rigorosos, com monitoramento de 24 horas por dia, 7 dias por semana, para ajudar a garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, de acordo com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), ISO27000:2018 e WLA – SCS:2020, ou similares.
- 22.4. Todos os dados que integram a rede operativa devem ser criptografados automaticamente. A estratégia de segurança dos centros de dados deve obedecer a controles de segurança e várias camadas de defesa escaláveis que garantam a proteção dos dados, incluindo a gestão de barreiras físicas, tecnologia de detecção de ameaças e de triagem detalhada no acesso aos centros de dados, assim como gestão de backups (cópias de segurança) dos sistemas, pelo tempo exigido pelas leis e normas citados no item anterior.
- 22.5. Para exploração da modalidade de quota fixa, o concessionário deverá:
 - 22.5.1. manter provedor independente de monitoramento de integridade do desporto futebol, que seja idôneo, com objetivo de identificar atividades suspeitas que possam indicar manipulação de resultados esportivos, informações privilegiadas ou qualquer outra atividade proibida ou ilegal;
 - 22.5.2. obter e manter certificação de equipamentos físicos (hardware) e programas de computador (software), podendo a XXXXX se valer de credenciamento de empresascertificadoras para esse fim.
- 22.6. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar as regras de segurança das transações.

23. CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

- 23.1. O concessionário deverá manter centro de processamento de dados (Data Center), certificado ISO9001 e Tier III e IV, ou similares, para atendimento de suas obrigações contratuais. Dentre as medidas de segurança e controle que deverão ser garantidas:
 - 23.1.1. O concessionário deverá operar com 2 (dois) Data Centers, distintos, sendo o segundo para guardar cópia de segurança dos dados, mantidas para ambos as mesmas medidas de segurança e controle.
 - 23.1.2. Os Data Centers deverão estar em posição geografia diferentes a uma distância suficiente capaz de minimizar a possibilidade que eventual desastre ocorrido num deles e que possa afetar também o outro.
 - 23.2. O concessionário deverá fornecer, operar, manter e atualizar, por sua própria conta ou por meio de terceiros, uma rede de comunicações, ou seja, uma variedade de equipamentos, serviços, aplicações e protocolos de comunicação preparados para assegurar que a informação seja segura e eficientemente transmitida entre o Data Center e equipamentos instalados nas dependências da XXXXX, para fins de controle e acompanhamento. Devem ser usados controles criptográficos para garantir a segurança
-

de toda informação, preservando a confidencialidade, integridade e disponibilidade de todas as informações do sistema de jogos.

- 23.3. Ao final do Contrato o concessionário se obriga a repassar à XXXXX, sem custos adicionais, toda a base de dados gerada durante a prestação de serviços. Os dados serão exportados e entregues nos padrões de mercado vigentes à época definido pela XXXXX. Em caso de falência, concordata, extinção ou descontinuidade dos serviços, o concessionário se obriga a fornecer, em caráter definitivo, todos os arquivos com os “códigos fontes” dos programas em uso, em sua última versão de utilização, devidamente documentada.
- 23.4. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar a estruturação do Centro de Processamento de Dados.

24. FERRAMENTA DE GERAÇÃO DE RELATÓRIOS

- 24.1. O concessionário deverá disponibilizar à XXXXX acesso ao banco de dados do sistema de jogos por meio de uma ferramenta de geração de relatórios personalizados.
- 24.2. Essa ferramenta deverá ser instalada em um computador designado pela XXXXX, sem ônus para esta, com acesso direto ao banco de dados do sistema de jogos para extração de relatórios de fiscalização e bem como deverá disponibilizar manual de utilização.
- 24.3. A ferramenta deve ser adquirida de outro fornecedor, não sendo aceita ferramenta que tenha sido desenvolvida pelo próprio concessionário.
- 24.4. A ferramenta deverá prover as seguintes funcionalidades:
- 24.4.1. Definição e geração de relatórios flexíveis a partir de interfaces gráficas de usuário (sem a necessidade de programação utilizando código-fonte ou SQL), especificando-se as tabelas a serem consultadas, os filtros a serem utilizados e os campos a serem exibidos no relatório.
 - 24.4.2. Capacidade de especificar consultas diretamente em SQL
 - 24.4.3. Capacidade de emissão de relatórios com cruzamento de dados contidos em tabelas diferentes (possibilitando potencialmente o cruzamento de dados de todas as tabelas do banco de dados do sistema de jogos em uma única consulta).
 - 24.4.4. Inserção de campos totalizadores, bem como campos calculados a partir de operações matemáticas de soma, subtração, multiplicação e divisão.
 - 24.4.5. Capacidade de gerar gráficos, incluindo: de barras, pizza, pontos e linha.
 - 24.4.6. Autenticação de usuário através de senha e controle de permissões de acesso por usuário.
 - 24.4.7. Capacidade de exportar informações referentes aos relatórios gerados nos seguintes formatos: Microsoft Excel, Adobe Reader (PDF), Microsoft Access.
- 24.5. Além da licença da ferramenta, a Concessionária deverá custear também as despesas com suporte, conforme plano de suporte do fornecedor da ferramenta oferecida, durante todo o período de vigência do contrato e nos 12 (doze) meses posteriores.
- 24.6. A documentação do banco de dados deverá ser também fornecida, incluindo seu dicionário de dados, descrevendo o significado de cada tabela e cada coluna. Deve ser definido o significado de cada valor para colunas que utilizem enumerações, além de qualquer outro aspecto necessário para o entendimento dos valores nele gravados
- 24.7. O concessionário deverá prestar esclarecimentos à XXXXX quando solicitada por esta, sobre questões referentes ao significado de tabelas, colunas e registros gravados no banco de dados.
-

- 24.8. O concessionário deverá também disponibilizar o registro de transações do sistema de gestão do banco de dados (log), para acesso da XXXXX, devendo manter o registro dessas transações por todo o período de vigência do contrato e pelos 12 (doze) meses posteriores. Além disso, qualquer expurgo de dados do banco de dados utilizado pelo sistema de jogos só será realizado mediante autorização prévia e expressa da XXXXX.
- 24.9. A Contratada deve comprovar a legalidade da procedência de todos os equipamentos e materiais utilizados pelos jogos.
- 24.10. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, poderá a qualquer tempo expedir ato administrativo alterando os requisitos acima expostos no intuito de aprimorar o gerenciamento e operacionalização da ferramenta de geração de relatórios.

25. MODALIDADES LOTÉRICAS

- 25.1. Os jogos são divididos em 6 (seis) modalidades, são elas:
- 25.1.1. Loteria estadual numerada (espécie passiva): loteria em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico);
 - 25.1.2. Loteria de prognósticos numéricos: loteria em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;
 - 25.1.3. Loteria de prognóstico específico: explorada nos moldes da Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;
 - 25.1.4. Loteria de prognósticos esportivos: loteria em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;
 - 25.1.5. Loteria instantânea: loteria que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não agraciado com alguma premiação;
 - 25.1.6. Loteria de apostas quota fixa: sistema de apostas relativas a eventos reais de temática esportiva, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

26. DISTRIBUICAO DA ARRECADACAO DAS LOTERIAS

- 26.1. A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria estadual numerada** será realizada da seguinte forma:
- 26.1.1. 60% (sessenta inteiros por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
 - 26.1.2. 22,61% (vinte e dois inteiros e sessenta e um centésimos por cento) para o Tesouro Estadual;
 - 26.1.3. 15,39% (quinze inteiros e trinta e nove centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concessionária;
 - 26.1.4. 2% (dois inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.2. A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria de prognóstico numérico** será realizada da seguinte forma:
- 26.2.1. 43,79% (quarenta e três inteiros e setenta e nove centésimos por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
 - 26.2.2. 37,08% (trinta e sete inteiros e oito centésimos por cento) para o Tesouro Estadual;
 - 26.2.3. 17,13% (dezessete inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concessionária;
-

- 26.2.4. 2% (dois inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.3.** A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria de prognóstico específico** será realizada da seguinte forma:
- 26.3.1. 50% (cinquenta inteiros por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
- 26.3.2. 8% (oito inteiros por cento) para o Tesouro Estadual;
- 26.3.3. 22% (vinte e dois inteiros por cento) para as entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos ou seus símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico específico;
- 26.3.4. 18% (dezoito inteiros por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concessionária;
- 26.3.5. 2% (dois inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.4.** A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria de prognóstico esportivo** será realizada da seguinte forma:
- 26.4.1. 55% (cinquenta e cinco inteiros por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
- 26.4.2. 16,3% (dezesseis inteiros e três décimos por cento) para o Tesouro Estadual;
- 26.4.3. 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) para entidades desportivas e para entidades de práticas desportivas constantes do concurso de prognóstico esportivo pelo uso de suas denominações, suas marcas e seus símbolos;
- 26.4.4. 17,13% (dezessete inteiros e treze centésimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concessionária;
- 26.4.5. 2% (dois inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.5.** A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria instantânea** será realizada da seguinte forma:
- 26.5.1. 65% (sessenta e cinco inteiros por cento) para o pagamento de prêmios e o recolhimento do imposto de renda incidente sobre a premiação;
- 26.5.2. 16,7% (dezesseis inteiros e sete décimos por cento) para o Tesouro Estadual;
- 26.5.3. 16,3% (dezesseis inteiros e três décimos por cento) para a cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concessionária;
- 26.5.4. 2% (dois inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.6.** A distribuição da receita bruta arrecadada da **loteria de quota fixa** será realizada da seguinte forma:
- 26.6.1. Ao pagamento de prêmios;
- 26.6.2. Ao pagamento de contribuição para a seguridade social incidentes sobre o produto da arrecadação às alíquotas de:
- 26.6.2.1. 0,10% (dez décimos por cento), no caso das apostas em meio físico; e,
- 26.6.2.2. 0,05% (cinco centésimo por cento), no caso das apostas em meio virtual.
- 26.6.3. Ao pagamento do imposto de renda incidente sobre a premiação.
- 26.6.4. O saldo da diferença entre o produto da arrecadação e as importâncias de que tratam os subitens 17.6.1, 17.6.2 e 17.6.3 será destinado da seguinte forma:
- 26.6.4.1. 3,37% (três inteiros e trinta e sete centésimos por cento) para o Tesouro Estadual;
-

- 26.6.4.2. 1,63% (um inteiro e sessenta e três centésimos por cento) para as entidades desportivas brasileiras que cederam os direitos de uso de suas denominações, suas marcas, seus emblemas, seus hinos, seus símbolos e similares para divulgação e execução da loteria de apostas de quota fixa;
- 26.6.4.3. 92% (noventa e cinco por cento), no máximo, à cobertura de despesas de custeio e manutenção da Concessionária.
- 26.6.4.4. 3% (três inteiros por cento) para cobertura de despesas de custeio e de manutenção da Concedente.
- 26.7. Os valores dos prêmios que não tenham sido reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de prescrição previsto em regulamento serão revertidos ao Fundo Maranhense de Combate à Pobreza - FUMACOP, instituído pela Lei nº 8.205 de 22 de dezembro de 2004, observada a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo Estadual.

27. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

- 27.1. A proposta de exploração de Receitas Extraordinárias deverá ser apresentada pela Concessionária ao Poder Concedente, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira, bem como da comprovação da compatibilidade da exploração comercial pretendida com as normas legais e regulamentares aplicáveis ao Contrato.
- 27.2. Uma vez aprovada pelo Poder Concedente, a Concessionária deverá manter contabilidade específica de cada contrato gerador das Receitas Extraordinárias, com detalhamento das receitas, custos e resultados líquidos.
- 27.3. Apresentado o pedido de exploração de Receitas Extraordinárias, o Poder Concedente terá o prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, se necessário, para aprová-lo.
- 27.4. O contrato de Receita Extraordinária terá vigência limitada ao término do Contrato de Concessão.
- 27.5. Relativamente ao lucro advindo de Receita Extraordinária:
 - 27.5.1. 10% (dez por cento) será incorporado ao plano de premiação em favor do jogador/apostador;
 - 27.5.2. 60% (sessenta por cento) constituirá em receita adicional da Concessionária; e,
 - 27.5.3. 30% (trinta por cento) será revertido ao Poder Concedente.
- 27.6. Caso a Concessionária opte por explorar Receitas Extraordinárias por meio de contratos com Partes Relacionadas, deverá encaminhar ao Poder Concedente, para fins de anuência prévia e juntamente com a documentação prevista no item 27.1 todos os atos e negócios jurídicos relacionados à tal exploração.
- 27.7. O Poder Concedente deliberará sobre a aprovação da contratação no mesmo prazo assinalado no item 27.3.
- 27.8. Eventual contrato para exploração de Receitas Extraordinárias celebrado entre a Concessionária e Partes Relacionadas deverá conter previsão expressa de que a validade e eficácia do negócio jurídico está condicionada à respectiva aprovação pelo Poder Concedente, sendo nulos todos os atos praticados em desacordo com esta disposição.

28. ALOCAÇÃO DE RISCO

- 28.1. Com exceção das hipóteses previstas no item 28.2, a Concessionária é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à Concessão, inclusive, mas sem a eles se limitar, pelos seguintes riscos:
-

- 28.1.1. Não atingimento da demanda projetada para a comercialização de Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais.
 - 28.1.2. Estruturação de ponto de venda físico e em canal de Aposta Virtual
 - 28.1.3. Cancelamento do Plano de Jogo por culpa da Concessionária;
 - 28.1.4. Apresentação da documentação para a obtenção da aprovação dos Planos de Jogos;
 - 28.1.5. Operação nos PDVs.
 - 28.1.6. Operação no canal de comercialização de bilhetes e registro de apostas, incluindo aqueles via Internet, mobile e outros canais que empreguem meios e tecnologias confiáveis.
 - 28.1.7. Obtenção e custos relacionados às licenças, permissões, autorizações e certificações relativas à Concessão.
 - 28.1.8. Estimativa dos tributos e das respectivas alíquotas aplicáveis à Loteria Estadual.
 - 28.1.9. Custos excedentes relacionados ao objeto da Concessão.
 - 28.1.10. Estimativa incorreta do custo dos investimentos.
 - 28.1.11. Aumentos ou redução de preço nos insumos principais para a execução do serviço.
 - 28.1.12. Prejuízos decorrentes de riscos inerentes à atividade empresarial.
 - 28.1.13. Atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato, exceto nas hipóteses previstas na cláusula 23.2, abaixo.
 - 28.1.14. Tecnologia empregada na Concessão.
 - 28.1.15. Manifestações sociais e/ou públicas que afetem de qualquer forma a prestação do serviço objeto da Concessão.
 - 28.1.16. Greves realizadas por empregados contratados pela Concessionária.
 - 28.1.17. Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros.
 - 28.1.18. Variação das taxas de câmbio.
 - 28.1.19. Erro/equívoco na operacionalização do pagamento da premiação ao Apostador, incluindo pagamentos realizados a maior.
 - 28.1.20. Fraude em Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais, incluindo os bilhetes de loteria.
 - 28.1.21. Modificações na legislação de Imposto sobre a Renda.
 - 28.1.22. Caso fortuito e força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos à época de sua ocorrência.
 - 28.1.23. Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da Concessionária.
 - 28.1.23.1. A regra de que trata o presente item não será afastada em razão da impossibilidade de a Concessionária contratar, ainda que temporariamente, seguro para determinado ativo e/ou em determinada localidade.
 - 28.1.24. Prejuízos causados a terceiros, pela Concessionária ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela Concessão.
 - 28.2. A Concessionária não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à Concessão, cuja responsabilidade é do Poder Concedente:
 - 28.2.1. Descumprimento, pelo Poder Concedente, de suas obrigações contratuais ou da legislação de regência.
-

- 28.2.2. Alterações na legislação e na regulamentação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS por parte do Município de onde se presta o serviço para, especificamente, aumentar a respectiva alíquota para mais de 5% (cinco por cento);
- 28.2.3. Alterações na legislação e na regulamentação relacionada à criação, modificação ou extinção de outros tributos ou encargos que alterem a composição econômico-financeira da Concessão, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda.
- 28.2.4. Alterações na legislação do imposto sobre a renda incidente nos prêmios, que alterem a composição econômico-financeira da Concessão.
- 28.2.5. Interpretação de Receita Estadual, confirmada por decisão judicial irrecorrível, de que a comercialização de Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS);
- 28.2.6. Interpretação da Receita Federal, confirmada por decisão judicial irrecorrível, de que, em relação à comercialização de Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais, a base de cálculo do PIS/COFINS não é igual à Receita Bruta da Concessionária. (a Concessionária somente fará jus à composição econômico-financeira da Concessão caso a decisão judicial perdure por prazo igual ou superior a 3 (três) anos, contado de sua publicação na imprensa oficial competente).
- 28.2.7. Riscos jurídicos decorrentes da falta de repasse, por parte do Poder Concedente, dos valores depositados pela Concessionária na Conta Única do Tesouro às entidades beneficiárias daqueles valores, nos termos previstos neste Termo e na legislação de regência.
- 28.2.8. Alteração na regulação/regulamentação da tecnologia empregada na Concessão que, por sua vez, cause impacto na composição econômico-financeira do Contrato.
- 28.2.9. Alteração dos percentuais de destinação previstos na legislação de regência que impacte no percentual reservado à premiação ou à operação.
- 28.2.10. Alteração unilateral do Contrato, por iniciativa do Poder Concedente, por inclusão e modificação de serviços que afete o equilíbrio econômico-financeiro.
- 28.2.11. Fato do príncipe ou fato da administração que provoque impacto econômico-financeiro no Contrato.
- 28.3. Ao celebrar com a XXXXX contrato de concessão de que trata o objeto deste termo, a Concessionária assume todos os riscos do Contrato e não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos a ela alocados e/ou por ela assumidos venham a se materializar.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1. Os casos omissos serão objeto de deliberação da Diretoria da Loteria da XXXXX.
- 29.2. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, contando-se em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.
- 29.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente do Poder Concedente.

XXXXX, ____ de ____ de 2021.

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 –
XXXXXX/XXXXXXANEXO II**

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)
**(apresentar em papel timbrado com a identificação da pessoa jurídica interessada no
credenciamento, com nº do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico)**

..... (.....), dede 20....

À
XXXXXXXXXXXX

Ref.: CREDENCIAMENTO Nº 01/2021 – XXXXX/XXXXX

Prezados,

Em cumprimento ao Edital de Credenciamento nº 0_/2021 – XXXXX/XXXXX, utilizamos do presente para submeter à apreciação de V.S^{as}. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços:

(LISTAR DOS DOCUMENTOS)

Também, utilizamos do presente para declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo para o presente credenciamento.

Na oportunidade, credenciamos junto à XXXXX o Sr., Carteira de Identidade n.º....., Órgão Expedidor, CPF n.º....., telefone nº, endereço eletrônico....., ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento.

Por fim, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao presente credenciamento e nossa plena concordância com as condições constantes do respectivo Edital e seus anexos.

Atenciosamente,

Pessoa jurídica/CNPJ

**XXXXX PARCERIAS
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº XX/XXXX – XX/XXXXXX (Minuta)

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas qualificadas nos termos do presente Edital, para, mediante obtenção de concessão, desenvolver e explorar o serviço público da Loteria do Estado do XXXXX.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei Federal nº 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da XXXXX (RILC/XXXXX), publicado na página eletrônica da XXXXX (XXXXX).

As informações constantes no presente instrumento e suas atualizações estão disponíveis no sítio eletrônico da XXXXX ().

As consultas e/ou envio de documentos poderão ser realizados a partir da data de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado do XXXXX, presencialmente, na Sede da XXXXX XXXXX, localizada na XXXXX

XXXXXX PARCERIAS
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CREDENCIAMENTO Nº XX/2021 – XXXXX/XXXXX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2021 – XXXXX

APRESENTAÇÃO

A **XXXXXXXXXXXX**, através de sua Diretoria de Negócios Mobiliários e Licitações (XXXXXX/XXXXX), torna público que realizará procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, de acordo com a Lei nº 13.303/2016, Lei Estadual nº XXXX/XXXX e suas alterações, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da XXXXX (RILC/XXXXX), publicado na página eletrônica da XXXXX ([XXXXXX](#)) e nos termos do presente Edital.

A XXXXX tem suas finalidades definidas pela Lei Estadual n.º XXXX/XXXX, alterada pela Lei Estadual XXXX/XXXX, sendo uma delas a exploração da loteria estadual.

O sistema de credenciamento se mostra mais adequado às pretensões da XXXXX já que esta sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número exato de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço, de forma que quanto mais empresas se credenciarem para a execução do objeto, melhor será atendido o interesse público.

Portanto, através do presente procedimento, a **XXXXXXXXXXXX** credenciará as empresas que atenderem aos requisitos objetivos deste edital, sem limite de participantes.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Dentro dos prazos aqui previstos, os interessados deverão apresentar os documentos necessários para o presente credenciamento, conforme descrito neste Edital e seus anexos.

1.2 Este Edital e seus Anexos estão disponíveis para consulta e impressão no endereço eletrônico da XXXXX ([XXXXXX](#)).

1.3 As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital poderão ser esclarecidas, desde que encaminhadas para o e-mail: [XXXXXXXXXXXX.XXXXXX](#).

1.4 As informações constantes no presente instrumento e suas atualizações podem ser encontradas no sítio eletrônico da XXXXX: [XXXXXX](#).

1.5 Para todas as referências de data e hora deste instrumento será observado o horário local (XXXXX/MA).

2 DO OBJETO

2.1 Credenciamento para a concessão dos serviços de Loteria do Estado do XXXXX-XXXXX, definindo critérios gerais para a exploração em ambiente concorrencial de todas as modalidades lotéricas autorizadas, em meio físico e virtual, quais sejam: Loteria

Numerada, Loteria de Prognóstico Numérico, Loteria Instantânea, Loteria de Prognóstico Esportivo, Loteria de Quota Fixa.

2.2 As contratações serão celebradas entre a XXXXXXXXXXXX e as empresas concessionárias.

2.3 A gestão dos serviços de fiscalização, auditoria, aplicação de penalidades e demais obrigações da Contratante serão de atribuição exclusiva da XXXXXXXXXXXX.

2.4 Este credenciamento deve estar de acordo com as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como na legislação pertinente.

3 LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

3.1 O envio dos documentos de credenciamento deverão ser formalizadas e protocolados junto a Diretoria de Loteria da XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXX.XXXXX, presencialmente ou por via postal, com AR (Aviso de Recebimento), nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Protocolo da XXXXX, localizado na XXXXXXXX.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

4.1 A vigência deste Edital será por prazo indeterminado, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do XXXXX(XXXXX).

4.2 A qualquer tempo, independentemente de aviso prévio, o presente Credenciamento poderá ser revogado, anulado, aprimorado ou modificado, mediante justificativa fundamentada constante nos autos.

5 DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar dessa seleção, de forma individual ou em consórcio as pessoas jurídicas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto contratado e que atendam a todas as exigências deste edital e seus anexos.

5.2 Não poderá participar direta ou indiretamente deste Credenciamento a Pessoa Física e, a Pessoa Jurídica que se enquadrar em alguma das vedações estabelecidas pelo art. 38, da Lei Federal nº 13.303/2016:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa XXXXX Parcerias;
- b) que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela XXXXX Parcerias;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa XXXXX Parcerias, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

5.3 Aplica-se a vedação prevista no subitem anterior:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
-

1. dirigente da XXXXX;
2. empregado da XXXXX cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
3. autoridade do ente público a que a XXXXX esteja vinculada;
4. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a XXXXX há menos de 6 (seis) meses.
- 5.4 Caso constatado o enquadramento em qualquer das hipóteses descritas no item anterior não será recebida a documentação da respectiva empresa e, se verificada a posteriori, a pessoa jurídica interessada e seus representantes ficam incursos nas sanções previstas no RILC/XXXXX, além de outras previstas na legislação pátria de natureza administrativa, cível ou penal.
- 5.5 A participação no presente Credenciamento implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.
- 5.6 As empresas participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação da documentação deste Credenciamento.

6. CONSÓRCIO

- 6.1. Os CONSÓRCIOS deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, com firma reconhecida em cartório, subscrito por todas as empresas componentes do consórcio, de acordo com arts 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404/76, arts. 18, inciso XII e 19 da Lei Federal nº 8.987/1995; e arts. 78 ao 86 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da XXXXX, que deverão conter:
 - 6.1.1. Nome das empresas constituintes do consórcio em razão social, indicando a líder que deverá ser autorizada pelas outras consorciadas a representá-las e receber instruções em nome do consórcio, sendo que a empresa líder deverá ser obrigatoriamente uma empresa de capital nacional;
 - 6.1.2. Endereço do consórcio e prazo estipulado para a duração, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato oriundo deste edital;
 - 6.1.3. Percentagem de participação de cada consorciado nos direitos e obrigações do contrato a ser firmado;
 - 6.1.4. Empreendimento que constitui o objeto do consórcio;
 - 6.1.5. Declaração expressa de responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação ao presente credenciamento e ao contrato decorrente e como corresponsáveis por todas as obrigações do consórcio;
 - 6.1.6. Compromisso das empresas signatárias de que não alterarão a constituição e/ou a composição do consórcio até o esgotamento deste credenciamento, salvo com autorização prévia da XXXXX;
 - 6.1.7. Compromisso expresso de que apresentarão, antes da assinatura do contrato, o instrumento de constituição e registro da **Sociedade de Propósito Específico-SPE**, nos termos do art. 85 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da XXXXX;
 - 6.1.8. Compromisso expresso de que providenciarão o arquivamento do instrumento de constituição da **Sociedade de Propósito Específico-SPE** no registro de comércio local, a respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza da pessoa jurídica formada para assumir as obrigações contratuais, com anterioridade à assinatura do eventual contrato decorrente do presente credenciamento.
-

6.1.9. Declaração expressa de cada empresa consorciada de não estar participando, neste credenciamento, através de outro consórcio ou isoladamente.

6.2. Será admitido o somatório dos parâmetros indicados pelos participantes do consórcio, quanto à qualificação técnica e a econômico-financeira dos consorciados, na proporção de sua participação percentual no consórcio.

6.3. As empresas consorciadas terão responsabilidade solidária perante os atos praticados em CONSÓRCIO em todas as fases deste credenciamento.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

7.1. A qualquer tempo durante a vigência deste Credenciamento, qualquer cidadão poderá impugnar o presente Edital;

7.2. As impugnações ao Edital deverão ser formalizadas e protocoladas junto a Diretoria de Loteria da XXXXX, através do endereço eletrônico: <XXXXXXXXXX.XXXXXX>, ou presencialmente, na Sede da XXXXXXXXXXXX, XXXXX, Centro (XXXXX), XXXXX.

7.3. As respostas aos respectivos pedidos de impugnação ao Edital serão disponibilizadas na página eletrônica da XXXXX (<http://XXXXX.XXXXXX>), no prazo de até 10 (dez) dias úteis, e, sendo acolhida, será publicada nova versão do Edital com a alteração.

8. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

8.1. Dentro do período de vigência deste Edital, o Requerimento de Credenciamento (Anexo II) poderá ser efetuado a qualquer tempo pelas empresas interessadas.

8.2. O Requerimento de Credenciamento deverá ser entregue acompanhado de toda a Documentação exigida.

8.3. O Requerimento de Credenciamento e a documentação exigida deverão ser acondicionados em envelope lacrado e identificado com os termos abaixo:

IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPANTE (INFORMAR CNPJ E RAZÃO SOCIAL)

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021 – XXXXX/XXXXX

XXXXXPARCERIAS - XXXXX

DIRETORIA DE LOTERIA-XXXXX

RUA XXXXX , 65010-200.

8.4. O envio dos documentos de credenciamento deverá ser formalizado e protocolado junto a Diretoria de Loteria da XXXXX, através do endereço eletrônico: <XXXXXXXXXX.XXXXXX>, presencialmente ou por via postal, com AR (Aviso de Recebimento), nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no Protocolo da XXXXX, localizado na XXXXXXXX.

8.5. A Diretoria de Loteria da XXXXX não se responsabiliza por envelope que não for entregue pessoalmente no endereço previsto neste Edital.

8.6. O encaminhamento do Requerimento de Credenciamento pressupõe o conhecimento e atendimento a todas as exigências previstas neste Edital.

8.7. O Envelope deverá conter os documentos exigidos em 01 (uma) via original ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada em cartório ou por empregado da XXXXX, ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial.

8.8. Caberá ao interessado acompanhar os avisos emitidos pela Diretoria de Loteria da XXXXX na página eletrônica da XXXXX (<XXXXX>), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens ali emitidas.

9. DO PROCEDIMENTO

9.1. As empresas interessadas deverão apresentar todos os documentos exigidos no Item 9 deste edital, para análise de forma objetiva e vinculada da XXXXX.

9.2. Apresentados os documentos citados no item anterior, a XXXXX, através da Diretoria de Loteria, procederá à análise do Requerimento de Credenciamento e de seus anexos.

9.3. Os documentos apresentados pela PARTICIPANTE serão analisados de forma objetiva, para avaliar sua qualificação e capacitação para executar os serviços a que se propõe, segundo a natureza e os objetivos sociais da empresa, podendo, quando necessário, ser realizada vistoria às instalações da empresa interessada e/ou aos locais de prestação dos serviços, bem como quaisquer diligências no intuito de verificar a validade e regularidade dos documentos apresentados.

9.4. O resultado da análise da documentação para fins de Credenciamento será comunicado à PARTICIPANTE, através do endereço eletrônico indicado no Requerimento de Credenciamento, quando será emitido, em caso de deferimento, TERMO DE HABILITAÇÃO.

9.5. A XXXXX poderá, a qualquer tempo, verificar a veracidade das informações prestadas por atestados, certidões e declarações, bem como solicitar a revalidação dos documentos fornecidos.

9.6. Após emitido TERMO DE HABILITAÇÃO, a empresa terá **30 (trinta) dias** para apresentação do seu primeiro Plano de Jogo(s) Lotérico(s);

9.7. Aprovado seu primeiro Plano de Jogo(s) Lotérico(s) a empresa interessada deverá efetuar o pagamento da outorga, conforme o regramento do item 09 e Anexo I (Termo de Referência) deste edital no prazo de **10(dez) dias úteis**;

9.8. A participante deverá apresentar garantia contratual em até **5(cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, conforme item 11 do Anexo I (Termo de Referência) deste edital;

9.9. Não serão credenciados os INTERESSADOS que não atenderem a todas as exigências deste Edital e/ou não forem aprovados seu(s) Plano(s) de Jogo(s) Lotérico(s);

9.10. Para todas as fases do procedimento de credenciamento das concessionárias, os interessados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia subsequente ao recebimento do e-mail que comunicou o indeferimento, para complementar a documentação apresentada, de forma a sanear todas as pendências apontadas pela Diretoria de Loteria da XXXXX, sem prejuízo do disposto no Item 10 e seguintes deste edital.

9.11. Caso não atendido o prazo de saneamento previsto no subitem anterior, a empresa interessada deverá requisitar motivadamente a dilação do prazo, justificando o não atendimento ao pleito solicitado pela Diretoria de Loteria da XXXXX.

9.12. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada no endereço da Diretoria de Loteria da XXXXX, pelo período de 30 (trinta) dias, após o prazo os documentos serão destruídos.

9.13. O indeferimento do pedido de credenciamento não impede que as empresas interessadas apresentem novos requerimentos, devidamente instruídos, enquanto perdurar a vigência deste edital.

9.14. Atendidas as condições do Edital e uma vez considerado(s) credenciado(s), o(s) interessado(s) assinará(ão) contratado(s) ou fará(ão) jus ao contrato(s) com XXXXX, observado o disposto no Item 12 deste Edital.

9.15. A relação de empresas CREDENCIADAS será disponibilizada na página eletrônica da XXXXX, no endereço: XXXXX, bem como será publicado no Diário Oficial do Estado do XXXXX, periodicamente, quando houver atualizações.

9.16. A empresa credenciada deverá manter, durante toda a vigência da sua concessão, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação

exigidas no presente edital e seus anexos, sob pena de descredenciamento e extinção da concessão.

10. DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Os interessados deverão apresentar a seguinte documentação para fins de credenciamento:

10.1.1. Requerimento de Credenciamento conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

10.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA** deverá ser comprovada por meio da apresentação da seguinte documentação:

10.2.1 **Registro Comercial**, no caso de empresa individual;

10.2.2. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, devidamente atualizado e registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus atuais administradores. Estes documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações, ou de documentos consolidados, se houver, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente;

10.2.3. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da eleição da diretoria em exercício;

10.2.4 **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.5 **Instrumento público ou particular de mandato (procuração)**, com firma reconhecida em cartório, outorgando expressamente poderes para se manifestar pela interessada, dar declarações, interpor e renunciar recurso, contrair obrigações, assim como praticar todos os demais atos pertinentes ao credenciamento, quando a interessada for representada pelo procurador.

10.2.6 **Cédula de identidade** do representante da empresa.

10.2.7 **Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;

10.2.8. No caso de **Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP**: Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

10.2.9. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.2.10. As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil atenderão às exigências dos itens anteriores, mediante documentos equivalentes autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor público juramentado acrescido de PROCURAÇÃO.

10.2.11. Os Consórcios deverão apresentar Instrumento Público ou particular de Constituição do Consórcio, observada as condições de liderança da empresa brasileira.

10.3. **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA** deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

10.3.1 **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal**, efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), incluindo os créditos tributários

relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91 (INSS), nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1.751, de 02.10.2014.

10.3.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação das seguintes certidões:

10.3.2.1 Certidão Negativa de Débitos Fiscais (não inscritos na Dívida Ativa), e;

10.3.2.2 Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa;

10.3.2.3 Quando a prova de regularidade de que trata este subitem for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, caberá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição.

10.3.3 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e relativa à TLF – Taxa de Localização e Funcionamento, mediante apresentação das seguintes certidões:

10.3.3.1 Certidão Negativa de Débitos Municipais (não inscritos na Dívida Ativa), e;

10.3.3.2 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa Municipal;

10.3.4 Prova de Regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.

10.3.5 **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** – CNDT, conforme Lei nº 12.440/2011.

10.3.6 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4 A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1 **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que comprove a boa situação financeira da empresa baseada nas condições seguintes:
a) Entenda-se como “último exercício social já exigível” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ano **2020**, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 1999/2014 – Plenário – TCU);

b.1) Comprovação de Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

ILG= (AC +RLP) – (PC+ELP) aonde ILG deve ser igual ou maior de um

ILG: Índice de Liquidez Geral

AC: Ativo Circulante, excluídos os títulos descontados e provisão para devedores duvidosos

RLP: Realizável a Longo Prazo

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

b.2) Comprovação de Índice de Solvência Geral igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

ISG= AT – (PC+ELP) aonde ISG deve ser igual ou maior de um

Em que: ISG: Índice de Solvência Geral;

AT: Ativo Total;

PC: Passivo Circulante; e

ELP: Exigível a Longo Prazo.

b.3) Comprovação de Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1 (um), apurado com os valores constantes do balanço, de acordo com a seguinte fórmula:

ILC= AC-PC aonde ILC deve ser igual ou maior de um

Em que: ILC: Índice de Liquidez Corrente;

AC: Ativo Circulante; e

PC: Passivo Circulante.

c) Os índices contábeis calculados pela interessada para fins de atendimento do dispositivo acima, deverão ser confirmados pelo responsável da contabilidade da empresa interessada, que deverá apor a sua assinatura no documento de cálculo e indicar, de forma destacada, seu nome e número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

d) As empresas que apresentarem quaisquer dos índices relativos à boa situação financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social ou Patrimônio Líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Os índices contábeis apurados na análise do balanço patrimonial deverão ser informados pela empresa, conforme as fórmulas acima indicadas, expressando os valores em Reais dos grupos de contas envolvidos. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se no direito de efetuar os cálculos.

10.4.1.1 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante a apresentação do Balanço de Abertura, o qual deverá constar elementos que comprovem a boa situação financeira dela.

10.4.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Publicados em Diário Oficial ou

b) Publicados em jornal de grande circulação ou;

c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração-DREI, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

10.4.1.3 Ocorrendo alteração do Capital Social após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação que comprove essa alteração, devidamente registrada na Junta Comercial, incluindo, no caso de empresas estabelecidas no Estado do XXXXX, apresentação de Certidão atualizada da.

10.4.1.4 A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido, somente a que distribuem lucro, deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos da IN RFB 1.420/2013, 1.422/2013, IN RFB 1.486/2014, IN RFB 1.510/2014, IN RFB 1.594/2015 e IN RFB 1.660/2016.

10.4.1.5. O Balanço Patrimonial deverá ser apresentado, preferencialmente, de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS - International Financial Reporting Standards).

10.4.2 Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço, quando não vier expresso o prazo de validade.

10.4.2.1. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o INTERESSADO deverá apresentar comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi

acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação;

10.4.2.2. O INTERESSADO em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação previstos neste Edital.

10.4.3. Empresas estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes aos discriminados nos subitens anteriores emitidos no seu país de origem, ou declaração afirmando eventual impossibilidade.

10.5. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser comprovada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

10.5.1 ATESTADOS de CAPACIDADE TÉCNICA em nome do INTERESSADO individual ou, no caso de CONSÓRCIO, em nome de pelo menos um dos consorciados onde conste comercialização de jogos, no Brasil ou no exterior, dentre as modalidades permitidas nesse edital, com as seguintes características:

- a) Abranjam mais de um município com população total superior a 2 milhões de habitantes
- b) No mínimo de 100 (cem) pontos de venda
- c) A responsabilidade do operador em pagar todos os prêmios

10.5.1.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do INTERESSADO, assinado pelo representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, devendo conter:

- a) A razão social e dados de identificação da instituição emitente, incluindo, pelo menos, o CNPJ;
- b) Descrição dos serviços prestados, contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos;
- c) Período de vigência das respectivas contratações;
- d) Afirmação de que o INTERESSADO prestou com qualidade os serviços prestados;
- e) Data de emissão, nome, cargo e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

10.5.2. A PROPONENTE deverá apresentar, juntamente com o Requerimento de Credenciamento, PLANO DE NEGÓCIO compatível com o prazo do contrato de concessão e de acordo com as exigências específicas de cada modalidade de jogo lotérico contendo no mínimo:

10.5.2.1. A(s) modalidade(s) inicial(is) de jogos que pretende explorar;

10.5.2.2. Investimento inicial e o programado para todo o período da concessão e seu detalhamento;

10.5.2.3. Cronograma físico-financeiro detalhado inclusive com previsão de arrecadação ano a ano;

10.5.2.4. Plano operacional.

10.5.3. A qualquer tempo e desde que devidamente fundamentado, a Concessionária poderá submeter à aprovação da XXXXX, alteração ao Plano de Negócio que se mostrarem necessárias, nos termos especificados em normativo interno da Diretoria de Loterias da XXXXX.

10.5.4. A qualquer tempo a XXXXX poderá solicitar alteração do Plano de Negócio da Concessionária se o mesmo não corresponder à realidade da prestação dos serviços, nesta

hipótese, caberá ao concessionário a readequação imediata do Plano de Negócio, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.5.5. Comprovação de que adota política de Compliance, nos moldes das normas aplicáveis – ISO 37.3001, ou similar, conforme Item 14.24 do Termo de Referência.

10.5.6. Comprovação de que adota sistema de proteção de dados, nos moldes das normas aplicáveis - **ISO 27.001- ISMS – Information Security Management System**, ou similar, conforme Item 14.25 do Termo de Referência.

10.5.7. Comprovação de que adota ações direcionadas ao cumprimento das políticas de jogos responsáveis nos moldes das normas aplicáveis - **WLA-RFG - World Lottery Association Responsible Gaming Framework - nível 4**, ou similar, conforme Item 14.26 do Termo de Referência.

10.5.8. Comprovação de que seu sistema operativo assegura a capacidade de atender aos requisitos mais rigorosos, com monitoramento de 24 horas por dia, 7 dias por semana, para ajudar a garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, de acordo com a **LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)**, **ISO27000:2018** e **WLA – SCS:2020**, ou similares.

10.5.9. Comprovação que possui centro de processamento de dados (Data Center), certificado **ISO9001 e Tier III e IV**, ou similares, conforme Item 23.1 do Termo de Referência;

10.5.10. Comprovação de que opera com no mínimo 2 (dois) Data Centers, distintos, sendo o segundo para guardar cópia de segurança dos dados, mantidas para ambos as mesmas medidas de segurança e controle, conforme Item 23.1.1 do Termo de Referência.

10.5.11. Comprovação de que possui tecnologia capaz de limitar as atividades de comercialização dos bilhetes de loteria, físico ou virtual, ao território, como *IP Block*, *GPS* ou similares.

10.5.12. Declaração de que se submeterá anualmente à auditoria externa realizada por empresa independente, escolhida por meio de sorteio aleatório realizado pela Diretoria de Loterias, dentre aquelas que se credenciarem junto a XXXXX, conforme Item 13.1 do Termo de Referência.

10.6. OUTROS DOCUMENTOS

10.6.1 **Certidão Simplificada da Junta Comercial** da sede da pessoa jurídica da proponente. Em caso de CONSÓRCIO, cada consorciada deverá apresentar a referida certidão individualizada.

10.6.2 Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, de conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

10.6.3 **COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO**, conforme indicado no item 06 deste EDITAL, se for o caso.

10.6.4 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC ou documento compatível ao de outro órgão da Administração Pública Federal (SICAF) ou de outros Estados, substituirá os documentos enumerados nos itens 9.3.1. a 9.4.

10.7. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

10.7.1. É de exclusiva responsabilidade das PARTICIPANTES a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.

10.7.2. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à PARTICIPANTE.

10.7.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou por empregado da XXXXX, ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial.

10.7.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7.5. Tratando-se de consórcio, a comprovação da habilitação deverá ser feita por cada consorciado, observadas as ressalvas presentes no edital quanto à comprovação de qualificação técnica e a econômico-financeira.

10.7.6. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, produzidos pela própria licitante, deverão conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

10.7.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

10.7.8. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

10.7.9. Serão aceitas somente cópias legíveis.

10.7.10. A XXXXX se reserva ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

10.7.11. Conforme disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela interessada, mediante apresentação de justificativa.

10.7.12. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da participante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11. DA FASE RECURSAL

11.1. O resultado da análise da documentação para fins de Credenciamento será comunicado à Interessada, via correio eletrônico remetido ao endereço de e-mail indicado no Requerimento de Credenciamento, bem como publicado no sítio eletrônico da XXXXX.

11.2. A Interessada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento do e-mail que comunicou o indeferimento do requerimento para interpor recursos contra a decisão.

11.3. Os recursos deverão ser dirigidos à Diretoria de Loteria da XXXXX, através do endereço eletrônico: XXXXXXXXXX.XXXXXX, ou presencialmente, na Sede da XXXXXXXXXXXX, XXXXX, Centro (XXXXX), XXXXX.

11.4. Caberá à Diretoria de Loteria da XXXXX receber, examinar e decidir a respeito dos recursos interpostos contra suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, caso mantenha sua decisão, encaminhá-los nesse mesmo prazo à Instância Superior para a decisão final.

11.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo Interessado.

11.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 DA CONCESSÃO

12.1 A empresa selecionada receberá concessão para explorar todas as modalidades lotéricas autorizadas, em meio físico e virtual, quais sejam: Loteria Numerada, Loteria de Prognóstico Numérico, Loteria de Prognóstico Esportivo, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa, objeto deste Edital, obedecidas as especificações e regras contidas no Anexo I (Termo de Referência).

12.2 A empresa concessionária assumirá toda a responsabilidade pelos custos decorrentes de implantação, manutenção e exploração de seus jogos lotéricos.

12.3 A exploração e comercialização dos jogos lotéricos não poderão ultrapassar os limites territoriais do Estado do XXXXX, inclusive os jogos operados em ambiente virtual.

12.4. A concessão terá duração de 20 anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado, já computado, nesse prazo, o período necessário para a implantação e organização da operação.

12.5. Será devido pelo PROPONENTE a título de outorga, após decisão que o habilita e aprova o seu primeiro plano de jogo(s) lotérico(s), o valor de XXXXX (XXXXXXXXXX).

12.6. O PROPOENTE poderá quitar o valor à vista ou dividi-lo em até 20 (vinte) parcelas iguais, conforme as regras dispostas no item 06 do Anexo I (Termo de Referência) deste edital.

12.7. É condição necessária para o início das operações o pagamento e/ou contratação da Garantia de Execução do Contrato, conforme previsto Anexo I deste Edital.

13 DA CONTRATAÇÃO

13.1 Este Credenciamento não gera direito à efetiva contratação.

13.2 A Pessoa Jurídica que tiver a sua documentação de credenciamento aprovada pela XXXXX terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação de seu primeiro Plano de Jogo(s) Lotérico(s).

13.3 O prazo de vigência do contrato decorrente deste Edital de credenciamento será de 20 (vinte) anos, contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado.

13.4 O presente Contrato poderá ser prorrogado a exclusivo critério do Poder Concedente, nos termos da lei, nas seguintes hipóteses:

a) por interesse público, devidamente justificado;

b) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços não previstos no Contrato.

13.5 Os atos administrativos pertinentes à prorrogação do Contrato deverão ser adequadamente motivados pelo Poder Concedente, inclusive quanto ao prazo fixado, observada a legislação que rege a matéria.

13.6 O instrumento contratual de prorrogação deverá explicitar o respectivo prazo e os serviços a serem executados.

13.7 O contrato de credenciamento decorrente deste Edital poderá ser rescindido, de pleno direito, mediante infração de quaisquer das suas condições e, em especial, se o(a) CREDENCIADA(O):

13.7.1 Transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e/ou obrigações ajustadas no instrumento contratual;

13.7.2 Deixar de prestar, com eficiência, os serviços objeto do contrato;

13.7.3 Utilizar mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.8 Poderá ocorrer o descredenciamento, sempre resguardado o direito de contraditório e ampla defesa, diante das seguintes situações:

13.8.1 Paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação;

13.8.2 Alteração do contrato social que prejudique a execução do objeto contratual;

13.8.3 Liquidação extrajudicial, decretação de concordata ou falência;

13.8.4 Fraude ou dolo praticados e devidamente comprovados;

13.8.5 Impedimento, obstrução ou embaraço para fins de realização de qualquer serviço necessário aos direitos das partes.

14 PAGAMENTO

14.1 As receitas a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA decorrerão da Concessão dos serviços de implantação e operação dos jogos lotéricos;

14.2 A remuneração da CONCESSIONÁRIA é definida pelo percentual definido no Decreto nº 36.453/2020 para cada modalidade lotérica, rubricado como cobertura de despesas de custeio e de manutenção do agente operador da loteria estadual.

15. DO RESSARCIMENTO DO ESTUDO

15.1. O presente processo de credenciamento foi antecedido de Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, por meio do Edital de Chamamento Público nº 01/2021-XXXXX/XXXXX, destinado a apresentação de estudos/projetos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica que propusessem formas de instrumentalizar, de operacionalizar e de manter a Loteria do Estado do XXXXX, como também, de explorar seus jogos lotéricos.

15.2. A XXXXX obteve os projetos, estudos, levantamentos e investigações, bem como o seu respectivo custo, que foi devidamente aprovado e deverá ser ressarcido pelas empresas credenciadas, nos termos estabelecidos nos Anexos I (Termo de Referência).

15.3. Caso o autor dos estudos escolhido em fase Procedimento de Manifestação de Interesse Privado, por meio do Edital de Chamamento Público nº 01/2021-XXXXX/XXXXX se credencie, individualmente ou integre o CONSÓRCIO, este ressarcimento restará prejudicado.

16. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

16.1 A XXXXX não disponibilizará recursos orçamentários para a execução objeto deste credenciamento. As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Credenciamento correrão por conta de recursos próprios da concessionária.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O não cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Credenciamento, no Contrato de Concessão ou em normativos posteriores ensejará a aplicação das penalidades previstas no Termo de Referência e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

18. DA FISCALIZAÇÃO E DA AUDITORIA

18.1. A XXXXX será responsável pela fiscalização e auditoria do cumprimento de todas as obrigações dos concessionários constantes deste edital e seus anexos, do Contrato de Concessão e de cada Plano de Jogo aprovado, sem prejuízo das demais normas aplicáveis, conforme regras estabelecidas no do Anexo I deste edital (Termo de Referência).

18.2. A XXXXX anotará em termo próprio o registro de ocorrências apuradas nas fiscalizações, encaminhando-o formalmente à Concessionária para regularização das faltas ou defeitos verificados.

18.3. A Concessionária será obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, as atividades executadas no âmbito da Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

18.4.A XXXXX poderá editar ato normativo disciplinando novos procedimentos de controle, fiscalização e auditoria dos Operadores a qualquer tempo, desde que fundamentado e objetivando o aprimoramento da prestação do serviço lotérico Estadual.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O presente Edital e seus Anexos farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

19.2. As interessadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

19.3. É facultado ao Representante da XXXXX, em qualquer fase do Credenciamento, promover diligências e/ou solicitar parecer técnico de pessoa, integrante ou não do quadro da Administração Pública, para esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4. Às interessadas não cabe ressarcimento de qualquer valor, mesmo que a título de compensação de despesas, pela submissão de documentos, respostas, demonstrações, discussões ou por qualquer outro motivo decorrente do processamento deste Credenciamento.

19.5. A XXXXX compromete-se em manter sigilo de todas as informações enviadas pelas interessadas.

19.6. A XXXXX, através da Diretoria de Loterias, funcionará como agente regulador dos serviços prestados pelos concessionários, podendo expedir a qualquer tempo, atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público objeto deste Edital, tais atos serão observados, obrigatoriamente, pelos concessionários.

19.7. É vedada a exclusividade na relação contratual, sendo as partes contratantes independentes para firmar outros instrumentos jurídicos com terceiros para a mesma finalidade.

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na XXXXX.

19.9. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Diretoria de Loteria da XXXXX.

19.10. A participação no presente Credenciamento implica aceitação em todos os termos deste Edital.

19.11. Fica eleito o foro da Comarca de XXXXX para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

19.12. O presente Edital é acompanhado pelos seguintes anexos:

19.12.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

19.12.2. ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

XXXXXXX, XX de XXXXXXX de 2021.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, de um lado, o ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da XX, inscrita no CNPJ/MF sob n.º XX, com sede nesta cidade, na XX, neste ato representada por XX, Sr.XX, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º XX e inscrito no CPF/MF sob n.º XX e, adiante denominada Contratante; e, de outro lado, XX, sociedade por ações, com sede em XX, Estado de XX, no endereço XX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX, com seus atos constitutivos arquivados na XX, sob o NIRE nº XX, neste ato devidamente representada pelos seus XX, Srs. XX, qualificação, adiante denominado Concessionária RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO do serviço público e loterias no ESTADO DE SÃO PAULO, abrangendo o desenvolvimento e exploração das modalidades lotéricas autorizadas, em meios digital e físico, nomeadamente Loteria Tradicional, Loteria de Prognósticos, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa, em conformidade com o disposto no Edital de Concorrência nº XX/2021, na Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei de Concessões), na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos) e demais normas que regem a matéria, disciplinando-se pelas Cláusulas e condições fixadas neste instrumento, a seguir transcritas.

CAPÍTULO 1 - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Das Definições

1.1. Para os fins do presente Contrato, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões: (i) Aposta: cada aposta em produtos lotéricos realizada diretamente pelo Apostador em canal autorizado pela Concessionária, observados os critérios definidos na legislação.

(ii) Apostador: pessoa física, maior de 18 (dezoito) anos, que adquiriu o Bilhete ou realizou Aposta em canal autorizado pela Concessionária.

(iii) Bilhete: o bilhete impresso de loteria, adquirido pelo Apostador diretamente em ponto ou canal de venda, observados os critérios definidos na legislação.

(iv) Concessão: espécie de delegação da exploração de serviço público, outorgada à Concessionária pelo prazo previsto no Contrato.

(v) Concessionária: Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída de acordo com as leis brasileiras, com a finalidade exclusiva de executar o Objeto da Concessão.

(vi) Contratante/Poder Concedente: o ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela XX.

(vii) Contrato: instrumento jurídico que estabelece direitos, deveres e obrigações, celebrado entre o ESTADO DE SÃO PAULO, representado pela XX, e a Licitante vencedora, para a Concessão da exploração dos serviços de loterias, nos termos da Minuta do Contrato de Concessão.

(viii) Data de Eficácia: data do efetivo início de contagem do prazo de execução contratual, que se operará mediante a publicação do extrato do Contrato.

(ix) Encargos: conjunto de atividades e responsabilidades a cargo da Concessionária no âmbito da Concessão.

(x) Financiadores: instituições financeiras responsáveis pelos financiamentos à Concessionária para a realização dos serviços objeto da Concessão.

(xi) Garantia de Execução do Contrato: a garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão, a ser mantida pela Concessionária em favor do ESTADO DE SÃO PAULO, nos montantes e nos termos definidos na Minuta do Contrato de Concessão.

(xii) Objeto: a Concessão do serviço público de loterias no ESTADO DE SÃO PAULO, abrangendo o desenvolvimento e exploração das modalidades lotéricas autorizadas, em meios digital e físico, nomeadamente Loteria Tradicional, Loteria de Prognósticos, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa;

(xiii) Outorga: valor da outorga ofertada pela Concessionária, pela consecução do Objeto desta Licitação, em sua Proposta Econômica.

(xiv) Partes: Contratante/Poder Concedente e Concessionária.

(xv) Partes Relacionadas: com relação à Concessionária, qualquer pessoa Controladora ou Controlada, entendida como tal a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores da Controlada, nos termos do § 2º do artigo 243 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(xvi) Prazo da Concessão: o prazo de exploração do Objeto da Concessão.

(xvii) Receitas Extraordinárias: quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas que possam ser auferidas pela Concessionária decorrente de atividades correlatas autorizadas pelo Contratante.

(xviii) Valor Bruto de Arrecadação: arrecadação total, a cargo da Concessionária, auferida da captação de apostas e da comercialização de bilhetes associados à exploração do serviço público de loterias no ESTADO DE SÃO PAULO.

(xix) Valor Estimado do Contrato: Valor estimado no Plano de Negócio para o Contrato de Concessão, consubstanciado no valor bruto de arrecadação estimado ao longo de todo prazo da Concessão.

1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

(i) As definições deste Contrato serão igualmente aplicadas nas formas singular e plural;

(ii) As referências a este Contrato ou a qualquer outro documento devem incluir eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as Partes.

(iii) Os títulos dos capítulos e das Cláusulas deste Contrato e dos Anexos não devem ser usados na aplicação ou interpretação das Cláusulas neles contidas.

(iv) No caso de divergência entre este Contrato e os Anexos, prevalecerá o disposto neste Contrato.

(v) No caso de divergência entre os Anexos, prevalecerão aqueles elaborados e fornecidos pelo Contratante.

(vi) No caso de divergência entre os Anexos elaborados e fornecidos pelo Contratante, prevalecerá aquele de data mais recente.

2. Dos Adendos

2.1. Integram este Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Adendos:

ADENDO 1 – MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

ADENDO 2 – PROPOSTA ECONÔMICA

ADENDO 3 – PLANO DE NEGÓCIO

3. Da Legislação Aplicável e do Regime Jurídico do Contrato

3.1. Este Contrato está sujeito às suas disposições, às leis vigentes no Brasil – com expressa renúncia à aplicação de qualquer outra –, e aos preceitos de direito público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. A Concessão será regida por:

- (i) Constituição Federal de 1988;
- (ii) Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- (iii) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- (iv) Lei Estadual nº XX, de XX de XX de 2021;
- (v) Outras normas legais, técnicas e instruções normativas pertinentes; e
- (vi) Edital de Concorrência nº XX/2021 e seus Anexos

3.3. As referências às normas aplicáveis à Concessão deverão também ser compreendidas como referências à legislação que as substitua ou modifique.

CAPÍTULO 2 - DA CONCESSÃO

4. Do Objeto do Contrato

4.1. O objeto do presente Contrato é a Concessão do serviço público de loterias no ESTADO DE SÃO PAULO, abrangendo o desenvolvimento e exploração das modalidades lotéricas autorizadas, em meios digital e físico, nomeadamente Loteria Tradicional, Loteria de Prognósticos, Loteria Instantânea e Loteria de Quota Fixa.

4.2. A execução do objeto deverá obedecer às características e especificações técnicas dispostas no edital e em seus anexos, neste Contrato e respectivos adendos, assim como na proposta econômica da Concessionária.

4.3. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável.

5. Do Prazo da Concessão

5.1. O prazo da Concessão será de 10 (dez) anos, contado da Data da Eficácia, podendo ser prorrogado de forma a assegurar a efetiva e adequada gestão pela Concessionária, guardado o respectivo interesse público, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável.

5.2. Constitui condicionante para o início da captação de apostas e/ou comercialização de bilhetes associados ao serviço público de loterias a elaboração, por parte da Concessionária, do Programa de Integridade.

5.2.1. O Programa de Integridade deverá ser elaborado pela Concessionária no prazo máximo de 2 (dois) meses, contado da Data de Eficácia.

5.2.2. O Contratante terá o prazo máximo de 1 (um) mês para avaliar o Programa de Integridade da Concessionária. A ausência de manifestação do Contratante ensejará a aceitação tácita do documento

5.3. O presente Contrato poderá ter sua vigência prorrogada a critério do Contratante, sempre condicionada à existência de interesse público, nas hipóteses decorrentes de força maior devidamente comprovada e/ou para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

6. Da Prestação de Informações

6.1. No prazo da Concessão, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação aplicável, a Concessionária obriga-se a:

- (i) Apresentar ao Contratante, anual e previamente a sua comercialização, o plano de distribuição da loteria passiva e da loteria Instantânea, nos termos da legislação vigente.
- (ii) Franquear ao Contratante, durante todo o Prazo da Concessão, acesso eletrônico a sua plataforma operacional, quanto a informações que permitam o monitoramento do desempenho comercial, financeiro e contábil dos produtos lotéricos concessionados.
- (iii) Divulgar em seus canais de comunicação, especialmente nos sítios de apostas digitais, informações sempre atualizadas quanto a (a) preço vigente de apostas e bilhetes; (b) advertências previstas na regulamentação vigente;
- (c) comunicado sobre o encerramento da comercialização de determinada série de loteria; (d) informações sobre os volumes de apostas captadas e bilhetes vendidos, os montantes pagos aos apostadores a título de premiação; (e) informação clara de que qualquer aposta somente pode ser realizada por pessoa maior de 18 anos; e (f) informações gerais sobre os produtos lotéricos concessionados.
- (iv) Inserir nos bilhetes e canais digitais as informações e advertências exigidas pelo Contratante e em regulamentações específicas;
- (v) Dar conhecimento imediato ao Contratante de todo e qualquer fato que altera de modo relevante o normal desenvolvimento da Concessão, ou que, de algum modo comprometa a correta prestação do serviço público.
- (vi) Apresentar ao Contratante, no prazo por ele razoavelmente estabelecido, informações adicionais ou complementares que o Contratante venha formalmente a solicitar.
- (vii) Apresentar, até o 10º (décimo) dia útil de cada mês, relatórios mensais com informações relacionadas à arrecadação bruta proveniente da exploração do serviço público de loterias, especificando os valores de captação de apostas e de comercialização de bilhetes, bem como eventuais receitas extraordinárias.
- (viii) Apresentar ao Contratante, anualmente, as demonstrações financeiras anuais completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (ix) Contratar Verificador Independente para fiscalizar a execução do contrato, conforme especificações indicadas no memorial descritivo técnico.

6.2. A Concessionária deverá realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações e a avaliação dos indicadores de desempenho.

6.3. A Concessionária deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme definido pela regulamentação do Contratante.

6.4. Adicionalmente às informações, documentos e relatórios indicados nesta cláusula, deverá a Concessionária apresentar ao Contratante, na periodicidade e nos termos por ele estabelecidos em normativo específico, relatório com informações detalhadas sobre:

- (i) A execução do serviço objeto da Concessão; e
- (ii) O desempenho de suas atividades, especificando, dentre outros assuntos, a programação e execução financeira.

7. Da Contratação com Terceiros e Empregados

- 7.1. A Concessionária será responsável, objetivamente, pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de higidez financeira e por prejuízos causados pelos seus empregados e por quaisquer terceiros por ela contratados para a execução dos serviços associados à Concessão.
- 7.2. Os profissionais contratados pela Concessionária para a prestação dos serviços da Concessão deverão dispor de capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado.
- 7.3. Os contratos entre a Concessionária e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Contratante.
- 7.4. Quando referentes à prestação de serviços relativos ao fornecimento de bens e equipamentos, os contratos entre a Concessionária e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de sub-rogação ao Contratante, visando à continuidade da prestação adequada dos serviços da Concessão.
- 7.5. O Contratante poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços associados à Concessão, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira.
- 7.6. O conhecimento do Contratante acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a Concessionária do cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 7.7. A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.

8. Da Fiscalização da Concessão

- 8.1. A fiscalização da execução deste Contrato será exercida diretamente pelo Contratante, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da Concessionária.
- 8.2. A fiscalização ficará a cargo de servidores ou órgão componente da estrutura do Contratante, previamente designados e com a atribuição de fiscalizar a execução deste Contrato.
- 8.3. A fiscalização também poderá ser realizada por Auditor Independente especializado, contratado pelo Contratante.
- 8.4. O Contratante deverá acompanhar a prestação dos serviços da Concessão, podendo razoavelmente solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas neste Contrato, em especial quanto ao cumprimento dos indicadores de desempenho.
- 8.5. Os esclarecimentos ou modificações solicitadas pelo Contratante à Concessionária não alterarão, de qualquer forma, a alocação de riscos prevista neste Contrato.
- 8.6. A Concessionária será obrigada a reparar e corrigir os serviços pertinentes à Concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções. O Contratante poderá exigir, devidamente justificado, que a Concessionária apresente plano de ações visando as correções necessárias.

8.7. Na exploração da Concessão, a Concessionária terá liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições deste Contrato, da legislação específica, das normas regulamentares, das instruções e determinações do Contratante.

8.8. O Contratante poderá recorrer a serviços técnicos externos para acompanhamento do objeto deste Contrato, inclusive com vistas à melhoria de sua qualidade.

9. Da Prestação dos Serviços

9.1. É obrigação de a Concessionária executar todos os serviços objeto deste Contrato, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, com integral atendimento às regulamentações do Contratante, aos indicadores de desempenho e às demais exigências estabelecidas pertinentes, segundo as melhores práticas e os regulamentos aplicáveis.

9.2. A Concessionária assume total responsabilidade pela execução dos investimentos e serviços realizados em conformidade com o disposto neste Contrato e especificações técnicas mínimas neles estabelecidas, assim como pela observância dos indicadores de desempenho.

9.3. A Concessionária deverá obter, nos termos e prazos estabelecidos pelo Contratante, as seguintes certificações, ou outras que vierem a lhes atualizar e/ou substituir:

(i) Certificação pela Norma de Controle de Segurança exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Security Control Standard – WLA-SCS);

(ii) Certificação de Jogo Responsável exarada pela Associação Mundial de Loterias (World Lottery Association Responsible Gaming Framework, WLARFG) – nível 4;

(iii) Certificação relativa à padrão para sistema de gestão da segurança da informação (ISMS - Information Security Management System) emitida pelo International Organization for Standardization e pelo International Electrotechnical Commission.

9.3.1. Para efeitos desta exigência, o plano de certificação elaborado pela Concessionária deverá ser iniciado em, no máximo, 6 (seis) meses após o início da comercialização dos Bilhetes e/ou Apostas do Serviço Público de Loteria.

9.4. A Concessionária declara que a qualidade da execução do serviço objeto da Concessão é e será, durante a vigência da Concessão, suficiente e adequada ao cumprimento deste Contrato, responsabilizando-se integralmente por qualquer desconformidade com os parâmetros de desempenho.

9.5. A Concessionária não será obrigada a prestar serviços ou executar investimentos que não constem neste Contrato e seus anexos, nem de executá-los de modo diverso daquele previsto nestes instrumentos, salvo solicitação expressa do Contratante e a concordância da Concessionária.

9.5.1. A prestação de serviços ou execução de investimentos que não constem originalmente neste Contrato e seus anexos ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

9.5.2. Na hipótese de a Concessionária se dispor a prestar serviço originalmente não previsto neste Contrato e seus anexos, ou, se desejar executar de modo distinto serviço já previsto, deverá requerer autorização prévia ao Contratante, apresentando as razões do seu pleito, com demonstrações das vantagens, cabendo ao Contratante negar o requerimento sempre que: (a) a alteração resultar em padrão inferior de desempenho; e/ou (b) a alteração modificar substancialmente o objeto deste Contrato.

10. Das Autorizações Governamentais e Licenciamentos Privados

10.1. A Concessionária deverá obter todas as licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades associadas ao objeto da Concessão, incluindo a homologação das séries de loterias passiva e instantânea;

10.1.1. O Contratante deverá homologar as Séries da Lotaria Passiva e Lotaria Instantânea nos termos e prazos previstos nas regulamentações contratadas.

10.2. Caberá à Concessionária a obtenção das licenças de uso de imagem e direitos autorais eventualmente necessários e aplicados aos jogos lotéricos.

10.3. A Concessionária deverá cumprir com todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à plena execução dos serviços objeto da Concessão, arcando com as despesas e custos correspondentes;

10.4. A demora na obtenção de licenças, permissões e autorizações não acarretará responsabilização da Concessionária, desde que esta tenha cumprido com as exigências pertinentes que lhe couberem no procedimento de obtenção das licenças, permissões e autorizações, em especial quanto ao protocolo do requerimento em tempo razoável para seu trâmite perante os órgãos da Administração Pública, de modo que o fato que deu causa ao atraso não puder, comprovadamente, ser-lhe imputado diretamente.

CAPÍTULO 3 – DO FINANCIAMENTO

11. Do Financiamento

11.1. A Concessionária é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários à operação da Concessão, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, com todas as obrigações assumidas neste Contrato.

11.2. A Concessionária deverá apresentar ao Contratante, cópia autenticada dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, e quaisquer alterações destes instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura e emissão, conforme o caso.

11.3. A Concessionária não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste Contrato.

11.4. A Concessionária poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta cláusula, os direitos emergentes da Concessão, tais como as receitas da arrecadação bruta, desde que não comprometa a operação e a continuidade da execução dos investimentos e dos serviços objeto da Concessão.

11.5. A Concessionária poderá empenhar, ceder ou de qualquer outra forma transferir diretamente ao financiador, conforme os limites e os requisitos legais, os direitos a percepção (a) das receitas extraordinárias e (b) de indenizações devidas à Concessionária em virtude deste Contrato.

11.6. É vedado à Concessionária:

(i) Conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para seus acionistas e/ou partes relacionadas, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, redução do capital, pagamentos de juros

sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrada em condições equitativas de mercado; e

(ii) Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas partes relacionadas e/ou terceiros.

CAPÍTULO 4 - DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO CONTRATO

12. Do Valor do Contrato, Outorga, Repasse e Remuneração

12.1. O valor deste Contrato é de R\$ XX (XX) referido a data-base de XX de 2021, correspondente valor bruto de arrecadação estimado ao longo de todo prazo da Concessão.

12.1.1. A arrecadação bruta advirá do recebimento, pela Concessionária, dos preços pagos pelos apostadores, tendo como fato gerador a captação de apostas e venda de bilhetes.

12.2. Como contrapartida e condição de manutenção do direito de exploração do serviço público de loterias, a Concessionária obriga-se a pagar ao Contratante as seguintes parcelas:

12.2.1. Outorga Pecuniária conforme valor indicado em sua proposta econômica, observando o que segue:

(i) A outorga pecuniária será paga no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data de eficácia deste Contrato;

(ii) O pagamento será realizado mediante depósito em conta bancária de titularidade do Contratante (Banco XX, Agência XX, Conta XX).

12.2.2. Repasse da Cota-Parte do Poder Concedente conforme especificado pelo § 2º do artigo 3º da Lei Estadual nº XX/2021, correspondente aos percentuais legalmente destinados ao ESTADO DE SÃO PAULO para o custeio das atividades de regulação e fiscalização e para a aplicação prioritariamente em ações de saúde, observado o que segue:

(i) O valor da cota-parte do Poder Concedente será apurado em relatório sobre a arrecadação bruta associada à exploração do serviço de loterias;

(ii) O valor da cota-parte do Poder Concedente será repassado trimestralmente pela Concessionária, mediante depósito em conta bancária de titularidade do Contratante (Banco XX, Agência XX, Conta XX).

12.3. O atraso no pagamento da Outorga Pecuniária ou do Repasse da Cota-Parte do Poder Concedente implica atualização e juros segundo os mesmos critérios em vigor à época para a mora de pagamento de impostos devidos à Fazenda Estadual.

12.3.1. No caso de impontualidade nos pagamentos, poderá o Contratante realizar a garantia de execução do Contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais responsabilidades e imposição de sanções à Concessionária.

12.4. A Concessionária administrará os recursos da Cota-Parte de Premiação e Custeio Operacional da arrecadação bruta, cujos recursos financeiros serão destinados, ordenadamente, (a) aos pagamentos dos valores de premiação bruta, incluídos os prêmios líquidos e IRPF incidente; e, (b) à sustentação dos serviços lotéricos, abrangendo as despesas de custeio e manutenção das atividades associadas.

12.4.1. A Concessionária será remunerada mediante os resultados operacionais da exploração do serviço público de loterias, consistente no saldo financeiro da Cota-Parte de Premiação e Custeio após as destinações estabelecidas nesta cláusula.

12.5. A principal fonte de receita da Concessionária será advinda do resultado operacional, sendo, no entanto, facultado à Concessionária utilizar outras fontes de receitas acessórias, nos termos deste Contrato.

12.5.1. O prazo de todos os contratos de exploração comercial referentes às receitas acessórias celebradas pela Concessionária não poderá ultrapassar o prazo da Concessão.

12.5.2. A Concessionária deverá compartilhar com o Contratante os ganhos econômicos decorrentes das fontes de receitas acessórias por ela exploradas, mantendo, para tanto, contabilidade específica de cada contrato que eventualmente venha a celebrar.

12.6. A Concessionária declara que o sistema de remuneração previsto neste Contrato representa o equilíbrio entre ônus e bônus da Concessão, e, que o saldo operacional projetado em seu Plano de Negócio será suficiente para remunerar todos os investimentos, custos operacionais, despesas e serviços efetivamente realizados.

13. Regime de Preços e Reajuste

13.1. Os preços dos produtos lotéricos serão fixados livremente pela Concessionária com base nas premissas definidas em seu Plano de Negócio quanto à competitividade e atratividade do serviço, não havendo necessidade de estabelecer reajustes ordinários com periodicidades específicas.

13.2. Os preços dos produtos lotéricos poderão ser reajustados a qualquer tempo pela Concessionária, sempre que necessária adequação no Plano de Negócio para atingimento dos indicadores estabelecidos e/ou para assegurar a atualidade da prestação de forma justa e conectada com a realidade dos serviços em regime de universalidade e eficiência.

13.2.1. Os reajustes positivos nos preços de produtos lotéricos somente poderão ser praticados após ostensiva divulgação para o público em geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

13.2.2. Os reajustes serão aplicados, nos termos deste Contrato, após a comunicação ao Contratante, sem necessidade de homologação prévia.

13.2.3. Acaso o Contratante não concorde com o reajuste informado, deverá oficializar diretamente à Concessionária no prazo de até 10 (dez) dias após a data da comunicação pela Concessionária, com as razões fundamentadas para sua objeção.

14. Das Revisões

14.1. Sempre que forem atendidas as condições deste Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com suas premissas e modelagens de negócio e financeira.

14.2. As partes terão direito à revisão deste Contrato, a qualquer tempo, de acordo com a alocação de riscos e quando se verificar a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, que configurem álea econômica extracontratual, em especial:

14.2.1. Modificação unilateral deste Contrato que importe variação dos custos ou das receitas da Concessionária, tanto para mais quanto para menos;

14.2.2. Alteração legislativa que implique a criação, a modificação ou a extinção de tributos após a data de publicação do edital;

14.2.3. Alteração legislativa, em qualquer esfera federativa, que implique ônus a ser suportado pela Concessionária;

14.2.4. Ocorrência de fato do príncipe ou de fato da administração de que resultem, comprovadamente, variações nos custos ou nas receitas da Concessionária incluindo determinações de autoridades administrativas ou judiciárias, inclusive por termos de ajustamento de conduta, que alterem os encargos da Concessão, dentre eles, a modificação ou a antecipação dos objetivos e metas da Concessão;

14.2.5. Ocorrência de caso fortuito, força maior ou sujeições imprevistas que acarretem alteração dos custos ou das receitas da Concessionária e cuja responsabilidade não seja a ela atribuível;

14.3. A revisão pode ocorrer das seguintes formas: (a) adequação do valor da Outorga Pecuniária; (b) alteração do prazo deste Contrato; (c) atribuição de compensação direta à Concessionária; (d) combinação das alternativas anteriores; ou, (e) outras formas autorizadas por Lei.

14.4. Sempre que se efetivar a revisão, considerar-se-á restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato, sem prejuízo da ocorrência de outras situações fáticas ou jurídicas não contempladas e que venham a ensejar nova revisão.

CAPÍTULO 5 – DOS SEGUROS E GARANTIAS

15. Dos Seguros

15.1. Durante o prazo da Concessão, a Concessionária deverá contratar e manter em vigor, no mínimo, Seguro de Responsabilidade Civil cobrindo a Concessionária e o Contratante, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com limites de indenização compatíveis com os riscos assumidos para danos a terceiros e multirrisco empresarial, abrangendo danos materiais, incluindo lucros cessantes, com cobertura mínima de R\$ XXXX (XXXX).

15.1.1. As apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste Contrato, devendo ser renovadas sucessivamente durante o prazo da Concessão.

15.1.2. A apólice de seguro poderá estabelecer como beneficiário da indenização os financiadores da Concessionária.

15.1.3. A apólice de seguro deverá prever a indenização direta ao Contratante nos casos em que o Poder Concedente seja responsabilizado em decorrência de sinistro.

15.1.4. Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à Concessionária e ao Contratante, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

15.2. A Concessionária é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto neste Contrato.

15.3. A Concessionária deverá encaminhar anualmente ao Poder Concedente cópia da apólice do seguro contratado e renovado.

15.3.1. A Concessionária deverá encaminhar ao Contratante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

15.3.2. Caso a Concessionária não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o Contratante poderá contratar os seguros e cobrar da Concessionária o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico deste Contrato, sem eximir a Concessionária das penalidades previstas neste Contrato.

15.3.3. Nenhuma responsabilidade será imputada ao Contratante caso ele opte razoavelmente por não contratar seguro cuja apólice não foi apresentada no prazo previsto pela Concessionária.

15.4. A Concessionária, com autorização prévia do Contratante, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência deste Contrato.

16. Da Garantia de Execução do Contrato pela Concessionária

16.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a Concessionária deverá prestar a garantia de execução do Contrato, como condição precedente de sua assinatura, no montante inicial de R\$ XX (XX).

16.1.1. Ao longo da vigência contratual, será assegurada a liberação sucessiva de 10% (dez por cento) do valor original atualizado da garantia de execução do Contrato a cada intervalo de 2 (dois) anos, desde que a Concessionária tenha atendido aos indicadores e parâmetros de desempenho no mesmo período.

16.1.2. O saldo remanescente da garantia de execução do Contrato nunca poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento), até o fim da Concessão.

16.2. A Concessionária permanecerá responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da garantia de execução deste Contrato.

16.3. A garantia de execução deste Contrato, a critério da Concessionária, poderá ser prestada individualmente ou conjuntamente, desde que a soma do conjunto alcance o valor determinado neste Contrato, nas seguintes modalidades:

- (i) Caução, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- (ii) Fiança bancária; ou
- (iii) Seguro-garantia.

16.4. A garantia de execução do Contrato deverá ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura deste Contrato, sendo de inteira responsabilidade da Concessionária mantê-la em plena vigência e de forma ininterrupta durante todo o prazo da Concessão, devendo para tanto promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

Contrato deverá ser previamente submetida à aprovação do Contratante.

16.4.2. A Concessionária deverá encaminhar ao Contratante em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da garantia de execução deste Contrato, documento comprobatório de sua renovação e reajuste.

16.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste Contrato e na regulamentação vigente, a garantia de execução do Contrato poderá ser utilizada nos seguintes casos:

16.5.1. Quando a Concessionária deixar de cumprir com suas obrigações de pagamento da Outorga Pecuniária e de repasse da Cota-Parte do Poder Concedente, bem como não realizar os investimentos previstas no Plano de Negócio ou as providências necessárias

ao atendimento dos indicadores e parâmetros de desempenho, ou executá-las em desconformidade com o estabelecido;

16.5.2. Quando a Concessionária não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma deste Contrato e dos regulamentos do Contratante;

16.5.3. Quando o Contratante for obrigado a contratar os seguros previstos neste Contrato, diante da omissão da Concessionária;

16.5.4. Se o valor das multas eventualmente impostas à Concessionária for superior ao valor da garantia de execução do Contrato, além da perda desta, a Concessionária responderá pela diferença e pela reposição do valor integral da garantia de execução do Contrato.

16.6. Sempre que o Contratante utilizar a garantia de execução deste Contrato, a Concessionária deverá proceder à reposição do seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua utilização, sendo que, durante este prazo, a Concessionária não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas por este Contrato.

16.7. A recomposição de que trata o item anterior poderá ser efetuada pela Concessionária mediante complementação da garantia existente ou contratação de nova(s) garantia(s), de maneira que o valor total da garantia de execução do Contrato seja sempre equivalente ao montante definido neste Contrato, sob pena de aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

16.8. A garantia de execução deste Contrato ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, devendo a Concessionária promover as renovações e atualizações que forem necessárias à sua plena vigência durante este Contrato.

16.9. As despesas referentes à prestação da garantia de execução do Contrato, incluída a sua recomposição, serão de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

01 (um) ano, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da Concessionária, vinculada à reavaliação do risco.

16.10.1. Na hipótese de não ser possível prever tal renovação de obrigações na respectiva carta ou apólice, a Concessionária deverá contratar nova garantia de execução do Contrato.

16.11. A garantia de execução do Contrato, observado o montante mínimo definido, deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias após o advento do termo contratual.

16.12. A restituição ou liberação da garantia dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da Concessionária.

CAPÍTULO 6 – DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

17. Da Finalidade e do Capital Social

17.1. A Concessionária, estruturada sob a forma de sociedade por ações, deverá indicar em seu estatuto, como finalidade exclusiva, a exploração do objeto da Concessão, sendo sua composição societária aquela apresentada na licitação e constante de seus instrumentos societários, os quais deverão ser entregues, atualizados, à Contratante.

17.2. A Concessionária terá sede na cidade de Recife/PE e não poderá ser desconstituída até a extinção deste Contrato e até que todas as suas obrigações perante a Contratante tenham sido cumpridas, incluídos os pagamentos de eventuais indenizações.

17.3. O capital social subscrito deverá ser integralizado pelo valor de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX), no prazo máximo de 12 (doze) meses após a data de assinatura deste Contrato e mantido durante toda sua vigência, salvo prévia e expressa autorização da Contratante.

17.3.1. Os atos constitutivos da Concessionária deverão prever declaração expressa de responsabilidade solidária entre os seus acionistas pela integralização do seu capital social.

17.3.2. No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

17.3.3. A Concessionária obriga-se a manter a Contratante permanentemente informado sobre a integralização do capital referida nos itens anteriores, sendo facultado à Contratante realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.

17.3.4. A participação de capitais não nacionais na Concessionária obedecerá à legislação brasileira em vigor.

17.4. Sem prejuízo dos requisitos legais, a Concessionária deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976), em regras e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

17.5. A Concessionária poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros.

17.6. Os recursos à disposição da Concessionária deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à Concessão de que trata este Contrato, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras.

18. Da Transferência de Controle

18.1. A Concessionária deve comunicar imediatamente ao Contratante eventuais alterações ocorridas na sua composição societária existente à época de assinatura deste Contrato, inclusive quanto aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas neste Contrato referentes à transferência do controle da Concessionária.

18.1.1. Qualquer transferência no controle da Concessionária deverá ser previamente autorizada pelo Contratante.

18.2. O pedido para a autorização da transferência do controle societário deverá ser apresentado à Contratante, por escrito, pela Concessionária, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido. Para a obtenção da anuência para transferência do controle societário, o interessado deverá:

- (i) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da Concessão;
- (ii) Prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- (iii) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

18.3. A autorização para a transferência do controle da Concessionária, quando concedida pela Contratante, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

18.4. A Concessionária também deverá submeter à prévia autorização da Contratante qualquer modificação no respectivo estatuto social, durante todo o período da Concessão, especialmente no que se refere à cisão, fusão, transformação e incorporação.

19. Da Assunção do Controle pelos Financiadores

19.1. Os contratos de financiamento da Concessionária poderão outorgar aos financiadores, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da Concessionária em caso de inadimplemento contratual pela Concessionária dos referidos contratos de financiamento ou deste Contrato.

19.1.1. Quando configurada inadimplência do financiamento por parte da Concessionária, que possa dar ensejo à transferência, o financiador deverá notificar a Concessionária e o Contratante, informando sobre a inadimplência e abrindo à Concessionária um prazo de 15 (quinze) dias para quitar o valor devido.

19.1.2. Decorrido o prazo acima sem que a Concessionária efetue o pagamento de sua dívida, os financiadores poderão assumir a Concessão, comunicando formalmente sua decisão ao Contratante com antecedência prévia de 5 (cinco) dias, devendo:

(i) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste Contrato, do edital e seus anexos; e (ii) informar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços objeto deste Contrato.

19.2. A assunção do controle também poderá ocorrer no caso de inadimplemento da Concessionária na execução deste Contrato, que inviabilize ou coloque em risco a Concessão, sendo que a transferência aos financiadores terá por objetivo promover a reestruturação financeira da Concessionária e assegurar a continuidade da operação da Concessão.

19.3. Os contratos de financiamento apresentados ao Contratante deverão indicar os dados de contato dos financiadores com o intuito de que estes sejam comunicados da eventual instauração de processo administrativo pelo Contratante para investigação de inadimplemento contratual pela Concessionária.

19.4. A assunção do controle da Concessionária nos termos desta cláusula não alterará as obrigações da Concessionária e de seus controladores perante o Contratante.

Todavia, os financiadores não serão responsáveis pelas obrigações que sejam de responsabilidade direta dos antigos acionistas da Concessionária

CAPÍTULO 7 – DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

20. Dos Bens da Concessão

20.1. Não há, no âmbito deste Contrato, bens reversíveis e/ou bens vinculados à Concessão, cabendo à Concessionária adquirir, gerir e alienar livremente os ativos que entender necessários à execução do respectivo escopo. Sendo assim, quando do término do prazo contratual, não haverá reversão de bens ao Contratante.

CAPÍTULO 8 – INFRAÇÕES E SANÇÕES

21. Das Infrações

21.1. Sem prejuízo das condutas tipificadas na legislação, ante as particularidades do objeto deste Contrato, constituem infrações as seguintes condutas:

- (i) Praticar atos de lavagem de dinheiro e/ou de contribuição à corrupção, conforme previsto na Lei Federal n.º 9.613, de 03 de março de 1998;
- (ii) Agir com fraude na captação de apostas e/ou na comercialização de bilhetes;
- (iii) Realizar operações atípicas visando à obtenção indevida de preço, ou como artifício para a obtenção de recursos virtuais/fictícios para a prestação de contas;
- (iv) Comercializar determinada Série de Loteria Passiva ou de Loteria Instantânea sem a homologação do Poder Concedente;
- (v) Receber condenação em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos ou contribuições sociais, caso não efetue os pagamentos nos prazos judiciais estipulados;
- (vi) Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer outros jogos que não os concessionados;
- (vii) Efetuar mensagens publicitárias em desacordo com regulamentação específica do serviço público de loterias;
- (viii) Não divulgar informações e advertências exigidas pelo Contratante e em regulamentação específica do serviço público de loterias;
- (ix) Deixar de adotar práticas de governança corporativa e contábil efetivas, nos termos da legislação vigente;
- (x) Embaraçar ou impedir a fiscalização pelo Poder Concedente.

22. Das Penalidades

22.1. A prática de infrações ou o não cumprimento pela Concessionária das cláusulas deste Contrato, de seus anexos e do edital, da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação, isolada ou concomitante, das seguintes penalidades contratuais:

- (i) advertência;
- (ii) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ESTADO DE SÃO PAULO, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- (iii) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, apenas para reprimir infrações gravíssimas, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- (iv) multa, moratória ou compensatória, conforme previsto neste Contrato.

22.2. Na aplicação das sanções, o Contratante observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua proporcionalidade:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) os danos dela resultantes para os Usuários e para o Contratante;
- (iii) as vantagens auferidas pela Concessionária em decorrência da infração;
- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- (v) a situação econômica e financeira da Concessionária, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução deste Contrato;
- (vi) os antecedentes da Concessionária, inclusive eventuais reincidências.

22.3. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas:

22.3.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da Concessionária e das quais ela não se beneficie;

22.3.2. A infração será considerada média, quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela Concessionária, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito, nem afetar um número significativo de usuários;

22.3.3. A infração será considerada grave se a Concessionária agiu com má-fé.

22.3.4. A infração será considerada gravíssima quando o Contratante constatar, além dos requisitos que qualificam as infrações graves, que, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela Concessionária, seu comportamento se reveste de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a vida ou a incolumidade física dos usuários, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos serviços objeto da Concessão.

22.4. A aplicação das multas aludidas nas cláusulas anteriores não impede que o Contratante declare a caducidade deste Contrato, observados os procedimentos nele previstos, ou aplique outras sanções nele previstas.

22.5. A multa compensatória deve ser fixada entre 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do montante da Outorga Pecuniária relativa ao ano em que se verificou o inadimplemento, conforme a gravidade da infração atribuída à Concessionária, de acordo com os seguintes parâmetros:

- (i) até 1% (um por cento) para faltas leves;
- (ii) até 2% (dois por cento) para faltas médias;
- (iii) até 3% (três por cento) para faltas graves;
- (iv) até 5% (cinco por cento) para faltas gravíssimas.

22.6. A Concessionária sujeita-se à multa moratória em razão do atraso nas obrigações e investimentos previstos neste Contrato e seus anexos, calculada no montante de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia sobre o montante da obrigação em mora, limitada 5% (cinco por cento) do montante da Outorga Pecuniária relativa ao ano em que se verificou o atraso.

22.7. Caso a Concessionária não proceda ao pagamento de multas no prazo estabelecido neste Contrato, o Contratante utilizará a garantia de execução deste Contrato.

22.8. As penalidades serão aplicadas de ofício pelo Contratante, garantido o devido processo administrativo, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, e observado o disposto na legislação vigente, incluindo as normas do Contratante.

23. Do Processo Administrativo de Aplicação das Penalidades

23.1. O processo de aplicação das sanções previstas neste Contrato terá início com a lavratura do auto de infração correspondente pela Contratante, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

23.1.1. Lavrado o auto, a Concessionária será intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 10 (dez) dias, consoante o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993.

23.1.2. No mesmo prazo de que trata o subitem anterior, a Concessionária deverá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada pela Contratante.

23.2. Na fase de instrução, a Concessionária pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia e pode juntar documentos e/ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo à Contratante recusar provas ilícitas e/ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

23.3. Encerrada a instrução processual, a Contratante decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado à Concessionária a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

23.3.1. Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, consoante previsto no art. 109, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

23.4. Após a decisão de eventual recurso interposto pela Concessionária, a Contratante emitirá, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, documento de cobrança contra a Concessionária, que deverá pagar o valor correspondente em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação.

23.4.1. A falta de pagamento da multa no prazo estipulado importará a incidência automática de juros de mora vinculados à variação pro rata da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, também sendo facultado à Contratante descontar o valor correspondente da remuneração da Concessionária, sem prejuízo da execução da garantia de execução deste Contrato.

23.4.2. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do Poder Concedente.

CAPÍTULO 9 - DA INTERVENÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

24. Da Intervenção do Contratante

24.1. O Contratante poderá intervir na Concessão, a fim de assegurar a adequação da prestação do serviço objeto deste Contrato, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do artigo 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/95.

24.1.1. A intervenção é medida excepcional, pressupõe o inadimplemento substancial da Concessionária, e somente se justifica diante de situação emergencial, para evitar a descontinuidade da prestação dos serviços públicos diante de faltas gravíssimas cometidas pela gestão da Concessionária, que ponha em risco a segurança dos usuários ou os bens da Concessão.

24.1.2. A intervenção será precedida de laudo de avaliação técnica, lavrado por especialista e que indique:

- (i) As faltas gravíssimas cometidas pela Concessionária, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, tendo por base normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço previstos neste Contrato e na legislação;
- (ii) As razões pelas quais geram riscos graves de descontinuidade da prestação dos serviços públicos e que ponham em risco a segurança dos usuários ou os bens da Concessão;
- (iii) As medidas, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, a serem tomadas emergencialmente pelo interventor para evitar os riscos graves de descontinuidade da prestação dos serviços públicos e proteger a segurança dos usuários ou os bens da Concessão.

24.2. A intervenção far-se-á por decreto do Contratante, que conterá, dentre outras informações pertinentes:

- (i) Os motivos da intervenção e sua justificativa;
- (ii) O prazo, que será de, no máximo, 01 (um) ano, improrrogável;
- (iii) Os objetivos e os limites da intervenção;
- (iv) O nome e a qualificação do interventor.

24.3. Decretada a intervenção, o Contratante, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará processo administrativo que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à Concessionária amplo direito de defesa.

24.4. A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da SPE, e não afetará o curso regular dos negócios da Concessionária, tampouco seu normal funcionamento.

24.5. A ocorrência de intervenção pelo Contratante não desonera as obrigações assumidas pela Concessionária junto aos seus financiadores e, por motivo justificado em prol do interesse público, o Contratante poderá abdicar da intervenção em favor da assunção do controle da Concessionária por esses financiadores.

24.6. Durante o período de intervenção, o interventor terá que cumprir as obrigações da Concessionária, inclusive com o pagamento dos financiamentos e todos os ônus financeiros contraídos pela Concessionária para a realização dos investimentos e cumprimentos das demais obrigações previstas neste Contrato, sendo que as receitas extraordinárias obtidas durante o período da intervenção serão utilizadas para a cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento das atividades objeto da Concessão, sob pena de responsabilidade pessoal.

24.7. Se eventualmente as receitas extraordinárias não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas decorrentes da Concessão incorridas pelo Contratante, este poderá

(i) Se valer da garantia de execução do Contrato para cobri-las, integral ou parcialmente; e/ou

(ii) Descontar dos valores do saldo operacional a ser recebida pela Concessionária, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas incorridas pelo Contratante.

24.8. Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que a Contratante, por meio do interventor e seus demais agentes, não observou os pressupostos legais, regulamentares e contratuais, ou os princípios da Administração Pública, sem prejuízo do direito da Concessionária à eventual indenização.

25. Dos Casos de Extinção

25.1. A Concessão extinguir-se-á por:

(i) Advento do termo contratual;

(ii) Encampação;

(iii) Caducidade;

(iv) Rescisão;

(v) Anulação;

(vi) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato; ou

(vii) Falência da Concessionária.

25.2. Extinta a Concessão, cessarão para a Concessionária todos os direitos emergentes deste Contrato.

25.3. Na extinção da Concessão, haverá imediata assunção dos serviços relacionados à Concessão pelo Contratante, ou outro ente por ele indicado, que ficará autorizado a ocupar as instalações e a utilizar todos os bens da Concessão.

25.4. De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo Contratante, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do prazo da Concessão, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios e/ou realização de novas obras.

26. Advento do termo contratual

26.1. Encerrado o prazo da Concessão, a Concessionária será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à Concessão celebrados com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus daí resultantes.

26.2. A Concessionária deverá tomar todas as medidas razoáveis e cooperar plenamente com o Contratante para que os serviços objeto da Concessão continuem a ser prestados de acordo com este Contrato de forma ininterrupta, bem como prevenir e mitigar qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos usuários e dos funcionários do Contratante.

26.3. Na hipótese de advento do termo contratual, a Concessionária não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos vinculados aos bens da Concessão em decorrência do término do prazo da Concessão, salvo nos casos em que se verifique hipótese de desequilíbrio econômico-financeiro.

27. Encampação

27.1. O Contratante poderá, a qualquer tempo, encampar a Concessão, por motivos de interesse público e prévio pagamento de indenização.

27.2. A encampação é medida excepcional e será motivada tecnicamente, baseada em laudo de avaliação técnica, lavrado por especialista e que indique:

- (i) A inadequação técnica da Concessão e em que medida, de acordo com argumentos técnicos, a manutenção deste Contrato revela-se contrária ao interesse público.
- (ii) A inviabilidade de resolver a inadequação técnica da Concessão por meio de alterações contratuais.

27.3. A indenização devida à Concessionária em caso de encampação cobrirá:

- (i) As parcelas dos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste Contrato, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;
- (ii) A parcela da Outorga Pecuniária de forma proporcional ao período restante entre o momento da encampação e a data-base do ano posterior, devidamente atualizada;
- (iii) A desoneração da Concessionária em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos por esta contraídos com vistas ao cumprimento deste Contrato, mediante, conforme o caso: (a) prévia assunção, perante as instituições financeiras credoras, das obrigações contratuais da Concessionária, em especial quando a receita figurar como garantia do financiamento; ou (b) prévia indenização à Concessionária da totalidade dos débitos remanescentes desta perante as instituições financeiras credoras; e
- (iv) Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais.

27.4. O Contratante determinará a indenização devida à Concessionária e realizará o pagamento devido antes da encampação da Concessão.

28. Caducidade

28.1. O Contratante poderá, excepcionalmente e diante do inadimplemento substancial da Concessionária, declarar a caducidade da Concessão.

28.2. A caducidade será precedida de:

- (i) Laudo de avaliação técnica, lavrado por especialista e que indique as faltas gravíssimas cometidas pela Concessionária, identificadas de forma técnica, objetiva e discriminada, tendo por base normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço previstos neste Contrato e na legislação;
- (ii) Notificação da Concessionária para corrigir as faltas gravíssimas apontadas no laudo de avaliação técnica, para o enquadramento nos termos contratuais, com prazo nunca inferior a 6 (seis) meses, salvo para situações e medidas de urgência, prévia e tecnicamente identificadas no laudo de avaliação técnica, em que será permitido estabelecer prazo inferior, desde que viável de ser atendido técnica e operacionalmente;
- (iii) Processo administrativo, em que se assegura o contraditório e a ampla defesa.

28.3. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade será declarada pelo Contratante, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

28.3.1. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o Contratante qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Concessionária.

28.4. A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- (i) A execução da garantia de execução do Contrato, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao Contratante; e
- (ii) Retenção de eventuais créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante.

28.5. A indenização devida à Concessionária em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados.

28.6. Do montante previsto na cláusula anterior serão descontados:

- (i) Os prejuízos comprovadamente causados pela Concessionária ao Contratante e aos usuários;
- (ii) As multas contratuais aplicadas à Concessionária que não tenham sido pagas até a data do pagamento do montante previsto na cláusula acima; e
- (iii) Quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

29. Rescisão

29.1.1. Se o Contratante não sanar o descumprimento contratual a que deu causa dentro de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação enviada pela Concessionária, este Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, mediante procedimento arbitral nos termos deste Contrato.

29.1.2. Os serviços prestados pela Concessionária só poderão ser interrompidos ou paralisados após a sentença do juízo arbitral que decretar a rescisão deste Contrato ou por provimento de urgência proferido pelo poder judiciário.

29.1.3. Na ocorrência de rescisão sem culpa da Concessionária, o Contratante indenizará a Concessionária por todos os serviços que houver executado até a data em que a rescisão for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de

cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

29.1.4. Para fins do cálculo indicado na cláusula acima, considerar-se-ão os valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

31. Evento continuado de força maior ou caso fortuito

31.1. Este Contrato poderá ser extinto em razão de força maior ou caso fortuito superveniente à data de eficácia, regularmente comprovado, cujos efeitos perdurem por um período superior a 1 (um) ano e impeçam a regular execução deste Contrato pela Concessionária.

31.2. Na hipótese descrita na cláusula anterior, a Concessionária será indenizada pelo que houver executado e por todos os investimentos realizados até a data em que este Contrato for extinto, sem exclusão de outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela Concessionária a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos de força maior ou caso fortuito.

32. Da falência ou extinção da Concessionária

32.1. Na hipótese de extinção deste Contrato por falência ou extinção da Concessionária, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pela Concessionária.

32.2. O Contratante poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da extinção deste Contrato, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos financiadores da antiga Concessionária.

33. Da Indenização por investimentos não amortizados

33.1. Para indenizações eventualmente devidas por investimentos não amortizados até a extinção deste Contrato, a Concessionária fará jus a indenização calculada com base no valor econômico do bem, a ser paga em parcela única e previamente à extinção deste Contrato.

34. Da Desmobilização

34.1. Com 1 (um) ano de antecedência ao termo contratual, a Concessionária deverá encaminhar ao Contratante o plano de desmobilização da gestão do serviço público de loterias, permitindo que o Contratante proveja os meios de continuidade dos serviços.

CAPÍTULO 10 - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

35. Da Resolução de Controvérsias

35.1. Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução deste Contrato, será constituída, nos 15 (quinze) dias seguintes à solicitação por qualquer das partes, por ato do Contratante,

uma comissão técnica composta por 3 (três) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta cláusula.

35.2. A comissão técnica será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo Contratante ou pela Concessionária, relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros durante a execução deste Contrato.

35.2.1. A comissão técnica será composta por membros designados da seguinte forma:

- (i) 1 (um) membro indicado pelo Contratante;
- (ii) 1 (um) membro pela Concessionária;
- (iii) 1 (um) membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as partes, quando da ocorrência da divergência.

35.2.2. O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da comissão técnica a outra parte, e será processado da seguinte forma:

- (i) No prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a Parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada;
- (ii) O parecer da comissão técnica será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela comissão técnica, das alegações apresentadas pela parte reclamada;
- (iii) Os pareceres da comissão técnica serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros;

35.2.3. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à comissão técnica juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.

35.3. Todas as despesas necessárias ao funcionamento da comissão técnica serão arcadas pela Concessionária.

35.4. A submissão de qualquer questão à comissão técnica não exonera a Concessionária de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do Contratante.

35.5. A decisão da comissão técnica será vinculante para as partes, até que sobrevenha eventual decisão arbitral ou judiciária sobre a divergência.

35.6. Caso aceita pelas partes, a solução proposta pela comissão técnica poderá ser incorporada a este Contrato mediante assinatura de termo aditivo.

35.7. A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela comissão técnica, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se qualquer das partes se recusarem a participar do procedimento, não indicando seu(s) representante(s) no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

36. Da Arbitragem

36.1. As partes obrigam-se a resolver por meio de arbitragem toda e qualquer controvérsia e/ou disputa entre as partes, oriunda ou relacionada a este Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

36.2. A arbitragem será submetida à câmara de arbitragem escolhida em conjunto pelas partes, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

36.2.1. A parte deverá solicitar a arbitragem à outra parte por escrito, sendo que as partes devem escolher, consensualmente, a câmara de arbitragem em 5 (cinco) dias úteis.

36.2.2. Caso a escolha não seja realizada no prazo, a parte solicitante da arbitragem deverá, por escrito, indicar três câmaras de arbitragem que tenham experiência comprovada em arbitragem envolvendo, num dos polos do procedimento arbitral, o Poder Público.

36.2.3. A parte que recebe a solicitação dispõe de 5 (cinco) dias úteis para escolher uma das câmaras de arbitragem indicadas pela parte solicitante.

36.2.4. Se a parte não realiza a escolha no prazo indicado, caberá à parte solicitante escolher a câmara de arbitragem dentre as três por si indicadas.

36.2.5. A arbitragem será conduzida no Município de Recife, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

36.2.6. A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira.

36.2.7. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, cabendo a cada parte indicar um árbitro. O terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes. A presidência do tribunal arbitral caberá ao terceiro árbitro. Na hipótese de a arbitragem envolver mais de 2 (duas) Partes, seja no polo ativo, seja no polo passivo, a escolha dos árbitros deverá seguir o previsto no regulamento de arbitragem do centro de arbitragem local.

36.3. Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as Partes poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do poder judiciário. Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.

36.4. As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as partes e seus sucessores.

36.5. A parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.

37. Do Processo Administrativo

37.1. Não obstante o acima exposto, a Concessionária terá resguardado o direito ao devido processo administrativo contra decisões do Contratante.

CAPÍTULO 11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

38. Das Disposições Gerais

38.1. A Concessionária deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras do Contratante, consideradas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos deste Contrato.

38.2. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das partes em decorrência deste Contrato, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

38.3. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a exequibilidade

das demais disposições contidas neste Contrato não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato.

38.3.1. As partes negociarão de boa-fé a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexequíveis por disposições válidas, legais e exequíveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis.

38.4. Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos do Contratante e em outros diplomas legais aplicáveis, são direitos dos usuários receber informações do Contratante e da Concessionária referente à prestação dos serviços para a defesa de interesses individuais ou coletivos.

38.5. Cada declaração e garantia feita pelas partes no presente Contrato deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das Partes.

38.6. As comunicações e as notificações entre as Partes serão efetuadas por escrito e remetidas:

- (i) Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- (ii) Por fax, desde que comprovada a recepção; ou
- (iii) Por correio registrado, com aviso de recebimento.

38.6.1. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta cláusula, os endereços indicados no preâmbulo e os seguintes meios de comunicação:

- (i) CONTRATANTE: XX
- (ii) CONCESSIONÁRIA: XX

38.7. Qualquer das partes poderá modificar o seu endereço, mediante simples comunicação à outra parte.

38.8. Todos os documentos relacionados a este Contrato e à Concessão deverão ser redigidos ou oficialmente traduzidos em língua portuguesa. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

38.9. Os prazos estabelecidos em dias neste Contrato contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

38.10. Fica desde já eleito o foro da comarca de Recife, Poder Judiciário do São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato que não possam ser resolvidas mediante a comissão técnica ou por procedimento de arbitragem.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

São Paulo (PE), XX de XX de 2021.

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCESSIONÁRIA

[INSERIR DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA]

[Nome Completo de quem assinará em nome da Concessionária]